

“O desejo de construir, um dos mais fortes na natureza dos príncipes poderosos, tornou-se em Constantino uma paixão dominante. Não pode haver sinal externo mais sólido de poder do que edifícios de caráter impressionante. Além disso, executada com recursos maciços, a construção por si própria fornece uma semelhança do governo criador e, em tempo de paz, um substituto para outras atividades. Para seu fundador uma nova cidade serve como imagem e padrão de um novo mundo.”

Jacob Burckhardt

.....

# QUANDO MUDAM AS CAPITAIS



*Mesa Diretora*  
Biênio 2001/2002

Senador Ramez Tebet  
*Presidente*

Senador Edison Lobão  
*1º Vice-Presidente*

Senador Antonio Carlos Valadares  
*2º Vice-Presidente*

Senador Carlos Wilson  
*1º Secretário*

Senador Antero Paes de Barros  
*2º Secretário*

Senador Ronaldo Cunha Lima  
*3º Secretário*

Senador Mozarildo Cavalcanti  
*4º Secretário*

*Suplentes de Secretário*

Senador Alberto Silva

Senadora Marluce Pinto

Senadora Maria do Carmo Alves

Senador Nilo Teixeira Campos

*Conselho Editorial*

Senador Lúcio Alcântara  
*Presidente*

Joaquim Campelo Marques  
*Vice-Presidente*

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Coleção Biblioteca Básica Brasileira*

# QUANDO MUDAM AS CAPITAIS

*José Osvaldo de Meira Penna*

Apresentação do Presidente Juscelino Kubitschek  
Prefácio do Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Novacap

CIVITAS UBI SILVA FUIT



*Brasília – 2002*

# BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país

## COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

|  |  |
|--|--|
| <i>A Quere-la do Estarismo</i>                         | <i>Joaquim Nabuco: Revolucionário Conservador</i>    |
| Antônio Paim   | Vamireh Chacon                                       |
| <i>Minha Formação (2ª Edição)</i>                      | <i>Oito Anos de Parla-mento</i>                      |
| Joaquim Nabuco   | Afonso Celso   |
| <i>A Política Exterior do Império (3 Vols.)</i>        | <i>Pensamento e Ação de Rui Barbosa</i>              |
| J. Pandiá Calógeras                                    | seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa  |
| <i>Capítulos de História Colonial</i>                  | <i>História das Ideias Políticas no Brasil</i>       |
| Capistrano de Abreu                                    | Nelson Saldanha                                      |
| <i>Instituições Políticas Brasileiras</i>              | <i>A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro</i>    |
| Oliveira Viana   | Manuel Rodrigues Ferreira                            |
| <i>Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros</i> | <i>Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do</i>         |
| Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro        | <i>Presidencialismo (2 Vols.)</i>                    |
| <i>Presidencialismo ou Parlamentarismo?</i>            | Afonso Arinos  |
| Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila               | <i>O Estado Nacional</i>                             |
| <i>Rui – O Estadista da República</i>                  | Francisco Campos                                     |
| João Mangabeira  | <i>O Brasil Social e Outros Estudos Sociológicos</i> |
| <i>Eleição e Representação</i>                         | Silvio Romero  |
| Gilberto Amado   | <i>Festas e Traições Populares do Brasil</i>         |
| <i>Deodoro: Subsídios para a História</i>              | Melo Moraes Filho                                    |
| Ernesto Sena   | <i>Anísio em Movimento</i>                           |
| <i>Observações sobre a Franqueza da Indústria</i>      | João Augusto de Lima Rocha                           |
| Visconde de Cairu                                      | <i>A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos</i> |
| <i>A Renúncia de Jânio</i>                             | Leslie Bethell                                       |
| Carlos Castello Branco                                 |  |

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2002

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes/n.º – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Penna, José Osvaldo de Meira, 1917-

Quando Mudam as Capitais / José Osvaldo de Meira  
Penna; apresentação do Presidente Juscelino Kubitschek;  
prefácio do Dr. Israel Pinheiro. – Brasília: Senado Federal,  
Conselho Editorial, 2002.

460 p. – (Coleção biblioteca básica brasileira)

1. Transferência da capital. 2. Capital (cidade). I. Série.  
II. Título.

CDD 911

.....

.....

## *Sumário*

### DEDICATÓRIA

*pág. 9*

### AGRADECIMENTOS

*pág. 11*

#### Apresentação do Presidente Juscelino Kubitschek

*pág. 13*

#### Prefácio do Dr. Israel Pinheiro

*pág. 17*

#### I – Considerações preliminares

*pág. 19*

#### II – No antigo Egito: Memphis, Thebas, Akhetaton

*pág. 41*

#### III – Alexandria

*pág. 57*

#### IV – Constantinopla

*pág. 71*

#### V – Beidjing (Peking) e o urbanismo chinês

*pág. 89*

#### VI – No Japão: Nara, Kyoto e Tóquio

*pág. 121*

#### VII – Madrid

*pág. 139*

#### VIII – O Barroco e Versailles

*pág. 153*

IX – São Petersburgo e a obra de Pedro, o Grande  
*pág. 185*

X – Washington  
*pág. 213*

XI – Ottawa  
*pág. 245*

XII – Pretória  
*pág. 257*

XIII – Sete Delhis e Nova Delhi  
*pág. 265*

XIV – Ankara  
*pág. 285*

XV – Camberra  
*pág. 297*

XVI – Brasília, a Nova Capital  
*pág. 321*

XVII – Brasília, Quarenta Anos Depois  
*pág. 377*

Anexo I – Relatório sobre o Plano Piloto de Brasília  
*pág. 415*

Anexo II – Entrevista de Gilberto Freyre  
*pág. 437*

BIBLIOGRAFIA  
*pág. 443*

ÍNDICE ONOMÁSTICO  
*pág. 447*

.....

*Dedicatória*

À MEMÓRIA DE MEU PAI  
QUE ME ENSINOU A AMAR OS LIVROS,  
AS VIAGENS E A ARQUITETURA, E A  
CONFIAR NO BRASIL ONDE AS  
COISAS SEMPRE ACABAM  
ENCONTRANDO SOLUÇÃO.



.....

## Agradecimentos

**A**o Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, que tornou possível a publicação desta obra; aos meus colegas, Embaixadores Heitor Lyra, Hugo Gouthier e Sette Câmara, e os colegas R. Bathel Rosa, Sérgio Correa do Lago, Arthur de Gouvea Portella, Mário Calábria, Arnaldo Leão Marques; ao General Lima Figueiredo; ao Conde de Casa-Rojas, Embaixador da Espanha em Paris, aos Senhores Tunç Yalman, Cônsul da Turquia, Arthur Drake, Cônsul Geral da União Sul-Africana, e K. B. Tandam, do Serviço de Informações da Índia, em Nova York, por me terem fornecido material relativo à matéria e ajudado de outros modos; à Biblioteca Avery, da Universidade de Columbia, em Nova York, uma das mais ricas coleções de livros de arte, arquitetura e urbanismo existentes no mundo; e à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América – cuja ajuda foi inestimável.

Agradeço de igual modo, nesta segunda edição, ao meu colega embaixador Wladimir Murtinho pelos conselhos recebidos no que diz respeito ao encurtamento e atualização do texto; Ministro C. H. Cardim, por me proporcionar a Editora do Senado para esta segunda edição; e Ministra Maria Helena Penna Pinheiro Bezerra, igualmente do Itamaraty e neta do Dr. Israel Pinheiro, cujo entusiasmo pela obra monumental do Presidente da Novacap merece ser recompensado; ao professor

*Bráulio de Matos, da UnB, que fez o “escaneamento” do texto original e me assistiu com valiosas sugestões sobre o texto; e à Secretária Roselady da Silva, do Serviço de Imprensa da Presidência da República, pelo trabalho de digitação e correção de provas do texto.*

*Brasília, maio de 2002.*

.....

## *Apresentação*

**A** verdade é que, se houve tarefa meticulosamente planificada, esta foi justamente a construção de Brasília. O exíguo prazo de execução da obra – motivo de acérrimos ataques da Oposição – foi imposto pela antiga tradição administrativa de que nenhum governo, no Brasil, jamais deu prosseguimento a qualquer obra iniciada pelo que o antecedeu. Daí a pressa, a determinação de concluí-la, ou melhor, não só inaugurando-a durante o último ano do meu governo, mas providenciando, igualmente, a mudança dos servidores públicos, de forma que a transferência da faixa presidencial ao meu sucessor nela tivesse lugar.

Não houve, pois, qualquer feição de aventura na tarefa. Aventura houve, e com graves implicações, na mudança de muitas capitais, registradas na história. No antigo Egito, temos Memfis, Tebas e Alexandria. Na China, o trono andou de norte a sul, ao sabor dos reveses dinásticos. A partir do século XII, assistimos no Japão à situação curiosa de um dualismo estatal corresponder a duplicidade de capitais: em

face de Kioto, residencial tradicional do Mikado, erguem-se Kamakura e, mais tarde, Yedo, centros administrativos e focos do poder militar do Shogun, o ditador militar. Houve, também, no velho Egito, a cidade-fantasma de Akhetaton, residência do faraó herege Akhenaton, que a ergueu para opô-la à velha capital, onde pontificava o clero reacionário do deus Amon. Seguiram-se os exemplos clássicos de construção de cidades artificiais: Constantinopla; Pequim; Madri; São Petersburgo; Washington; Ottawa; Pretoria; Ankara; Canberra; e Nova Delhi, para só falar das iniciativas de maior expressão.

Em todos esses casos militaram, criando a motivação para a transferência ou para a mudança, razões de natureza diversa, mas predominando, na maioria dos exemplos, ora motivos pessoais relativos a hegemonias dinásticas, ora imposições geopolíticas ou socioeconômicas. Em relação a Brasília, fizeram-se sentir outros fatores, como muito bem acentuou o Embaixador J. O. de Meira Penna, no seu livro *Quando Mudam as Capitais*, publicado dois anos antes da inauguração de Brasília, o que não o impediu de fazer uma análise, com todas as implicações, do que iria significar, de fato, para o nosso futuro, a interiorização do governo. Esse ilustre diplomata revelou, em bases realistas, a motivação da ciclópica tarefa: “Em primeiro plano, o que se deseja é que o governo brasileiro abandone o litoral, essa luxuosa vitrina, útil apenas para atrair a atenção ou iludir o exame do europeu e do americano. Em segundo lugar, para que os cuidados de um Estado mais realista, modesto, menos pedantemente socialista, se dirijam ao sertão, às grandes florestas, aos campos gerais, aos rios caudalosos, às riquezas potenciais enormes e ao sertanejo – magro e forte, homem esquecido do interior – é necessário desviar o centro de gravidade do país, estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil, a fim de poder contemplar, ao alcance de todas as classes e de todas as regiões, o panorama social inteiro. Assim, os objetivos da construção da nova capital são unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social do interior e exploração das vastas, desertas e férteis áreas de Goiás a Mato Grosso, onde amadurece o futuro da nacionalidade. Dir-se-á que a função de uma capital não é ser pioneira. Por que não? No caso brasileiro, em que o Estado intervém ou pretende intervir em tudo, deixai-o, pelo menos uma vez derradeira, intervir

*num aspecto essencial da vida nacional, deixai-o provocar aquilo que o povo tem hesitado em fazer espontaneamente – pioneirismo!”*

*A definição, acima transcrita, é perfeitamente válida. Nela se inclui quase a totalidade dos motivos que me levaram a construir Brasília, não se esquecendo mesmo de acrescentar, às razões expostas, dois aspectos da questão que sempre considerei de relevância: a) a necessidade que tinha o país de sentir suas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Venezuela; e b) o objetivo prioritário, justificativo da construção da nova cidade: a integração nacional.*

*(Trecho do livro Por Que Construí Brasília, pp. 16 a 18.)*

JUSCELINO KUBITSCHEK

.....

## Prefácio

**P**ara a construção de Brasília, um meticuloso trabalho de planejamento impõe-se desde já, cobrindo toda a imensa área que as errôneas tendências do passado deixaram ao abandono e sem função útil, no esforço comum de desenvolvimento nacional. Trabalhando ao lado dos técnicos das mais diversas especialidades, dos engenheiros, dos arquitetos, dos urbanistas, Brasília reclama, também, a colaboração dos estudiosos e pesquisadores que vão preparando, com os seus subsídios científicos, a rota do novo desbravamento. A essa equipe de entendidos incorpora-se brilhantemente o ministro J. O. de Meira Penna, com o excelente livro que temos a grata satisfação de apresentar ao grande público. Quando mudam as capitais surge, em hora especialmente oportuna, como relevante contribuição para os estudos relativos à interiorização da capital da República, oferecendo a quantos se interessam mais de perto pelo problema uma abundância de exemplos do passado e do nosso tempo, de onde recolher toda sorte de ensinamentos para a experiência de Brasília.

O autor, diplomata que, em sua carreira, conheceu quase todas as capitais aqui descritas, dissecou, na verdade, das suas raízes às mais atualizadas manifestações, o problema das capitais sob o ângulo geopolítico, conseguindo estabelecer, nessa matéria feita de muitos imponderáveis, um estudo sistemático que vale como indispensável roteiro para

*quem quer que esteja empenhado na tarefa da mudança. O que a muitos se afigura com sabor de novidade e, por isso mesmo, com certa índole de aventura, o Ministro Meira Penna apresenta nas suas dimensões verdadeiras de tema contemporâneo das primeiras civilizações e que, através dos séculos, até hoje, sempre esteve nas cogitações dos homens de Estado. Expõe, então, com muita segurança, a face dinâmica do problema, demonstrando a influência das capitais na vida das nações e os critérios políticos, estratégicos, econômicos, geográficos, sociais, etc., que têm presidido à sua formação, desenvolvimento e eventuais translações.*

*No vértice de todo esse bem fundamentado tratamento histórico, e dos exemplos modernos como Washington, Ottawa, Canberra, Ankara e outras capitais artificiais, o autor situa o caso brasileiro, o mais atual e sem dúvida o mais arrojado, para concluir que o plano de Brasília obedeceu a critérios rigorosamente lógicos e científicos, e que a nova capital do país corrigirá um grave desvio da nossa formação histórica, enquadrando o Brasil na sua exata posição geopolítica.*

*Quando mudam as capitais tem, entre outros, o importante mérito de provar, à saciedade, que em vez de uma obra de improvisação, ou simplesmente inoportuna, o empreendimento em que com tanto patriotismo e dedicação se vem empenhando o Presidente Juscelino Kubitschek atende a imperativos máximos do desenvolvimento nacional.*

ISRAEL PINHEIRO

.....

I  
*Considerações Preliminares*

**A** Capital exerce uma influência determinante na vida de uma nação. Como sede do governo, órgão de centralização do Estado, centro diretor da vida política e, freqüentemente, da vida econômica e cultural do país, ela ocupa uma posição única e privilegiada. Sua importância não reside no volume do comércio ou da indústria, na extensão da área construída ou na cifra de sua população residente, porém na função especial e transcendente de governo e unificação.

Posto de comando em caso de guerra, local onde se exprimem e se gastam os recursos espirituais da nacionalidade, a Capital é a cabeça pensante do Estado, o berço de suas leis e instituições e, como tal, representa uma comunidade sem fronteiras da qual é cidadão não apenas o domiciliado, porém todo nacional do país. Suas atividades, seus problemas, suas aspirações, seus projetos realistas ou sonhadores, as vicissitudes de sua vida multiforme interessam a toda a sociedade política que nela se sente e se reflete. Ela é o monumento que erguem o Povo e o Fundador, agindo de comum acordo, para celebrar sua própria glória e o refinamento de seu gosto artístico; ela é a vitrine da nação, a face que mostra ao mundo e, para esse edifício do orgulho patriótico, contribuem,



através das idades do estilo, seus maiores arquitetos e seus mais famosos artistas. A Capital é um símbolo, tanto quanto um instrumento político.

A mudança da Capital, quer se efetue de uma cidade para outra, quer de uma velha metrópole para novo sítio especialmente escolhido e artificialmente aparelhado, constitui portanto uma obra de considerável alcance e um acontecimento momentoso que marca permanentemente o destino de um povo. O estudo da formação e da mudança das capitais, no conceito geral da estruturação do Estado, é um dos objetos próprios da geografia política, cujos dois outros elementos constitutivos são o território e as fronteiras. Outras ciências sociais concorrem para esse trabalho e a cidade, em si, é a matéria do Urbanismo, como ciência urbana específica. Mas a História é a magnífica ilustração que, refletindo o passado das nações, fornece exemplos instrutivos, em regiões e épocas diferentes, da ação de fatores permanentes que agiram na deliberação da mudança e na escolha do local. A História não compila apenas os fatos mas procura os motivos do Fundador, à luz dos acontecimentos correlatos mais importantes do momento, analisando as conseqüências de seu ato e determinando o sentido, a “Idéia Dominante” que presidiu à fundação.

No trabalho que nos propomos realizar, no quadro de nossa esfera particular de atividade e como contribuição para os estudos relativos à mudança da Capital do Brasil, limitar-nos-emos, quase exclusivamente, a tirar do passado tais exemplos instrutivos, sentindo, porém, o processo de desenvolvimento que deu vida e forma às capitais estrangeiras. Valer-nos-emos da experiência de outros países cujos métodos, sucessos e reveses é mister compreender. E, se cabe recorrer aos dados dos especialistas e investigar a importância relativa de fatores característicos da escolha, tais como relevo, clima, solo, facilidades de transporte, condições econômicas e aspectos de natureza militar, cultural ou administrativa, sobreleva o estudo do passado, como material só por si dos mais valiosos para uma visão de conjunto, susceptível de suprir a obra dos geógrafos, dos urbanistas, dos topógrafos, dos economistas, dos militares e dos políticos. A História é uma rica e pitoresca ilustração que humaniza tais estudos altamente técnicos.

Para a compreensão do que se segue são imprescindíveis certas considerações iniciais de geografia humana ou de geopolítica.

A Geografia, primeira ciência a contribuir com seus dados e princípios, e sua técnica especial, para o estudo em vista, ensina a distinguir-se, de início, duas noções fundamentais: a noção de sítio e a noção de posição. Essa distinção, freqüentemente confundida pelo público, possui valor incontestável na matéria pois, no conceito de posição, entram fatores “políticos”, agindo em concordância com os meramente geográficos, na apreciação dos quais o método histórico encontra perfeita aplicação. A posição de uma Capital é essencialmente uma questão política, uma questão estratégica; sua escolha não depende da opinião dos técnicos, especialistas, porém exclusivamente de decisão política, em função dos objetivos políticos que se pretende alcançar. Ao passo que o sítio diz respeito exclusivamente às virtudes da situação ou posição local, topográfica.

Vale reproduzir aqui as definições do Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães: “Entende-se por sítio o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, da vegetação, etc., da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas em si mesmas”. “Por posição compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relevo, os cursos d’água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestres de transporte e comunicações; à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicações, de intercâmbio econômico, etc.”.

Na conceituação de Geografia da História aplicável ao caso de mudança da Capital, desperta ainda interesse particular a distinção, proposta por Camille Vallaux e Jean Brunhes (“*La Géographie de l’Histoire*”), entre “Capital artificial” e “Capital natural”. Segundo a definição dos geógrafos franceses, quando o órgão central do Estado se

estabelece desde sua origem numa cidade já existente, onde a formação urbana foi espontaneamente determinada pela ação de fatores naturais, tais como cruzamento de vias de comunicação, estuários, baías, vales ou planaltos de fácil acesso, e pelo afluxo de população e da vida econômica que é consequência daquela ação – estamos diante de uma Capital natural. A formação de tal metrópole é geralmente lenta, segue a sorte do desenvolvimento dinástico e resulta da combinação de elementos muito complexos e às vezes contraditórios. São exemplos de capital natural: Paris, Londres, Roma, Moscou, Lisboa, o Rio de Janeiro e, de um modo geral, as capitais da América Latina.

A Capital artificial é criada repentinamente, *ex-nihilo*. Isso quer dizer, é construída onde não existia antes qualquer habitação ou, pelo menos, qualquer formação urbana suficientemente desenvolvida para servir aos propósitos do governo. Nesse caso, manifesta-se em toda sua pureza a ação do fator posição pois é a posição, mais do que o sítio, que age na seleção do local. A Capital artificial está ligada aos objetivos precisos de seu Fundador, objetivos raramente de caráter econômico ou comercial, mais freqüentemente de natureza social, cultural ou religiosa, e quase sempre ou sempre de cunho político. “Os destinos dessa cidade seguem os destinos do Estado que coroa”. Seu desenvolvimento tem uma cadência relativamente simples e uniforme mas, segundo Vallaux, parece sempre menos sólida e menos viva do que a Capital sobreposta a uma antiga cidade de comércio. Serão essas Capitais artificiais, por motivos óbvios, o objeto particular de nossa curiosidade, no presente estudo, pois a futura Capital do Brasil, construída em local ainda virgem do Planalto Central – *civitas ubi silva fuit* – será tipicamente uma Capital artificial.

Na apreciação das diferenças entre as Capitais naturais e as artificiais, Vallaux e Brunhes fazem críticas que nos parecem injustificadas e provenientes de um dogmatismo exagerado. “Enquanto a situação geográfica da Capital natural, afirmam eles, resulta das vantagens totalizadas que o sítio e a posição concedem, a da Capital artificial redundante de vantagens fornecidas exclusivamente pela posição. Ao invés de adaptar-se a uma formação urbana anterior, o Fundador da Capital artificial evita todos os sítios já ocupados: como tais sítios são geralmente os mais favoráveis, a Capital artificial parece às vezes violentar a natureza. Produto direto das necessidades políticas, ela reúne grande número de gente em

localidades que, por si só, não gozam de qualquer dessas forças de atração de onde, geralmente, saem as aglomerações urbanas. A Capital natural nasce sobre o terreno: a Capital artificial nasce no mapa e é, em seguida, transportada para o terreno a golpes de milhões e de força de vontade”. Os dois geógrafos, para ilustrar seu argumento, descrevem ligeiramente os casos de São Petersburgo e de Madrid, como exemplos instrutivos de Capitais artificiais edificadas em posição bem escolhida, porém com total desprezo pelas condições de sítio.

Não nos queremos deter aqui sobre esses casos, nem tampouco no de Washington – Capital artificial edificada em sítio também desfavorável – haverá oportunidade de debatê-los com maior minúcia nos capítulos apropriados deste livro. Desejamos apenas chamar a atenção para a tese segundo a qual a Capital artificial, por sua própria natureza, valoriza a posição em detrimento do fator sítio: essa tese parece-nos inexata porque não abrange todas as hipóteses e resulta de uma interpretação duvidosa da palavra “artificial”. As mudanças de capitais não são necessariamente efetuadas para locais “artificialmente” escolhidos e esses sítios artificiais não apresentam, por princípio, condições desfavoráveis, senão em consequência, na escolha, de pressa, erro ou predominância momentânea de fatores políticos prementes. Muitas vezes justifica-se posteriormente a escolha pelo crescimento natural da metrópole e, com o passar dos anos, o homem corrige não poucos inconvenientes iniciais do sítio: é o caso de São Petersburgo, que não sendo mais a sede do governo russo goza de tanta prosperidade e possui maior população do que na época dos tzares. O fato é que, quase sempre, a Capital artificial é favorecida por um crescimento orgânico que a transforma em aglomeração econômica sã. Inversamente, difícil é apontar uma Capital natural que não tenha sido, de início, artificialmente escolhida. Afinal de contas, Roma também foi artificialmente traçada pelo arado de Rômulo!

As vantagens ou desvantagens de sítio ou posição são fatores que variam com o tempo. O esforço do turco está transformando Ankara em oásis, na qual cresceu uma grande cidade, ao passo que Istambul cessou de fruir, com o esfacelamento do Império otomano, os privilégios de sua posição excepcional. O próprio Rio de Janeiro foi uma Capital artificial quando os colonizadores portugueses se deslocaram da cidade do Salvador. Mas hoje ela perdeu as vantagens de posição geográfica capazes

de justificar sua qualidade de Capital Federal, ao passo que se desenvolveu naturalmente como porto comercial, centro cultural e turístico. Nem se pode argumentar com a singularidade de seu sítio, exceto no que diz respeito à beleza incomparável da Guanabara.

Por conseguinte é lícito dizer que a distinção acima postulada carece de precisão e o termo “artificial” não deve ser compreendido em sentido pejorativo. Com efeito, a Capital planejada não é necessariamente artificial. Artificial, sim, no sentido de, que todo estabelecimento humano é originariamente o produto de um “artifício”, o resultado da atividade consciente do homem para um fim específico. Mas a Capital possui uma função “natural”, a mais alta talvez das que justifiquem a existência de uma cidade: a função de governo. Artificial tampouco em virtude da singularidade de seu propósito: outras aglomerações há, mais limitadas em seus fins e mais estreitas em suas atividades, quais sejam as cidades universitárias ou de veraneio, as praias de banho, as vilas militares, os centros industriais, os patrimônios históricos. A função governamental é tão vasta em âmbito e tão alta em propósito que, por si só, constitui um fator favorável ao crescimento harmônico e à plenitude da vida urbana, combatendo o eventual “artificialismo”, quicá inseparável de qualquer edificação nova e imatura.

O artificialismo é uma falta, um sintoma de planejamento mal concebido e não o preço inevitável do desenho racional, em linhas geométricas, executado de acordo com os seus princípios da arquitetura e do urbanismo. Versailles é o produto estupendo de um trabalho de equipe que durou mais de cem anos e ninguém apontará, na obra dos arquitetos, pintores, escultores e jardineiros de Luis XIV, Luis XV e Maria Antonieta, qualquer artificialismo. Pequim é também uma obra-prima de planificação urbana como produto de um simbolismo filosófico, político e religioso e, não obstante, é uma das cidades de maior encanto do mundo. Washington, Capital artificial tipo, revela mais caráter do que a maior parte das outras cidades americanas de mesmo tamanho. Não existe, na realidade, uma relação necessária entre a nova Capital planejada e as qualidades de falta de autenticidade, desnaturalidade ou dissimulação. O artificialismo real independe das condições em que foi fundada uma capital.

As capitais dos países novos são naturalmente planejadas. Quanto mais repentina a decisão de construí-las, mais natural se torna a

ação consciente do homem que procura dispor, em formas e espaços racionalmente concebidos, os objetos do estabelecimento coletivo no solo. Belo Horizonte foi planejada e não atino como possa ser considerada, por esse motivo, menos autêntica ou característica do que, digamos, Recife ou Porto Alegre. Não se deve confundir a autenticidade fundamental de uma cidade com a pátina natural que tanto “charme” faculta às velhas aglomerações, ricas em arte acumulada e, calejadas pelas vicissitudes históricas.

Mas todos os casos de Capitais naturais e artificiais carecem ainda de um estudo aprofundado que seria inegavelmente instrutivo esclarecer como problema da “alma” das cidades. Nosso objetivo aqui consiste apenas em utilizar os dados históricos, examinados à luz dos conhecimentos e noções da geografia política, para deles extrair os ensinamentos adequados à apreciação do problema específico abordado, qual seja o da mudança da Capital do Brasil.

E desde logo, para atender às objeções dos geógrafos franceses, sem dúvida obcecados com o prodigioso exemplo de Paris – exemplo por excelência de Capital natural – vale notar que, na localização da futura Capital do Brasil, as condições de sítio foram tão cuidadosamente avaliadas quanto às de posição. Isso aliás é fácil, num país novo, com os recursos naturais e a extensão territorial do nosso. O trabalho de análise científica e de levantamento aerofotogramétrico, empreendido por Donald Belcher, comportou um exame exaustivo das condições, favoráveis ou desfavoráveis, dos vários sítios propostos, garantindo sem dúvida o mais perfeito aproveitamento da natureza local. No que se inicia como Capital artificial cedo poderão surgir, com mais probabilidades do que em quaisquer outros sítios, as condições propícias a um magnífico desenvolvimento econômico e demográfico.

A consideração seguinte diz respeito à posição geográfica preferível de uma capital, do ponto de vista de sua função unificadora. “A tendência é colocá-la em posição central, diz Macedo Soares Guimarães. Não é, porém, o centro geográfico do território que importa considerar, o que só seria razoável no caso teórico de um país homogêneo cujas regiões componentes tivessem idêntico valor e no qual a população se distribuisse uniformemente. Quando se procura uma posição central, quer-se sempre fazer referência à parte do país efetivamente ocupada,

ao ecúmeno. De um ponto de vista teórico, em que apenas a posição fosse considerada, a localização ideal seria a do centro demográfico do país”. E continua: “Como centro político, a função mais importante da capital de um grande país, é, sem dúvida, a unificadora. Ela deve ficar situada em posição tal que facilite a ação dos órgãos centrais do Estado sobre todas as partes do país, ou, em outras palavras, que seja possível estabelecer fácil acesso a essas partes. Tratando-se de um território extenso, que compreenda regiões importantes nitidamente diferenciadas, a Capital deve equilibrar as tendências desagregadoras que se possam manifestar, e sua posição deve ser tal que permita facilmente equilibrar tais tendências centrífugas. As regiões do país são, entretanto, sempre desiguais em importância atual e em possibilidades futuras. A Capital não deve em hipótese alguma perder o contato com as regiões mais desenvolvidas, aquelas que constituem o que os geógrafos de língua inglesa chamam a *core area*. Tal desligamento é sempre funesto à unidade nacional”.

Esse conceito essencial de geografia política, tão claramente exposto, deverá ser constantemente lembrado para a compreensão do que se segue. Já se observou que Madrid foi localizada no centro geométrico da península Ibérica, praticamente equidistante do Atlântico, do Mediterrâneo e do golfo de Biscaia, longe, contudo, da *core area* espanhola que se encontrava na Catalunha. Ora, Madrid não conseguiu dominar completamente as tendências separatistas de algumas regiões espanholas.

Ao invés de geograficamente centrais, as capitais procuram frequentemente uma posição excêntrica, em conexão com as fronteiras “vivas” ou “críticas” do país. Ponderam Vallaux e Brunhes que a função da Capital responde ao duplo objetivo de manter a unidade da sociedade política, prevenindo as tendências locais centrífugas, e de dar coesão e direção ao esforço permanente de pressão e de resistência exercido sobre as fronteiras. “Os casos numerosos de excentricidade da Capital parecem demonstrar que o segundo caso se impõe de maneira mais imperativa ainda do que o primeiro ou, melhor seja dito, que a maneira mais fácil de realizar o primeiro objetivo é alcançar inicialmente o segundo. Pois há uma relação entre as capitais cuja posição é excêntrica e as fronteiras de tensão dos Estados. A Capital estabelece-se suficientemente perto das fronteiras críticas para organizá-las e para vigiá-las, e suficientemente longe para ficarem ao abrigo de qualquer golpe de surpresa”. Essa

característica da posição preferida, de natureza militar ou estratégica, em função das fronteiras de tensão, revela-se nitidamente no caso de Paris, que controla o litoral do noroeste, em frente à Inglaterra e a fronteira do nordeste, face à Alemanha; no caso de Berlim, que vigia o Oder e o mundo eslavo; no de Londres, que guarda o Passo de Calais; no de Delhi, que defende a rota tradicional de invasão da Índia central; no de Beid-jing, situada logo atrás da Grande Muralha, fronteira viva da China propriamente dita. E vale lembrar, na história do Brasil, que nossa Capital foi transferida da cidade do Salvador para a baía de Guanabara a fim de aproximar o Governo Geral da luta então travada, na fronteira do Prata, pela posse da Colônia do Sacramento. Donde a definição famosa de Brunhes e Vallaux: “*Ce qui fait la capitale c’est la position d’une ville par rapport à l’ensemble du territoire de l’Etat et de la ligne des frontières.*”

Não devemos crer, porém, que importa apenas nessa esfera a distância relativa e as condições defensivas do terreno, na zona limítrofe. Outros fatores estratégicos e táticos devem ser levados em linha de conta. O Imperador Constantino escolheu o sítio de Bizâncio porque o aproximava da fronteira de tensão iraniana, sendo a Pérsia a potência estrangeira mais perigosa, a única que os romanos jamais conseguiram sobrepujar. Entretanto, afastava-se da linha do Reno, não menos importante na época e, afinal de contas, fatal para a sobrevivência do Império. Questões de transporte e abastecimento marítimo, ou como se diz em linguagem moderna, a “logística”, assim como as condições excepcionais da topografia do porto, constituíram fatores não menos ponderáveis da escolha. Os últimos Imperadores do Ocidente também abandonaram Roma e se estabeleceram em Ravena porque Roma era indefensável, ao passo que Ravena, mais próxima da fronteira sensível da Gália Cisalpina, ocupava uma situação praticamente invulnerável. A configuração topográfica, favorável à defesa, desempenhou um papel decisivo na escolha de sítios urbanos durante toda a Idade Média.

Outro exemplo: Mustafá Kemal abandonou Constantinopla porque, já no século XX, se tornara vulnerável. Escolheu Ankara para sede de seu governo de salvação pública, no momento da guerra contra os gregos, porque era a última estação na linha férrea de penetração da Anatólia. Longe de desejar aproximar-se da fronteira de tensão do Mar Egeu, o grande estadista turco, também brilhante estrategista, visou



isolar a nova Capital no interior da Ásia Menor. Ankara é hoje um nó de comunicações ferroviárias mais ou menos central e equidistante dos diversos lados do quadrilátero anatóliano. No caso de São Petersburgo, que novamente citamos, assistimos ao propósito deliberado de utilizar a Capital como posto de comando para operações ofensivas, terrestres e navais. Pedro o Grande fundou-a em pleno território inimigo, antes mesmo de concluir vitoriosamente o longo duelo contra a Suécia!

Ainda no que diz respeito à posição, vale reparar na distinção entre capitais “marítimas” e “penemarítimas” e as capitais “continentais”. Vallaux chama “penemarítimas” as cidades que, sem serem portos de mar, estão suficientemente próximas do mar para possuir um porto compreendido em seus subúrbios. Elas representam, de um modo geral, uma solução conciliatória entre as vantagens comerciais do porto de mar e os inconvenientes estratégicos resultantes da vulnerabilidade a ataques de surpresa. Nesse sentido, tanto as capitais marítimas quanto as penemarítimas implicam a existência de um poder naval.

Analisando a distribuição numérica desses vários tipos, verifica-se que, na Europa, em sua maioria são continentais: marítimas apenas Lisboa e as capitais escandinavas; penemarítimas Londres, Roma, Atenas e Haia. Na América, a distribuição é mais ou menos igual, com ligeira vantagem em favor das continentais (Assunção, La Paz, Santiago, Quito, Bogotá, Caracas, Washington, Ottawa, México e as capitais dos cinco países centro-americanos). Lima, com seu porto em Callao, é o caso típico da capital penemarítima mas certas dúvidas têm cabimento quanto a mesma classificação em que Vallaux coloca Washington e Caracas. O caso de Caracas, a nosso ver, é semelhante ao de um grande número de cidades latino-americanas que buscaram a beira do planalto, a distância suficiente do mar, tanto por razões de defesa (o litoral, na época colonial, estava a mercê de ataques conduzidos por piratas e corsários), quanto por motivo de clima e de facilidade de transporte. Na maioria desses países a zona cultivada e povoada encontra-se no planalto e a faixa costeira é baixa, insalubre, pouco aproveitável para a agricultura e vulnerável. Nesse sentido, Caracas mereceria, com mais razão, entrar numa classificação especial em que encontraremos as duplas Santiago-Valparaíso, Quito-Guayaquil e, no Brasil, São Paulo-Santos e Curitiba-Paranaguá. O caso excepcional e inverso é o da dupla Rio-Petrópolis...

A questão das capitais marítimas e continentais está ligada, naturalmente, ao problema mais complexo da distinção entre potências navais e potências continentais. De um modo geral é lícito afirmar que os grandes povos navegantes e colonizadores, os povos comerciantes e construtores de impérios ultramarinos, estabeleceram seu governo à beira do Oceano. O conceito inverso exprime ainda melhor a situação: as nações marítimas constituem como que o *hinterland* de seus portos de mar. O fato de uma Capital já se encontrar no litoral, ou perto dele, parece manifestamente destinar o povo a uma carreira naval, antes mesmo de sequer cogitar de grandes empreendimentos sobre as águas. Assim, o destino da Inglaterra de dominar os mares estava traçado na localização de Londres, ao passo que a posição mediterrânea de Paris nos revela a preocupação constante dos Reis de França com sua política continental. Dir-se-á que os espanhóis foram grandes navegantes sem haverem edificado uma capital marítima. Certo! Mas a isso poderia responder não ser à toa que a mudança do trono para Madrid, no reinado de Felipe II, assinalou, ao mesmo tempo, o apogeu do poderio hispânico na Europa e o fim de sua grande expansão oceânica. Na Rússia de Pedro o Grande e no Japão de Meiji a transferência da Coroa para cidades à beira-mar coincidiu com a criação de uma marinha de guerra e significou uma mudança de sentido na vida desses povos que se abrem, então, à influência cosmopolita ocidental e iniciam, graças à navegação, um intercâmbio cultural e comercial com o mundo civilizado.

Os países que criaram grandes Impérios navais, como na antiguidade Cartago e Atenas e, na época moderna, Portugal e a Inglaterra, possuem necessariamente capitais marítimas porque esses portos de transbordo entre as linhas de comunicação internas, da metrópole, e as linhas de comunicação marítimas, com as colônias, ocupam como que uma posição central no conjunto de sua esfera de influência por assim dizer anfíbia. Os romanos não foram marinheiros no mesmo sentido dos fenícios e dos gregos. Entretanto, o Mediterrâneo representou a grande via graças à qual se constituiu o Império e, na configuração litorânea desse Estado anfíbio, Roma ocupava sem dúvida uma posição central. Circunstâncias idênticas explicam o fastígio de Alexandria e Constantinopla.

Vallaux atribui a existência de um número tão surpreendente de capitais marítimas e penemarítimas à circunstância de nos encontrarmos no *período oceânico* da história, período em que “se assiste ao crescimento constante da proporção das Capitais que também são portos de mar”. O assunto é certamente complexo pois, de certo modo, contradiz o postulado da relação necessária entre a localização central e a função unificadora da Capital. A situação do Rio de Janeiro, por exemplo, oferece margem para extensas discussões no terreno da geopolítica, pois foi tipicamente a capital marítima de uma potência continental. Por outro lado, Brasília foi selecionada em função de fatores de posição resultantes da nova “idade aérea” da História do mundo. Aliás, esse *período aéreo*, que substitui o *período oceânico* postulado pelos geógrafos franceses, já modificou profundamente o mapa geopolítico do mundo e as noções fundamentais dessa ciência. É desde logo simbólica a determinação do sítio da nova Capital por meio de levantamentos aerofotogramétricos: é a primeira vez que assim se procede. Poder-se-ia mesmo adiantar que a mudança da Capital, em tais condições e levando em conta as dificuldades de transporte terrestre para o interior de Goiás, exprime o salto pitoresco que o Brasil está dando da carroça de boi ao avião! A importância da aviação no mundo futuro parece, de um modo geral, um fator mais ponderável do que os cálculos de estratégia terrestre e naval que, outrora, aconselhavam a interiorização da Capital da República.

Mas abordemos agora o problema de um ponto de vista da dinâmica geopolítica, examinando os fenômenos relativos à permanência, mobilidade ou multiplicidade de Capitais.

Só podemos compreender a França com sua Capital em Paris. A Inglaterra é inconcebível sem Londres, a Áustria sem Viena. Certos países estão identificados a suas Capitais. Outros não. Há cidades que existem independentemente dos Estados, sobrevivendo às culturas e aos períodos históricos. São “eternas” cidades como Roma, como Atenas, como Beidjing (Peking). Em Bizâncio-Constantinopla-Istambul sucederam-se gregos, romanos, bizantinos e turcos. Em Seleucia-Ctesiphon-Bagdad, às margens do Tigris, viveram sucessivamente gregos, persas e árabes. Jerusalém é a cidade santa de três religiões. Não obstante a falta d’água, há três mil anos que permanece como símbolo transcendente, sobrevivendo às maiores calamidades históricas e vendo passar, entre ruínas e

conflitos sangrentos, hebreus, assírios, persas, gregos, romanos, árabes, francos, turcos, ingleses e judeus sionistas – para confirmar a eternidade da fé! Ao contrário, são instáveis e desaparecem repentinamente, sem deixar vestígios, as Capitais dos impérios bárbaros das estepes: Níniva, Karakorum, Sarai.

A história registra inúmeros exemplos de países que mudaram a sua Capital, conforme se transferia o centro do poder político de uma região para outra. Frequentemente, a mudança é o resultado de uma luta pela hegemonia entre duas ou mais cidades rivais. No antigo Egito temos Memphis, Thebas, Alexandria. Na China, o Trono andou de norte a sul, ao sabor dos reveses dinásticos. Duas vezes Nanking, “Capital do Sul”, foi reconstruída e abandonada. No sítio de Peking deparamos com, pelo menos, quatro cidades sobrepostas, e hoje, pela quinta vez, a “Capital do Norte” acolhe um governo chinês. No Japão primitivo a monarquia trocava de capital após cada reinado, não por nomadismo mas em virtude de certas crenças religiosas. A partir do século XII, assistimos à situação curiosa de, a um dualismo estatal, corresponder a duplicidade de Capitais: em face de Kyoto, residência tradicional (Mikado) do Tennô, Imperador, erguem-se Kamakura e, mais tarde, Yedo, centros administrativos e focos do poder militar do Xôgun, o ditador militar. A transferência do Imperador de Kyoto para Yedo-Tóquio, no início da era de ocidentalização, não representa propriamente uma mudança de Capital mas, sim, a consequência da restauração do poder imperial, o Mikado vindo residir no antigo Palácio do Xôgun destituído. Nosso primeiro capítulo descreverá a cidade fantasma de Akhetaton, residência do Faraó herege Akhenaton, que a ergueu para opô-la à antiga metrópole do Egito, Thebas, onde dominava o clero reacionário do Deus Amon.

A mudança, entretanto, nem sempre comporta a construção de uma nova capital “artificial”. Muitas vezes é mais fácil transferir o governo para local já ocupado, bastando aumentar a nova metrópole de modo a abrigar toda a população que, normalmente, acompanha o governo. Assim Constantino, quando resolveu abandonar a cidade das sete colinas por uma “Nova Roma”, mais próxima do eixo político oriental do Império, sua escolha recaiu sobre um sítio estupendo e venerável, ocupado por um porto mais antigo do que a própria cidade da loba. Quando a Rainha Vitória escolheu Ottawa para ser a cabeça da nova Confederação

canadense, “Bytown” era uma vila que, havia quase meio século, prosperava como nó de comunicações fluviais e centro da indústria da madeira. Mustafá Kemal fundou a metrópole da nova República turca no centro do áspero planalto da Anatólia mas o local da velha Ankyra (ou Angorá), remota Capital dos Gálatas, era anterior de muitos séculos ao Estado turco.

Em suma, em certos casos as Capitais são verdadeiras *celulas-mater* em torno das quais se constituíram as nacionalidades. Há outros Estados, porém, que são organismos territorialmente complexos cujas capitais podem mudar, ao sabor da deslocação do poder político. Talvez não esteja longe da verdade a afirmação de que só os países realmente unitários possuem capitais permanentes. Essa hipótese esclarece talvez o problema das Capitais naturais, pois só mereceriam o qualificativo de “naturais” as metrópoles cuja permanência se prende ao fato de constituírem efetivamente o núcleo original da nacionalidade.

Para concluir nessa ordem de idéias, vem a propósito mencionar os casos de multiplicidade de capitais, com distribuição de funções ou poderes, às vezes pouco definida: é o que assistimos na União Sul-Africana (Pretória, Cabo e Bloemfontein), nos Países-Baixos (Amsterdã e Haia) e na Bolívia (La Paz e Sucre). No passado, apontaremos também as capitais-anexas, residências palacianas da Europa monárquica, localizadas não longe das capitais efetivas: Versailles, Potsdam e Haia. O Oriente também conheceu exemplos semelhantes de criação individual de um soberano, como foi o caso de Fatehpur Sikri, na Índia. Ou ainda o caso curiosíssimo da duplicidade de capitais no Japão, no período medieval. Há ainda as capitais de verão como Simla, nas encostas do Himalaia, residência estival dos antigos Vice-Reis da Índia; e nossa Petrópolis encantadora ao tempo de Pedro II e até à Presidência de Getúlio Vargas. Todos esses casos ilustram o projeto, propugnado outrora por alguns, de instalar o governo em Petrópolis ou em outra cidade perto do Rio de Janeiro, sem deixar esta de ser Capital.

Em conexão com o fenômeno da deslocação das capitais, observa-se às vezes, em certos países, um segmento cíclico entre o que poderíamos chamar “períodos de introversão” e “períodos de extravessão”. Quando um país, após longo tempo de isolamento, de nacionalismo e centralização política, de autarquia econômica, de conservantismo social,

ou tradicionalismo religioso, resolve mudar de rumo e entrar numa fase de reforma ou revolução – é freqüente que procure levar a sede do governo para local excêntrico ou periférico, possivelmente para o litoral, para a proximidade de suas fronteiras vivas, em contato mais direto com a “ecúmene” cosmopolita. Inversamente quando se afasta da comunidade das nações pertencentes à sua esfera de cultura; quando procura ensimesmar-se numa auto-suficiência nacionalista ou erguer cortinas-de-ferro para proteger-se dos perigos reais ou supostos, provindos do exterior; quando detém seu desenvolvimento para lentamente digerir material estrangeiro que absorveu em período anterior; quando se sujeita a um processo de unificação, lutando contra forças desagregadoras; ou quando, como no caso brasileiro, está empenhado em expandir a área de civilização pelo imenso interior de seu território – é então explicável que procure interiorizar sua Capital, erguendo o órgão de centralização do Estado junto às puras fontes da nacionalidade. Não existem exemplos numerosos de tais metamorfoses, mas os poucos que podemos oferecer são bastante significativos: no antigo Egito, a desarticulação da velha civilização faraônica e a integração do país na esfera de cultura helênico-mediterrânea determinou, logicamente, o abandono do Alto Egito em favor da região do Delta onde foi construída Alexandria, Capital dos Ptolomeus. Já mencionamos S. Petersburgo, na Rússia de Pedro o Grande: é o exemplo mais claro de um fenômeno de extravasão, de uma “abertura de janela” que se exprime na deslocação da Capital para a zona litorânea. Por outro lado, o retraimento, o processo de nacionalização e absorção, de introversão ou centralização, de crescimento intestino, de retirada estratégica preparatória de nova expansão, são perfeitamente ilustrados, na Rússia moderna, pelo abandono de Petrograd em favor de Moscou e, na Turquia, pela transferência do governo para Ankara. Ankara aliás é, como Brasília, um exemplo característico do processo de “interiorização” da capital.

É interessante aplicar os ensinamentos desses casos particulares à apreciação do significado cultural possível da “internação” da Capital do Brasil no Planalto Central, levando em conta a dupla circunstância de que nosso país foi formado por um processo de “segregação” relativamente ao mundo latino-americano, e de parasitismo cultural em relação à Europa.

Vamos agora abordar o problema de um novo ponto de vista, observando o desenvolvimento das formações políticas, através de etapas ou estágios progressivamente maiores, até atingir a proporção do megalostado. O Megalostadismo representa a tendência para a formação de Impérios, em virtude do expansionismo natural dos Estados, por meio da colonização, fusão ou conquista. Nas diversas idades históricas, o Estado em expansão ocupa uma área proporcional ao desenvolvimento dos meios técnicos, políticos e culturais da época, segundo um critério territorial crescente e correspondente aos estágios sucessivos no âmbito do clã, da “civitas”, da “nação” e da área continental. A Babilônia e o Egito antigos foram megalostados, embora sua área nos pareça hoje exígua. No período histórico em que o Império Romano constituiu um megalostado, já o Egito e a Babilônia se encontravam reduzidos a limites “nacionais” modestos.

Na hierarquia das formações políticas, o terceiro estágio é apresentado pelo Super-Estado, aglutinado quer através de um processo de conquista imperial, quer em virtude de expansão colonial em território virgem. A área de tal Estado possui uma extensão tão considerável; seus recursos naturais são de tal monta; a população é de origem étnica tão complexa e índice demográfico tão elevado (digamos, da ordem dos cem milhões) que sua estatura merece ser apreciada em escala “continental”. A China e a Índia são exemplos de Super-Estados antigos de âmbito continental ou, pelo menos, subcontinental. A Rússia, herdeira do Grão-Khanato mongol e do Império czarista, dominando as estepes eurasiáticas que constituem o que MacKinder chama de “Coração da Ilha Mundial”, é outro Super-Estado continental. Vale entretanto notar que a Rússia não sobrepujou ainda inteiramente a etapa anterior de formação “nacional” (imperialismo russo), nem mesmo a etapa primitiva, propriamente regional, de predominância do núcleo urbano formador (hegemonia da Moscúvia).

A conquista das vastas áreas do Novo Mundo pelos europeus, bem como o processo de colonização e o progresso técnico-industrial que facilitou a extensão extraordinária do *habitat* humano, no século passado, já permitiram a organização de um outro Super-Estado de âmbito “continental”: os Estados Unidos da América. O Canadá também possui o território e os recursos naturais de um Super-Estado mas está

demasiadamente atado às tradições nacionais inglesas (Ontário) e francesas (Quebec) e, além disso, parece fadado a uma progressiva aglutinação econômica, social e cultural com os Estados Unidos. A Austrália possui a extensão territorial e o isolamento marítimo de um continente, bem como o “destino manifesto” de posto avançado da raça branca nos antípodas, mas falta-lhe, por enquanto, a cifra de população necessária. Na América do Sul somente o Brasil possui os recursos potenciais para galgar, no futuro, a etapa do megalostado continental: possuímos a vastidão territorial, a abundância de recursos naturais, a complexidade étnica e a cifra de população considerável, como elementos promissores de tão considerável estatura. Só nos faltam, por enquanto, a visão “imperial”, criadora de novos horizontes, o desenvolvimento econômico, a ocupação efetiva do território e a estrutura política satisfatória. Ora, tais deficiências estão relacionadas com o arrazoado da mudança do governo para o Planalto Central.

Essas considerações de geopolítica, talvez um pouco longas, possuem um sentido muito pertinente quanto ao objetivo imediato de nosso inquérito. De fato, os megalostados de âmbito continental caracterizam-se pela circunstância de haverem sobrepujado a etapa do regionalismo, definido como predominância no *hinterland* de um núcleo urbano hegemônico. Salvo na União Soviética (em que Moscou desempenha o papel de “capital natural”), não deparamos nem na China, nem nos Estados Unidos, nem mesmo no Brasil, com qualquer cidade-centro, com qualquer metrópole aglutinadora, foco tradicional de domínio político ou centro cultural predominante. Esses Estados, constituídos sem luta interna entre cidades rivais, são compostos de várias regiões antropogeograficamente autônomas (quer sejam ou não, em teoria, Estados federais). Eles são essencialmente multinacionais ou multi-regionais, sem qualquer hegemonia caracterizada de estilo “prussiano”. Em nenhum dos países mencionados encontramos uma cidade-gigante (gigante proporcionalmente ao âmbito agigantado do Estado) ou uma estrutura econômica unitária, articulada em torno de uma única cidade. Mesmo quando as “treze colônias” americanas, a Nova Gales do Sul, as províncias de Quebec e Ontário, ou o estado de São Paulo revelem, às vezes, certas pretensões hegemônicas e certo “esnobismo”, não reivindicam, verdadeiramente, uma preeminência política. Vangloriam-se



apenas de serem as primeiras, as mais antigas células de colonização. Pois o “prussianismo” ou a centralização de tipo “Kremlin” são inconcebíveis nestas nossas vastas sociedades políticas, federais por natureza.

Nos Estados Unidos da América, cada região possui características próprias e já alguém se referiu aos “Cinquenta Estados Unidos”: há a Nova Inglaterra, o Sul, o Mid-West, o Texas e a Califórnia: New York, Chicago, Los Angeles, New-Orleans são verdadeiras capitais regionais. Na China, apesar da homogeneidade cultural, observamos um aglomerado de um bilhão de chineses do norte, chineses do sul, manchús, mongóis, tibetanos, turcomanos e tailandeses. São inúmeras as Capitais regionais: Mukden, Peking, Chungking, Hankow, Nanking (economicamente ligada a Xanghai), Cantão. Na Índia, verificamos também uma aglutinação extremamente complexa de povos e tribos diversos na língua, na raça, na religião e no estágio de cultura, mas a estratificação das castas só incidentalmente possui um sentido territorial: Delhi, Mumbay (Bombay), Calcutá, Madras são capitais regionais e o único título da primeira ao privilégio de sede do governo Indiano é sua tradição imperial, aliás estrangeira (islâmica e britânica). Ao movimento nacional indiano que, na base do gandhismo anti-colonialista e anti-ocidental, procura organizar o subcontinente em moldes federalistas, incumbe ainda demonstrar a viabilidade de um megalostado que, logicamente, deveria também abarcar o Paquistão, Bangladesh e Ceilão.

Os brasileiros, somos uma extraordinária unidade cultural e lingüística (pois, na verdade, ocupamos a maior extensão territorial onde uma única língua é falada). Mas oferecemos também, no que diz respeito ao desenvolvimento político, social e econômico, à formação étnica e às características naturais de clima, vegetação e topografia, o espetáculo de uma diversidade muito nítida entre as grandes regiões que compõem o país. As hegemonias políticas ou econômicas e os separatismos esporádicos jamais afetaram seriamente a unidade fundamental que é a maior virtude de nossa organização nacional. E se somos ainda, por assim dizer, um Estado “invertebrado”, essa fluidez que nos caracteriza é, no estado atual de subdesenvolvimento econômico e a relativa insuficiência de meios de transporte e comunicação, uma garantia de integridade que abre as portas às potencialidades “continentais” futuras da nação.

Como a formação dos grandes Estados federados independe do crescimento de uma Capital natural hegemônica, ocorre, geralmente, que a cidade maior e mais rica do país não seja a *sede* do governo. Citamos os casos de Nova York, Sydney, Montreal, Toronto e Johannesburg. Ora, se tal é o caso, conclui-se que países como a Argentina, o México e a Venezuela, formados num âmbito francamente “nacional” e dominados por uma metrópole preponderante, só podem ser considerados falsas Federações. Os geógrafos políticos têm razão: a criação de uma Capital artificial, especializada, situada em posição mediana e independente da configuração territorial do conjunto do país, é condição *sine qua non* para o funcionamento normal de uma Federação. Bons exemplos de cidades que satisfazem a essa condição são Washington, Canberra e Ottawa. Os Estados pretensamente federais que descuraram de tomar a precaução aludida, sofrerão sempre os efeitos perniciosos da preponderância de suas capitais atuais. Buenos Aires e a Cidade do México locupletam-se com a presença do governo que lhes fornece vantagens, privilégios e imunidades injustificáveis, violando o princípio da igualdade territorial, princípio básico necessário ao funcionamento do regime de descentralização característico do Estado federativo.

Se a capital artificial (o “Distrito Federal”) de um Estado organizado segundo tais princípios, deve ser uma garantia de independência e igualdade de cada uma das unidades componentes, impõe-se a solução do problema de sua localização, obedecendo ao critério da função unificadora, sem prejuízo da descentralização administrativa. Compete, portanto, selecionar o local de modo a satisfazer à constituição orgânica do país e conciliar regiões rivais. A escolha da posição, com vista às divisas interestaduais, torna-se uma consideração da mais alta relevância. Ottawa foi colocada entre o Canadá francês (província de Quebec) e o Canadá inglês (província de Ontário), de modo a evitar o conflito iminente entre as respectivas capitais (Montreal e Toronto). Canberra é mais ou menos equidistante das cidades rivais de Sydney e Melbourne. Washington foi escolhida porque, situada pouco ao sul da *Mason-Dixon line*, entre o Norte, “livre” e industrial, e o Sul, “escravagista” e agrícola, constituía um traço susceptível de reforçar a União (como de fato o fez, durante a guerra de Secessão). No Brasil, esse aspecto particular do problema quase não existe, felizmente. São Paulo, a unidade mais poderosa da Federação,

não manifestou desejo algum de aproximar a Capital artificial. Assim mesmo, justifica-se o critério de localizar o Distrito Federal na fronteira entre dois estados, no caso Minas e Goiás, ambos mediterrâneos. Como também no ponto de convergência das três grandes bacias fluviais do país.

Talvez o mais antigo exemplo conhecido de capital federativa é o de Rhodes, na ilha do mesmo nome. Sabe-se que, no ano 408 antes de Cristo, os habitantes das três aglomerações dóricas da ilha – Lindus, Ialystis e Camirus –, desejosas de se unirem para receber a frota do Peloponeso e combaterem Atenas, contra a qual se haviam rebelado, encarregaram o famoso arquiteto Hippodamos de Mileto de construir uma nova Capital, num sítio esplêndido adrede à entrada de cuja baía se ergueria o célebre Colosso, uma das sete maravilhas do mundo. Outro exemplo, europeu, nos é dado pela Suíça. Berna satisfaz a certas exigências dos Estados confederados helvéticos. Fundada pelo duque de Zäringen, como posto militar na zona fronteira entre a população alemã e a população borgonhesa, de língua francesa, e depois de conquistar a sua independência, a cidade entrou em 1353 para a Confederação da qual se tornou o elemento mais ponderável. No século XVIII registraram-se resistências sensíveis contra sua hegemonia política, por parte dos outros cantões. Após o intervalo do período napoleônico, a sede da Confederação passou a ser transferida, a cada dois anos, entre Berna, Lucerna e Zürich. Em 1848, a Lei Federal declarou Berna capital única, mas Zürich e Bâle ainda são hoje cidades mais importantes, assim como Genebra.

O caso de Haia é paralelo. No século XIII fora apenas uma cabana de caça dos condes de Holanda e seu nome, *'sGravenhage*, ainda recorda esses titulares feudais. Em 1280 o Conde Floris V ali estabeleceu sua residência oficial, mandando edificar o *Hall dos Cavaleiros* que, ainda hoje, é utilizado em certas cerimônias particularmente solenes. A importância dos Condes e dos Príncipes de Orange, como líderes da luta pela independência dos Países Baixos confederados, naturalmente favoreceu a cidade que abrigou um número crescente de edifícios administrativos. No século XVI, Guilherme o Taciturno, herói da liberdade neerlandesa, ali convocou os Estados Gerais como que ratificando a elevação de Haia. Entrementes, Amsterdam e Rotterdam cresceram como praças

comerciais, centros financeiros e metrópoles artísticas e literárias. Depois da ocupação napoleônica, os Países Baixos foram organizados como monarquia unitária, pela Constituição de 1814, e Amsterdam recebeu o título de Capital, em reconhecimento da lealdade de seus cidadãos durante os anos de domínio francês. Haia tornou-se apenas a sede do governo e a Residência Real. O Rei é coroado na primeira, embora more na segunda. O valor de Haia, entretanto, resulta da posição intermediária que ocupa entre Amsterdam e Rotterdam, situada como está num ramo do canal principal que une essas duas principais cidades do país.

\* \* \*

O pensamento inicial que preside à fundação de uma nova Capital ou à transferência da sede do governo para uma outra cidade pode ser obra de um chefe único, de um gênio fundador ou de uma elite esclarecida. A Capital pode surgir, como por encanto, de uma *Idéia Dominante*, qual Atenas da cabeça de Zeus, como resultado de uma verdadeira “revolução”, súbita e profunda. Pode também ser o resultado de uma “evolução”, lenta e natural, em longo processo de elaboração mental e amadurecimento político. Mas quando mesmo se desprenda aos poucos da esfera da imaginação criadora para a da realização prática, e seu processo de materialização dure anos ou mesmo séculos, é sempre a expressão de circunstâncias imperativas numa conjuntura crucial, um marco decisivo, o início de um capítulo novo do livro da história de um povo.

O gênio do Fundador muitas vezes empresta seu nome à nova metrópole que traçou para consubstanciar sua *Idéia Dominante*. Akhetaton está indissolivelmente ligada à memória de Akhenaton, o “Faraó herege” que primeiro concebeu o Monoteísmo. Alexandria, capital do Egito ptolomáico, foi a mais ilustre das metrópoles que o conquistador macedônio espalhou a granel, no passo de suas conquistas extraordinárias pela Ásia ocidental. Bizâncio, consagrada como a Segunda Roma, perdeu o nome de seu fundador, Byzas, para receber o de Constantino. São Petersburgo é a cidade de Pedro o Grande. Washington comemora, no obelisco central do “Mall”, o general vitorioso e o estadista austero a quem os Estados Unidos da América devem sua independência. Pretória celebra o maior “bandeirante” boer. Outras vezes, o nome possui um sentido histórico mais profundo, como que pretendendo indicar a intenção

transcendente que lhe deu vida. A Capital é uma realização urbanística simbólica da concepção do mundo reinante na época de sua fundação. Como símbolo, ela deve ser necessariamente uma cidade de beleza, dignidade e magnificência arquitetônica. Como instrumento, deve satisfazer a certas condições de posição, clima e sítio, oferecendo à administração edifícios amplos e convenientes para o trabalho efetivo – um dos mais elevados em seu propósito – que é o governo! A Capital é uma fonte de orgulho nacional e, para não ser “artificial”, deve ser sincera na expressão das peculiaridades, da tradição e do gênio artístico da raça. Entre todas as cidades de um país, ela se destaca pela primazia política e espiritual de sua posição. Mais do que qualquer outra cidade, ela constitui, no dizer de Lewis Mumford, “simultaneamente uma vantagem para a vida em comum e um símbolo daqueles propósitos coletivos que brotam, em circunstâncias favoráveis. Juntamente com o idioma, ela é, e continuará sendo, a maior obra de arte do homem!”.

Nas páginas que se seguem, muitas cidades, velhas capitais em ruínas, metrópoles veneráveis, aglomerações modernas de pujante crescimento, vão desfilar, ilustrando a *Idéia Dominante* que lhes deu vida. Veremos que essa idéia tem todos os propósitos, todos os matizes, às vezes os mais contraditórios. Todos os casos, porém, oferecerão algo como exemplo ou como lição.

Este livro, redigido antes da decisão do Presidente Juscelino Kubitschek de construir Brasília, foi publicado, pela primeira vez em 1958, através da *Novacap*, a quem reitero meus agradecimentos. A presente reedição é abreviada, revista e atualizada. Nos quarenta anos que se passaram, quero crer que o problema da nova Capital continua na Ordem do Dia do destino da nacionalidade.

.....

*II*  
*No antigo Egito:*  
*Memphis, Thebas e Akhetaton*

**E**stes primeiros casos de mudança de capital, chamados à nossa atenção, possuem um valor de pura curiosidade histórica. São, porém, documentos interessantes para provar que o homem, desde a mais alta antiguidade, procurou realizar seus projetos políticos e exprimir seus anseios espirituais através de grandes concepções arquitetônicas e urbanísticas. A civilização apareceu, pela primeira vez sobre a terra, no antigo Egito e na Mesopotâmia: as cidades que o homem ali construiu para sede dos palácios de seus reis e dos templos de seus deuses foram manifestações de uma cultura incipiente que se procurava realizar na pedra e no tijolo, já almejando à permanência, à eternidade. A edificação da primeira cidade assinalou, sem dúvida, o momento exato em que o homem abandonou sua vida de bárbaro nômade e, estabelecendo-se sedentariamente, cumpriu a condição essencial para o desenvolvimento de um Estado civilizado.

Ora, nessa época remota já se pode notar, em seus traços mais simples, a ação sensível dos inúmeros fatores geopolíticos, sociais ou religiosos que determinam a escolha do local e o caráter da mudança

das capitais. Os exemplos do Egito são justamente notáveis como testemunhos da constância de tais fatores através das idades. Demonstram a realidade de sua ação essencial e a importância incontestável de seu estudo para a realização, em dias que correm, de projetos idênticos.

Quando o Egito se unificou, há uns cinco mil anos, e com a chamada Primeira Dinastia organizou o “Antigo Império”, seu centro geográfico encontrava-se na região do Delta do Nilo. No vértice meridional desse Delta, acha-se ainda hoje a capital do país, o Cairo, não longe da qual se erguem as ruínas mais antigas da velha civilização faraônica: as Grandes Pirâmides, Sakkara e os restos de Memphis. Memphis foi a Capital do Antigo Império no ponto exato em que o vale do grande rio se alarga para formar a vasta planície do Delta.

Os séculos passaram-se. A cultura egípcia estendeu-se e o poder do Estado alargou-se, procurando subir o rio, em direção ao sul, para atingir a Etiópia. Pouco a pouco o eixo da potência faraônica deslocou-se para o Alto Egito, ao passo que o Delta – tanto do lado do oeste, para as bandas da Líbia, como do lado oriental, além do istmo de Suez, para as bandas da Ásia – se tornava vulnerável às incursões dos inimigos que a riqueza e a glória de Memphis atraíam. O Antigo Império ruiu no fragor das invasões e da anarquia, deixando os túmulos das Pirâmides como lembranças de sua obra: as maiores construções de pedra que o homem jamais havia realizado.

Depois de um longo período de obscuridade medieval, o Egito renasceu no período do Médio Império. Essa época assinala o crescimento de Thebas. A cidade é assim chamada pelos gregos e, em Homero, recebe o qualificativo de *Ekatompylos*, “Thebas das Cem Portas”, uma referência provável aos portais dos seus inúmeros templos. Os egípcios conheciam-na simplesmente como *Ne*, “a cidade”, ou então *Ne-Amun*, “a cidade de Amon”, sendo Amon a grande divindade local que dominaria a religião do país nos séculos seguintes.

A importância de Thebas e do deus Amon cresceu com o florescimento exuberante do país, em sua Idade de Ouro. A célebre XVIII dinastia, especialmente nos reinados de Tuthmosis III e Amenophis III, ergueu os gigantescos templos de Luxor e Karnak que, ainda hoje, encham de espanto os turistas pelo seu tamanho e largueza de concepção. A civilização egípcia ia atingir à culminância, nas criações da arte e do

espírito. Mas a Cidade das Cem Portas sofreria, então, um sério, ainda que passageiro revés, na luta pela supremacia entre as metrópoles do Egito. Na verdade, a história da fundação e da destruição de Akhetaton, “a Cidade do Horizonte de Aton”, é de tal maneira empolgante que não nos podemos furtar ao desejo de dedicar as primeiras páginas desta obra à capital erguida pelo Faraó Akhenaton.

As ruínas encontram-se perto da aldeia egípcia de Tell el-Amarna, a 250 quilômetros ao sul do Cairo, a meio caminho entre as antigas Memphis e Thebas. As pesquisas, ainda não terminadas, já nos revelaram riquezas que permitem formar uma idéia clara da personalidade excepcional de seu construtor. Akhenaton reinou de 1375 a 1358 antes de Cristo. Era filho do grande Amenhophis III (Amenhotep). O egiptólogo J. H. Breasted considera-o “a primeira personalidade na história da Humanidade”. Foi o “Faraó Herege” que procurou destruir o culto de Amon e o politeísmo confuso da religião tradicional, substituindo-os pela adoração de um novo deus, deus único, que chamou Aton, simbolizado por um disco solar cujos raios benfazejos terminam em mãos abertas, em gesto largamente generoso. Durante seu reinado, vieram à luz as tendências mais profundas da religião egípcia, evoluídas na escola dos Sacerdotes Solares do templo de On (que os gregos conheceram como Heliopolis). Essas tendências salientavam os aspectos éticos e universalistas do culto de Maat, Deusa da verdade e da justiça, e de seu pai o grande Deus solar, Re ou Ra, que fora identificado a Amon. Aten ou Aton é originariamente um dos nomes do Deus solar, embora alguns entendidos admitam uma influência oriental que se teria feito sentir após as grandes expedições guerreiras de Thutmosis e de Amenhophis, na Síria, Palestina e Sinai. Registra-se a hipótese de que Aton seja idêntico a um deus do mesmo nome, venerado na Síria e transformado posteriormente no Adonis da antiguidade clássica e no Adonai hebraico.

Akhenaton é talvez o Faraó melhor conhecido da história egípcia, apesar de ter sido o único cuja memória seus inimigos procuraram, por todos os meios, apagar. Realizou a primeira revolução religiosa da história e uma das mais sublimes – a primeira expressão definida e clara do monoteísmo, com suas características exclusivistas e iconoclastas. O Rei repudiou todos os deuses da antiga religião nacional, particularmente Amon e, às representações animais ou antropomórficas,



substituiu o culto da luz solar, representação abstrata da divindade única. Tanto Breasted quanto Erman, especialistas da antiga religião do Egito, insistem na sublimação do conceito da divindade por ele realizada. O Sol foi, na verdade, concebido como um símbolo pelo qual se manifestava a força benfazeja, criadora de toda vida. O disco solar constitui uma representação satisfatória, susceptível de obviar a qualquer imagem idiolátrica, animal ou antropomórfica. E, adiantando-se de quatorze séculos aos Evangelhos, idealizou Aton não como uma divindade local ou nacional, chefe paroquiano, ciumento e sanguinário de um “povo escolhido”, mas como um deus universal, um deus de Amor que reinava, sem distinção, sobre os egípcios como sobre todos os outros povos da Terra.

A revolução religiosa acarretou naturalmente uma tremenda revolução política. O Faraó tinha apenas dezenove anos quando se convenceu de que a nova fé só poderia triunfar se rompesse definitivamente com o clero dos antigos ídolos, especialmente com o de Amon, o qual constituía uma sociedade poderosa e temível, dominando Ne-Amun e exercendo uma tutela política sub-reptícia sobre a monarquia egípcia. O abandono da metrópole tradicional possuía, portanto, como objetivo principal, fugir a essa influência sacerdotal perniciosa e, em bases novas e novo local, reconstruir inteiramente a civilização egípcia. Veremos, em capítulo seguinte, que a fundação de Constantinopla se prende a motivos religiosos semelhantes.

A revolução faraônica comportava naturalmente uma transformação considerável dos hábitos, costumes e crenças seculares de um povo que sempre se distinguiu por seu extremo sentimento conservador, provocando uma metamorfose cultural talvez tão profunda quanto a crise religiosa. Akhenaton imaginou, em sua capital, um completo renascimento, uma transformação integral da vida de seu povo. Tell el-Amarna é um vale situado entre o Nilo e as encostas rochosas do deserto, vale fértil, bem irrigado, arborizado e florido; solo virgem, purificado de toda influência nefasta ou contaminadora; terra santa que seria o altar no culto da nova divindade. A mudança do trono coincidiu, aliás, com a mudança do próprio nome do monarca que abandonou seu título tradicional de Amenhopiús IV pelo de Akhenaton, “Aquele que agrada a Aton”.

Diante da vontade soberana do Faraó, a oposição surda e odiosa do clero deposto não evitou a transferência de grande parte da população, da Corte e do aparelho administrativo. Os velhos cortesãos, cépticos, conhecedores da vida, amantes de seu conforto, certamente não se lançaram a essa nova experiência, surgida como por encanto à beira do deserto, sem secretamente esbravejarem contra os fanáticos caprichos do profeta coroado. Mas era necessário demonstrar zelo, obedecendo às ordens do Faraó, por mais fantásticas que pudessem parecer. E Akhenaton era genial. Tanto em seus vãos místicos quanto em suas idealizações estéticas; via em grande! A cidade que traçou media oito quilômetros de comprimento por dois de largura. O local apresentava a forma de um hemicírculo entre as montanhas áridas e o Nilo. O curso do rio sagrado, nessa altura, é dividido por uma pequena ilha sobre a qual o Faraó imaginou construir pavilhões e vilas de recreio, para diversão de seus familiares. À margem das águas traçou magníficos jardins, interrompidos pelos palácios e pelos templos. Detrás da faixa verdejante, subindo as encostas da rocha, ergueu seu palácio e o grande templo, utilizando a pedra local, e, mais longe, no círculo rochoso de paredes quase verticais, os túmulos enormes, para si, os membros da família e seus mais fiéis partidários. A concepção era grandiosa. Não obstante a furiosa destruição que lhe acompanhou a morte, os alicerces lá ficaram como testemunhas do gênio artístico que soube realizar o primeiro grande plano urbanístico conhecido na história.

O Rei estabeleceu definitivamente a residência na nova capital no ano VIII de seu reinado. A cidade estava terminada, ao que parece, em pouco mais de dois anos! Foi evidentemente construída na maior pressa. Em vez de pedra, material por excelência da arquitetura egípcia, os engenheiros utilizaram muitas vezes o tijolo. Não havia tempo porque o tempo trabalhava contra os adoradores de Aton. As decorações são freqüentemente trabalhadas com “*trompe l’oeil*”. Imita-se aquilo que não há lazer para burilar com cuidado. O plano da cidade era revolucionário, não obedecendo a qualquer dos esquemas tradicionais, conhecidos em Memphis, Thebas e outras aglomerações egípcias. John Pendlebury, em sua obra *Tell el-Amarna*, fornece minuciosas descrições das ruínas que nos indicam o traçado das ruas, das largas avenidas, dos palácios, dos templos e das casas. Tudo foi desenhado para o culto do sol e disposto

segundo um eixo leste-oeste, de modo a favorecer os efeitos luminosos naturais da aurora e do crepúsculo. O Sol é realmente a idéia dominante do urbanismo amarniano, conduzindo o artista na procura dos jogos de luz e dos relevos naturais.

Várias residências aristocráticas da cidade deixaram restos que nos permitem, ainda hoje, reconstituir o estilo, o desenho do interior e a decoração – um todo de conforto, simplicidade e gosto refinado. Relevos e pinturas de túmulos completam nossa documentação, representando a vida diária da época, em todos seus detalhes. Os jardins de Akhetaton também revelam a mão do Faraó, em seu apaixonado culto da natureza. São verdadeiros jardins botânicos e zoológicos nos quais Akhenaton reuniu exemplos de plantas e animais cuja beleza não se cansava de cantar, louvando Aton pela sua obra admirável. O desenho dos espelhos de água, das colunatas, dos quiosques, do elegante pavilhão construído sobre a ilha, tudo parece indicar a presença de um espírito interior, dessa “luz que vem de Aton”, expressão sublimada da energia criadora do Sol, graças à qual o Faraó dirigiu carinhosamente as mãos de seus artistas nos trabalhos mestres de Tell el-Amarna.

O traço principal do Plano da cidade era uma longa avenida, paralela ao rio Nilo. No meio dele uma espécie de passarela a atravessava, no meio da qual sobressaía o Balcão das Aparições do Faraó. Uma das mais bem conservadas ilustrações desse ponto arquitetônico principal nos mostra Akhenaton, tendo ao lado sua real esposa Nefertiti e as três princesinhas, distribuindo colares de ouro e outras benesses a seus favoritos e ao povo que se acotovelava em baixo. A família real é desenhada abaixo do disco do Aton que, com seus raios terminados em mãos abertas, repete o gesto piedoso de distribuição de dádivas à humanidade. Presume-se que Akhenaton e os seus familiares realizavam diariamente a cerimônia, ao meio-dia, como que para simbolizar concretamente o relacionamento entre o Faraó e o deus Aton – aos quais tudo deviam, não só os egípcios mas os outros povos da terra. A passarela, construída entre o palácio do soberano à beira do rio e o Templo do Sol, permitia à família real e aos cortesãos atravessarem a avenida central, diretamente de um edifício ao outro.

As moradas de Akhetaton, construídas para receber com largueza os raios benéficos e divinos do Astro-Rei, perderam, substituída

por um pátio, a peça central da antiga casa egípcia. Os templos também. Em vez do mistério tenebroso dos antigos santuários, pórticos abertos e grandes áreas por onde Aton penetra às escâncaras, como convém em uma religião de amor e claridade. A cidade foi concebida como uma verdadeira aglomeração de templos. Havia santuários dedicados aos antepassados do Faraó, um templo à Rainha-Mãe Tii, capelas para as devoções pessoais da irmã do Rei, e assim por diante. Havia enfim o grande Templo de Aton. Esse templo, um tanto diferente na concepção dos outros grandes santuários de Thebas, ao invés de fechado, escuro, austero, próprio para inspirar, tal como em Karnak ou Luxor, o respeito e o terror, foi desenhado para a alegria, a claridade e para receber em cheio a luz criadora e vivificante do astro cujo espírito, Aton, nele habitava! Ali cantaria o monarca o hino ao Sol, uma das obras mais sublimes da literatura religiosa de todos os tempos:

*Formosa é tua Aurora, no horizonte do Céu,  
Ó Aton, Deus vivo, iniciador da vida!  
Quando despontas do lado do Oriente,  
Com tua beleza enches o universo inteiro.  
És grande, belo, resplandecente, alto acima da terra  
nos países da Síria, da Etiópia e do Egito.*

Poema divino cuja influência duradoura transparece no CIV Salmo de Isaías, primeira afirmação solene da fé monoteísta.

Nessa religião de amor, a arte passou a ser uma expressão do misticismo tão pura quanto a poesia ou a liturgia. Os artistas preferidos do monarca cujos nomes são conhecidos – Bek, Auta, Tuti, Nutmosis, Djehutimés – representaram a natureza com um realismo e uma graça refinada que nos encham de admiração. Pássaros, peixes, borboletas e outros animais pintados ou esculpidos com cuidado afetuosos. Cenas da Corte, de cunho familiar, sem cerimônia mas, ao contrário, com surpreendente franqueza, servindo de documento para nosso conhecimento da vida daquela época. E retratos admiráveis, especialmente a famosa cabeça de calcário colorido de Nefertiti, a esposa do Faraó, obra descoberta por arqueólogos alemães e immortalizando “uma das mulheres mais encantadoras que jamais existiram”.

A nova estética amarniana rompia definitivamente com o passado e, nesse sentido, constituía uma revolução tão profunda quanto a própria reforma religiosa. A arte egípcia tradicional era essencialmente ideoplástica: nela o realismo é secundário, muito embora haja produzido obras admiráveis de franqueza e expressão. A pintura era uma imagem conceptual que impunha uma rígida disciplina, transmitida de século para século e de milênio para milênio. Em Akhetaton, entretanto, registra-se uma tentativa consciente de fazer da percepção visual, da observação da aparência real da natureza, da reprodução verídica das formas exteriores, a base do processo artístico. Sente-se como que um ímpeto indômito dos artistas, favorecidos sem dúvida com o entusiasmo e a inspiração do Rei, para criar novas formas, completamente libertadas das correntes da tradição hierática. A tendência naturalista da escola viola todas as convenções, inclusive as mais sagradas que governavam a reprodução dos traços faraônicos. Ao invés de se fazer representar nas atitudes hieráticas clássicas, belas e frias, o Faraó aparece feio, magro, quase caricato, com um queixo saliente e uma barriga doentia, na realidade crua e humana com que o artista o contemplou. O realismo excessivo toma formas de verdadeira revolta contra o convencionalismo milenar das estátuas de Deuses e de Reis. É um retorno à ingenuidade da sensação e da primeira impressão. A explicação reside talvez no profundo amor da natureza, presente na nova religião atoniana. “Ó Senhor, como são múltiplas tuas obras! Como são excelentes teus planos!”, cantava o monarca inspirado. É esse culto da criação, inspirando a religião e a poesia, que se estendia às concepções artísticas para alimentar os *ateliers* de Akhetaton.

H. Francfort, Eric Peet, Leonard Wooley e outros estudantes de Tell el-Amarna notaram a semelhança que existe entre a arte de Akhetaton e a de Creta. Parece, na verdade, que houve uma influência indireta, pois o apogeu de Creta é anterior ao reinado de Akhenaton, o que é explicável, sem dúvida, pelos muitos contatos comerciais e políticos entre o Egito e aquela ilha durante e depois da época dos Hyksos e até a destruição de Cnossos por algum terremoto, maremoto ou pelas invasões dos aqueanos. De qualquer maneira, o espírito que anima as duas plásticas é o mesmo e reaparecerá, quase mil anos depois, no grande século da escultura helênica. Vale registrar essas relações porque a estética de Tel el-Amarna é a expressão propriamente egípcia numa linha

de desenvolvimento plástico “mediterrânico” de que devemos ser, nós, na América Latina, os prováveis herdeiros. Depois de nela instalada a Corte, oito ou nove anos de trabalhos tremendos foram necessários para transformar a nova capital em uma metrópole entre as mais belas, de modo a satisfazer os anseios religiosos e os devaneios estéticos do Faraó. A cidade é assim descrita por um cortesão: “A mui poderosa Cidade do Horizonte de Aton, grande pelo seu encanto, senhora de agradáveis festas e rica em virtudes de toda sorte, em cujo meio se acha a oferta do Sol, é encantadora e bela. A alegria reina à vista de sua beleza sem par. E quando temos a ventura de contemplá-la, é como um raio de luz celeste...”

Mas, isolado em seu sonho de fé, de paz e beleza, Akhenaton olvidou as maldades deste mundo. No exterior, as possessões e os aliados asiáticos do Egito foram sendo dominados pelas arremetidas conquistadoras dos Hititas, a nova potência militar do Oriente. O Faraó pacifista não se decidia a intervir. No interior, o clero reacionário de Amon fomentava distúrbios e conspirava contra o monarca. A revolução fervia enquanto o exército, comandado por Horemheb, não escondia sua impaciência diante da inatividade forçada que lhe era imposta pela candura do Faraó. Em pouco tempo, imperou a anarquia e o edifício do estado egípcio foi solapado em suas bases. Desesperado, quicá fulminado por um ataque epiléptico ou assassinado, Akhenaton morreu com pouco mais de trinta anos, vendo desmoronar-se a obra em que empenhara a vida. Sobre a múmia do Rei, descoberta por acaso no túmulo de sua mãe, encontrou-se o seguinte epitáfio que contém um apelo, uma derradeira prece a Aton, como que misteriosamente endereçada à posteridade:

“Respiro o doce sopro de tua boca. Diariamente contemplo tua beleza. Meu desejo é ouvir tua voz suave, semelhante ao vento do norte, e sentir meu corpo revigorado por ti. Dá as mãos que contém teu espírito, a fim de que o possa receber e por ele viver. Faze, na eternidade, a chamada de meu nome e ele jamais perecerá!”

Akhenaton foi sucedido por três Faraós insignificantes um dos quais, Tutankhamon, seu genro, só nos é conhecido pelo túmulo, de uma opulência excessiva. Mas em seu nome já se nota o dedo do clero de Amon. O Faraó seguinte, Horemheb, é o general vitorioso que repeliu os Hititas e restabeleceu o poderio militar do Egito, seguindo porém,

em matéria religiosa, uma política francamente reacionária, inspirada pela fúria vingativa e odiosa do clero de Thebas. A Corte voltou para a antiga capital e um ímpeto vandálico atirou-se contra a Cidade do Horizonte.

Mas eis o milagre de Aton! Ao fazerem ressurgir da areia, como por encanto, a cidade fantástica, as pesquisas arqueológicas modernas revelam que a destruição tão rapidamente acompanhou a edificação que certas casas e palácios ainda não possuíam cumeeira quando a picareta de demolição principiou a sua obra. Cadáveres de cachorros e de vacas foram encontrados no recinto, como se tivessem morrido de fome. O abandono tão repentino teve como conseqüência paradoxal a de permitir sua conservação, sem os estragos, os acréscimos e as deturpações normais de épocas posteriores, quando uma cidade atravessa séculos de existência. O local passou a ser tabu. Mumificou-se, como se fora, num manto de areia – algo semelhante ao ocorrido em Herculanium e Pompéia. E como resultado, as ruínas revelam perfeitamente a planta da cidade e, em seus mínimos detalhes, a distribuição dos bairros e o “zoneamento” já tão moderno que lembra os desenhos de Lúcio Costa para Brasília ou o de Le Corbusier na cidade índia de Chandigarh. Podemos assim vislumbrar o traçado da longa avenida, paralela ao rio, que a cortava em dois e ligava o palácio faraônico, o templo de Aton e os edifícios presumivelmente usados para fins administrativos aos bairros residenciais. No quarteirão dos operários encontramos um sistema de casas baratas, edificadas umas de costas contra as outras mas todas com fachadas sobre a rua, que de novo lembram os princípios do urbanismo moderno. Sabemos também quais foram os quarteirões ocupados por estrangeiros – sírios, palestinos, núbios e, sobretudo, cretenses cuja influência na estética de Tell el-Amarna parece hoje comprovada.

Paradoxo dessa era memorável que constitui, ao mesmo tempo, o princípio da decadência e o triunfo espiritual do Egito! A arte do Nilo exprimia-se quase exclusivamente em linguagem granítica. Não apenas que a pedra facilmente se haja conservado quando, por ventura, se perderam as produções da literatura, da música e da filosofia: o estilo egípcio é essencialmente arquetônico e, em sua ânsia de permanência material, o egípcio teve o propósito deliberado de sobreviver na pedra. Isso explica que os engenheiros faraônicos hajam desenvolvido a mais gigantesca e mais

exata engenharia da pedra conhecida na história. As estátuas, as esfinges, as pirâmides, os murais são sempre formas artísticas subsidiárias de uma arquitetura cuja expressão é, quase que invariavelmente, o templo e o túmulo ou, em outras palavras, uma arquitetura da eternidade. Não os vivos, cuja existência terrena não era realmente digna de maior interesse, mas somente os mortos mereciam esses edifícios ciclópicos, construídos com o objetivo exclusivo de resguardar as múmias ou, pelo menos, preservar a memória visual dos faraós e dos grandes dignitários num esforço heróico de eternizar a forma como se a forma, mesmo calcificada e empedernida, fosse a garantia da imortalidade!

A alma egípcia acreditava que essa permanência da forma constituía uma condição para a vida no além-túmulo. Daí a importância do culto de Osiris que representa o segundo aspecto da religião nilótica, em sua preocupação obsessiva com a morte. Ora, na doutrina de Akhenaton um progresso admirável se opera pois a imortalidade começa a ser compreendida num sentido espiritual, independente da sobrevivência da carne. A imortalidade da pedra com que os egípcios antes haviam contado é, afinal de contas, a imortalidade da múmia dentro de seu túmulo eternamente silencioso. Akhenaton compreendeu esse engano quando chamou o Egito de sarcófago e se deu como tarefa levantar-lhe a lousa. Pois amava a vida em todas as suas formas e não podia aceitar uma concepção, na realidade materialista, que reduzia a sobrevivência ao descanso petrificado. Certa vez escreveu: “Das areias mortas, dos corações mortos, vou libertar Aton, o Deus vivo. Homens: Amai-vos uns aos outros, amai-vos e não conhecereis a morte!”: Eis a chave do mistério: Quatorze séculos antes de Cristo, Akhenaton pregou a doutrina que encontraria sua formulação definitiva no Sermão da Montanha!

A natureza confirmou a intuição mística do Faraó: mumificada, como se fora, por um manto de areia, a Cidade do Horizonte sobreviveu intacta, como para rebater em seu próprio terreno as crenças tradicionais. Mas essa justificação póstuma serve apenas para ilustrar o triunfo do espírito. A memória do Rei monoteísta, longe de apagada pelo furor iconoclasta de seus inimigos que lhe quiseram mesmo destruir a própria múmia, é hoje mais vívida, para nós, do que a de qualquer outro Faraó. Quando, com pouco mais de trinta anos, Akhenaton morreu, “o sinal fora dado, o sinal para os séculos vindouros”. Sua mensagem de amor e



de beleza não se inscrevera em vão na pedra de Akhetaton. Não fora à toa que sublimara sua paixão pela sedutora Nefertiti, sua esposa e irmã, num amor que se estendera a toda a obra de Aton, Deus vivo e Deus único. “Escutai-me, sou Aton, vosso Pai, libertai-me das areias e dar-vos-ei um Reino!”. Pressentimento, quiçá, do Reino dos Céus anunciado no Sermão da Montanha. A hipótese de uma influência direta do culto de Aton sobre a religião mosaica e, conseqüentemente, sobre o Cristianismo, tem de qualquer forma intrigado muitos sábios modernos. Observe-se que o nome de Moisés – *Moshe* ou *Mosis* – é uma palavra egípcia freqüente, significando “criança”. Ela aparece em vários nomes de faraós como, por exemplo, em Ra-Mosis (Ramsés) e Tut-Mosis (Tutmés). Sem adiantar que Moisés haja sido egípcio, Breasted admite que “possuía conhecimento de toda a ciência dos egípcios” e, na base de uma interpretação psicanalítica do mito do nascimento do herói, “criança salva das águas”, Freud também adiantou a hipótese que o redentor dos judeus tenha sido, na realidade, um príncipe, um nobre ou alto sacerdote egípcio, partidário irreduzível de Akhenaton e de sua religião. Após a queda do culto atoniano, no período de derrota e anarquia que se sucedeu à morte do Faraó, provocando o desaparecimento da XVII dinastia, Moisés teria imposto a fé monoteísta a uma das inúmeras tribos orientais estabelecidas no Delta desde a invasão dos Hyksos. Obrigando-a a aceitar o costume egípcio da circuncisão, Moisés teria, em seguida, conduzido essa tribo semita numa excepcional experiência política e religiosa que ficou na história conhecida como o Êxodo.

Eis um dos segredos mais fascinantes da história! Através da noite dos tempos, podemos pressentir um fio misterioso que prende a sorte de Aton ao Adonai dos hebreus e ao Adonis dos sírios e, mais além, ao “Senhor” dos Cristãos. A idéia de um Deus de amor e de beleza, um Deus único que preside as obras da Natureza e protege, de amor igual, os homens de todas as raças e de todos os países medrou, pela primeira vez, no coração de um Faraó epiléptico, apaixonado e suave, que seus contemporâneos não souberam compreender. Mas o fio misterioso não se rompeu e, encoberta em sua mortalha de areia, Akhetaton prefigura Jerusalém e Roma...

Uma capital não se mede apenas pela função específica que desempenha, conforme o uso palpável que dela podem fazer seus

governantes e seus habitantes, mas também pelo simbolismo transcendente contido em sua fundação, ou por aquilo que significa. É esse simbolismo que lhe dá eternidade e muito embora Akhetaton, num país cuja existência foi a mais longa da história, tenha tido a vida mais curta de todas as capitais que vamos estudar, não se perde sua lição notabilíssima de dedicação e sacrifício. A “Cidade do Horizonte” é a primeira numa sucessão memorável de capitais consagradas.

*AKHENATON – Cabeça encontrada no atelier de Djehutimes, em Tell el-Amarna*

*AKHENATON – Nefertiti e suas filhas*

*AKHENATON – Sua real esposa Nefertiti, acompanhados das três princesinhas, distribuem colares de ouro a seus favoritos, no Balcão das Aparições reais*

*AKHENATON – Reconstrução*

.....

### III *Alexandria*

**C**ertamente a mais ilustre de quantas cidades medraram em terras africanas, Alexandria ainda é hoje uma das mais importantes da bacia do Mediterrâneo. Na antiguidade rivalizou com Roma em riqueza, poderio e com Atenas em esplendor cultural; na época bizantina, com a própria Constantinopla em prestígio intelectual e religioso. Em certo momento ameaçou sobrepujar as duas Romas como Capital do Ocidente, metrópole por excelência da cultura greco-romana, e, efetivamente, salvo certos caprichos da sorte, a obra mais durável de Alexandre escapou de desfrutar o glorioso destino que coube às cidades de Rômulo e de Constantino. E se brilhou acima de qualquer outra, no terreno filosófico, científico e teológico, Alexandria merece ainda particular menção, no quadro de nossa presente investigação, como a obra mais considerável da escola de Hipodamo de Mileto, o urbanista grego que lançou as bases teóricas do planejamento formal.

Finalmente, do ponto de vista da ciência geopolítica, a cidade ilustra, na antiguidade clássica, como São Petersburgo o fará na idade moderna, o fenômeno peculiar de transferência de uma capital do interior para o litoral do país – em outras palavras, o movimento inverso daquele que levamos a cabo, em nosso país, ao transferir a sede do governo do litoral para o Planalto de Goiás. Justamente por esse motivo, e em conexão com o caso russo, a apreciação de tal fenômeno encerra uma valiosa

lição de política comparada. Um pouco de história permitir-nos-á, como sempre, compreender a série de acontecimentos que determinaram a fundação de Alexandria.

Constituía o Egito, no quarto século antes de Cristo, uma simples província persa. A chamada “Renascença saíta”, sob os Faraós Psamético e Neco, fora de curta duração e, só momentaneamente, conseguira repelir os conquistadores asiáticos. Era o Egito, aliás, a sombra de si mesmo. A influência do Mediterrâneo, a preocupação dominante com a política asiática, onde se sucediam os grandes Impérios despóticos, e o influxo das gentes e das coisas gregas constituem os traços característicos dessa época de transição. Os comerciantes e os mercenários helênicos começam então a desempenhar um papel decisivo no país e a fundação do porto de Naucratis confirma a noção de que o Egito nada mais é, então, do que uma província na grande área cultural, no ecúmeno do mundo mediterrâneo. Em 525 antes de Cristo, Cambises, filho de Ciro, Xá-in-Xá, invade o país, captura Memphis e transforma o velho Império faraônico numa satrapia persa. Assim termina a independência egípcia.

Menos de duzentos anos depois surge ao norte, das montanhas da Macedônia, uma estrela fulgurante, um meteoro, um super-homem ou semi-deus que carrega, na aventura fabulosa, as esperanças de um mundo jovem, transbordante de energias criadoras. Alexandre, escreve Jules Lemaltre, “é a história fantástica e, no entanto, é a história!”. A epopéia tão rápida quanto extraordinária, escrita por seu protagonista com a espantosa incredibilidade de um drama homérico, registra a seguinte sucessão: depois de atravessar o Helesponto e efetuar um sacrifício sobre as ruínas de Tróia, o novo Hércules, o novo Aquiles corta o nó górdio, avança contra as hostes inumeráveis do Rei dos Reis, conquista a Ásia Menor, vence em Issus, funda a primeira de suas Alexandrias (Alexandreta ou Iskenderun, ao sul da Turquia atual), domina a Síria, destrói Tiro e garante assim, para os gregos, a hegemonia indiscutível sobre o Mediterrâneo oriental que, até então, disputavam aos fenícios e aos medas. Em seguida, no ano 332 antes de Cristo, após interromper todas as comunicações do vale do Nilo com o planalto iraniano onde se refugiara o monarca inimigo, ele penetra no Delta e proclama-se Libertador do Egito.

A conquista foi fácil. O povo acolheu-o, se não como libertador, pelo menos como um chefe mais suave. O sátrapa submeteu-se sem luta e Alexandre entrou na Capital dos Faraós onde foi proclamado Rei, sacrificando aos deuses tradicionais do país para lhes granjear afeto e proteção. De Memphis desceu o Nilo e efetuou então o ato que, na opinião de Bury, “não houvesse ele realizado qualquer outra façanha, seria suficiente para tornar seu nome para sempre venerável”: a fundação da mais célebre das setenta e tantas Alexandrias que espalhou no caminho de suas conquistas – essa sua futura capital que, para manter o contato rápido com a Grécia e a Macedônia, devia necessariamente ser marítima.

Ao libertar o vale do Nilo e fundar Alexandria, o rei da Macedônia prestava-se fielmente a um dos objetivos tradicionais da grande diplomacia grega e, particularmente, da política da thalassocracia ateniense. Cimon e Péricles também haviam acariciado a idéia de atacar os Medas no Egito e, isso, não apenas por simpatias ideológicas mas em virtude de interesses comerciais que datavam da época saíta e haviam dado origem ao porto de Naucratis e às feitorias dos Helenomemphitas. Um dos objetivos permanentes desse desígnio era a destruição do poder naval semita, localizado principalmente na costa do Líbano e protegido pelos Persas: a luta helênica contra os fenícios de Tiro é o prelúdio do duelo mortal de Roma contra os fenícios de Cartago.

O próprio sítio de Alexandria, predestinado por sua configuração a receber um grande porto, era desde muitos séculos conhecido dos gregos. No quarto livro da *Odisséia*, fala Homero numa “ilha no mar revolto, que chamam Pharos, ao largo do Egito. E tem bom ancoradouro”. Conta ainda que Menelau, ao voltar de Tróia, foi detido nessa ilha pelo gigante Proteu, famoso por sua capacidade de se metamorfosear. Ora, existe uma lenda egípcia muito semelhante que se refere a um “Pharaó Pruti”, sendo possível equacionar a etimologia das palavras Pharos e Pharaó, Proteu e Pruti.

Assentando os alicerces da nova capital helênica em terras do Egito, Alexandre reorganizou o país mas antes de partir para a ofensiva contra o planalto iraniano quis santificar sua autoridade e talvez satisfazer a certas fantasias míticas que sempre acariciou. Com esse propósito, empenhou-se na assaz misteriosa expedição ao santuário de Amon, no deserto da Líbia, onde, pelo deus máximo do Egito que os gregos



identificavam a Zeus, foi reconhecido como filho. Assim confirmava as vagas noções sobre seu nascimento partenogênico e ascendência divina. O acontecimento que o oráculo corroborou possuía sem dúvida um profundo sentido político: na figura do filho-herói de Olímpia, na pessoa do rei da Macedônia, generalíssimo dos gregos e vencedor dos persas, operava-se a identificação das divindades supremas do Egito e da Grécia, isto é, a fusão das duas culturas. A inclusão do Egito na esfera helênica abria uma nova era na história do vale do Nilo – era das mais ricas que duraria até a conquista muçulmana no ano de 641.

Entretanto, o destino de Alexandria só se desvendou após a morte do Conquistador. Comprometido um instante quando se lançou sobre a Ásia Central e inaugurou a política de integração greco-iraniana, esse destino foi assegurado por Ptolomeu, um dos melhores e mais sábios de seus generais que, para o Egito, trouxe o cadáver do Rei a fim de enterrá-lo num sarcófago de ouro. Pois enquanto os demais herdeiros do monstruoso Império faziam de seu Chefe, conforme ele próprio previra, “funerais sangrentos”, pretendendo, cada um por sua vez, restaurar o sonho de hegemonia universal, o prudente e sagaz Ptolomeu, filho de Lagus mas talvez, segundo a tradição, meio-irmão de Alexandre, consolidou seu domínio sobre o Egito, manobrou com diplomacia nos conflitos de vizinhos e rivais e, somente quando sentiu garantida a segurança e neutralidade do país, ousou proclamar-se Rei. A dinastia lágida assim inaugurada iria reinar mais de duzentos anos – dinastia curiosa, complexa, grega em Alexandria, egípcia no Alto Nilo, dinastia em que se contam dezesseis Ptolomeus, seis Cleópatras, quatro Berenices e outras tantas Arsinoés, dinastia brilhante e cruel onde as mulheres desempenham um papel saliente, onde irmão casa com irmã, irmã assassina irmão e onde, à mais frenética sensualidade e ao vício mais torpe, se aliam um surpreendente talento político e um sincero amor pelas artes e a cultura. Mas é ao primeiro e grande Ptolomeu, apelidado Soter, que Alexandria deve sua posição predominante, sua prosperidade e dois de seus mais famosos monumentos, o Museu e a Biblioteca. Foi também nessa época que se fez o planejamento da cidade.

Alexandria foi desenhada por Dinoerates de Rhodes e Sostrato de Cnido segundo o plano retangular, em “xadrez”, vulgarizado por Hipodamo de Mileto. Nascido cerca do ano 500 a.C., não foi Hipodamo

certamente, como às vezes se acredita, o criador do esquema geométrico, do desenho formal, ortogonal ou em grelha, cujas origens na realidade podem ser descobertas no Egito e na Mesopotâmia, milênios antes. Foi simplesmente um teorizador, filósofo e matemático, que formulou os princípios básicos do urbanismo formal, numa época em que essas noções não haviam ainda penetrado no terreno das realizações práticas. Atribuem-lhe a construção do Pireu, encomendado por Temístocles, e o planejamento de Rhodes, o primeiro “Distrito Federal” que registra a história. Hipodamo herdou as tradições geométricas e as concepções da “mágica dos números” que os Pitagóricos haviam transmitido do Oriente, isto é, as concepções babilônicas, assírias e hititas, e especialmente a veneração do número três. Sofreu também influência do que Henri Lavedan chama o “urbanismo prático” da Mesopotâmia, o que quer dizer a técnica das canalizações, esgoto, orientação e comunicações. Qualquer que lhe tenha sido o mérito particular ou a realidade das obras a ele atribuídas, o fato é que constitui um expoente das idéias reinantes na época e que seu nome foi respeitado pelo próprio Aristóteles.

A partir do quarto século antes de Cristo, a composição regular estende-se e vulgariza-se, talvez em conseqüência da influência do espírito filosófico de ordem e de organização. Vale notar que, tanto em Aristóteles quanto em Hipodamo, os princípios do urbanismo são deduzidos da Política, isto é, da ciência de administração das Cidades-Estado. Talvez a relevância do problema político, que desponta subitamente na consciência helênica após o drama irremediável da Guerra do Peloponeso, atrai a atenção dos pensadores para esse ramo da arquitetura até então desleixado. Aristóteles escreve sobre urbanismo em sua “Política”, estabelecendo os três aspectos fundamentais da matéria sob os títulos de higiene, defesa e circulação. É também Aristóteles que assinala a incompatibilidade dos dois últimos pois o plano informal, como se demonstrará na Idade Média, é favorável à defesa mas prejudicial ao trânsito. O Estagirita não oferece, entretanto, uma fórmula conciliatória entre as necessidades da defesa e o desenho regular que facilita as comunicações.

Dinocrates de Rhodes pertencia a uma profissão que, na época, encontrava amplo terreno para transformar em conjuntos formais de pedra, mármore e tijolos, os princípios teóricos de Hipodamo e de Aristóteles. Parece que se tratava de uma personalidade original, de certo

modo megalomaniaca, própria para agradar Alexandre. Consta que teria mesmo proposto transformar o Monte Athos numa estátua gigantesca do Rei da Macedônia, o qual seguraria um templo em uma das mãos e, na outra, um jarro do qual se precipitaria uma catarata sobre o mar. Coube-lhe desenvolver, em escala monumental, o plano que, em linhas gerais, fora concebido pelo Rei. Uma lenda curiosa simboliza a colaboração entre o arquiteto e seu chefe: ao dispor o perímetro urbano de Alexandria, Dinocrates notou a falta de cal, que utilizava para indicar o traçado aos mestres-de-obra. Alexandre ordenou incontinenti que a farinha destinada ao exército fosse servida ao arquiteto para aquele mister. Pássaros voaram e comeram a farinha mas os áugures consideraram o incidente como um presságio favorável.

O esquema de Alexandria era relativamente simples: a forma de uma clâmide grega; uma avenida central, a Rua de Canope ou Rua Larga, na verdade de mais de trinta metros, longa de cinco quilômetros, cortando a metrópole de leste a oeste; outra, a avenida de Soma, igualmente ampla, cruzando em ângulo reto e abrindo uma vista do Palácio Real, situado à beira-mar, sobre o Lago Mareotis, ao sul. Essas artérias, cujo traçado pode ser ainda hoje descoberto em ruas da moderna Alexandria, constituem talvez as mais antigas avenidas do mundo. Elas apresentavam um aspecto que consideraríamos moderno: colonatas e arcadas ladeavam-nas, protegendo do sol e da chuva os transeuntes que admiravam os artigos de luxo mais variados, apinhados nas vitrines das suas lojas. Quanto às transversais norte-sul, em número de onze, eram dispostas de modo a distribuir, por todo o perímetro urbano, os ventos etésios que sopravam do quadrante Mediterrâneo e aos quais os sábios e higienistas atribulam a saúde e longevidade dos alexandrinos. O entrocamento das duas avenidas principais – que seria ornado por Vespasiano com um arco de triunfo ou porta monumental, o Tetrápylon constituía o verdadeiro coração da metrópole e nele formigavam os habitantes, num acotovelamento oriental e num vozerio tipicamente meridional. Esse entroncamento abria uma das largas *plateai* destinadas a substituir a ágora e o fórum como centro de reuniões populares nas cidades do futuro (a palavra é a origem da *piazza* italiana e da nossa praça). Não longe da interseção encontrava-se o túmulo de Alexandre, espírito tutelar da aglomeração. No centro da cidade, à beira do grande porto, erguia-se

o Palácio Real, protegido pelos quartéis da guarnição ptolomaica e dispondo de um ancoradouro próprio. Em seguida, nas proximidades, a série impressionante dos grandes monumentos, das obras de que mais se orgulhava: o Teatro, a Biblioteca, o Museu, o Ginásio consagrado a Dionísio e o Estádio que simbolizavam o domínio da alma grega, impregnada de amor pela razão e pela beleza física, sobre a velha terra do Egito. Uma prodigalidade inacreditável de palácios e de templos, edifícios imaculados de mármore branco, de puro estilo jônico ou coríntio, com terraços em colunatas, ornamentados de magníficas estátuas e de murais policrômicos – a arte, a filosofia, o culto da forma humana, a clareza radiante do aticismo, a plástica vibrante da Grécia dominando o hieraticismo faraônico, uma riqueza sem precedentes de formas e de cores que se impunha sobre a terra enrugada do Egito!

Capital de um reino poderoso e rico, de uma potência naval e mercantil, Alexandria possuía muitas características de uma cidade colonial. Cosmopolita por excelência, seu “zoneamento” de base racial revelava a fusão imperfeita dos vários elementos que compunham a nacionalidade ptolomaica. No apogeu, a metrópole foi uma Babel de raças que pode ter abrigado um milhão de habitantes, isto é, talvez mais de um décimo da população total do Egito. Além das colônias já mencionadas, em suas ruas e seus cais transitavam árabes e persas, judeus, fenícios e sírios, negros da Núbia e do Sudão, etíopes, bárbaros da Caucásia e das planícies russas, trácios, bitínios, capadóciolos, indianos e talvez mesmo chineses. População volátil, desregrada, briguenta, nervosa, irreverente, ativa, comerciante, brilhante, devassa, alegre, fanática na devoção a seus deuses, à sua cidade e aos heróis do anfiteatro e do estádio. Entretanto, o porto manteve-se sempre espiritualmente isolado do interior do país. O alto vale do Nilo conservou-se invariavelmente esquecido e retrógrado, visitado apenas pelos turistas e pelos coletores de impostos. Nele os Ptolomeus eram ainda adorados como Faraós, encarnações da divindade. Outros arcaísmos sobreviviam. A cisão do interior com a grande metrópole litorânea acentuou-se com o passar dos séculos, ilustrando o fenômeno tão característico das capitais litorâneas do qual ofereceremos mais tarde outros exemplos.

O caráter cosmopolita de Alexandria revelava-se perfeitamente na circunstância de ter sido o maior centro de turismo da antiguidade. A

cidade orgulhava-se de seus hotéis, de seus “guias”, de seus intérpretes e cicerones que, além de mostrá-la, levavam os estrangeiros ricos em excursões às pirâmides e aos templos de Luxor. Mas Alexandria possuía títulos próprios para sua fama, sem necessidade de recorrer aos monumentos do velho Egito. Para começar, o porto ostentava o Farol, uma das Sete Maravilhas do mundo, construído pelo arquiteto Sostrato de Cnido a fim de guiar os navegantes à entrada do ancoradouro e suprir as deficiências de um litoral baixo, cheio de arrecifes e sem elevação orientadora. Se o Farol representava o triunfo da técnica e da ciência helenísticas e constituía uma expressão dos conhecimentos matemáticos da escola alexandrina (Sostrato foi contemporâneo de Euclides e de Eratóstenes), a Biblioteca, criada talvez por sugestão de Aristóteles e em cujas prateleiras encontravam-se algumas centenas de milhares de rolos que pretendiam encerrar toda a ciência do homem, refletia a riqueza e a fertilidade cultural da metrópole. Depois de tanto concorrer para a difusão dos conhecimentos científicos e literários da Grécia e de Roma, a coleção, já prejudicada na época bizantina pela reação religiosa, iria ser destruída pelo fanatismo árabe quando da conquista islâmica sob o Khalifa Omar.

Não menos venerável do que a Biblioteca, do ponto de vista cultural, era o *Mouseion*, isto é, o edifício dedicado, conforme inspiração platônica, às Musas das letras e das artes. Abrigava a escola alexandrina, essa universidade que seria a mais justamente reputada do Império romano, ultrapassando a própria Atenas pela fecundidade de suas idéias e pela reputação de seus mestres. Organizada sob a inspiração de Demétrio de Falero com o intuito evidente de rivalizar com as escolas de Atenas, não consistia na realidade em um estabelecimento de ensino porém em uma espécie de instituto de altos estudos, dividido em quatro corporações: a dos astrônomos, a dos literatos, a dos matemáticos e a dos físicos. A contribuição do Museu à cultura universal quase vale, por si só, para tornar Alexandria digna da celebridade que grangeou. Basta mencionar nomes como os de Heron; Teócrito; Herófilo e Erasistrato, médicos famosos; Zenódoto, o gramático erudito; Eratóstenes, geógrafo e cosmógrafo, calculador genial da circunferência da terra, e Claudio Ptolomeu cujo sistema astronômico durou até Copérnico; Euclides, o gigante da geometria, e o próprio Arquimedes, o maior sábio da antiguidade, que ali estudou! No período final de sua história clássica, Alexandria seria também

o grande centro difusor das idéias neoplatônicas, representadas sobretudo pelos filósofos Philo Judaeus e por Plotino o qual prepararia o terreno para o sincretismo espiritual que garantiria o triunfo do Cristianismo.

Pelo renome de sua cultura, indústria e prazeres, Alexandria mereceu as descrições mais entusiásticas dos que a conheceram. Foi a Paris da antiguidade, meca de artistas, ricos, turistas, voluptuosos e aventureiros de toda espécie. Sua filosofia resumia-se na doutrina vulgarizada pela escola hedonista de Aristipo de Cirene que pregava o perfeito gozo de cada *monochronos hedone*, de cada momento de prazer. Hegésias, filósofo pessimista cujas doutrinas inspiravam suicídios em massa, foi expulso da cidade. No subúrbio de Eleusis e na aglomeração satélite de Canope, o templo de Afrodite era o centro da orgia e da sensualidade desenfreada – imenso prostíbulo onde milhares de criaturas, oriundas de todos os recantos da terra, ofereciam impudicamente ao transeunte “todas as libertinagens inventadas pela sensualidade grega, aliada à corrupção egípcia e ao refinamento oriental”.

No período constantinopolitano, a metrópole prestigiosa do Nilo seria o maior centro espiritual da Cristandade. Alexandria contribuiria para a nova religião com uma sólida base mística e filosófica, alicerçada na Razão e no Amor, as duas idéias que sempre acima de tudo venerou. Mas se foi um rico manancial da ortodoxia, seu fanático entusiasmo pela especulação teológica favoreceu a proliferação de doutrinas heréticas – o Arianismo, o Monofisicismo e tantas outras...

A alma feminina, a sedução de Alexandria, seus métodos cruéis e dissimulação, sua pompa insolente e cobiça fatal, sua voluptuosidade e extravagância, sua inteligência e cálculo, estão bem representadas na figura fabulosa de Cleópatra, a última rainha do Egito. Que poder misterioso escondia essa mulher, capaz de dominar não apenas o impetuoso e infantil Marco Antônio, mas o maduro e genial Júlio César? Dela, mais do que de qualquer outra soberana, dependeu em certo momento a sorte do mundo. Goethe declara que, “quando uma mulher adquire alguns dos atributos do homem, ela deve triunfar; pois se intensifica suas outras vantagens por um excesso de energia, o resultado é um ser tão perfeito quanto se possa imaginar”. Uma ambição inextinguível alimentou o coração dessa criatura, meia grega e meia egípcia, com todas as artimanhas da inteligência helênica e da tortuosidade oriental. Em sua

biografia, acentua Oscar Wertheimer que “ela sempre aparecerá como a encarnação suprema do eterno feminino, enigma doce e cruel destinado, pela natureza, ou a colorir a vida de um encanto divino, ou a destruí-la”... Flor mais perfeita e mais completa que a cortesã do Nilo produziu no auge de seu fulgor, com que intuito trabalhou senão o de realizar os objetivos mais longínquos de sua casa e de sua cidade: o de escapar do poder avassalador de Roma e dominar a bacia oriental do Mediterrâneo? Cleópatra foi bem a personificação de Alexandria, em toda a sutileza de suas armas femininas, para a suprema tentativa de realizar o seu destino.

Lembremo-nos dos propósitos vagamente acariciados por Alexandre ao fundar a capital nilótica. Esses projetos não foram concretizados em consequência de sua própria desmedida e da circunstância fortuita de uma morte prematura. Sabemos que, durante o sítio de Tiro, Dario propôs-lhe a paz com a divisão do mundo pela fronteira do Eufrates: a dinastia aquemenida conservaria o Iraque e o Iran, deixando ao macedônio a Ásia Menor, a Síria, a Palestina e o Egito. Parmênio, o velho e prudente general, aconselhou: “Eu aceitaria, se fosse Alexandre!”. Ao que lhe respondeu o herói, num momento mal inspirado: “Eu também, se fosse Parmênio!”. Pois Parmênio, em última análise, estava com a razão tanto do ponto de vista estratégico e geopolítico quanto do ponto de vista dos interesses superiores da cultura helênica. A história subsequente comprovou amplamente a sabedoria da tese que pretendia limitar a conquista aos territórios assimiláveis do litoral mediterrânico. A expedição fabulosa de Alexandre até às margens do Indus serviria apenas para empolgar as imaginações e levar as sementes da cultura helênica aos confins centro-asiáticos. É certo que essas sementes produziram o fruto maravilhoso da arte greco-búdica que, pela rota da seda e o Turquestão, influenciaria a plástica chinesa e japonesa. Fora disso, porém, bem efêmera foi a obra de Alexandre no Iran. O conquistador excedeu-se, ultrapassou ali os limites razoáveis do engenho político e militar e, se o seu nome Iskender adquiriu um sentido quase semi-divino, na fértil imaginação do Oriente (a epopéia persa de Ferdousi o coloca entre os heróis nacionais), a expedição não teve outro resultado prático senão o de abrir temporariamente o caminho da Índia e destruir o Império aquemenida. Sua morte prematura em Babilônia arruinou qualquer perspectiva de consolidação

de um Império tão instável e heterogêneo em substância, quanto imenso em extensão.

À luz de tais considerações, parece evidente que Alexandria se patenteava como a única possível capital do abortado Império macedônico. E há ainda um outro aspecto da questão: sabemos que, entre as aspirações de Alexandre, figurou a conquista do Ocidente, com o objetivo precípua de destruir Cartago como seqüela da luta contra os fenícios de Tiro. Esse projeto ele teria imaginado empreender ao retornar da expedição à Índia. Nesse caso, os macedônios ter-se-iam adiantado aos romanos nas guerras púnicas e na constituição de um Império no Mediterrâneo: com sua capital em Alexandria ocupariam uma posição ideal para dominar ao mesmo tempo a Grécia, o Egito, a Síria e os futuros territórios ocidentais. Os historiadores permitem-se divagar sobre tais eventualidades. Mas se as fantasias históricas podem ser vãs, ajudam muitas vezes a explicar acontecimentos de outro modo incompreensíveis. O fato é que o erro de Alexandre em se desviar da rota natural, que a lógica da história apontava, condenou-lhe a obra ao malogro e privou a metrópole do Nilo de um destino quicá mais estupendo do que podemos conceber.

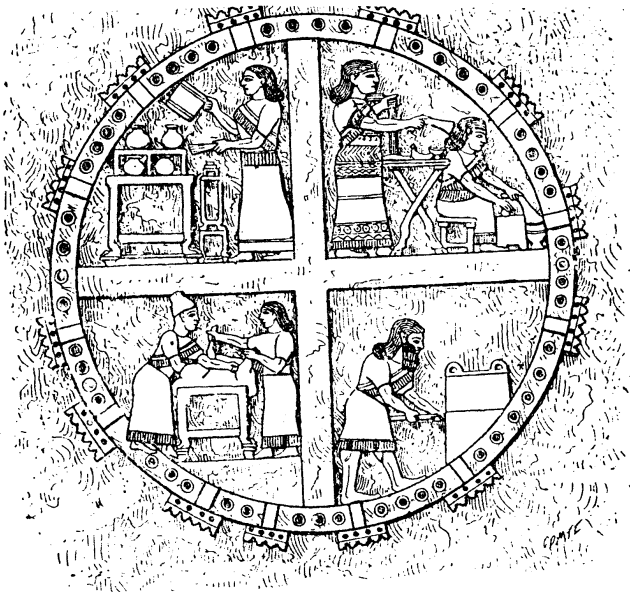
Alexandre deixou passar a oportunidade e a fabulosa Cleópatra tentou em vão agarrá-la quando o Sol de Roma brilhava no zênite. A sorte, porém, estava lançada e a história não volta atrás: Constantinopla e não Alexandria seria a herdeira do Império, a Capital do Oriente no declínio de Roma. Depois, vieram repentinamente os árabes. O Islã era muito simples, muito viril, muito duro, era uma religião do deserto, por natureza continental, imprópria para agradar a uma cidade radiante, banhada pelas ondas azuis e as brisas amenas do Mediterrâneo. Por isso decaiu. Mais uma vez o eixo do Egito mudou de direção e a capital internou-se no Delta, escolhendo no Cairo o sítio prestigioso da antiga Memphis.



*Busto de Alexandre*

*Alexandria – Planta aproximada, em princípios da época romana.  
Desenho em grelha segundo os princípios de Hipodamo de Mileto*

*Urbanismo no Oriente antigo Plano de Cidade hitita de Zandjirli,  
Turquia (in P. Lavedan "Histoire de l'Urbanisme")*



*A Cruz-no-Círculo num plano de cidade na antiga Mesopotâmia*

.....

## IV

### *Constantinopla*

**N**o século quarto de nossa era, uma profunda evolução política interna acompanhara a sensível transladação do eixo militar do Império Romano e a influência espiritual crescente do Oriente mediterrâneo. Desde Caracala a cidadania havia sido estendida a todos seus habitantes livres, e o *Senatus Populusque Romanus* não representavam mais os soberanos do mundo. A autoridade estava agora investida na pessoa do Imperador que se transformara em um déspota oriental, cercado de pompa e etiqueta, e servido por uma imensa burocracia centralizadora. Roma era ainda a cidade mais importante do Império. Deixara, porém, de constituir o centro de seu poder político, nem podia mais pretender ao privilégio de albergar a autoridade efetiva. Os Imperadores da decadência, nas vicissitudes políticas internas e externas, e levando em conta as necessidades prementes da defesa, encontravam melhores sítios para dirigir suas legiões e a pesada máquina do Estado universal.

Na própria Itália, a evolução dos acontecimentos, no período final do Império do Ocidente, ia determinar o abandono de Roma em favor de Ravena. Se o Império do Ocidente houvesse subsistido, sempre resistindo ao ímpeto dos bárbaros, talvez Ravena houvesse substituído

Roma. A Itália, porém, estava decadente no corpo e na alma; na realidade nem era a região mais rica e importante do Mediterrâneo. Essa decadência era evidente nos princípios do século quarto, isto é, cem anos antes do saqueio de Roma por Alarico, rei dos Godos, no momento em que Constantino decidiu abandoná-la. Pois quando o Império, tendo perdido seu dinamismo interno, se retraía, dentro de limites conservadores, para melhor defender-se dos audaciosos ataques de persas e de bárbaros, aguçava-se a visão geopolítica dos grandes imperadores da decadência.

A primeira solução, idealizada por Diocleciano, fora dividir os domínios romanos em quatro áreas, governadas respectivamente por dois Augustos e dois Césares, obviando assim aos inconvenientes de sua enorme extensão. Diocleciano transferiu em certo momento seu governo para Nicomédia, hoje Iznik, na margem asiática da Turquia. Constantino, porém, reunificara o Estado depois de sangrenta guerra civil. Ao reconhecer a importância relativamente maior e as dificuldades crescentes do governo em sua metade oriental que, além de culturalmente mais ativa, parecia militarmente mais exposta, procurou uma solução para a sede do comando do Império. Sárdica, Tessalônica (Salônica) e Tróia foram consideradas antes que a escolha finalmente recaísse sobre Bizâncio, cuja posição e sítio excepcionais tivera, com cuidado, ocasião de examinar durante a luta contra Licínio. A trasladação da sede do governo imperial constituía assim o capítulo final de uma lenta evolução, prevista meio século antes por Diocleciano. Sem perceber que as invasões germânicas iam revitalizar o Ocidente e que ali, na Europa, residia em última análise a herança futura de Roma, esses Imperadores ilustres tiveram os olhos fitos no Oriente. É que vigiavam os persas – a única potência que jamais se dobrara ao domínio de Roma – embora observassem os godos cujas vanguardas escaramuçavam no curso inferior do Danúbio. Se é verdade que a tormenta maior atravessaria o Reno, parecia-lhes então que o perigo imediato residia nos dois flancos do bastião anatoliano. Além disso, as melhores legiões eram recrutadas na rude Ilíria, hoje Croácia e Albânia, e suas esquadras operavam no Mar Negro.

O caso de Ravena, como o sucesso definitivo de Bizâncio, demonstra que as condições da época destacavam a preponderância de um novo fator na escolha de sítios para as cidades: a defesa! A sorte das capitais medievais dependeu inteiramente de suas qualidades topográficas

favoráveis à defesa – coisa que não ocorreu em medida equivalente na Antiguidade. Ora, se Constantinopla teve um destino tão brilhante é justamente porque, a essas prerrogativas táticas, se juntavam as vantagens estratégicas da posição geográfica. Em Ravena e em Constantinopla, o olho do soldado é o padrão exato na apreciação dos fatores da mudança.

A história de Constantinopla enche três épocas, a clássica, a bizantina e a otomana. Na primeira, ela é chamada Bizâncio; na segunda, toma o nome do Imperador e, na terceira, os turcos chamam-na de Istantul (corruptela da expressão grega *is tan polis*, “vou à cidade”. O que nos interessa aqui, especialmente, é a transferência do governo imperial em princípios do segundo período mencionado pois essa transferência, melhor talvez do que qualquer outro dos exemplos abordados no presente trabalho, ilustra a relevância da decisão soberana que dá existência às capitais.

Fundada, segundo a tradição, por marinheiros de Argus e de Megara sob o comando de Byzas, acerca do ano 657 antes de Cristo, Bizâncio deve seu destino brilhante à magnífica posição que ocupa entre a Europa e a Ásia, posição que esses antigos mercadores gregos não tardaram em observar, enamorando-se da beleza e segurança do local. Diz a lenda que, antes de partir para a viagem, Byzas consultou o oráculo de Delfos, perguntando-lhe onde deveria fundar a nova colônia. A resposta críptica “...em face dos cegos”... – pareceu-lhe incompreensível. Não obstante partiu, atravessou o Helesponto e a Propôntida e encontrou, na margem asiática do Bósforo, o estabelecimento megariano de Calcedônia. A bordo, entretanto, descobriu uma enseada magnífica ainda não utilizada. E então compreendeu que os marinheiros de Megara eram realmente cegos, pois não haviam percebido a situação infinitamente mais favorável da margem européia, bem em frente de sua feitoria.

No terceiro século antes de Cristo, Políbio descrevera a posição “como mais favorável à segurança e à prosperidade do que a de qualquer outra cidade do mundo por nós conhecido”. Do lado de terra controlava a passagem da Europa para a Ásia, no ponto mais exíguo dos Estreitos. Essa circunstância possuía um valor militar da mais alta relevância e, na verdade, a praça conseguiu impedir ou, pelo menos, dificultar o trânsito de exércitos invasores que procuravam forçar a passagem de

um continente para o outro. Do lado do mar, dominava o Bósforo e o Mar de Mármara, comandando a navegação do Mar Negro. Esse duplo encargo concedia a Bizâncio o privilégio excepcional de poder jogar com as alternativas da força naval ou da força terrestre, exigindo de qualquer atacante decidido a capacidade de ação nos dois elementos, coisa rara de obter. Poucas vezes na história um Estado gozou de vantagem igual. Temos que chegar à idade moderna para encontrar, com a Espanha, o Japão e os Estados Unidos da América, exemplos de potências que foram igualmente formidáveis em terra e no mar.

Poderia parecer, quicá, no âmbito considerável da sociedade mediterrânea abarcada pelo Império Romano, que o sítio de Bizâncio se fixara em posição geográfica periférica. Certo, a Itália e a Grécia eram mais centrais mas o relativo afastamento do Bósforo se achava largamente compensado pelas facilidades de comunicação de que dispunha com o Mar Egeu, a Europa oriental e os Balcãs através da Trácia, a Ásia ocidental, a Armênia e o Cáucaso através do planalto da Anatólia, e as planícies da Rússia meridional através do Mar Negro. Napoleão, em Tilsit, chamá-la-ia a chave da Europa. O *hinterland* de Bizâncio estender-se-ia até as estepes do Don, do Volga e do Dnieper, exercendo uma influência política, econômica e cultural sobre a retaguarda dos bárbaros. Isso comportava ainda uma vantagem estratégica suplementar pois permitia executar vastas manobras de envolvimento contra seus inimigos, procedentes quer da Rússia, quer da Ásia Menor. Foi também graças a essa posição que desempenhou um papel tão saliente na colonização dos territórios eslavos e, sem dúvida, não houvesse existido o Império bizantino, as planícies russas não seriam hoje européias. Os rios que desembocam no Mar Negro serviram de vias de penetração para a cultura greco-ortodoxa nessas planuras infinitas que nunca perderam seu caráter de vestibulo do nomadismo centro-asiático.

As condições locais de defesa do porto eram igualmente incomparáveis. “O mar”, escreveu Procópio, o cronista de Justiniano, “cinge a cidade, deixando à terra apenas uma nesga que serve de nó à grinalda”. A península ponteaguda é protegida, de um lado, pelo Mar de Mármara (Propontis) e, do outro, pelo Corno de Ouro, apresentando apenas uma frente a qualquer sitiante eventual. Essa frente ocidental não tardou em ser fortificada com muralhas que se tornaram as mais

consideráveis obras de defesa até então existentes. Alexandre Van Milligen conclui com muita razão: “A Natureza não poupa ao homem a obrigação de ser bravo e inteligente; mas, na maravilhosa configuração de terra e mar ao redor de Constantinopla, a natureza tudo fez para permitir à coragem e habilidade do homem ali estabelecer o esplêndido trono de um grande Império”.

Vale repetir: Bizâncio combinava de maneira estupenda o jogo da defesa terrestre e da defesa marítima. Sitiada do lado da Trácia, podia abastecer-se por mar. Bloqueada por esquadras inimigas, recorria às suas comunicações terrestres. Atacada pela Europa, a passagem do Bósforo garantia-lhe as vias de acesso por onde chegavam os suprimentos procedentes da Ásia. Agredida por adversários asiáticos, esses tinham que atravessar, primeiramente, o fosso natural do Estreito e contornar o Corno de Ouro para chegar ao pé de suas muralhas. Guardiã da chave dos Estreitos, bastião da passagem entre dois mundos, resistiu durante mais de mil anos aos ataques de godos, hunos, ávaros, búlgaros, persas, russos, árabes e turcos. Estado da Idade Média, como o define Rambaud, “colocado sobre as fronteiras extremas da Europa e nos confins da barbaria”, a capital caiu uma vez, sob o impacto criminoso da Quarta Cruzada e, já agonizante, foi levada em 1453 por Mehmet Fatih, o Conquistador. Mas sob a proteção de suas muralhas, do fogo greguês e da Virgem Santíssima, que função admirável exerceu, em benefício da civilização, durante os séculos em que o Velho Mundo, da Espanha até a China, estava sendo submergido pelas grandes migrações de povos!

Em novembro do ano 324 de Nosso Senhor, Constantino conduziu seus conselheiros, sacerdotes e engenheiros para proceder ao levantamento das colinas que cercavam a aglomeração e que, como em Roma, foram contadas em número de sete. Animado, conforme se dizia, pela inspiração divina: “Avançarei até que Ele, o Deus invisível que me conduz, julgue oportuno deter-se”. O Imperador tomou um interesse pessoal no traçado da metrópole e suas proporções pareceram aos contemporâneos tão gigantescas que lhes encheu de estupor incrédulo. Entretanto, menos de cem anos depois, já os limites da cidade se haviam tornado tão modestos – extravasando os subúrbios por toda parte – que o Imperador Teodósio resolveu aumentar-lhe o âmbito com construção de novas muralhas. Essas constituem ainda hoje os limites da cidade



antiga; mas a Istambul moderna cresceu sobretudo do lado de Gálata, no bairro estrangeiro, isto é, na margem ocidental do Corno de Ouro.

No dia 11 de maio de 330, Constantino inaugurou a capital que dedicou à Virgem e batizou com o título de Nova Roma, *Nea Rome*, para indicar-lhe a alta dignidade. Antes mesmo de sua morte, porém, já era conhecida pelo nome de Cidade de Constantino. Em Constantinopla, o Imperador procurou reproduzir as cerimônias de consagração que, segundo Plutarco, teriam sido realizadas por Rômulo ao fundar Roma. A atribuição de valor religioso ao ato que foi marcado por sacrifícios, festividades e cerimônias de várias espécies, pagãs e cristãs, obedecia a uma prática generalizada que se perde na noite dos tempos. Ela ainda permanece hoje, aliás, na cerimônia católica da bênção. O próprio ato de abrir um fosso, com um arado, para assinalar os limites da futura aglomeração, é observado em regiões as mais distantes e possui origens mitológicas. Nessa solenidade de sentido mágico-religioso, o Fundador procurou reproduzir um ato criador, como se fora executante da vontade divina. Fez-se acompanhar pelo filósofo Sopater, que desempenhou o papel de *telestes*, isto é, levou a cabo certas ações simbólicas destinadas a preservar a sorte da metrópole, e pelo hierofante Praetextatus que, similarmente, celebrou rituais esotéricos. Constantino abriu então a terra como que para depositar a semente que frutificaria maravilhosamente num organismo urbano.

Mas além de Rômulo, o Imperador parecia inspirar-se em outros elementos mitológicos. Júlio César também meditara transferir o governo, como importante elemento de grande estratégia em sua projetada guerra contra os partas (guerra que os idos de março fariam abortar). Pensara em Tróia porque essa cidade era particularmente venerada pelos romanos que se consideravam descendentes de Enéas. O sentido de retorno sentimental à lendária Mãe-Pátria é simbolizado pelo ato de Constantino, ao trazer de Roma o fabuloso Palladium, fetiche que, segundo a tradição, fora salvo por Enéas da Tróia incendiada. Ora, se o projeto de César e a memória de Tróia constituíam sugestões para a mudança, do domínio da fantasia, existia um precedente real no intento de Marco Antônio de estabelecer no Oriente, em Alexandria, um poder romano aliado do Egito e rival da própria Roma. A mudança da capital não significava por isso um repúdio, mas o fortalecimento do Império. Roma apenas mudava

de sede, o Império permanecia. O latim continuou e continuaria ainda por muito tempo sendo a língua oficial. Os habitantes conservavam o título invejado de Romanos (antes do que *Graikoi*) e a região da Trácia adotou mesmo o nome de Romania ou Rumelia. Os turcos, mais tarde, lutariam contra Rum e, quando a cidade caiu sob o domínio otomano, o Sultão se orgulharia de guardar entre seus inúmeros títulos o de *Kaisar-i-Rum*, como para indicar a continuidade de uma soberania que se prendia à glória imortal de César...

A transferência da capital do Império tomou um sentido de renovação, de recuperação sob o signo da Cruz. Após um longo período de anarquia e guerra civil, enquanto pairava sobre o mundo a sombria iminência das grandes invasões, o povo sentiu profundamente o ato como de o início de uma idade nova, a volta ao sítio de Tróia sob a forma de uma realização imediata da Cidade de Deus! Completava-se assim a obra que Constantino iniciara cinco anos antes, em íntima relação com o sucesso final do Cristianismo. A antiga metrópole da loba achava-se demasiadamente comprometida, na mente do Imperador, com os deuses do paganismo cujo esquecimento rápido desejava promover. O Bispo de Roma ainda não firmara sua primazia nos negócios da Igreja. O Senado romano continuava sendo um dos baluartes da reação religiosa, difícil de dominar sem recurso à violência, ao passo que a plebe da capital, irrequieta, miserável, ociosa e facilmente sugestionável, estava sempre pronta para alimentar as ambições militares, geradoras de intermináveis guerras civis. Urgia encontrar em outro local a solução dos complexos problemas com que se defrontava o Império enfraquecido. Constantinopla são mil anos de sobrevivência para um Estado que, no século quarto, parecia condenado a fatal agonia.

Diz a lenda que Deus aparecera ao César cristão, enquanto dormia, para dissuadi-lo de Tróia e indicar-lhe em sonho o sítio da nova metrópole. O dedo de Deus nessa obra é sintomático do sentido da mudança da capital pois, como escreve A. Bailly, os dois grandes acontecimentos do reinado são absolutamente solidários: “Constantinopla, cidade de Constantino, substitui doravante Roma, cidade de Rômulo e Remo”. O triunfo do Cristianismo com a conversão do Imperador, a formulação da ortodoxia no Concílio de Nicéia e a reunificação do Estado por aquele que foi um de seus maiores soberanos representavam

acontecimentos dignos de serem solenizados com a consagração da Nova Roma em festas imponentes que duraram quatro dias.

A conversão ao cristianismo do Imperador ia mudar o sentido da luta que o Império travava contra seus inimigos, nas fronteiras por toda a parte ameaçadas. No ocidente, os bárbaros romperiam as defesas e inundariam as Gálias, a Bretanha, a Espanha e a Itália – mas os bárbaros, apesar de hereges arianos, eram cristãos e, nesse sentido, herdeiros potenciais da Roma conversa. Na Ásia, porém, os inimigos desafiavam o próprio espírito da civilização ocidental. O Cristianismo daria assim à luta milenar do helenismo contra o oriente um sentido místico, característico da Idade Média. Isso justamente quando a Pérsia sassanida, sob o reinado de Chahpur II, fortalecia a sua fé zoroastriana. E ao recuperar mais tarde para a Ásia os territórios que Alexandre arrebata e Roma organizara, nada mais faria o Islã do que agravar e salientar o caráter implacável da luta religiosa entre os dois mundos: de um lado a Cruzada e do outro a *Djihad*, a “guerra santa”. Constantinopla não é apenas a nova capital do helenismo, é o coração da ortodoxia cristã que luta contra o infiel asiático. Constantinopla é o palco dessa fecunda união entre o cristianismo e o Império, destinada a plasmar todos os aspectos da nossa civilização.

Entretanto, se num sentido a Bizâncio cristã se tornaria a sentinela do helenismo em face da reação asiática, há outro aspecto mais grave da transformação do Império que deve ser registrado pois encerra conseqüências históricas relevantíssimas. Num ambiente de fausto, de etiqueta e pompa complicada são lançadas em Constantinopla as bases do que foi chamado o cesaro-papismo, isto é, o domínio da Igreja pela autoridade temporal do Imperador. Bizâncio constitui uma orientalização do helenismo. É um rompimento com o ocidente latino, rompimento que se vai agravando com o correr da Idade Média. Eventualmente, a sociedade greco-ortodoxa dominaria o mundo eslavo, absorvendo elementos asiáticos e criando uma divisão aparentemente irreconciliável que está na origem da moderna oposição da Rússia ao mundo ocidental. No terreno político o fenômeno é evidente: desde Diocleciano: a orientalização de Roma invade o Cesarismo e seu desenvolvimento lógico é o absolutismo de essência divina – a teomonarquia, plasmada no modelo do Irã aquemênida e sassanida.

Essa evolução, aliás, que já se fizera pressentir nos últimos anos da vida de Alexandre cuja “divinização” tanto ofendia os sentimentos democráticos de gregos e macedônios, acentua-se nas cortes dos diádocos, na aventura egípcia de Marco Antônio e na liquidação progressiva das instituições republicanas e das antigas liberdades romanas. Doravante, o Imperador que, em Bizâncio, será Basileus e Pantocrator, transforma-se em um ídolo rodeado de luxo asiático e de respeito subserviente, no fundo do “Palácio Sagrado”. Constantinopla é o fim da ficção republicana que Augusto julgara prudente conservar; é o triunfo da burocracia centralizadora e do despotismo absolutista de cunho oriental que ia dominar toda a Idade Média, esse despotismo de que a Europa a muito custo se conseguiria desvencilhar graças à Igreja Católica, aos esforços da burguesia e ao próprio sistema piramidal do feudalismo germânico.

“O desejo de construir”, escreve Jacob Burckhardt, “um dos mais fortes na natureza dos príncipes poderosos, tornou-se em Constantino uma paixão dominante. Não pode haver sinal externo mais sólido de poder do que edifícios de caráter impressionante. Além disso, a construção por si própria, executada com recursos maciços, fornece uma semelhança do governo criador e, em tempo de paz, um substitutivo para outras atividades. Para seu fundador uma nova cidade serve como imagem e padrão de um novo mundo”.

“Obediente ao comando de Deus”, Constantino fez trabalhar em Bizâncio quarenta mil soldados godos e, para embelezá-la, não hesitou em inaugurar um sistema que seus sucessores achariam conveniente imitar: de todo o oriente e do ocidente, de Roma, de Alexandria, Atenas, Éfeso e uma centena de outras cidades, chegaram colunas de mármore e de pórfiro, fontes e pórticos, estátuas, obeliscos, capitéis, objetos de toda espécie, o Apolo de Sminthia, a Hera de Samia, o Zeus de Dodona, a Palas de Lindos, despojados dos templos pagãos, pilhados de antigos palácios, escolhidos entre as mais famosas obras da antiguidade, tudo para adornar e enriquecer a Nova Roma. Um caso típico foi o dos cavalos de bronze, procedentes de Éfeso, que adornaram o estádio, foram levados para Veneza, e hoje se encontram acima da entrada da catedral de São Marcos e, por algum tempo, encimaram o Arco de Triunfo do Carrossel, edificado por Napoleão. São Jerônimo escrevia: “Constantinopla foi dedicada, enquanto quase todas as outras cidades foram desnudadas”.

Teodósio, Justiniano e muitos outros Basileis agregaram novos monumentos, palácios e igrejas até transformar Constantinopla na mais rica, na maior e mais bela cidade do mundo. Chegando diante das muralhas a 23 de junho de 1203 e contemplando pela primeira vez o perfil incomparável da metrópole de sonho, Villehardouin, o cronista das Cruzadas, não pôde conter a exclamação que tão bem exprime a nossa surpresa quando, ainda hoje, deparamos com a cidade ao proceder do Mar de Mármara: “*Sâchez qu’il n’y eut un homme si hardi à qui la chair ne frémit!*”.

Poucos anos depois de fundada, Constantinopla já contava com uns cinqüenta mil habitantes. Teria cem mil no fim do século e, cem anos mais tarde, na era de Justiniano, alcançaria o milhão. População cosmopolita e ativa onde a língua e os costumes gregos não tardaram em sobrepujar a influência latina; uma imensa burocracia, alicerce do Império; a aristocracia senatorial e latifundiária; os ricos comerciantes que controlavam o comércio do Ponto Euxino e se enriqueciam com a importação dos produtos de todo o Mediterrâneo, exercendo uma influência crescente nos destinos da cidade; a plebe imensa do artesanato e do trabalho livre; e a massa dos escravos.

A ponta da península era ocupada pela Acrópole da antiga Bizâncio (sobre essa colina domina hoje o Palácio de Top-Kapu, a Sublime-Porta, residência dos Sultões otomanos). Sobre a segunda colina, um pouco mais para dentro da península, Constantino edificou seu *forum*, em estilo clássico: entrada por Arcos de Triunfo, pórtico com estatuária de mármore, coluna de pórfiro para servir de base a uma estátua de Apolo no centro da praça, e um Senado na face norte. Do Foro para leste abria-se uma larga avenida, a *Mese* ou Avenida Mediana, que conduzia ao Foro da Augusta ou *Augusteum* (em homenagem a Santa Helena, mãe do Imperador). Sobre essa praça, que ainda hoje existe, se elevava a primeira basílica de Santa Sofia. Ao sul da mesma, o Palácio Sagrado, residência imperial. A oeste, o Hipódromo. Hipódromo e *Forum Augusteum* eram e continuam sendo, durante a época bizantina, o verdadeiro centro da metrópole. Por toda a cidade e dos dois lados da Via Triunfal que se estendia para oeste até alcançar as muralhas, foram rapidamente construídos os palácios imperiais, os pórticos e os jardins que eram verdadeiros museus da escultura greco-romana, os enormes banhos públicos segundo a tradição social de Roma, as mansões senhoriais, as igrejas cada vez mais ricas e ornamentadas, os conventos, as casas de diversões, os aquedutos

e cisternas, os bazares e o imenso e congestionado labirinto de ruas e alamedas, numa confusão tipicamente medieval e certamente pitoresca. Dessa época, três monumentos apenas sobrevivem na íntegra e nenhum deles é da época de Constantino: são o aqueduto de Valens, as muralhas de Teodósio e a igreja de Santa Sofia, de Justiniano. Quanto ao Hipódromo, sobram apenas alguns de seus elementos decorativos, entre Santa Sofia e a Mesquita Azul.

O Hipódromo transformou-se no verdadeiro centro político da cidade – desempenhando o papel do Foro em Roma e da Ágora em Atenas. Aí decidiu-se a sorte do Império em muitas ocasiões decisivas, como durante a rebelião Nika que ameaçou o reinado de Justiniano. O aqueduto de Valens e as grandes cisternas são obras interessantes que nos oferecem um exemplo curioso da técnica então exigida para abastecer de água uma cidade de tal importância. O viaduto ia dar a um sistema de cisternas cobertas. Uma delas, obra de Justiniano, é ainda conhecida pelos turcos pelo nome de *Bin-bir-derek*, uma alusão às “mil e uma colunas” sobre as quais supostamente se erguia: na realidade pouco mais de duzentas podem ser hoje contadas. Outra cisterna, construída sob 336 pilares de mármore, assemelha-se a um enorme lago subterrâneo no qual se pode trafegar de barco. É curioso notar que essas magníficas estruturas graças às quais Constantinopla resistiu a longos sítios sem sofrer da sede, foram esquecidas durante mais de trezentos anos, sua existência mesma desconhecida dos turcos. O aqueduto e as cisternas revelam, mais do que qualquer outra obra, o grau de adiantamento técnico alcançado pelos engenheiros da época pois, aos conhecimentos tradicionais dos romanos, mestres em trabalhos dessa natureza, se juntaram as considerações de defesas próprias do urbanismo medieval.

A Igreja de Santa Sofia, que se tornou mesquita após a conquista de Constantinopla pelos turcos e é hoje um museu, constituiu não somente o centro da vida religiosa da metrópole mas também uma das mais formidáveis obras arquitetônicas jamais realizadas. Trata-se da obra-prima da arte bizantina. A basílica original, concebida por Constantino no momento de dedicar sua nova capital, foi edificada em escala magnífica e proporcional ao tamanho da metrópole, sendo aliás uma das primeiras estruturas levantadas especialmente para o novo culto. O Imperador consagrou-a à “Eterna e Santa Sabedoria de Deus”, tal como se manifestava

em seu Filho: daí o nome *Aya Sophia*, Santa Sabedoria. Essa igreja não sobreviveu e coube a Justiniano coroar seu reinado – tão marcante na estabilização do poder e da cultura bizantinas – com a construção da atual basílica, o mais perfeito e esplêndido monumento do Baixo Império. Diz-se que, ao nela entrar pela primeira vez, exclamou Justiniano como que aterrado pela própria obra: “Venci-te, ó Salomão!” Seu aspecto externo nada revela de especial e dá mesmo a impressão, bem descrita por um viajante francês, de ser “*furieusement lourde en dehors*”. É o interior, e especialmente a cúpula, que comove o visitante. Afirmava Procópio, o cronista contemporâneo, que “ela brilha de uma claridade tão prodigiosa que, dir-se-ia, em vez de iluminada pelos raios do sol, guarda em si a fonte de toda a luz”.

Que espetáculo sublime deve ter sido uma cerimônia religiosa na basílica de Justiniano! A imaginação procura visualizar a alma de Bizâncio, debaixo da abóbada da Sabedoria Divina. O Basileus porfirôgêneta, pantocrata, coberto de ouro e pedras preciosas, vestido de púrpura, coroado com o diadema, acompanhado pela Corte e Sacerdócio – o canto sacro e o incenso, a sutileza teológica das lutas religiosas e a violência das paixões populares, a indizível ferocidade das intrigas palacianas, a profundidade de uma fé onde o amor dos gregos pela especulação filosófica se misturava ao pendor oriental pelo misticismo. Fora, além das espessas muralhas protetoras, um mundo hostil, bárbaro, anárquico, dominado pelo espírito do Mal...

Mas a população de Constantinopla possuía, mais reais, outras muralhas para protegê-la: as Muralhas de Teodósio, obra extraordinária, surpreendentemente conservada se levarmos em conta os terremotos, a decadência do tempo, o ataque da vegetação rasteira e o bombardeio que sofreu quando do assalto fatídico de 1453. Sua história reflete a própria história milenar da cidade e é demasiadamente longa para ser contada. É uma história heróica, uma história trágica que termina na madrugada de 29 de maio de 1453 quando, depois de ter sido batida em brecha pela artilharia turca, assistiu ao ataque supremo dos janízaros de Mahomet II, cedeu diante da porta de São Romano, foi forçada por um destacamento inimigo na poterna Xyloporta e, abandonada pelo comandante genovês Giustianini, gravemente ferido, contemplou a luta derradeira de seu último herói, o Imperador Constantino Dragasés Paleologo.

Nascida na antiguidade clássica e consagrada como capital ao final dessa mesma idade, em contraste significativo com Alexandria, é Constantinopla a jóia da cultura bizantina e padrão de urbanismo, a cidade medieval por excelência e, em todo caso, a maior e mais famosa de todas as aglomerações urbanas no milênio sombrio e místico que se sucedeu à queda do Império Romano. Ela foi, durante esses séculos, a *Pólis* das saudades gregas; a “Nova Roma” das nostalgias imperiais; a única cidade civilizada que fitavam com pasmo os rudes Cruzados, recém-chegados da Europa; a Tzargrad das fantasias messiânicas eslavas; o Quartel-General da Cristandade inimiga, meta de todas as ambições islâmicas; e a arca abarrotada de riquezas, presa cobiçada de todos os bandidos das estepes! E se é famosa por sua história e pelas obras-primas conservadas em seus muros, merece também ser estudada do ponto de vista específico do planejamento urbano.

O urbanismo medieval foi durante muito tempo considerado inexistente ou, pelo menos, desprezível. A irregularidade, o atravancamento, as péssimas condições sanitárias das suas cidades foram apontados como índices condenáveis por todos os arquitetos racionalistas que se sucederam desde o Renascimento. Só poetas românticos ou turistas à cata de pitoresco encontraram inspiração em suas ruelas tortuosas, no ziguezague de suas estreitas alamedas, na escuridão e na balbúrdia de seus bazares, na sinuosidade labiríntica de todo o seu esquema urbano. Para os “humanistas” imbuídos de cultura clássica e entusiasmo renascentista, a cidade medieval é uma perfeita expressão das “trevas” que, segundo eles, encobrem a civilização nessa idade. Foi em 1889 que, pela primeira vez, um arquiteto vienense, Camillo Sitte, ousou protestar contra tais preconceitos, enaltecendo a beleza das velhas cidades européias, tão maravilhosamente adaptadas à paisagem que as cercava. “É natural que assim seja, argumentou, pois fundamentalmente as cidades devem inspirar os sentidos humanos do mesmo modo como a beleza da natureza. E já Aristóteles epitomava todos os princípios do urbanismo no pensamento mestre de que as cidades devem ser edificadas para oferecer não apenas proteção, mas também felicidade. E para alcançar esse objetivo o urbanismo deve ser tanto um problema de técnica quanto uma obra de arte”.

É também de Aristóteles a observação de que o plano regular e geométrico pode ser mais aconselhável para a satisfação estética, “porém



pouco prático, do ponto de vista da defesa”. A opinião é compartilhada por Xenophontes. Traduzindo tais conceitos em linguagem moderna, declara Saarinen que, em contraste com nossa concepção “aberta” dos espaços, a concepção medieval era “fechada”, tendente a enclausurar num recinto murado um ambiente íntimo, limitado e seguro. Constantinopla traduz exatamente essa concepção de um urbanismo orgânico, informal, cuja origem se prende às necessidades militares da época. Explicita a consciência da maldade essencial do mundo, a organização social baseada no domínio do Senhor em sua praça-forte, e o sentimento de uma comunidade espiritual de que a basílica ou catedral é o centro arquitetônico. Em Constantinopla, todos estes elementos estão presentes. Não obstante o gigantismo das proporções e a permanência indiscutível de fatores clássicos, indica a sobrevivência de um modo de vida que só lentamente foi cedendo diante da pressão permanente do barbarismo circundante. A Idéia Dominante de defesa contra ataques externos, as muralhas ciclópicas que exprimem essa preocupação, a extrema irregularidade do traçado urbano que é conseqüência da estreiteza e do “fechamento” do espaço disponível, a unidade de estilo de vida refletindo-se na correlação dos edifícios dentro do esquema geral da aglomeração, a informalidade dos planos arquitetônicos resultante da ausência de uma mentalidade racionalista ou dirigida para o mundo temporal, e a predominância do espírito religioso que anima a cidade e se exprime no domínio imponente de Sofia sobre o perfil urbano – tudo isso representa uma evolução típica e paralela a de outras aglomerações da Europa medieval.

Considerada fundamental por Lavedan, sobreleva em Constantinopla a preocupação puramente medieval de defesa. Aristóteles disse “não é o muro que faz a cidade”. Entretanto, na cidade medieval e particularmente em Constantinopla, o muro é o fator primário do planejamento urbanístico. A base desse urbanismo é inegavelmente o reflexo de defesa, o instinto de sobrevivência que procura realizar seus fins pelos muros de pedra, os fossos e as táticas da luta defensiva. A emoção que se sente detrás das muralhas possui profundas raízes psicológicas e prende-se, em última análise, ao sentimento de privacidade e segurança na casa protetora (“*my home is my castle*”), do animal em seu valhacouto e da criança nos braços maternos. Por esse motivo também, o relevo, a

topografia, a paisagem, a natureza presidem ao crescimento e à configuração das cidades medievais.

Uma atmosfera de beleza venerável paira sobre a velha Istambul, em contraste com o gosto duvidoso, que domina a cidade nova, do lado de Gálata, Pera e Táksim. O olhar magistral de Constantino soube certamente escolher o sítio ideal da sua nova capital. No correr do presente estudo vamos examinar muitos casos de localização prenhe de conseqüências para as nações interessadas, nenhum porém que se compare ao de Bizâncio. Ao contrário do que possam argumentar os críticos das capitais chamadas “artificiais”, não é por ventura fato incontestável que a decisão soberana de Constantino determinou o destino do Império bizantino em sua longa, rica e trágica história? Quem nos poderá citar exemplo igual, em outra época e outro lugar? Neste caso, bem pode dizer-se que a sabedoria da escolha constituiu a própria condição da sobrevivência do Estado. Pois quantas vezes os muros de Constantinopla foram as supremas barreiras do Império, os últimos baluartes da civilização diante das investidas avassaladoras dos bárbaros? A capital como que se sobrepõe aqui e condiciona a sorte do Estado, mas num sentido bem mais significativo do que nas Cidades-Estado da época clássica. No caso de Bizâncio, o novo núcleo do Estado foi artificialmente assinalado por um golpe de gênio político e a escolha é claramente o elemento essencial no desenvolvimento posterior do Estado. O ato inspirado de alta política que preside à fundação de Constantinopla como que se projeta sobre o futuro, com um poder quase milagroso, determinando o curso da história do Ocidente durante o correr da Idade Média. Mais do que uma vitória militar, um retumbante *putsch*, uma revolução ou uma feliz sucessão dinástica, a visão genial de Constantino, ao desembarcar no Corno de Ouro, parece constituir um desses momentos decisivos da história, a culminância de uma época e a concepção de outra!

Repetimos, não é possível, salvo no terreno inteiramente diverso da religião e do pensamento filosófico, citar exemplo igual em que o ato de um só homem teve conseqüências tão relevantes na vida dos povos. E nesse sentido a fundação de Constantinopla reflete o ato paralelo da conversão do Imperador, para marcarem ambos a data precisa em que termina a Idade Antiga e se inicia a Europa.

*Cabeça colossal de Constantino, no Palazzo dei Conservatori,  
em Roma (ca. 330 de nossa era)*

*CONSTANTINOPLA – na Idade Média*

.....

V  
*Beidjing (Peking)*  
*e o Urbanismo Chinês*

**N**a longa história da China, muitas cidades serviram de sede ao Trono Imperial – algumas, capitais efêmeras de dinastias bárbaras ou de governos fugitivos; outras, capitais de províncias e até hoje aglomerações importantes; entre todas, porém, avulta *Beidjing* (na nova transcrição fonética do chinês), a ilustre Peking, talvez a mais extraordinária das cidades do Oriente, a metrópole onde se concentram e se refletem os aspectos multiformes de uma civilização milenar.

O fastígio ou o declínio e a mudança das capitais da China resultaram das vicissitudes da vida do Império Central. As mudanças resultaram, sobretudo, da característica tensão existente entre o norte e o sul, conseqüência não apenas das diferenças naturais entre as duas grandes regiões geográficas separadas pelo rio Yang Tse, mas também do fenômeno cíclico de invasões e revoluções dinásticas que constitui a própria trama da sua história. O vale do rio Amarelo e de seu afluente o Wei, na parte setentrional do país, é o berço da civilização e o mais antigo *habitat* do que, na época pré-histórica, se pode verdadeiramente denominar o povo chinês. A capital dessa China primitiva localizava-se no sítio atual de Anyang onde foram descobertas valiosas relíquias arqueológicas.

A segunda dinastia, Chou (1050 a 256 antes de Cristo), durante o reinado da qual saímos da lenda e entramos na história, é famosa pelos seus grandes filósofos, Confúcius (Kung Fu Tsé), Lao-Tsé e Mencius (Meng Tzé). As cidades de Sian e Loyang foram suas capitais, após o que o país atravessou um longo período de anarquia feudal, conhecido como o dos “Reinos Combatentes”, terminando com o Império de Chin ou Kin Xih Huang-di. O “Primeiro Imperador”, tirano cruel e unificador da China é o construtor da Grande Muralha destinada a proteger o Império contra as incursões dos bárbaros da Mongólia e Manchúria, e sua imensa capital se denominava Hsian Yang. Logo a seguir a longa e gloriosa dinastia Han (206 antes de Cristo a 220 depois) estabelece seu trono nas cidades de Tchang Nhan e Loyang que ainda prosperam sob a dinastia Tang (séculos sétimo a décimo). Mas, durante esses milênios, o País Central estendeu-se em todas as direções ao passo que, nos períodos de desintegração ou fragmentação, outras cidades surgiram como capitais secundárias. Aos poucos o vale do rio Amarelo perdeu o domínio político exclusivo em virtude de dois fenômenos relevantes que tendiam a alargar constantemente a área da civilização chinesa: em primeiro lugar, as invasões dos bárbaros do norte que, como contragolpe, absorviam a cultura superior dos sedentários, provocando a extensão do território nominalmente dependente do Império; e, em segundo lugar, ao sul, a colonização de tribos primitivas, de raça meridional, que dilatava a influência chinesa sobre as regiões de matas e florestas das atuais províncias de Cantão e Kwangsi. Já no apogeu da dinastia Tang a China dominava culturalmente todo o Extremo-Oriente, inclusive o Japão, a Coreia, a Manchúria, a Mongólia, o Turquestão, o Tibet, a Tailândia e a Indochina – Vietnam, Laos e Camboja.

A divisão Norte/Sul é caracterizada pelo rio Yang Tse: ao norte o domínio do trigo, ao sul o do arroz. Diferenças linguísticas acentuam os contrastes, embora seja hoje oficial a língua de Beidjing, o Mandarim. Pequenas diferenças étnicas igualmente podem ser notadas. Mas, à estabilidade notável de uma civilização agrícola, de base rigidamente familiar e caráter imutável, correspondia uma extrema instabilidade política e dinástica e, como conseqüência, a freqüente mudança de capital. É curioso notar que a civilização chinesa não criou metrópoles permanentes e de vida milenar, comparáveis a cidades ocidentais como Babilônia,

Bagdad, Memphis, Cairo, Atenas, Roma, Alexandria ou Bizâncio, Constantinopla, Istambul. Estas parecem viver de uma vida própria, transcendente, como que independente dos Estados que criaram ou presidiram. Na China, pelo contrário, as cidades soberanas estão sempre estreitamente ligadas à sorte das dinastias – crescem, brilham e desaparecem com relativa facilidade. A esfera da cultura chinesa, quiçá haja ultrapassado, bastante cedo, os limites estreitos da *civitas* de tipo clássico ocidental, alcançando proporções “continentais”, de modo que seu território excedeu a máxima extensão possível da zona de influência de qualquer aglomeração urbana específica. Isto talvez explique por que aí – e o mesmo fenômeno se repete na Índia – a cidade-capital desempenhe um papel historicamente menos importante do que na Europa.

Beidjing foi das poucas metrópoles chinesas que permaneceram. Mas não é propriamente a cidade, é o sítio que parece eterno. A China não possui ruínas cuja antiguidade se possa comparar às do Egito e mesmo às da Grécia ou da Itália. Contudo, as escavações no local e nos arredores produziram material arqueológico que revela a presença do homem desde os tempos mais remotos. Em cavernas ao sul da cidade foram descobertos restos de um tipo humano muito primitivo, intermediário provável entre o homem atual e seu antepassado zoológico, que recebeu o nome de *Sinanthropus Pekinensis*. Esse hominídeo, que foi estudado entre outros por Teilhard de Chardin e teria vivido há, aproximadamente, quinhentos mil anos, conhecia o fogo e utilizava certos instrumentos elementares de pedra lascada. Os antropólogos afirmam que já apresentava certas características anatômicas de convergência com a raça amarela e o número elevado de esqueletos e objetos descobertos nessas cavernas, fazem supor que se trata de um estabelecimento permanente considerável e fantasticamente antigo.

Já estamos em plena história quando ouvimos falar na existência de uma cidade fundada 1100 anos antes de Cristo, Chi, Capital do estado de Yen, um dos “Reinos Combatentes” no período feudal da história clássica da China. Construída no sítio atual de Beidjing, foi totalmente destruída em 221 antes de Cristo, pelo “Primeiro Imperador” da dinastia Chin. A dinastia seguinte, Han, reconstruiu a cidade a qual, sob a dinastia Tang, teria o nome de Yuchow, servindo a praça de residência a um governador militar encarregado da defesa de certo setor da Grande

Muralha. No século doze, entretanto, os bárbaros forçaram a muralha, atacaram Yuchow que saquearam, reconstruindo-a, porém, logo depois, com o nome de Nanking, “Capital do Sul”, para distingui-la de sua própria capital setentrional na Manchúria. Outros bárbaros sucederam-se nos séculos atormentados da Idade Média chinesa. A chamada Horda Dourada conquistou a praça que batizou com o nome de Chung Tu, sem destruir o que encontrou em pé. Parte dos muros dessa aglomeração ainda hoje está de pé. Se traçarmos os limites conhecidos de todas essas cidades sobre o mapa atual de Beidjing, veremos que constituem pequenos retângulos dentro ou ao lado das muralhas atuais. Eram aglomerações com desenho semelhante ao da metrópole moderna, isto é, um perímetro fortificado e um retângulo menor, no centro, protegendo o Palácio Imperial ou “Cidade Proibida”. Conquistada, destruída, reconstruída, promovida, novamente conquistada, a cidade já então venerável renascia sempre de suas cinzas, qual fênix fabuloso, maior e mais bela do que fora antes.

Em 1215 sofreu o mais desastroso de todos os ataques. O terrível Genghiz Khan atirou contra as muralhas de Chung Tu suas hordas sanguinárias de mongóis. A praça foi tomada, saqueada, seguindo-se o “glorioso massacre” de toda a população estarecida e o arrasamento completo. Os bárbaros não se interessavam pela vida urbana e se algo, no sítio da capital, lhes parecia digno de atenção era a planície poeirenta, logo abaixo das colinas coroadas pela Grande Muralha. Durante cinquenta anos, suas ruínas foram abandonadas e os poucos habitantes salvos do massacre, miseráveis, famintos e apavorados, assistiam à passagem interminável dos destacamentos da cavalaria siberiana que, a ferro e fogo, iam varrer a China do sul, onde ainda reinava a dinastia nacional dos Sung.

Imperativos de geografia política garantiam, porém, o renascimento da praça, que iria ocorrer no reinado de Kublai, neto de Genghiz Khan. Situada no ápice da planície de aluvião da China setentrional, no ponto de convergência das rotas que ligam essa planície às estepes da Mongólia e da Manchúria, ela é a chave da marca fronteira que cobre o coração do Império. A cento e trinta quilômetros a nordeste, no golfo de Pechihli, a passagem para a Manchúria é efetuada pelo famoso passo de Shan-hai-kwan, “Montanha + mar + porta”, espécie de Termópilas



da China. Do lado da Mongólia, outra rota conduz ao passo não menos famoso de Nankow. A cinqüenta quilômetros ao norte, a Grande Muralha segue a crista das “Montanhas Ocidentais”, com alturas superiores a mil metros e perfil claramente visível no horizonte. Orgulhando-se de seus mais de três mil quilômetros de extensão, a muralha é o mais grandioso monumento e exemplo da salvaguarda material da civilização, fronteira histórica, linha de defesa da planície agrícola, ordeira e sedentária contra a anarquia nômade pastoril das estepes eurasiáticas, zona divisória entre dois tipos de organização econômica, social e política. E Beidjing é a Chave da Muralha, formidável entroncamento de rotas estratégicas! Desempenhou por isso uma função histórica comparável à de Berlim e de Viena, seus equivalentes europeus na luta milenar da civilização contra a barbárie – Berlim ao pé da “Poliê” eslava, e Viena na passagem que conduz à planície húngara, vestibulos da Ásia. Comparai também com Ravena e Delhi que, em seu tempo, exerceram papel semelhante.

Praça estratégica numa linha divisória, Beidjing é também um traço-de-união, o que explica sua grandeza nas épocas em que a China esteve governada por dinastias estrangeiras cujas raízes se encontravam ao norte ou, pelo menos, cuja atenção se dirigia para o setentrão. “Geográfica e historicamente”, escreve René Grousset, “Peking é uma combinação sino-tártara. O chinês sente-se ainda em casa, mas o tártaro, galopando na planície poeirenta ao pé das montanhas ocidentais, não se sente absolutamente deslocado”. Quando o bárbaro vitorioso esgotou seu ímpeto destruidor e contemplou, admirado, os valores da civilização sedentária, procurou fundar a base de seu poder nessa zona intermediária. Embora situada na China propriamente dita porque ao sul da muralha, o sítio se encontrava suficientemente próximo, na distância e na paisagem, das estepes ancestrais. Em caso de necessidade, o Khan semi-bárbaro, promovido a Filho do Céu, podia mobilizar a cavalaria para defender o Império recém-conquistado contra qualquer ataque nacionalista. Se, porém, se sentisse ameaçado pelas tribos retardatárias que cobiçavam parte do botim, podia apelar para seus novos súditos que lhe forneceriam a infantaria necessária à guarnição dos baluartes. Chave da defesa, Beidjing constituía, por conseguinte, um posto avançado para o contra-ataque além da muralha. Foi a base do tremendo esforço do sedentário no

sentido de estender a zona de cultura além das planícies bem irrigadas, com o intuito de estabilizar, civilizar e absorver eventualmente o nomadismo. Esforço bem sucedido porque a cidade, que se encontrava outrora na periferia setentrional, não está hoje longe da *core area* da China, se levarmos em consideração a importância da Manchúria na economia geral do país. O valor dessa posição sobressai como articulação de três das mais importantes regiões naturais do Império – o Tibet, a Mongólia e a Manchúria – com a China setentrional.

Quando Kubilai ou Kublai-Khan, soberano de todos os Estados que Genghiz Khan havia fundado desde a Rússia até a China, resolveu transferir, em 1260, a tenda imperial de Karakorum, na Mongólia, para a antiga metrópole da Horda Dourada, a decisão seria prenhe de consequências tanto para o futuro da China, como para a sorte ulterior da hegemonia mongol. Durante a guerra civil que se seguiu à morte do Grande-Khan Mangú, Kublai lutou contra um irmão mais moço e contra um sobrinho, Kaidú, que lhe disputavam a coroa com base na velha pátria siberiana. Kaidú granjeara as simpatias dos velhos generais mongóis que o consideravam uma nova imagem de seu bisavô Genghiz, um novo varredor das estepes destinado a levar para a frente a planejada conquista do mundo. Kublai, por outro lado, obteve o apoio do irmão Hulágu e do filho deste, Abakâ, Ilkhans da Pérsia. Graças a essas alianças recebeu o título hegemônico. E foi justamente para defender-se de Kaidú e da velha guarda mongol que se decidiu a abandonar Karakorum. A mudança da capital descobria um profundo desígnio político pois tanto Kublai quanto Hulágu representavam a periferia civilizada, a terceira geração mongol, já educada na zona litorânea do continente eurasiático. Sua vitória, ao mesmo tempo que representava uma expansão do domínio tártaro, enfraquecia o *habitat* do deserto do Gobi siberiano, fonte do dinamismo da raça. O sucesso convenceu-o de que seu destino era solidário do da China. E, tendo que reinar sozinho sobre a parte oriental do imenso império, sentiu que apenas lembranças sentimentais o ligavam à deserta Karakorum, a esse acampamento nômade artificialmente transformado em centro urbano para servir de quartel-general das hordas e de armazém para a pilhagem de dois continentes. Educado por chineses, Kublai compreendeu o valor da civilização. Já se observou que a evolução da família de Genghiz Khan, em duas gerações, constituiu como que a

vitória suprema do vencido, na pessoa do conselheiro Yelu Tchu-tsai, sobre seu conquistador tártaro.

Kublai foi sem dúvida o maior de todos os soberanos tártaros. Muito embora passara a infância na estepe e habituara-se à vida nômade, possuía uma sólida cultura chinesa e o temperamento de um civilizado. Não era sua intenção destruir segundo o costume imemorial de seus antepassados. Sonhava com a administração benevolente em moldes confucianos, representando a figura do bárbaro domesticado, humanizado, admirador das artes e das indústrias, preocupado com justiça e com a felicidade do povo, sem perder por isso a energia brutal, o dinamismo, o gênio militar e, se necessário, a crueldade inflexível do guerreiro a cavalo. Como seus netos, os “Grão-Mogóis” da Índia, realizava uma combinação feliz da cultura do sedentário com o instinto de domínio e o impulso combativo do siberiano nômade. Kublai foi, em suma, duplamente um Imperador chinês e um Grão-Khan mongol, legítimo Filho do Céu tanto quanto conquistador na tradição genghiz-khanida. Ele realizou, na área do Extremo-Oriente, uma obra política em que podia invocar a velha tradição chinesa de predomínio cultural, sobrepondo-lhe o programa mongol, mais vago e transcendente, e sem limites precisos.

Nessa situação do século quatorze observamos como que uma prefiguração, extremamente instrutiva, das relações existentes, em meados do século XX, entre a União Soviética, que liderava o expansionismo comunista universal, e o regime de Mao Dzedong e Deng Xiaoping, que obedece a imperativos puramente chineses, de caráter regional. O duplo papel de Kublai, como Grande-Khan mongol e como Filho do Céu chinês, é dos mais interessantes e complexos. Reflete-se tanto no caráter dualista da sua dinastia, que tomou o nome de Yuan, herdeira de dezenove dinastias nacionais, quanto na natureza de sua escolha de Beidjing como sede da administração do Império. De acordo com a tradição local, inaugurou um novo calendário e, de 1264 a 1267, fez construir, a nordeste da antiga aglomeração dos Kin, uma nova cidade que os chineses denominaram Tai-tu, a “Grande Corte”. O nome tártaro era Ordu-baligh, “cidade da horda”, ou Khan-baligh, “cidade do Khan”, que Marco Polo transcreve Cambaluc, pelo qual durante muitos séculos foi conhecida dos ocidentais.

A cidade revela na sua geografia esse compromisso cultural, econômico e político. Em Cambaluc, praça chinesa localizada no interior da Grande Muralha, o Khan podia obedecer às regras complexas e semi-religiosas da etiqueta imperial, recebendo o “Mandato Celeste”, Ming, que, na tradição imemorial da doutrina política chinesa, lhe garantia o domínio pacífico do país. Kublai foi assim o primeiro que compreendeu claramente as vantagens da posição da capital e, ao ali instalar o Trono do Dragão, fixou de modo definitivo o sentido do desenvolvimento histórico do estado chinês a partir do berço primitivo da raça, no vale do Hoang-ho. A fundação da nova capital, ao mesmo tempo que revela um deslocamento fatal do eixo político-militar do Império mongol, constitui o acabamento da obra milenar a que se haviam dedicado gerações de grandes soberanos chins: a pacificação da Mongólia e do Turquestão. Para completar a evolução, os próprios mongóis se fizeram budistas.

A glória de Khan-baligh durou menos de cem anos. Em 1368, a dinastia Yuan foi derrubada por uma revolta nacional. Os últimos descendentes daquele terrível guerreiro a cavalo que conquistara quase todo o continente eurasiático retiraram-se para suas estepes natais, batidos e humilhados. O bárbaro fora absorvido pela massa sedentária. A energia dos chefes corrompera-se no refinamento da Corte e nos excessos do harém, enquanto o budismo acabava de aplacar a belicosidade tártara. Sob a chefia de um monge guerreiro e chefe revolucionário, a reação nacional não enfrentou maiores dificuldades para expulsar a casa intrusa e assim se inaugurou a nova dinastia Ming, a última linhagem nacional da China.

Os primeiros Imperadores Ming se haviam estabelecido às margens do Yang Tse Kiang, na “Capital do Sul”, Nanking, que ainda hoje conserva algumas ruínas de seus palácios, as muralhas que mandaram construir e os túmulos dos antepassados. Taitu, destituída para a categoria de capital de uma prefeitura secundária, recebera o nome de Beibing, “Paz do Norte”. Havia 242 anos que o norte estava dominado pelos bárbaros e 432 anos que a cidade não pertencia à China propriamente dita. Esse longo período de domínio estrangeiro criara uma profunda cisão entre a China setentrional e a China meridional – fenômeno de geografia humana ainda hoje bem sensível e que muito explica nos

acontecimentos políticos dos últimos anos – o norte, saturado de elementos bárbaros, porém mais viril e de tradição imperial; o sul, refúgio da independência nacional, mais culto, mais comerciante, agitado e rebelde. A economia chinesa moderna, seguindo o programa de “uma nação, dois sistemas”, é mais próspera no sul, em torno de Hong Kong e Cantão, do que no norte. Xanghai, a maior cidade do país, é um ponto de transição entre essas duas regiões.

Nascido no baixo vale do Yang Tse, era natural que Chu Yuanchang, fundador da dinastia Ming, escolhesse Nandjing (Nanking) como capital. Mas o seu filho e segundo sucessor, Yung Loh (1403-1424), o maior soberano da curta linhagem, grande guerreiro e arquiteto, sonhou restabelecer o Império em bases de poderio firme e permanente. Kublai Khan havia outrora procurado transformar o domínio mongol em Estado chinês. “Mudando os termos do problema”, escreve René Grousset, “o Imperador Yung Loh quis dar à China a herança mongol dos Kubilaidas. O Grande Khan havia obtido a submissão de toda a terra chinesa, desde o rio Amarelo ao Tonquim, e se tornara um autêntico Filho do Céu. Em compensação, o terceiro soberano Ming decidiu submeter a Mongólia a fim de ali desempenhar o papel de Grande Khan”. Nessas condições Yung Loh abandonou Nanking em 1409 e transferiu novamente o Trono para a cidade que, então pela primeira vez, recebeu o nome de Beidjing (Peking), “capital do norte”, pelo qual é hoje conhecida. A transferência da capital, continua Grousset, “representa, por *si só*, um verdadeiro programa”, pois até então nenhuma dinastia puramente chinesa havia tido a idéia de escolher uma tal residência. E se o papel histórico da região principiara com o domínio dos tártaros no norte da China, um novo capítulo abria-se agora para a extensão cultural e política do Império sobre a Ásia oriental.

Yung Loh não foi apenas um restaurador do prestígio chinês; um renovador da filosofia oficial néo-confuciana; um conquistador cujas tropas percorreram a Alta Mongólia e o Anam, e cujas frotas visitaram os mares da Ásia meridional, até alcançarem o Ceilão e o Golfo Pérsico (em expedições marítimas tão extraordinárias para a época quanto excepcionais num povo tão pouco inclinado para o mar que jamais compreendeu a importância do poder naval). Foi sobretudo um grande construtor. Devemo-lhe o plano grandioso da metrópole imperial, especialmente o

desenho do quadrilátero central que constitui a residência propriamente dita, isto é, a “Cidade Proibida” ou “Cidade Violeta-púrpura”.

Ainda que os palácios que hoje contemplamos em Beidjing estejam longe de poder reclamar a antiguidade venerável dos templos gregos e dos monumentos romanos – para não falar nos do Egito – o uso abundante da madeira explica a pouca duração dos edifícios do Extremo-Oriente, quando comparados com os do Ocidente, que utilizaram a pedra como principal material de arquitetura – lembremo-nos que, na época em que foram edificadas, isto é, na primeira metade do século XV, nada na Europa se lhes podia comparar em grandeza e excelência artística. O estilo, embora aprimorado, não se afastava da norma tradicional, na uniformidade de uma arte que o tempo e a ausência de fortes influências externas acabara cristalizando. O reinado de Yun Loh assinala o apogeu da arquitetura chinesa mas pouco foi acrescentado a Beidjing durante a vida dos demais monarcas da dinastia.

Os Ming, aliás, não tardaram em decair, conforme sói ocorrer na história da China por força da corrupção da Corte, da incompetência administrativa, do monopólio do governo pelos eunucos e as concubinas imperiais, e do empobrecimento e crescente anarquia das províncias. Em 1644 apresentou-se às portas de Beidjing, como aliado de um general chinês em revolta, o exército manchú que os Grandes Khans Nuratchí e Abakaí haviam cuidadosamente treinado e equipado. Como já tantas vezes ocorrera, os bárbaros do norte vieram, viram e conquistaram. Teve assim início a última dinastia, a dinastia manchú, que tomou o nome de Ching e reinou até 1911.

Os anos finais dos Ming e os primeiros decênios dos Ching coincidem com a chegada dos europeus – os portugueses – ao Extremo-Oriente. Na Corte do Dragão foram recebidos alguns jesuítas, principalmente italianos e alemães, médicos, sábios, homens extraordinários, homens de grande virtude e sabedoria que conseguiram penetrar na confiança do Filho do Céu e por ele foram autorizados a construir um observatório astronômico. Sua influência cresceu e, em certo momento, abriu perspectivas alvissareiras para o proselitismo cristão no Império chinês. Mas esses jesuítas tiveram igualmente uma influência indireta sobre certos aspectos da arquitetura e da arte decorativa chinesa e, inversamente, foram o veículo pelo qual ela granjeou prestígio excepcional

na Europa do século XVIII, com suas *chinoiseries*. Veremos adiante que esse prestígio se revela em certos pormenores da construção de Versailles.

Sob o reinado dos dois grandes monarcas, Kang Hsi e Kien Long, contemporâneos de Luis XIV e de Frederico da Prússia, o Império conseguiu alcançar um derradeiro brilho, mantendo sua hegemonia política na área do Extremo-Oriente. Mas a decadência irremediável do antigo regime corrompia as fibras de todo o organismo social, justo no momento em que o país, a partir da metade do século XIX, ia sofrer o impacto acelerado e irresistível do ocidente. O episódio mais interessante ao final do reinado de Kien Long foi a fracassada embaixada de Lord Macartney, em 1793. Os ingleses mandaram a embaixada que se demorou dois anos na China até que o embaixador conseguisse ser recebido pelo Filho do Céu, em Jehol, na Manchúria. Carregado de presentes para o Imperador, acompanhado por uma esquadra e por dois mil assistentes de diversas categorias, o insucesso final resultou da negativa de Macartney de se prosternar nove vezes diante do monarca, com a testa batendo no chão, o famoso *kowtow* exigido de todo súdito ou enviado de um vassalo. O orgulhoso representante de Sua Majestade britânica não se considerava, naturalmente, um vassalo e recebeu em troca, por sua atitude negativa, uma carta em que Kien Long manifestava seu total desinteresse pelos presentes oferecidos e pela proposta de estabelecer um relacionamento comercial com as ilhas britânicas. Ele afirmava que a China era o centro do mundo. O Reino Florido produzia tudo que era necessário e nenhum proveito poderia resultar de qualquer troca com as inúteis mercadorias ocidentais. Alain Peyrefitte escreveu sobre esse momento crucial na história da China três magníficos livros sob o título *O Império Imóvel*, demonstrando que os chineses, ao contrário dos japoneses, pagaram caro sua recusa em termos de atraso no inevitável processo de modernização que tem acompanhado a globalização. Poucos anos mais tarde os britânicos abririam pela força as portas da China. Com o que veio a ser chamado a Guerra do Ópio, conquistaram Hong Kong como entreposto de comércio. Assim, a Inglaterra desencadeou uma sucessão de mudanças na Abertura do Império Central (*Djung Guó*) que, interrompida pelos desastres da II Guerra Mundial, a invasão japonesa (1937/45) e a Revolução Chinesa, enchem dois séculos inteiros e ainda parecem longe de alcançar seu término.

A evolução dos acontecimentos foi lento, seguindo um curso que atingiu profundamente a vida de Beidjing. Vale a pena recordar alguns dos seus capítulos mais salientes: em 1850 a revolução dos Tai-Ping contra a dinastia, revolta cega e prematura que se liquidou com algumas dezenas de milhões de mortes. Em 1860, o primeiro assalto a Beidjing por parte dos “Diabos ocidentais”, personificados em um exército aliado cujo objetivo era dar ao Filho do Céu uma amostra dos métodos inflexíveis da Europa civilizada, com a pilhagem da cidade e o incêndio do Palácio de Verão. Em 1900, o episódio extraordinário da Revolta dos Boxers, xenófobos fanáticos que não conseguiram, não obstante o auxílio declarado da Corte, vencer a resistência heróica de um punhado de europeus sitiados no Quarteirão das Legações. Beidjing é então novamente punida pela cegueira de seus governantes e um outro exército aliado, representando todas as potências imperialistas da época, inclusive o novo recruta nipônico, penetra na capital após a fuga da famosa e nefasta Imperatriz Tzu Hsi, mãe do Imperador. Em 1911, a República é proclamada no sul e a dinastia abdica sem perder a dignidade. Daí por diante, durante vinte anos, enquanto o país se debate na anarquia militar, a cidade é presa fácil dos “Senhores da Guerra” e, embora continue a se declarar a capital teórica da China e sede aprazível do Corpo Diplomático que habita o Quarteirão das Legações, deixa virtualmente de dirigir os destinos da nação. Em 1927, o Generalíssimo Chiang Kai-Chek, comandante dos exércitos cantoneses que constituem a vanguarda da revolução nacionalista, organiza um novo governo em Nandjing. Beidjing é esquecida e recebe o nome de Bei-ping, “Paz do Norte”, que possuía no princípio da dinastia Ming. Volta a predominar a China do sul, mais influenciada pelo ocidente e de onde partira o movimento revolucionário em sua primeira fase “burguesa”.

Nessa época, os monumentos veneráveis da antiga capital são abandonados. Cresce o capim entre as lajes de mármore dos majestosos terraços, o musgo recobre os animais míticos de bronze, as intempéries arruinam os telhados de cerâmica dourada. A história melancólica é bem descrita no filme estupendo de Bertolucci, “O Último Imperador”. Durante dez anos é ocupada pelos japoneses. Tenazmente, entretanto, a venerável cidade agarra-se ao passado e conserva uma dignidade, uma nobreza, uma consciência de seu prestígio que não se encontra alhures!



Em 1937, a chamada ponte de Marco Polo, nos arredores de Beidjing, é cenário de um “incidente” entre tropas japonesas e chinesas que desencadeia incidente bem maior – primeiro capítulo da Guerra Mundial. Chiang Kai-Chek e seu governo nacionalista abandonam Nandjing diante do ataque nipônico e se estabelecem em Djungdjing, “Capital Central”, protegidos pelas gargantas inexpugnáveis do Yang Tse Kiang. Ao terminar a guerra, voltam para Nandjing. Abre-se então um novo capítulo da revolução chinesa. Os comunistas, em 1924, haviam encabeçado o movimento cantonês; haviam prestado assistência à marcha para o norte dos nacionalistas e, repelidos por Chiang Kai-chek, em 1927 o haviam combatido em luta inexorável. Depois, aliaram-se a ele contra os japoneses. Terminada a guerra, porém, entraram em franca rebelião, dispostos a resolver num sentido totalitário, agrário e marxista o grande cataclismo político e social provocado pelo impacto do ocidente. A luta, nessa fase final durou cinco anos. Em 1949 assistimos ao colapso do governo do Kuomintang que foge para a ilha Formosa. Mao Dzedong, triunfante, instala um novo regime, dito “popular”, na velha e gloriosa Beidjing. Mas, nas três últimas décadas do século, as “Quatro Modernizações” de Deng Xiaoping abrem a velha capital a um movimento colossal de remodelação e construção que a torna quase irreconhecível. Permanece embora, intocado, o quadrilátero central da “Cidade Proibida” onde se concentram os governantes, a Nomenklatura de mandarins que, desde tempos imemoriais, governaram o Império e hoje se intitulam “comunistas”.

No “Livro das Odes”, um dos clássicos da literatura chinesa, composto há uns 2500 anos, encontramos a seguinte passagem, que é freqüentemente citada:

*“Ainda que Chou fosse um velho país,  
recebeu um novo destino.”*

No decorrer dos séculos a velha China teve novos destinos. Dinastias sucederam a dinastias. O Império foi várias vezes invadido por tribos bárbaras, dominado por regimes estrangeiros mas sempre, no fim, os absorveu e reconquistou sua independência. Dinastias corruptas e impotentes foram derrubadas em revoluções sangrentas que deram origem a novas dinastias, e o ciclo recomeçou. Como disse Mencius, o filó-

sofo político por excelência da China clássica, “a vida nasce da tristeza e da calamidade, a morte do prazer e da felicidade”. Por mais desastrosos que pareçam os acontecimentos dos últimos anos não devemos perder de vista que o triunfo comunista na China e a posterior abertura proporcionada por Deng Xiaoping e seus sucessores é apenas um capítulo da gigantesca revolução por que a Ásia está passando há dois séculos.

Entretanto, não são apenas os aspectos políticos atuais e uma admirável tradição artística que atraem a curiosidade do visitante que, pela primeira vez, contempla essa cidade – a “Cidade eterna do Oriente”. Quando se chega a Beidjing de avião, procedente do sul – como me ocorreu em 1947 – o gigantesco quadrilátero das muralhas estende-se a nossos pés, perfeitamente desenhado no contraste que, sobre o fundo cinzento das casas, estampam o traçado sombrio das ruas e o fulgor azul, dourado, amarelo e verde da cerâmica, nos telhados dos templos e dos palácios. Para quem seja senhor do mapa da cidade, eis que, repentinamente, ele se abre sob as asas do avião, em toda a sua perfeita geometria, permitindo localizar, num relance, aqui a rotunda azul do Templo do Céu; ali a massa do Chien Men, a porta principal da cidade tártara; mais adiante, a Cidade Proibida; mais além, já toldados pela neblina da distância, as Torres do Sino e do Tambor, seus mais antigos monumentos, da época mongol; à esquerda os lagos artificiais e os jardins dos “Palácios do Mar”; e, cercando a vasta aglomeração, as muralhas formidáveis, de vinte metros de altura, que desenharam um duplo retângulo, quase perfeito, com vinte quilômetros de extensão total. Que cidade do mundo, pergunta-se, mais facilmente permite, ao turista recém-chegado, essa visão imediata, espontânea, independente de qualquer raciocínio, capaz de orientá-lo quanto às direções do compasso e quanto às relações mútuas de monumentos e vias de acesso, como se a planta houvesse aberto diante dos olhos? As enormes muralhas, infelizmente, foram derrubadas no impulso destruidor deplorável da Revolução Cultural. Não obstante, quatro largas avenidas ainda hoje permitem recordar as faces do quadrilátero, desenhado num eixo Norte X Sul, que limitavam a metrópole. A cidade hoje largamente ultrapassou esses limites. Grandes edifícios modernos erguem-se numa aglomeração imensa que se aproxima dos doze milhões de habitantes, em clara violação da antiga norma segundo a qual nenhuma construção civil poderia ultrapassar em altura a sede

celeste do Filho do Céu. Com as muralhas, foram-se de modo similar as velhas casas e solares em lindos jardins que se estendiam pelos *hutung*, as estreitas ruas pitorescas onde só os *rickshaws* podiam trafegar, ou um ou outro automóvel de um ricaço. Em breve, nada mais permanecerá do passado, a não ser a Cidade Proibida e os monumentos adjacentes, assim como o Templo do Céu no quadrante sul-oriental do Plano de Yung Loh.

É certo que Nova York e Buenos Aires não apresentam dificuldade para a orientação, graças a seu simples desenho ortogonal. Paris tampouco, por ser a cidade mais articulada da Europa. Mas em nenhuma dessas metrópoles a correspondência das linhas e dos espaços com as direções cardeais, os traçados axiais, o “zoneamento” natural e o sentido, por assim dizer, “ritual” do esquema, constituiu o objetivo colimado pelo planejador. Beidjing era uma unidade orgânica, uma síntese estrutural que obedecia a uma concepção ao mesmo tempo formal e profundamente viva, real. Os edifícios, as casas, os jardins, as avenidas e as praças eram partes integrantes de um todo arquitetônico, funcionalmente organizado. Na expressão de S. E. Rasmussen, a cidade inteira era um templo ou, por outra, o recinto imenso de um templo cujo *Sanctum* é a residência imperial. Assim pois, dupla é a impressão que causa Peking ao estrangeiro em êxtase turístico. Em primeiro lugar, como pensava Keyserling, “nela sopra um vento de estepe. Foi o espírito de Genghiz Khan e dos grandes conquistadores manchús e tártaros, e não o espírito do letrado chinês, que lhe deu caráter... Beidjing é antes de mais nada uma cidade imperial, no que se assemelha a Delhi e a São Petersburgo”. Uma impressão de grandeza bravia e severa, de respeito que inspira séculos de história gravados na pedra – impressão reforçada, no caso, pela circunstância especial de estarmos ali assistindo – como assisti eu, com 50 anos de intervalo! – a um dos acontecimentos momentosos do século XX e a um dos capítulos mais dramáticos da história milenar da China! Mas é também uma impressão puramente estética. Mais do que uma aglomeração dirigente, Beidjing, contrariamente ao que impugna Keyserling, foi a realização no espaço – como realidade tangível – da “cidade ideal” dos letrados chineses. E, por isso, seu urbanismo possui uma beleza transcendente, porque é uma obra de arte no sentido autêntico da palavra. Nesse sentido, o plano inicial de Beidjing pode ser conside-

rado uma das raras obras de planejamento urbano de cunho filosófico-religioso. Um de seus incontestáveis encantos residia nas proporções majestosas de um traçado rigorosamente significativo. As praças, as avenidas e os pátios conjugavam, em uma unidade ideal, os recintos quadrangulares que se encaixam, se sobrepõem e se articulam. Ao formalismo geométrico das grandes vias e das grandes esplanadas, correspondia a natural informalidade dos parques, dos lagos artificiais e dos pitorescos *hutungs*, ruas e vielas estreitas nos bairros residenciais.

Se os traçados geométricos e o formalismo tradicional são característicos de Beidjing, nos chamados “Palácios do Mar” e nos jardins e monumentos diversos que cercam os lagos artificiais do Peihai, o urbanista procurou exprimir-se não como filósofo ou matemático, mas como pintor ou poeta. Em Versailles, os Bourbons também desenhariam recantos bucólicos para romper o formalismo um tanto monótono dos jardins de Le Nôtre. Yung Loh sabia instintivamente compor uma paisagem. Em volta do Peihai, ele não pretendeu refletir a ordem celeste, porém a encantadora desordem e assimetria dos lagos, dos bosques, dos rios e das montanhas natais. Mas é, ainda hoje, na Cidade Purpúrea, na disposição das avenidas, portais, recintos, esplanadas e pavilhões do Palácio Imperial que o urbanista-paisagista melhor soube exprimir seu domínio audacioso dos vastos espaços horizontais, e sua capacidade de conjugar harmoniosamente o formalismo hierático da via processional com a elegância discreta dos efeitos decorativos locais. Cidade simétrica, essa simetria é mesmo essencial a Beidjing pois o planejador arquitetônico empreendeu reproduzir, na terra, a regularidade perfeita dos fenômenos celestes. Beidjing é a imagem da natureza classificada, categorizada, hierarquizada e arrumada, conforme a concebiam os chins, em obediência rigorosa a um sistema de regras complexas, dependentes não tanto da engenharia e da matemática quanto da magia taoísta dos números e dos elementos. A ordem formal e simétrica, a orientação, a dignidade e o respeito às formas tradicionais constituíam um sinal visível da extensão do poder e da benevolência do monarca, num vasto movimento de fora para dentro. Compare-se a diversidade desses efeitos arquitetônicos com os da cidade-tipo da Idade Média e do Renascimento europeus. Nesses esquemas, a um movimento centrífugo, corresponde um sistema de planejamento rádio-concêntrico, focalizado na catedral ou no castelo.

Rivalizando com os palácios imperiais em estilo, porém superior pelo espírito que o anima, o Templo do Céu exprime, melhor do que qualquer outra construção de Beidjing, a complexidade da *Weltanschauung* chinesa. Nesse sentido, coloca-se no mesmo pé de edifícios famosos como Karnak, o Parthenon, a Mesquita de Isfahan, o Templo de Madura, o Taj Mahal, Angkor, o Santuário de Isê, Santa Sofia, a Catedral de Chartres, São Pedro de Roma – marcos memoráveis na história da expressão da idéia pela madeira e pela pedra, obras de estilo o mais diverso em que o homem se sublimou e procurou, melhor talvez do que em qualquer outra forma artística, traduzir o sentimento inefável da presença divina. Isso talvez porque a arquitetura é, com a música, a única arte que não imita a natureza. É a arte que cria formas novas, puramente mentais, e produz, graças a essas formas, o ambiente propício à evocação do transcendente.

\* \* \*

O espírito chinês exprime-se num vasto sistema filosófico, perfeitamente coerente, que regula não somente a vida individual e familiar, mas a vida coletiva, a moral, a doutrina política e todos os aspectos multiformes da velha civilização Chin. A astronomia ou astrologia, a ciência da topografia, do clima, da localização das cidades, a pintura, a arquitetura e o urbanismo são partes integrantes do sistema. Em duas principais correntes ou “escolas” enquadra-se esse pensamento filosófico-religioso. São escolas não necessariamente rivais, porém complementares, dedicadas a ramos distintos do conhecimento ou endereçadas a temperamentos diversos. A primeira, confuciana, ocupa-se da ética, da moral pública, da doutrina política e da teoria social. A segunda, taoísta, possui um caráter marcadamente metafísico e uma tendência mística, não-ativista e individualista. Prestando-se, posteriormente, à magia e à superstição vulgar, totalmente em desacordo com a pureza original do pensamento de seu fundador, Lao Tzu, o qual, aliás, nada mais fez do que sublimar as concepções primitivas da mitologia chinesa, o “Taoísmo popular” reúne hoje as teorias de várias escolas anteriores, tais como as de astrologia, divinação, geomancia, etc.

A metafísica chinesa gira em torno do conceito cíclico do Yin-Yang, rodando em torno da idéia de Tao. *Yang*, nesse dualismo

fundamental, constitui o princípio macho, representado por uma linha contínua; e Yin, o princípio fêmea, representado por uma linha quebrada. Yang configura a força dinâmica, a energia viril, o calor, a luz, o positivo e ativo, o dia, o verão, o princípio criador e o Céu. Seu número mágico é 3 ou  $3 \times 3 = 9$ , bem como todos os ímpares. *Yin* é o arquétipo da mãe, a inércia, a escuridão, o íntimo e o protetor, o negativo e o passivo, o princípio conservador, a noite, o frio, o inverno e a Terra; seu número mágico é 2, bem como todos os pares. O Cosmos contém ambos os princípios. A vida é o resultado da ação mútua e cíclica de Yin e Yang. Longe de contraditórios ou opostos, são complementares e sucessivos e de seu mútuo relacionamento nascem as “dez mil coisas”, isto é, toda a Natureza. A doutrina do Yin-Yang combina-se, no I-Ching ou *Livro das Mudanças*, com uma numerologia simbólica de extrema complexidade e influência, assim como com o jogo dos trigramas. Arquitetonicamente falando, a sala do trono é a sala central num palácio ideal de 5 ou de 9 salas. Trigramas e elementos foram ainda equacionados com as cores, as estrelas, os meteoros, os “Cinco Sons”, os “Cinco Gostos”, as “Cinco Virtudes”, as notas musicais e os meses do ano, englobando mais a medicina, a cozinha e outras matérias, até constituírem, quando alimentadas pela simpatia peculiar dos chineses pela manipulação de números mágicos e de medidas simbólicas, um vasto e complexo sistema de pensamento “universalista” de que a figura aqui presente oferece uma imagem simplificada (pág. 117).

A aplicação dessas regras de correspondência à arquitetura e ao urbanismo constitui, sem dúvida, o traço mais característico de Peking. Vejamos alguns exemplos curiosos: o Templo do Céu é redondo porque o Céu, na metafísica chin, é considerado um círculo perfeito. Similarmente, no Templo da Terra, o Altar da Agricultura é quadrado, pois tal é a forma da Terra. O Altar do Céu possui três terraços de mármore porque três é o número Yang que representa a unidade central entre o par de linhas femininas do Yin. Nove degraus conduzem a cada terraço, porque nove é o número místico do Céu,  $3 \times 3$ . O Palácio Ideal deve ter nove salas e, na sala central, reside o Imperador, Filho do Céu. Os blocos de mármore, na plataforma superior do Altar, são dispostos em nove círculos concêntricos. Todas as outras medidas são múltiplas de nove. A própria balaustrada de mármore é formada de 360 pilares, outro número

sagrado que representa os 360 dias do ano lunar e os 360 graus do círculo celeste. No terreno das cores e da orientação, o mesmo respeito às regras simbólicas. O santuário lamaísta edificado ao norte, no eixo principal da cidade, chama-se Templo Amarelo e protege a metrópole contra os espíritos malignos setentrionais. A seu lado, o Altar da Terra também possui um telhado de cerâmica amarela. Ainda mais ao norte, encontram-se os túmulos de Yung Loh e de outros monarcas Ming, posto que é aconselhável essa orientação a fim de resguardar o eterno descanso dos dinastas defuntos cujos espíritos protegem a capital (a morte é Yin e Yin provém do norte). A leste da cidade, ergue-se o Altar do Sol cujo telhado é vermelho; a oeste o Altar da Lua cujo telhado é branco. A correspondência é completada por concepções budistas e cada um dos quatro pontos cardeais é protegido por divindades fabulosas, simbolizadas, ao norte, por uma tartaruga, ao sul por um fênix, a leste por um dragão verde e a oeste por um tigre branco. Confúcius e seus discípulos completaram o sistema com uma ética baseada em tais correspondências e com uma grandiosa doutrina política polarizada na figura do patriarca. Com efeito, a Lei, o princípio divino e de natureza espiritual que regula o fluxo eterno do Yin e do Yang e a correlação entre o Céu e a Terra é chamado Tao. Tao significa “caminho” isto é, sentido secreto da harmonia e reconciliação das forças que presidem ao Cosmos. Tao é o centro, o fulcro do mundo, e pode ser descrito pela imagem do eixo da roda. O Homem-Perfeito, o Homem-Único, isto é, o Imperador ou o Sábio Iluminado, são encarnações do Tao e essa concepção fundamental, também a mais difícil de definir, relaciona-se com o paralelismo entre o Macrocosmo e o Microcosmo.

O fluxo eterno do dualismo Yin-Yang, comandado pelo Tao, repercute no dualismo Céu-Terra. O Céu, Tien, que é Yang e patriarcal, constitui uma categoria espiritual e criadora, embora não caracterizada pessoalmente (e por esse motivo foi tão difícil para os católicos chineses traduzir a palavra Deus). A Terra, por outro lado, simboliza a Natureza terrena em seu todo, Yin, conservadora e matriarcal.

Finalmente, na elaboração filosófica posterior, surgiram as noções abstratas de Poder ou Virtude, Tê (no sentido da Virtus latina e do mana dos antropólogos) noção sobre a qual insiste Confúcius e seus discípulos; e de Wu-wei literalmente “não-atividade”, que define a filo-

sofia de Lao Tzu. Todos esses dualismos têm sua pertinência nas cogitações que se seguem.

Após a sistematização das crenças antigas e das diversas doutrinas filosóficas, no período de consolidação do Império no terceiro século antes de Cristo, a concepção patriarcal tornou-se a base dos dogmas oficiais. Segundo essa concepção, o País Central abrangia toda a humanidade civilizada e hierarquicamente organizada, na base da família. O Império, por conseguinte, era uma grande família cujo patriarca coroado merecia respeito e obediência e se obrigava às virtudes de benevolência e dedicação. Dado o íntimo paralelismo existente entre o Céu e a Terra, e entre o Macrocosmo, físico-político, e o Microcosmo, moral e individual, ao Filho do Céu incumbia o cargo extraordinário de presidente da harmonia universal. Como intermediário entre as coisas celestes e o mundo terrestre, de sua ação e, em última análise, de sua “Virtude”, Tê, dependiam, na esfera política, a ordem, o progresso, o bem-estar material e a paz externa e, na esfera celeste, as condições meteorológicas, o clima, a abundância das chuvas da primavera, a ausência de cataclismos naturais e o êxito das colheitas. A sua dinastia recebia um “Mandato” para bem governar e, segundo Mencius, teórico desse sistema pragmático, as guerras, a miséria, os desastres, a corrupção e a imoralidade – malefícios provocadores da invasão estrangeira ou da revolta popular – eram sintomas de ausência de Virtude que determinavam, automaticamente, a retirada do mandato e a queda da dinastia.

A aplicação de tal doutrina, no ritual político, consistia em identificar o Tien-Tao, o “Caminho do Céu”, com o Wang Tao, o “Caminho do Rei”. Nessas condições, a residência imperial, literalmente descrita como o eixo do mundo, o pivô ou ponto de contato entre os dois reinos, celeste e terrestre, e pólo da harmonia universal, devia ser concebida como cenário digno da majestosa liturgia que, teoricamente, representava a *raison d'être* do soberano.

Qualquer erro arquitetônico ou violação das regras protocolares seriam susceptíveis de alterar a serenidade do monarca e, portanto, de perturbar o funcionamento suave do mecanismo cósmico. Nessas condições, a fundação e o planejamento de uma capital, bem como sua localização, possuíam um sentido ritual de extrema relevância pois do seguimento cuidadoso das regras de estilo, aplicáveis ao caso, dependia



não somente o sucesso da dinastia e a felicidade do povo, mas a ordenação dos fenômenos meteorológicos e a paz universal.

Como aplicar tal concepção universalista à arte da localização das capitais e que sentido possui essa arte no sistema total da filosofia chinesa? O Fundador deve determinar, com o auxílio de astrólogos, geomantas e adivinhos, os quais manejam os Trigramas sagrados e interpretam os sinais dos astros e outros prognósticos à luz do *Livro das Mudanças*, a posição exata da futura metrópole onde se cruzarão as rotas provenientes dos Quatro Cantos do Império. Depois de examinar as condições das Águas e dos Ventos e o jogo das Sombras e das Luzes (Yin e Yang), o Fundador planta o Gnômon. Ora, a inspeção das Sombras e das Luzes é designada, em outro antigo livro sagrado do Taoísmo, pela palavra King que significa gnômon, estabelecendo assim a correlação necessária com a astrologia, a ciência dos calendários e a necessidade de cada nova dinastia particularizar, com uma nova era, o seu período de domínio temporal no desenvolvimento cíclico da história. Além disso, a palavra aparenta-se, tanto na pronúncia quanto na grafia ideogramática, à palavra King que designa a capital (em Pe-King, Nan-King, Chung-King, etc.). A associação de idéias assim comprovada aponta para uma estrita interdependência entre, de um lado, o ato de escolha, a fundação e a construção de uma nova capital e, do outro, a decretação de um novo calendário e as cerimônias consagradas à imposição do Mandato Celeste que, na constituição semi-religiosa do Império, dá legalidade ao poder. Em outras palavras, a capital assinala a presença de uma dinastia no espaço como o calendário a particulariza no tempo.

Segundo os textos antigos, no momento supremo em que é fundada a nova capital e em que se manifesta a Unidade Central residente na Estrela Polar, “o soberano governa os Quatro Pontos Cardeais, separa o Yin do Yang, determina as Quatro Estações e a Estação Central, equilibra os Cinco Elementos da matéria, fixa as contas e faz evoluir as divisões do Tempo e os degraus do Céu e da Terra”! Em outros termos, a fundação de uma capital constitui o marco inaugural de uma nova era, momento supremo em que se fundem as categorias e se tocam o Céu e a Terra.

Na capital, escreve ainda Granet, “a coletividade, o grupo social conhece sua diversidade, sua ordem e sua hierarquia. É ali que se

torna consciente de sua força, una e complexa”. Por isso, “deve a capital ser escolhida depois de uma inspeção dos espaços, num sítio que ateste a vizinhança da ‘residência celeste’, num sítio que, pela convergência dos rios e a confluência dos climas, revele sua qualidade de centro do mundo”. Nessa vizinhança, “as medidas das distâncias são constantes” e, como escrevia Ssê Ma-tchen, o Heródoto chinês, “aí, para trazer o tributo dos Quatro Cantos do Mundo, as léguas das estradas são uniformes” – conceito que revela a intuição, no desenho de um mapa do Império, da projeção equidistante centralizada na cidade-capital.

A determinação do sítio propício constitui a tarefa específica dos geomantas. Organizados em uma espécie de “Comissão para a Localização da Capital”, os geomantas consideram o *Feng-chui*, isto é, os ventos (*feng*) e as águas (*chui*) da situação hipotética, levando igualmente em conta as sombras e as luzes. O *Feng-chui* engloba um corpo de práticas tradicionais cujas origens se perdem na noite dos tempos embora sistematizadas durante a dinastia Han, em princípios de nossa era. Intimamente ligadas aos conceitos do Yin-Yang, às doutrinas dos Cinco Elementos e, em geral, às noções de correspondência já acima aludidas, representam práticas pseudocientíficas ou mágicas cujo intuito era a aplicação de regras, de leis, de princípios racionais numa ciência arcaica que se poderia qualificar de topologia urbana.

Habituamo-nos, em nosso raciocínio moderno, a denominar “superstição” tais crenças em forças de caráter misterioso. Há, entretanto, um pouco mais do que superstição em usos que visam simplesmente a compreender e controlar essas forças. O *Feng-Chui* constitui essencialmente uma forma de investigação científica, talvez primitiva e irrisória em seus métodos, porém correta nos objetivos finais. A ciência contemporânea não mais aborda tais conceitos “mágicos” com olhares de indiferença ou condescendência jocosa. Sábios de renome, como o psicólogo suíço C. G. Jung, reconhecem a *qualitas occulta* e a “validade relativa” das práticas da astrologia, da alquimia e da geomancia que consistem na apreciação dos fenômenos “supranormais”, relacionados com a atividade inconsciente ou subconsciente do espírito humano. Primitivo embora como metodologia, o *Feng-chui* possui sua validade relativa, seguindo objetivos paralelos aos da moderna geografia, higiene e topologia, bem como os do urbanismo mais avançado.

Detrás da superstição encontramos, quase sempre, um intuito racional e é de supor que a ausência desse intuito significaria apenas ter sido seu motivo original olvidado ou corrompido. Assim por exemplo, acreditavam os chineses que os “espíritos maus” ou demônios sempre viajavam em linha reta e, por essa razão, receavam as perspectivas retilíneas. As portas das casas, os portais das cidades e palácios costumavam ser interrompidos com biombos, muros ou tabiques de encontro aos quais, certamente, se iriam chocar os demônios. O principal temor endereçava-se aos malefícios setentrionais e, por essa razão, a orientação para o sul era aconselhada às cidades, aos palácios e às casas. Na realidade, do norte sopram os ventos frios da Mongólia, perigosos para a saúde, e as tempestades de areia, causadoras de grande desconforto. Os biombos, pára-ventos, paredes e portais têm em vista interceptar as correntes de ar, resguardar a intimidade e servir de elemento decorativo, além de, ocasionalmente, anteparo para a defesa. Do norte também emanam as influências barbarizantes, do norte procedem as invasões que, periodicamente, têm perturbado a estrutura política e social da China. Já vimos, a propósito da “Colina de Carvão”, como os intuítos mágicos, decorativos, defensivos e práticos misturavam-se de modo muito estreito. Um conceito como o que presidiu a construção desse anteparo artificial, no lado norte da Cidade Proibida, revela que a imagem do malefício que vem do norte engloba uma série complexa de experiências no campo da medicina, da meteorologia, da geologia, da climatologia e, finalmente, da antropologia e da geopolítica. Em suma, as práticas do Feng-chui e da escolha do local pela geomancia e a astrologia, os portentos, augúrios e manipulações várias por parte dos mágicos, astrólogos e adivinhos, as preces e sacrifícios e outras tantas atividades extraordinárias, visavam exatamente os mesmos fins que nos propomos hoje alcançar, através de nossas ciências analíticas – servindo-se, entretanto, de um método de raciocínio “universalista”, baseado nas categorias fundamentais do Yin-Yang, e na noção de correspondência entre as várias esferas naturais e humanas.

Naturalmente, a insuficiência dos conhecimentos, as fantasias extravagantes, oriundas das generalizações apressadas do Taoísmo popular, e a degenerescência natural do pensamento chinês (em consequência de um conservantismo patológico de que só agora se está desvencilhando) provocaram, em épocas recentes, conflitos e resistências lamen-

táveis que atrasaram o progresso técnico do país. No século XIX, por exemplo, registrou-se uma oposição ferrenha contra os trilhos das estradas de ferro, os postes de telégrafo e os encanamentos de esgoto porque, supostamente, dolorosos para a espinha dorsal do “dragão subterrâneo”, violavam as regras do Feng-chui. Mas, em sua concepção original e viva, pressupunha a convicção acertada de que o homem é um fragmento infinitesimal da natureza, e de que ele deve procurar compreender as forças à sua volta a fim de que essas forças, por sua vez, o aceitem e incluam na ordem dos processos cósmicos.

Nos *Analectos de Confucius*, um dos livros sagrados da China, que constitui como que uma coletânea de crenças e pensamentos antiqüíssimos, encontramos duas frases da maior importância para retrazar as origens históricas do esquema urbanístico chinês. A primeira é a seguinte:

*Governar com Tê é ser como a estrela polar  
Que permanece em seu lugar,  
Enquanto as outras giram em torno dela.*

A segunda frase, da mesma obra, pode assim ser traduzida:

*Ordenando-se com toda a reverência,  
Ele (o Rei) virou-se para o sul,  
E isso foi suficiente.*

Essas duas sentenças foram analisadas pelo Rev. W. E. Soot-hill, em seu livro *The Hall of Light*, que trata justamente do significado do Ming Tang, o Palácio Ideal de Nove Salas. Em tempos imemoriais, o Ming Tang era usado pelos Reis à guisa de pavilhão sagrado para a elaboração dos novos calendários, acompanhada de certas observações astronômicas imprescindíveis aos rituais agrários, de profundo significado mágico, relacionadas com o movimento do sol e o ciclo das estações e tendo como propósito principal determinar a queda oportuna das chuvas, pois a isso se resumia a administração real. Segundo Soothill, a implicação das duas frases aludidas é que, outrora, bastava ao Rei sentar-se no trono, na sala central do Ming Tang, em atitude de não-atividade (Wu-wei), para que espontaneamente a Virtude, Tê, necessária à marcha do mundo, dele emanasse, com todos os seus efeitos benéficos. Lao Tzu racionalizaria o princípio de Wu-wei, estabelecendo-o como postulado

ético: “Quando reina um Grande-Homem,” dizia ele, “ao povo basta saber que Ele ali está! Homens menos grandes são amados e louvados. Homens ainda menos grandes são temidos. E homens ainda menos grandes são desprezados!”.

Fundamentado nessas investigações, foi possível deduzir o caráter essencialmente religioso do antigo Rei, suas funções mágicas, sua atividade de astrônomo e seu papel soberano nos ritos agrários que estão na base do conceito cíclico, tão característico da filosofia chinesa. Assim pois, pode-se também deduzir a evolução do Ming-Tang até chegar ao Templo do Céu, ao Palácio Imperial e a todo o esquema urbanístico de Peking, paralelamente à evolução do manda-chuva primitivo que se transformou em Imperador. Peking é a expressão final de um desenvolvimento milenar, materializando a série de noções complexas de que procuramos dar um ligeiro apanhado.

Sentado no Trono, na Cidade Violeta-púrpura que é, na terra, o que a estrela polar é no Céu, o Imperador, imóvel, em atitude de Wu-wei, olha para o sul, galvanizando toda a virtude imanente que o possui. Sentado no Trono do Dragão! O Dragão, símbolo por excelência do Yang, arquétipo da força viril em seu aspecto físico e em seu aspecto espiritual, símbolo de tudo que é penetrante, do princípio generativo natural e moral, da eterna transformação, do infinito em expansão! O Dragão é o animal mítico por excelência e o símbolo imperial mais representativo. Foi o Dragão que edificou o Templo do Céu, qual pouso de onde se eleva ao firmamento. Sentado pois no Trono do Dragão, o Filho do Céu encontra-se no centro geométrico da capital, a qual, simbolicamente, é o centro ordenador da China, o País Central, Chung-Kuo, o qual, por sua vez, é o centro do mundo. Pela sua simples presença, imóvel e silenciosa, o Imperador, olhando para o sul em atitude hierática, encarna Tao e restabelece a harmonia universal, trabalhando no sentido de estender ao conjunto de seus súditos fiéis a soma de felicidade equivalente à sua própria virtude exemplar.

A cidade de Peking foi edificada de tal modo que, sentado no Trono do Dragão, na Sala da Paz Suprema – Tai Ho Tien – o Filho do Céu, sempre olhando para o sul, gozava a esplêndida perspectiva do eixo norte-sul, coluna mestre da cidade. O olhar do monarca atravessava, em imaginação, os grandes portais e pátios da Cidade Purpúrea; tras-

passava Chien Men e saía da cidade tártara e, cruzando a cidade chinesa, seguia a grande via processional que, nos dias de cerimônia solene, o conduziram, à esquerda ao Templo do Céu, e à direita ao Altar da Agricultura; penetrava, finalmente, além das muralhas e contemplava o Império inteiro, pacífico e próspero, estendido a seus pés. Arte única de um urbanismo transcendente de cuja perfeita realização dependia a consonância dos fenômenos universais! Em sua Capital do Norte, protegida contra os espíritos diabólicos que sopram do Setentrião pela cadeia de montanhas e a Grande Muralha, o Filho do Céu está mirando o sul. A cidade também encontrou a fórmula arquitetônica capaz de lhe satisfazer a magnífica intenção: também ergue sua “fachada” para o sul. O sul é toda a China, berço e fonte dos espíritos benfazejos. Ali crescem as gerações futuras, forças vivas da nacionalidade. O Reino trabalha em paz; os camponeses lavram a terra; os rios correm suavemente, serpenteando as planícies infinitas; as gerações novas crescem, como as sementes plantadas na primavera, enquanto os antepassados retornam à terra de onde nasceram; a aurora desponta, radiante, a leste e, no crepúsculo, o Astro-Rei, Senhor do Yang, mergulha com incomparável beleza detrás das montanhas ocidentais, para ceder lugar à Lua, Rainha da Noite. Assim, o Imperador, impassível em seu trono, a imensa paisagem descortina e com olhar benfazejo ilumina a terra dos Filhos de Han. Através de todo o florido Reino Central, o mais humilde camponês, sentado em frente de sua modesta choupana, encarando serenamente o sul, contemplando a terra que trabalhou com o suor de seu rosto e onde dormem seus antepassados, restabelece com esse ato a harmonia transcendente, nos limites de seu pequeno universo...

Concepção universal e absoluta, perfeitamente lógica em suas aplicações particulares, primitiva e infantil, quiçá em seus conhecimentos científicos, mas profunda em entendimento humano, tanto assim que durou três mil anos, forma ela uma síntese conservadora e imutável que, contrastando com o espírito analítico e inconstante da filosofia ocidental moderna, só é comparável, em amplitude, à “Concepção do mundo” do Cristianismo medieval. A Arquitetura e o Urbanismo de Peking são partes integrantes dessa filosofia, parte porventura das mais expressivas.

Além de filosofia, tais concepções constituem uma ética e uma arte: a arte de adaptação do homem ao meio cósmico. Assim como a ética criou essa figura serena do letrado chinês, da grande época, também a arte contribuiu para a esplêndida disciplina da arquitetura chinesa e para um urbanismo que, afinal de contas, consistiu no planejamento racional de um vasto recinto urbano – o planejamento de uma cidade como se fora uma casa e, ao mesmo tempo, um santuário – destinada à residência ritual do Filho do Céu, de sua Corte e de seu povo.

*Kublai-Khan, Imperador mongol, sob cujo reinado Tai-Tu (Peking)  
foi, pela primeira vez, Capital de toda a China*



*Diagrama das correlações metafísicas, segundo as concepções tradicionais do I-Ching ou "lívro das Mudanças". Essa Escritura, que é uma das fontes da filosofia taoísta, servia aos geomantas, adivinhos e astrólogos, bem como aos arquitetos e urbanistas. O desenho da planta de Peking reflete tais noções que presidiam ao cerimonial religioso do Estado*

*PEKING – Planta da cidade durante a dinastia Mandchu*

*Planta de Beidjing no ano 2000. O traçado original ainda pode ser descoberto na Cidade Proibida e nas avenidas de contorno que ocupam o lugar das antigas muralhas*

.....

## VI

### *No Japão: Nará, Kyoto, Tóquio*

O

problema sobre o qual desejamos agora nos fixar é o da correlação existente, mesmo num país tão pequeno quanto o Japão, entre as mudanças de capital e a transladação do eixo político do Estado, bem como entre esses acontecimentos e o início de certas épocas bem definidas na vida do povo.

Tanto quanto se pode depreender das pesquisas arqueológicas, de menções muito vagas em crônicas chinesas e da interpretação das lendas e mitos nacionais, o primeiro centro político do arquipélago ter-se-ia consolidado a leste da ilha de Kyushú onde se desenvolveu um regime com características matriarcais. Esse estado primitivo, que os chineses chamavam “País da Rainha”, seria simplesmente a morada daqueles antepassados que, na elaboração mitológica do Xintoísmo posterior, se tornaram os deuses fundadores do Império e, especialmente, Amaterasú, a Deusa do Sol, ascendente da Casa Reinante. A região habitada por esses primeiros japoneses era constituída por uma planície de aluvião, favorável à cultura do arroz. Na região de Idzumô, porém, outro centro de cultura, mais avançado no conhecimento da metalurgia e mais mesclado de elementos continentais, progredia em contato com a Coréia. Cerca do terceiro ou quarto século de nossa era, o “Primeiro

Imperador” do Japão Jimmu Tennô, figura heróica e lendária, dirigiu uma expedição de conquista que, partindo de Kyushú, submeteu clãs inimigos de Idzumô e conquistou a região do Yamatô, a segunda planície de aluvião própria para a agricultura e futuro centro da civilização clássica japonesa. O Império assim fundado e governado pelo clã da Deusa Solar, fortaleceu-se em Yamatô pela submissão progressiva das tribos rebeldes vizinhas. Nos séculos seguintes, contam-nos as crônicas da época lendária que continuou sua expansão para o oriente, em lutas constantes contra os bárbaros Ainu que lhe disputavam o terreno. Yamatô quer dizer “Porta da Montanha”. Os homens do Yamatô, isto é, os japoneses atravessaram os passos montanhosos que os separavam da região onde se ergue hoje a cidade de Nagoyá e penetraram na terceira e mais importante planície de aluvião do arquipélago, a planície do Kwantô que alimenta hoje Tóquio e Yokohama.

As crônicas antigas registram várias mudanças de residência do Mikado, nesse período primitivo de ocupação do arquipélago. Trata-se, provavelmente, de manifestações típicas de um barbarismo ainda não ultrapassado. As crônicas fazem constar mudanças após cada reinado, o fato estando associado, ao que parece, a certas práticas religiosas xintoístas relacionadas com o tabu da morte. A morte, como aliás o parto, as relações sexuais, as doenças e as feridas, eram consideradas coisas impuras que deviam ser isoladas a fim de não conspurcar os homens. Assim, do mesmo modo como havia cabanas especiais de parto e cabanas nupciais, as casas eram abandonadas quando morria alguém. A morte de um Imperador acarretava o abandono de seu palácio. Como as construções eram então de uma simplicidade absoluta, tornava-se mais fácil e barato construir uma nova residência, em outro local, do que purificar e consertar a morada de um falecido Imperador. Todos esses “Palácios-Capitais” do Japão primitivo mantiveram-se na região central do Yamatô, não distando senão alguns quilômetros uns dos outros. No século quinto de nossa era, mas sobretudo a partir do século sexto, o Japão atravessa a sua primeira grande revolução cultural, conseqüente à introdução do Budismo e da civilização chinesa. O século sétimo constitui um período de intensa transformação, muito semelhante a que o Império sofreu no século XIX. Ao principiar a era propriamente histórica da civilização japonesa, devemos portanto caracterizar esses

dois fenômenos fundamentais: a expansão em direção ao nordeste, isto é, à planície do Kwantô (vide mapa II); e a transformação resultante das relações políticas, religiosas e culturais com a China e a Coréia. Se a instalação do clã imperial na região do Yamatô é a expressão do primeiro fenômeno mencionado, a construção da cidade de Nará, a primeira verdadeira capital do Japão, é o ponto culminante do segundo.

A edificação da capital significa, antes de tudo, a instalação permanente do Tennô com sua Corte. Nos princípios do século sétimo os “palácios” já haviam começado a adquirir estabilidade e uma forma chinesa, à medida que mais se aprofundavam as influências continentais. É no ano 690 que se realiza pela primeira vez, no Palácio de Fujiwará, o tipo urbanístico da capital chinesa. Assim mesmo, essa residência só foi aproveitada durante dois reinados. Em Nará, inaugurada em 710, inicia-se verdadeiramente a idade das aglomerações urbanas. A arquitetura continental era mais cara pois utilizava alicerces sólidos, muros de pedra e decorações custosas, exigindo um grau considerável de progresso técnico, artístico e social. A construção da primeira capital permanente do Japão coincide, portanto, com o fastígio da influência chinesa.

A gloriosa dinastia Tang reinava então sobre o Império Central e o prestígio da sua civilização ecoava por toda a Ásia. Os Tennôs reformadores do momentoso século sétimo haviam tomado o hábito de enviar Embaixadores ao Filho do Céu. Eram missões de estudo que voltavam ofuscadas com o esplendor da capital dos Tang no apogeu. Por outro lado, o Japão dava entusiástica acolhida a coreanos ilustres, a refugiados chineses e até mesmo a monges budistas chegados da longínqua e misteriosa Índia. As palavras dos cultos imigrantes impressionavam a fundo os rústicos nipônicos: “O País dos Tang é um país maravilhoso cujas leis são completas e imutáveis. Vós deveis com ele manter contatos permanentes”... O Japão foi sendo assim conquistado, não pelas armas mas pela cultura chin, a tal ponto que muitos autores falam na “sinização do velho Yamatô e de suas instituições”. Na verdade, o Japão entrava para a esfera de cultura que se estende sobre todo o Extremo-Oriente e que pode ser simplesmente definida pelo uso da escrita ideográfica chin. Muitos dos aspectos que julgamos ainda hoje tipicamente nipônicos, como a decoração arquitetônica, os telhados em pontas

levantadas, a indumentária (o Kimono) ou a cerimônia do chá representam apenas a China da dinastia Tang milagrosamente conservada.

Na construção de Nará os japoneses, discípulos fiéis, seguiram à risca o grande plano, simétrico e monumental, da capital chinesa-tipo, o plano, em suma, de que foi Beidjing o desenvolvimento máximo. Não se sabe exatamente se o modelo foi uma capital chinesa específica, Sian por exemplo, uma “cidade ideal” ou mesmo uma cópia coreana, o que é possível visto a Coréia ter sido o grande veículo das idéias chinesas. Já nos referimos, a propósito, ao significado metafísico da construção e orientação de uma cidade chinesa. Em Nará, as mesmas noções presidiram ao planejamento e foram, não há dúvida, as missões de estudos mandadas ao continente ou arquitetos chineses especialmente comissionados para a obra, que lhe traçaram a planta e construíram os mais importantes edifícios. Ao adotar o aspecto exterior, o protocolo, a máquina burocrática e o gosto pelo esplendor que caracterizavam o sistema chinês, foi a monarquia insular igualmente obrigada a imitar-lhe o cenário residencial.

Que esforço extraordinário tal obra deve ter exigido! Tratava-se de transformar a civilização tradicional, a estrutura governamental, os gostos e costumes e até a maneira de pensar de um povo inteiro! Tal esforço só tem equivalente no processo igual por que passou o Japão nos últimos 200 anos. Como escreve Sir George Samson, “na maior parte das vezes, os japoneses tinham, como modelo, não *coisas*, mas apenas descrições de *coisas*; e o que é pior, descrições numa língua estranha. O plano de uma grande cidade podia ser copiado, embora a vida que a animava não pudesse ser reproduzida. Nará foi uma cópia e, não obstante, algo mais esplêndido do que tudo que, no Japão, fora antes conhecido. Não sem resistências tenazes por parte de conservadores, desejosos de preservar a simplicidade de suas moradas primitivas, foram imitados, com um ardor quase frenético, os palácios e os templos de Chang Nhan, Loyang e de Sian, com seus tapetes, seus objetos artísticos de bronze, porcelana e marfim; pinturas sobre seda; abundante mobiliário; decoração multicolor; telhados de lousa ou cerâmica; e todo o luxo supérfluo da China. Desenvolveu-se assim uma cultura *sui generis*, a mais brilhante a mais hedonista e mais extravagante que o Japão jamais conheceu. A existência num plano sublimado, em toda a plenitude do que já foi chamado “*La Chine Joyeuse*”, exerceu uma fascinação apaixonada na

alma dos “caipiras” do arquipélago. Mas enquanto seus hábitos e atitudes eram profundamente modificados, souberam também adaptar a abundância chinesa ao gosto inato pela simplicidade, e ao estilo rústico de sabor meridional que sempre lhes caracterizou a arte. Inaugurando a primeira metrópole que edificavam, logo após abandonarem suas pequenas aldeias tribais, os japoneses realizaram um trabalho perfeito de adaptação, o que demonstra, já no século oitavo de nossa era, seu sentido artístico extremamente agudo, refinado, e extraordinário poder de assimilação.

No terreno religioso, a era de Nará marca o triunfo final do Budismo. A construção dos mosteiros do Horyují, Yakushijí, Kofukují e Todaijí, na própria cidade e nos arredores, constitui o apogeu da arte religiosa nipônica. Entre os monumentos mais importantes da época, e cujo desígnio secreto era alcançar e, se possível, ultrapassar a magnificência da arquitetura chinesa, devemos notar o grande “Pavilhão Dourado”, Kondô, do Horyují, exemplo magnífico de arquitetura religiosa pela disposição harmônica em que se encontra no conjunto articulado do mosteiro; a Pagoda de Três Andares do Yakushijí, torre perfeitamente proporcionada que deixa uma impressão de grandeza e leveza; e o Daibutsú ou “Grande Buda” que se encontra no enorme pavilhão do mosteiro Todaijí.

Localizada na parte septentrional da província de Yamatô, Nará, cujo título oficial foi Heijô, “Cidadela da Paz”, ocupa um lugar, ao pé de colinas suaves, cobertas de carvalhos e criptomérias, numa das paisagens mais pitorescas do Japão. Sua permanência como capital durou apenas sete reinados, de 710 a 784, conservando desde então a paz do silêncio à qual havia sido consagrada.

O abandono da capital é atribuído ao desejo do Imperador Kwammu (783-805), uma das personalidades mais fortes da dinastia, de se subtrair à influência opressiva do clero budista. Nesse sentido, seus motivos lembram os que determinaram Akhenaton a abandonar Thebas. Kwammu jamais condescendera a grandes demonstrações de devoção pela fé do Buda senão que, pelo contrário, sua educação na universidade confucionista deve tê-lo imbuído de idéias muito definidas quanto ao papel do príncipe num Estado organizado... à chinesa. Ao cingir as Três Jóias Sagradas da Coroa dera uma prova do seu valor político. Outras



intrigas de Corte podem ter inspirado a decisão de transferir a sede do Mikadô. De qualquer maneira, o abandono de Nará foi súbito e isso no momento em que o tesouro imperial se encontrava particularmente deficitário em conseqüência, entre outras coisas, das despesas descomunais que haviam sido efetuadas no planejamento e construção dos edifícios da capital: paradoxos de uma administração!

No quinto mês do ano de 784 uma Comissão para a localização da nova capital escolheu um sítio em Nagaoká e, depois das consultas de praxe aos mágicos adivinhos e de comunicações sacramentais aos manes ancestrais, o trabalho teve início sob a direção de Fujiwará Tanetsugú, ministro poderoso e favorito do Imperador. O primeiro edifício levantado foi naturalmente o palácio imperial. Dizem as crônicas que, em determinado momento, cerca de trezentos mil operários estiveram empenhados na empresa o que demonstra de que meios consideráveis já podiam dispor os monarcas nipônicos para a realização de seus planos de obras públicas. Tem-se a impressão de uma espécie de mobilização geral para participar de tão considerável realização. Durante dez anos a obra prosseguiu e eis senão quando, no ano 793, tão rapidamente quanto escolhida, a cidade foi desprezada e o trono mais uma vez transferido. O assassinio de Fujiwará é apresentado como o motivo da ocorrência. O favorito talvez haja sido envolvido numa negociata não muito lícita com membros de poderosa família da Corte a quem prometera promoção na escala hierárquica administrativa... o que prova que especulações dessa natureza não são exclusivas de nossa época.

Na base das conclusões dos astrólogos e geomantas, a escolha recaiu num ponto distante de menos de oito quilômetros do local anterior. Consagrada em maio de 793, a capital foi ocupada em outubro de 795 quando, para o palácio recém-terminado, se transferiu o Imperador. A “Comissão de Obras” no entanto só foi suprimida dez anos depois. Batizada com o título ritual de “Capital da Paz e Tranqüilidade”, Heian-kyô, e também conhecida como Miyakô e Saigyô (“Capital Ocidental”), é a cidade mais famosa com o nome de Kyotô. Durante onze séculos ia ser a sede oficial do Tennô, sendo de supor que essa longevidade, excepcional no Japão, se deva às características favoráveis do sítio escolhido, do que temos, aliás, uma prova adicional na circunstância de continuar até hoje como importante aglomeração urbana.

Kyoto está localizada no vale do Kamogawâ e cercada de pitorescas colinas cobertas de bosques, o Arashiyamâ, dominadas por uma série de mosteiros budistas. Ela encontra-se a cerca de dez quilômetros do lago Biwâ com o qual está ligada por um canal. A paisagem circundante é talvez ainda mais encantadora do que a de Nará e, como aquela, Heian foi planejada de acordo com o modelo chinês: retângulo aproximado de cinco e meio quilômetros de comprimento, no eixo norte-sul, por quatro e meio de largura no eixo leste-oeste. No interior, o esquema familiar de grelha, com suas avenidas axiais cortadas por ruas em ângulo reto. Os engenheiros aproveitaram um ligeiro declive da montanha para desenhar fossos, paralelos às avenidas, por onde a água corria suavemente pela força da gravidade, a fim de abastecer a população. Devido à natureza acidentada do terreno, não foi possível o desenho dos templos, mosteiros e palácios em vastas extensões planas, o que permitiu a utilização das encostas montanhosas para belos efeitos paisagísticos. Vale notar que o caráter anti-clerical da iniciativa do Imperador Kwammu se revela na importância menor da área reservada aos templos budistas: dois grandes mosteiros apenas, colocados dentro do recinto urbano, equilibrados a leste e a oeste da avenida axial e claramente subordinados ao Palácio Imperial. Na parte norte do esquema estendia-se, como no modelo chinês, o quadrilátero da Cidade Imperial com um quilômetro e meio de lado, cercada de muralhas flanqueadas de torres e ligada ao exterior por quatorze grandes portas. A cidade incluía um conjunto de palácios, templos, salas para cerimônias especiais, pequenos santuários da religião nacional, monumentos, jardins encantadores e as sedes dos principais departamentos do Estado. Dentro da Cidade Imperial, recinto mais considerável era o das Audiências, Tchodoin, que seguia estritamente o modelo da dinastia Tang. O Pátio era utilizado para as mais solenes cerimônias do Estado tais como coroações, entregas de credenciais, audiências do Ano Novo. Dentro dele erguia-se, depois de um Portal de Honra e nova área vestibular, a principal estrutura do conjunto imperial, o Daigokú Den, ou “Grande Sala de Estado”. Nessa enorme construção de madeira, a Sala do Trono transformara-se e se adaptara ao gosto nipônico.

A arquitetura do primeiro período de Heian revela ainda o poderoso impacto da China. Mas influências nacionalizadoras começam a se fazer sentir, absorvendo o estilo ao gênio peculiar da raça. A paisagem

de Kyoto contribuiu para a ação eminente da natureza sobre as formas arquitetônicas. As duas grandes seitas esotéricas budistas, importadas do continente nessa época, concorreram para o mesmo efeito: os mosteiros de Hiyéizan e de Koyasan, edificadas perto de Kyoto sobre colinas densamente arborizadas, obedecem a um desenho mais livre e utilizam os materiais nativos, revelando os primeiros sinais da nacionalização da arquitetura que se processa a partir do século décimo. Diz Alexandre Soper que, nas grandes mansões de Heian, se encontravam e mesclavam o que sobrevivia de três tradições, outrora parcialmente independentes: a pompa do palácio chinês, a intimidade do lar nipônico e o transmudamento do templo budista. No tipo ideal dessas residências aristocráticas, cria-se o estilo que os técnicos chamam hoje de *shinden-zukurí* em que, dentro de uma estrutura geral ainda organizada, simétrica, formalista e ortodoxamente orientada para o sul, se destacam os primeiros sinais da encantadora informalidade da casa japonesa típica.

Comentando sobre a elegância da Corte de Heian, afirma Sir George Samson que não devemos apreciá-la em termos de extravagância e de luxo. “Sempre houve na vida japonesa uma corrente persistente de simplicidade e frugalidade cuja tendência preveniu excessos grosseiros”. Conseqüentemente, no conjunto arquitetônico de Kyoto, “o efeito total deve ter sido de beleza fria e severa, mais do que de magnificência. Falta-lhe as qualidades quentes da exuberância e esplendor”. Não se nota em Kyoto a grandeza monumental, a enormidade de concepção e a ostentação decorativa que caracterizam Beidjing, Sian, Nandjing ou Hangshow. Costuma dizer-se que o japonês foi pequeno no grande e grande no pequeno, mas isso não desmerece e, pelo contrário, salienta o extraordinário sentido estético desse povo. A beleza, no Japão, deve ser procurada no discreto pormenor encantador, no recanto do jardim, na curva suave de um telhado, na atmosfera de um pátio recôndito. O próprio Budismo contribuiu para essa sensibilidade delicada ao procurar reproduzir, na terra, o doce ideal do Paraíso do Buda Amida, idéia que jamais ocorreria a um chinês.

A residência do Mikado não tardou em atrair uma população que deve ter atingido a perto de meio milhão de habitantes, cifra colossal para a época. Kyoto tornou-se uma das maiores cidades do mundo, talvez apenas sobrepujada pela capital dos Tang, a Bagdad dos Khalifas

e a Constantinopla dos Basiléis. Na Idade de Ouro do velho Japão era um conglomerado de casas de madeira, enegrecidas pelo tempo, de parques, de claustros e de palácios suntuosos, cortado de grandes ruas e estreitos canais, onde perambulavam os peregrinos, os samurais, os sacerdotes, os grandes senhores feudais, os nobres da Corte e a espessa multidão da burguesia, de artesãos e servidores. O crescimento industrial do Japão após a II Guerra Mundial prejudicou, infelizmente, a beleza simples e tão bem integrada na natureza da cidade que eu conheci em 1941. O preço do desenvolvimento foi elevado, em termos estéticos. Foi-se a maior parte das manifestações de florescimento artístico, intelectual e religioso que tudo impregnava com o caráter tão absolutamente japonês que colore todas as criações do gênio do povo nipônico.

Kyoto era um mundo à parte, desligado do resto do país. O interior, a província, é praticamente ignorado pelas crônicas da época que quase não nos fornecem indicações sobre o desenvolvimento do resto do Império. Essa separação entre capital e província acentua-se no século XI quando entra o Japão, francamente, em sua idade feudal. Os cortesãos, os monges e os burgueses de Kyoto, isolados em sua torre de marfim, vivendo um sonho de paz e de beleza, tão irreal quanto requintado, pensam na China e desconhecem a dura realidade de violência, pobreza e fome que os circunda. A região do Kwantô, além do Fujiyamá, ponto culminante da paisagem japonesa clássica, é a fronteira humana, o *limes* onde a nova classe guerreira luta contra os bárbaros Ainu e desbrava o que se poderia chamar o “sertão” nipônico. Aí, na região das marcas orientais, constituem-se as grandes casas feudais que dominariam o Japão no período seguinte e, enquanto decai a monarquia em poder e prestígio, pela prática levada a extremos ridículos de coroar menores – enfrentam-se em feroz guerra civil o clã dos Tairá e o clã dos Minamotô.

Em 1185, Yoritomô, chefe da Casa Minamotô, triunfa sobre a inimiga e proclama-se Xôgun, isto é, “Generalíssimo das tropas mandadas contra os bárbaros”, estabelecendo um regime de ditadura militar cuja sede foi a cidade de Kamakurá, não longe da moderna Yokohama. O Japão conheceu então um regime de governo dual que é característico de seu sistema político. Ao lado do Imperador, figura sacrossanta, pontífice do culto xintoísta e herdeiro venerável da tradição imemorial da Deusa Solar – desprovido porém de todo poder efetivo – levanta-se o

Xôgun, espécie de Chanceler imperial e chefe da casa feudal hegemônica. Ora, ao dualismo de governo corresponde um dualismo geopolítico, com reflexos na vida social, nas artes e na religião. O Imperador reside em Kyoto. À sua volta, a aristocracia palaciana tradicional habita as chamadas “cinco províncias domésticas”, centro primitivo do Império. O Xôgun reside em Kamakurá, na marca fronteira oriental próxima às fontes de seu poder. Como resultado dessa divisão de autoridade – espiritual e temporal – o Império possui duas capitais que podemos definir como a capital oficial do Tennô e a capital administrativa ou Quartel-General do Xôgun – fato inédito que constitui uma das curiosidades da história japonesa, ilustrando magnificamente o duplo papel, espiritual e político, que as capitais normalmente desempenham e que, neste caso, foi dissociado em seus componentes simbólico e prático.

Durante perto de cento e cinquenta anos Kamakurá governou o Japão. A cidade cresceu vertiginosamente, orgulhando-se de um templo a Hachiman, deus da guerra e patrono do clã Minamotô, assim como de um outro “Grande Buda”, o Daibutsu, imaginado e mandado construir por Yoritomô. Essa enorme estátua de bronze, cujo sorriso inefável parece indicar a compreensão misericordiosa dos sofrimentos deste mundo, constituiu um centro de peregrinação religiosa, pois nesse século caótico, de lutas fratricidas, seus atores procuravam auxílio e consolo aos pés do corpo gigantesco do deus da compaixão e da iluminação.

A época do regime de Kamakurá representa o capítulo propriamente épico da vida do Japão, o período em que o samurai ou bushi, isto é, o guerreiro feudal, cioso de sua honra e pondo a lealdade ao Senhor acima de qualquer outra virtude, fornece o estilo de vida que exercerá uma influência determinante na formação do temperamento japonês. Reina a simplicidade, a austeridade militar, a disciplina espartana, a moral estoica, virtudes que se refletem no estilo arquitetônico. A nova seita budista Zen, adaptada ao rigoroso padrão de vida da casta guerreira, inspira uma simplificação dos gostos e dos costumes, ao passo que, no resto do país, nota-se uma grande liberdade, quase uma anarquia na variedade de novos estilos, importados do continente ou elaborados pelos artistas indígenas. Em Kyoto, sobrevive o luxo efeminado que preserva o entusiasmo pelas coisas da China. A nobreza da capital “esnoba” os samurais belicosos de Kamakurá, alcunhando-os de “bárbaros orientais”.

Estes, por sua vez, desprezam e secretamente procuram imitar as famílias de velha linhagem, adaptando-lhes pouco a pouco o gosto pelas festas, as roupas de brocado, as vivendas elegantes, os soberbos jardins, os passatempos amorosos e os lazeres literários e artísticos. O Xogunato, entretanto, temia e combatia essa inclinação: “Os homens vulgares, dizia Yoritomô, deixam-se prender aos encantos das coisas belas. Receio que isso seja fonte de decadência para os nobres *bushí*. Portanto, depois da guerra, devemos conduzir os guerreiros no caminho da frugalidade, do trabalho e do exercício das armas”. Ele repudiava assim os homens e o modo de vida de Kyoto e lançava as bases do que veio mais tarde a ser conhecido como o *Bushidô*, “o Caminho do Guerreiro”, o código dos cavaleiros ou regra de conduta honrosa que devia guiar os samurais. E a Corte desta vez triunfou. Em 1333, a destruição de Kamakurá foi o saldo de nova guerra civil. A dinastia xogunal seguinte, da família Ashikagâ, foi reabsorvida pelo gênero de vida da metrópole onde estabeleceu a sede de seu governo. A classe militar fundiu-se com a nobreza da Corte e o estilo readquiriu certa unidade.

O século XV representa um período de anarquia ao qual sucede, no século XVI, uma reestruturação do Império levada a cabo por três grandes chefes militares. O terceiro desses generais, Tokugawâ Ieyasú, estabelece um novo Xogunato que terá como centro a cidade de Yedô, isto é, a futura Tóquio. Período intenso de revolução, iniciado na luta e na libertação de todos os entraves sociais, o século XVI coincide com os primeiros contatos com o mundo ocidental, representado por comerciantes e missionários portugueses, seguidos mais tarde por espanhóis, holandeses e ingleses. O período testemunha um trágico episódio de proselitismo cristão, culminando com o massacre dos conversos e no completo fechamento do Império a todo intercâmbio estrangeiro. Em arquitetura, o período conhece a contribuição do estilo Momoyamâ que exprime o gosto contemporâneo pelo colossal, o decorativo e o desequilibrado. É o outono do estilo tradicional e, ao mesmo tempo, o grande século da arquitetura secular. Os poderosos chefes militares procuram ostentar sua força e prodigalizar riqueza, erguendo castelos fortificados inspirados, sem dúvida, em modelos europeus enquanto, no terreno religioso, triunfa o ecletismo e a imitação servil do passado. A obra máxima do período é o rebuscado muito “rococó” do Mausoléu de Ieyasú em

Nikkô. Só na arquitetura particular o progresso é sensível, nacionalizando-se a arte e procurando adaptar-se ao gosto da burguesia nascente.

A separação entre a região tradicional do Yamatô, sede do poder espiritual do Imperador, e a planície oriental do Kwantô, centro do poder xogunal, acentua-se definitivamente nessa época, com todas as vantagens crescendo à segunda. A nova era assinala a transladação progressiva da *core area* nipônica, numa direção geral para o nordeste. Com o desbravamento do “sertão” da ilha principal, de que a baía de Tóquio é a marca fronteira, completa-se a estruturação territorial do Império. A ocupação de todo o arquipélago é concluída, inclusive da ilha setentrional de Hokkaidô onde ainda vivem, hoje, os remanescentes degenerados da raça Ainu. A planície do Kwantô torna-se geográfica e economicamente o verdadeiro centro do país, circunstância que a sagacidade do grande Xogun Tokugawá logo reconhece, muito embora não possa ainda conceber as conseqüências mais relevantes da posição do Império num mundo em que o Oceano Pacífico será a grande via de comunicação com o ocidente. Kyoto está próxima do Mar Interior japonês e, neste sentido, mira o Mar da China, o continente asiático e o passado. Tóquio é francamente voltada para o Pacífico, a América e o futuro!

“Praia batida pelas vagas sobre a qual se erguem algumas cabanas de pescadores”, o local de Yedô aparece mencionado pela primeira vez no século XV quando um general, a serviço do governador de Kamakurá, ali constrói um castelo. Em 1487, Hideyoshí e Ieyasú, os famosos estadistas que unificaram o Império e destruíram o poder da aristocracia feudal, apossaram-se da praça. Ieyasú recebeu Yedô como espólio de sua casa. O futuro Xogun percebeu a importância da posição estratégica para o domínio das províncias orientais do país e, a conselho do próprio Hideyoshí, não tardou em aumentar a vila e fortalecê-la, utilizando as facilidades de comunicação facultadas pela baía. Quando aí foi residir, Yedô tornou-se a maior praça fortificada do Japão, quites a ser-lhe em breve a cidade mais importante. Entretanto, só foi oficialmente considerada a “Capital” do Xogunato após a batalha de Sekigaharâ (outubro de 1600), graças à qual Ieyasú garantiu para sua família um domínio sobre o Império que iria durar duzentos e cinqüenta anos.

Bem no centro da metrópole, Ieyasú ergueu um Palácio imenso que serviu também de fortaleza. De acordo com a política de enfraquecer

os feudatários a fim de manter unido o país sob a hegemonia de sua família, evitando novas guerras civis, o Xogun exigiu dos vassalos o pagamento de tremendos impostos e o fornecimento de auxílio material, coisa a que os mesmos não podiam negar sem violência aos preceitos estritos do código de cavalaria. A construção de Yedô foi o sinal visível da “*Pax Tokugawâ*” que perdurou, sob o signo do isolacionismo mais ferrenho e de uma disciplina draconiana, até o ano de 1868. O Japão, retraído e, por assim dizer, adormecido num “sono hiberna”, fechou-se, isolou-se, trancou-se a todo e qualquer contato com o mundo exterior, numa tentativa paradoxal e sem precedentes de evitar o impacto da civilização ocidental.

Não obstante, o crescimento da cidade durante o Xogunato foi considerável. A era assistiu ao nascimento da burguesia japonesa. Uma imensa multidão de comerciantes, artesãos e trabalhadores, procedentes de Osaka, de Kyoto, de Nagasaki e das províncias dirigiu-se para a nova metrópole, vindo misturar-se com a população já reunida à volta da corte militar – nobres em visita a seu Senhor, soldados da guarda, samurais desocupados, membros da administração, lacaios, sem falar em todas as outras classes que normalmente se congregam numa grande metrópole, monges, bonzos, peregrinos, gueixas, artistas e literatos. Parece que, no princípio do século XVIII, já a população alcançara a cifra do milhão, maior do que a de qualquer cidade da Europa contemporânea.

A grande data na história da capital é o ano de 1868, quando a reabertura do país e a introdução da civilização ocidental coincidem com a restauração do poder imperial, a abolição do Xogunato e a supressão do feudalismo. Nessa data, o ex-Xogun Tokugawâ Keikí abandonou Yedô enquanto o jovem Imperador Mutsuhitô, que um ano antes sucedera ao Pai e estava destinado a ser o ilustre soberano Meiji Tennô, recebia em Kyoto não apenas os títulos relativos à dignidade de descendente da Deusa do Sol Amaterasú, fundadora do Império, mas também o exercício efetivo da autoridade monárquica. A nova administração reunida à volta do Imperador passou a realizar, com uma rapidez verdadeiramente estonteante, uma série de reformas fundamentais destinadas a restaurar o prestígio da monarquia e a permitir a modernização do país. Uma das medidas mais importantes foi exatamente a transferência da residência do Mikado para Yedô, sendo repelida a sugestão do Ministro Okubô,



tendente a estabelecer em Osaka a nova capital. A metrópole recebeu o nome de Tokyô, “capital de leste”, enquanto a venerável Kyotô, a título de compensação por seu abandono, era distinguida com o nome de Saigyô, “capital do oeste”.

Yedô, entretanto, acostumara-se, desde o princípio, a sofrer alternativas de sucesso e privação, sofrendo desastres tremendos em conseqüência de incêndios, dos quais sempre renascia como por encanto. Em 1657 foi quase totalmente destruída. Conflagrações semelhantes ocorreram no século XX, como por ocasião do terremoto de 1923 e em conseqüência dos grandes bombardeios incendiários de 1944 e 45. Sempre crescendo após a derrota na II Guerra Mundial, com o “milagre japonês”, ela pode ser hoje a maior cidade do mundo. Aglomeração de crescimento natural, sem planejamento, Yedô não oferece interesse quer do ponto de vista arquitetônico, quer urbanístico. Cidade enorme, inexpressiva e inarticulada, com uma parte moderna monumental mas sem grande beleza, nem caráter, é um exemplo da impressão de artificialismo que nos causa, no oriente, a aclimação imperfeita de modelos ocidentais, como resultado de uma revolução industrial e urbana ainda mal absorvida.

A mudança da capital do Japão é um caso curioso e talvez único pois não se trata, verdadeiramente, da transferência da sede do governo de uma cidade para outra, ou de fundação de uma nova metrópole artificial, mas simplesmente da mudança do Chefe do Estado que, investido das funções efetivas de soberania, vai residir na cidade que, desde três séculos, representava para todos os efeitos o verdadeiro centro político do país. Cessa o dualismo geopolítico; o elemento simbólico transfere-se da antiga capital para a nova. Geograficamente falando, a mudança é o triunfo final da planície do Kwantô e a transladação definitiva do eixo político do Império. Como ocorrera em Nará, Kamakurá e na própria Yedô, é a expressão exterior e visível de uma nova época na história milenar do Japão.

O japonês criou, em torno da natureza terrestre, uma espécie de panteísmo estético que, não fosse sua incapacidade para o pensamento metafísico, ter-se-ia transformado, como na Índia, em um grande sistema cósmico. O amor pela natureza, o culto da paisagem considerada como a própria expressão da beleza em sentido absoluto, possuem um significado mais artístico do que ontológico que se manifesta nas artes menores, na

pintura paisagística e, sobretudo, na arquitetura e na jardinagem, como criação de um minúsculo conjunto paisagístico. A sensibilidade aos fenômenos naturais, desde os mais grandiosos e longínquos como o sol, a tempestade, a aurora, os vulcões ou o Fujiyama, até os mais próximos e encantadores como as árvores, as flores, os riachos, os rochedos e pedregulhos – essa sensibilidade que é ao mesmo tempo primitiva e refinada e que povoa o Universo com miríades de espíritos e vê em todas as criaturas, vivas ou materiais, seres divinos – *kami* – essa sensibilidade, dizíamos, é talvez o traço mais característico da alma nipônica. Tal sensibilidade certamente inspirou-lhe as mais puras criações do gênio artístico e poético. No urbanismo de Nará e de Kyoto e na arquitetura da casa particular em seu jardim, o Japão dá-nos uma lição de arte que não devemos menosprezar, mesmo quando nos possa parecer de difícil inteligência a filosofia que vê uma harmonia perfeita entre a vida humana e o cosmos, no cenário verdejante da natureza terrena.



*O IMPERADOR MEIJI (Mutsuhito), durante cujo reinado a Capital foi transferida de Kyoto para Yedô-Tóquio*

.....

## VII

### *Madrid*

O

primeiro ou mais importante fator a levar em conta na apreciação da capital da Espanha é sua localização quase no centro geográfico da península ibérica. Eqüidistante do Atlântico, do Mediterrâneo e do Golfo de Biscaia, a cidade está construída num planalto levemente ondulado, com a altura média de setecentos metros, que faz parte da meseta semi-árida e desflorestada da Nova Castela. É banhada por um pequeno rio sem importância, o Manzanares, que não constitui elemento prático ou decorativo na cidade. Clima duro mas saudável, francamente continental, com máximas e mínimas excessivas e diferenças de mais de vinte e cinco graus centígrados num período de vinte e quatro horas. No inverno, temperaturas de dez graus abaixo de zero e um vento frígido que, segundo o provérbio, “mata um homem mas não apaga uma candeia”, soprando dos cumes nevados da Guadarrama. No verão, sol escorchante. Mas a atmosfera é seca, pura e revigorante. Primavera e outono magníficos. Clima bom em suma e, por acaso, esse clima contribuiu para a escolha do local tanto quanto sua posição geográfica central.

A posição central, contudo, é o fato significativo, o fato geopolítico por excelência na apreciação dos motivos que determinaram

o estabelecimento do governo espanhol em Madrid. Muitos observadores têm criticado a preferência de Carlos V e Felipe II. Os geógrafos franceses Camille Vallaux e Jean Brunhes apresentam Madrid como um exemplo – para ser evitado! – de uma capital escolhida exclusivamente em virtude da posição geográfica, sem levar em conta os fatores tão relevantes do sítio. E a sua própria posição tem sofrido acusações, por encontrar-se longe da ecúmene espanhola ou da região industrial catalã.

Injustas, talvez, essas críticas pois tais defeitos naturais são resultantes de uma fatalidade geográfica. O planalto de Castela, de fato, não é um traço-de-união entre as várias regiões excêntricas da península. Os Romanos enfrentaram o obstáculo causado pela Meseta em pleno coração da Ibéria, quando a civilização e o poder político do Império se estendiam sobre toda a orla marítima, no Mediterrâneo e no Atlântico. Quem controlasse a Meseta podia descer para leste ou para o sul, seguir o Tejo até a embocadura ou passar, ao norte, para as montanhas cantábricas, os Pirineus e as Gálias. Mas a Meseta é inóspita, áspera, própria apenas, como o foi, para berço de uma raça de conquistadores.

A história medieval da Espanha, tanto quanto as características da geografia peninsular, explicam por que motivo a unificação se tornou o mais grave problema na formação do Estado espanhol. Muito embora haja atingido a Espanha, antes do que qualquer outra nação da Europa ocidental, à sua plena maturidade e ao apogeu de seu expansionismo conquistador, jamais conseguiram os governantes ibéricos sobrepujar, de modo definitivo, as tendências separatistas das várias regiões componentes. E bem vimos, durante a guerra civil, a intensidade de tais sentimentos na secessão da Catalunha e do País Basco. Por outro lado, a configuração da península, especialmente na Extremadura, justifica a separação da Espanha e de Portugal – separação definitiva! – e torna compreensível a natureza tão distinta, em termos étnicos, sociais, econômicos e políticos, do norte, asturiano e navarrês, da Catalunha mediterrânica, do Aragão montanhês, da rude Castela e da alegre Andaluzia, verdadeiras entidades autônomas que todo o poder da monarquia e autoridade de regimes fortes não conseguiram, até hoje, fundir num todo homogêneo.

O quadrilátero peninsular apresenta uma estrutura geográfica prejudicial não somente às tendências centrípetas, mas à própria europeização do país. Só as estreitas faixas costeiras no Mediterrâneo possuem,

desde a antiguidade, uma história ligada à da Europa. Desde a época pré-histórica e, mais tarde durante grande parte da idade clássica, a Meseta, habitada por Celtíberos, manteve-se imune às influências cosmopolitas exercidas pela colonização grega, cartaginesa e romana. Isolada, ela resistiu, às vezes heroicamente, revelando aquela característica de originalidade tenaz e de orgulhosa independência que tão bem reconhecemos como espanhola! Quanto às serras, que correm de leste para oeste, separam a Europa da África antes do que unem os dois continentes através do istmo ibérico. É sobejamente conhecida e comentada a fisionomia africana da península. Pior ainda: a conexão próxima com o Marrocos, através do estreito de Gibraltar facilmente transponível, quando apreciada em contraposição à muralha pirenaica que a isola do resto da Europa, explica o desastre da invasão islâmica que atrasou de alguns séculos sua integração política. Na verdade, só nos últimos vinte anos se pode dizer tenha a Espanha finalmente aderido à Europa, registrando então, no seio da EU, a um dos mais excepcionais crescimentos econômicos e modernização do continente.

Para bem compreender o papel de Madrid no quadro geopolítico da Ibéria vale lembrar, por isso, os antecedentes históricos da formação espanhola. A unidade política potencial emanada da colonização romana não se realizou. Os dois centros principais de comunicação no interior da península eram *Caesaraugusta* (Saragossa) e *Emerita* (Mérida). *Toletum* (Toledo) já existia. Mas a Andaluzia e a Galícia não se articulavam numa unidade verdadeiramente orgânica. Roma venceu os celtíberos mas não venceu a geografia do país: A capital permaneceu em Tarragona, um porto de mar da Catalunha, o que define o caráter provincial e periférico da Espanha romana.

A unidade difícil e instável imposta pelos Romanos foi comprometida pelas invasões. A posição externa da Ibéria e a muralha impressionante dos Pirineus poderiam fazer crer em sua invulnerabilidade: na verdade ela encontrava-se na confluência de correntes humanas procedentes tanto da Europa quanto da África. Vândalos, Suevos, Álanos e Visigodos atravessaram-na de par em par, como se barreiras não existissem, e o caso espanhol sem dúvida evidencia a mobilidade espantosa das hordas invasoras que, no período deliçescente dos grandes Impérios,

não parecem reconhecer obstáculos naturais ou humanos à livre extensão de suas correrias.

Os visigodos recomeçaram a obra penosa de estabilização e unificação da península. Sob o Rei Athanagildo (morto em 567), a capital foi estabelecida em Toledo. Em pleno centro da Meseta, ocupa uma posição admirável para controlar o país, num sítio rochoso também magnífico, protegido por uma curva do Tejo. A invasão africana extinguiu esse germe de organização política. Os sarracenos formavam uma coalizão de árabes, bérberes e sírios. Os árabes eram os dirigentes mas é conhecida sua carência de talento político. Os bérberes não passavam de tribos semi-selvagens, recém-convertidas ao Islã. Só os sírios possuíam experiência administrativa e cultura. A não ser logo após o choque inicial da conquista e, mais tarde, sob um ou outro déspota excepcional do quilate de Abdurrahman III (912-961) ou Al-Mansur (Almanzor), na época do Khalifado de Córdoba, o domínio muçulmano na península caracterizou-se por uma incurável anarquia. Isso não o impediu, aliás, de brilhar de uma luz invulgar quando Córdoba rivalizou com Bagdad e Constantinopla como a maior e mais esplêndida metrópole do mundo ocidental. Dizem que chegou a alcançar 500.000 habitantes, orgulhando-se de suas três mil mesquitas e de seus riquíssimos palácios. Mas não fosse a divisão semelhante dos Príncipes católicos e a sua técnica superior, muito antes teria cedido à pressão crescente da Cruzada.

Depois do desastre de 711, os cristãos refugiaram-se nas montanhas inexpugnáveis das Astúrias. Ali se congregou, sete anos apenas após a invasão, o núcleo esperançoso da Reconquista, iniciada pela vitória do lendário Pelayo em Covadonga. O primeiro reino independente da Galícia desenvolveu-se sob Ramiro II. Abrigada detrás das montanhas, a população católica cresceu e, aos poucos, foi descendo para o sul, procurando a planície onde prosperaria o Reino de León. A “fronteira” da luta passou a ser a região que, devido ao grande número de torres defensivas, recebeu o nome de “Os Castelos” – Castilla, a Castela Velha. Os Condes de Castela foram os antepassados dos soberanos que, um dia, reinariam sobre a Espanha Unida. A mudança sucessiva de capital assinala a marcha desse avanço, lento mas seguro: de Cangas de Onis para Oviedo antes do fim do século VIII; de Oviedo para León, sob Ordoño II (914-924), quando o Reino das Astúrias se transformou



no de León; de León para Burgos, capital da Castela Nova. A leste medravam outros Estados de modo independente: o Reino de Navarra e Aragão e a antiga Marca Hispânica que se transformou no Condado de Barcelona. Vale notar que, fundada por Carlos Magno em princípios do século IX, após uma série de campanhas destinadas a frustrar definitivamente qualquer nova tentativa sarracena além dos Pirineus, essa Marca representou ao mesmo tempo o sinal do recuo árabe e a primeira etapa da Reconquista. Sob o reinado de Sancho El Mayor, que se intitulou *Rex Iberorum*, e de seu filho Ferdinando (Primeiro Rei de Castela), parece assegurada a unificação dos príncipes cristãos para a Cruzada contra o Mouro infiel. À sua morte, porém, Ferdinando deixou os três reinos de León, Castela e Navarra aos três filhos Sancho, Alphonso e Gárcia. Alphonso, VI do nome, é o iniciador da Reconquista propriamente dita. Foi o hábil e generoso conquistador de Toledo (1086) e, de passagem, apossou-se da aldeia de Majerit que seria um dia Madrid. A vitória teve uma repercussão moral imensa em vista das lembranças visigóticas ligadas a Toledo e constituiu um sucesso estratégico considerável pela posse assegurada da bacia do Tejo.

O difícil processo de reintegração política duraria séculos ainda, sendo difícil seguir a longa lista de lutas intestinas, sucessões complexas, divisão de reinos por testamento e fusão de outros por casamento, revoltas, anexações, juntamente com o avanço para o mar e o enfraquecimento progressivo do inimigo Almorávide e Almohade. Na batalha de Las Navas de Tolosa (1212), que firmou o descalbro final do domínio sarraceno sobre a Espanha, o Rei de Castela Alfonso VIII entrou em campo acompanhado pelo Rei Sancho de Navarra, o Rei Pedro de Aragão e um contingente de Cruzados portugueses. Os resultados da batalha foram fecundos e se realizaram sob o reinado de São Ferdinando, III do nome, que conquistou Córdoba, Sevilha, Cádiz e assegurou a união definitiva de Castela e León. No final desse período, contemplamos a península dividida em três Estados principais: Portugal, Castela e Aragão, com os remanescentes dos principados muçulmanos agonizando em volta de Granada. Por uma convenção de 1244, Aragão e Castela delimitam nitidamente suas zonas de Reconquista, ameaçando eternizar uma divisão que deveria ser temporária. Mas cabe ao soberano de Castela arcar com o difícil problema da aglutinação das regiões autônomas,

problema que, afinal de contas, se revelou mais árduo do que a própria re-cristianização da península.

As várias unidades territoriais, separadas pelas barreiras naturais e por um período demasiadamente longo de cristalização, formaram núcleos de possíveis Estados, com dialetos ou línguas diferentes e, pior do que isso, tradições próprias, costumes peculiares, organizações sociais diversas e interesses políticos divergentes. Castela e León aspiravam à hegemonia. Os Bascos falavam outra língua, de origem misteriosa, e viviam apartados em suas montanhas. Os Navarreses estavam ligados aos Bascos e às populações do outro lado dos Pirineus, sofrendo influência francesa. É a terra da Canção de Rolando, “*la grande tere, la clere, la bele, la vaillant*”. Foi um Rei de Navarra que se tornou o primeiro Bourbon de França, Henrique IV. Os aragoneses exprimiam-se em um dialeto castelhano mas os catalães e os valencianos, assim como os baleares, possuindo uma tradição essencialmente marítima, mediterrânica, falavam uma língua aparentada aos dialetos do sul da França. A Andaluzia, fulcro do domínio mouro, foi habitada por mozárabes – cristãos que haviam vivido sob autoridade muçulmana, na categoria de *rayahs* – a quem a língua espanhola, como a portuguesa, deve o grande número de vocábulos semitas. Finalmente Portugal, lançado sobre o Atlântico, assegurava sua independência em Aljubarrota (1385), independência que ia prejudicar uma tentativa de união dinástica: sua identidade nacional acabava triunfando na configuração política da península.

A divergência de interesses entre essas regiões é agravada pela ação centrífuga das solidariedades externas: o sul, islâmico, olha para a África e recorda a glória sarracena; o Aragão, a Navarra e a Catalunha fitam a França e o Mediterrâneo. Barcelona, porto comercial aliado de Veneza e inimigo de Gênova, compete no tráfico marítimo. O Aragão que, sob os Reis dos séculos XI e XII, Ramiro, Sancho Ramirez e Alfonso, tomara um papel de primeiro plano na Reconquista, enrasca-se depois, além dos Pirineus e na nefasta política italiana, perdendo a ocasião de realizar a seu proveito a unidade espanhola. Só Castela, espécie de torreão da Ibéria, mira a Espanha mesmo. Isabel de Castela e Fernando de Aragão, os Reis Católicos, haviam claramente compreendido que a missão precípua do Estado espanhol seria manter a união em face das tendências centrífugas das regiões periféricas. Sentiam, talvez inconsci-

entamente, que era necessário libertar o entusiasmo exuberante da raça para a gigantesca empresa das Descobertas: uma explosão de atividade, uma ânsia de aquisições materiais, o fastígio da vontade de domínio e da curiosidade insaciável, ao mesmo tempo que, na tradição das Cruzadas, o desejo de, pelo mundo afora, espalhar a fé cristã! Deve Isabel, nesse sentido, ser considerada o maior soberano da Espanha.

No entanto, sob Carlos V e seu filho Felipe II, Castela ia servir de instrumento à política de hegemonia européia da Casa d'Áustria, desgastando-se em conflitos estéreis na Itália, nos Países Baixos, na França, em Portugal e na malograda aventura naval contra a Inglaterra – justo no momento em que todas as energias dos espanhóis poderiam mais proveitosamente ser despendidas no Novo Mundo, todo o ouro da América em levantar o nível de vida da população ibérica e todo o gênio político da monarquia em solidificar a união peninsular. Que Carlos V, o maior dos Habsburgos e, no fundo, um borguinhão, tenha vivido o sonho vão de absolutismo universal, utilizando o seu Império como instrumento dessa política que nem mesmo era austríaca, porém propriamente dinástica, ainda se explica: há algo de sublime nessa tentativa, a primeira em data, de ajuntar a Europa sob a autoridade temporal do Imperador e o domínio espiritual da Igreja! Os espanhóis, talvez por fé católica, prestaram-se a esse papel de executores de tal aventura que, afinal de contas, lhes permitiu, depois de muitos séculos de isolamento, participar inteiramente da vida política européia. Foram por isso guarnecer os famosos Tércios de infantaria que fizeram a admiração e o terror da Europa. E assim mesmo Carlos V, que, ao pôr pela primeira vez os pés em sua herança ibérica, nem sequer falava uma palavra de castelhano, morreu como um asceta espanhol, um autêntico, e foi ele que das “Espanhas” fez a Espanha, “*una y grande*”! Mas Felipe II, ao contrário do Pai, mais espanhol do que europeu em sua política e, diga-se de passagem, mais germânico no caráter – herdou assim mesmo seus fantásticos planos universalistas, comprometendo os interesses fundamentais do país. Houvesse ele abandonado as Flandres que, por um erro fatal lhe fora legado, ao invés de caber ao tio Ferdinando d'Áustria, e tivesse desistido mais cedo de dominar a Europa ocidental – empresa que ultrapassava os recursos de Castela, tanto em homens quanto em dinheiro – certamente não teria a Espanha tão rapidamente decaído, depois de com

ele atingir ao pináculo da glória. É curioso como tendências divergentes o dilaceraram e o conduziram, de um lado, a enfrentar o turco em Lepanto e o herege com a Grande Armada e, do outro, a se emaranhar irremediavelmente na França e nos Países Baixos, sem compreender a relevância superior da conquista ultramarina. Sem dúvida seu gênio político procurou completar a obra altamente construtiva de unificação da Ibéria. Mesmo aí, porém, não compreendeu o papel histórico de Portugal. Se, como é possível imaginar, houvesse tido a coragem de estabelecer seu trono em Lisboa, a união estaria definitivamente consolidada e outra teria sido a sorte do império ultramarino ibérico! Devido à violência de seus métodos e ao cunho tirânico de sua administração, ao mesmo tempo em que aparentemente alcançava a meta, destruía as liberdades espanholas e, enrijando o absolutismo da monarquia castelhana, alimentava indiretamente as fontes dos separatismos exacerbados e dos problemas sociais do futuro. A Espanha pagou um preço terrível no rompimento de uma tradição municipalista, parlamentar e progressista que, mais cedo do que no resto da Europa, se formara desde a Idade Média. Fora em Salamanca, aliás, que surgiram as primeiras sugestões intelectuais de um liberalismo econômico que só, tardiamente, o país iria adotar, permanecendo por séculos o mais pobre da Europa ocidental.

A escolha de Madrid como “Corte única” foi a expressão geográfica, na “idéia dominante” dessa sua política centralizadora que, talvez por ser demasiadamente rígida, não se soube adaptar à complexidade orgânica da península. Não podemos, entretanto, negar-lhe a visão genial à qual Madrid deve seu crescimento como metrópole da Espanha.

O planalto madrilenho é quase árido e pouco cultivado e se raras vezes é mencionado na história antiga da Espanha – quando uma ou outra legião romana ou destacamento visigótico por aí demanda as atraentes planícies andaluzes – restos arqueológicos recentes confirmam que foi habitado desde a pré-história. A mais antiga menção do local ocorre na época do domínio mouro, durante a primeira metade do século décimo. Deparamos então com o nome Majrit ou Magerit (latinizado Majoritum) cuja fonética árabe parece evidente, embora pouco claro o significado. Com esse nome, mais tarde escrito Madrit, consta a praça como tomada por Ramiro II, o Rei de León, durante as longas lutas que precederam a Reconquista.

Os mouros voltaram e reconstruírem sua fortaleza – o Alcazar, no sítio do atual Palácio Real, dominando a vila. Em 1085, Alfonso VI e o povo de Segóvia, a caminho de Toledo, retomaram-na ao infiel. Na frente do avanço cristão, durante a longa e cruenta reconquista, sofria a sorte dos postos fronteiriços mas obteve seus foros em 1202, já gozando de certo valor, possuindo muralhas, cinco portas e uma grande mesquita, dez paróquias, um labirinto de ruas tortuosas e sujas em que se apinhavam cristãos, mouros, fidalgos francos, judeus e uma população mozarabe nos subúrbios. Data dessa época a velha devoção madrilenha pela Virgem de Almudena que, escondida pelos cristãos durante a ocupação muçulmana, fora milagrosamente redescoberta. Quase nada sobreviveu dessa época, salvo a torre de San Pedro, construída de tijolos.

No século XIV, começa Madrid a aparecer mais amiúde na história: Sancho o Bravo procurou saúde em seu clima robusto e seco. No reinado dos Reis católicos, prosperou. Foi leal ao trono durante a revolta dos Comuneros e Carlos V visitou-a em 1524, tanto apreciando o sítio que, no ano seguinte, ali procurou recuperar a saúde abalada. Francisco I de França, aprisionado em Pavia, foi detido no Alcazar até ser forçado a assinar o Tratado de Madrid de 1526 que não tardou em repudiar. Em 1540, sofrendo da gota e procurando um lugar para, na tranquilidade, retirar-se dos negócios públicos, o velho Kaiser concebeu, quiçá pela primeira vez, a idéia de transferir para Madrid o governo da Espanha. Carlos gostava do campo, dos jardins, da placidez do sítio e dos sons da natureza selvagem. Encontrou ali o local apropriado para essa satisfação pessoal ao mesmo tempo que pressentia um desígnio político de magna envergadura.

Coube, porém, ao filho, Felipe II, declarar Madrid a residência da monarquia, dando assim à Espanha unificada a capital definitiva de que carecia. Perdeu-se o documento original da elevação de Madrid mas ela ainda guarda hoje, com orgulho, seu título tradicional de “*Imperial y Coronada, muy noble y muy leal*”, título a que Ferdinando VII ia acrescentar, em 1814, o de “*y muy heroica*”, em comemoração à sua resistência contra os exércitos napoleônicos. Durante algum tempo a decisão esteve em dúvida, competindo Toledo e Valladolid com a nova capital. Valladolid refletia a preocupação com os negócios da grande política européia, pois estava mais próxima dos Pirineus. Toledo talvez fosse demasiadamente

meridional: seu sítio foi considerado exíguo para uma grande metrópole e não se sabe até que ponto influiu, positiva ou negativamente, seu passado prestigioso. Madrid, ao contrário de velhas cidades como Valladolid, León, Saragoza, Toledo, Burgos, Sevilha, Granada ou Córdoba, não estava identificada a qualquer dos vários reinos, principados, condados, emirados e khalifados em que a Espanha medieval se dividira. Cidade moderna, crescera no momento da unificação da península. À sua posição central e a esse caráter moderno deve a importância que justificou a preferência pessoal dos monarcas. Felipe III ainda tentaria levar a Corte para Valladolid, onde permaneceu durante cinco anos (1601-1606), mas a Coroa voltaria definitivamente para Madrid sob a pressão de tais considerações insofismáveis. A cidade é essencialmente espanhola, da Espanha barroca de “*los Austrias*” e de “*los Borbones*”. Como observa A. F. Calvert, ela é essencialmente “rococó”. Mas possui dignidade: “não sorri como Sevilha, nem é austera como Toledo e, no entanto, nem é triste, nem severa. Granada e Córdoba dormem. Madrid nunca parece descansar”. Nada tem de medieval e poucas lembranças conserva da Reconquista. Outras cidades possuem maiores glórias: Barcelona é a “vida da Espanha” e seu grande centro comercial e industrial; Toledo mais importante como relíquia histórica e sede arquiépiscopal (Dom Quixote tê-la-ia preferido...) e Salamanca mais célebre como centro universitário. Madrid, contudo, cumpriu a “Idéia Dominante” de sua fundação e, nesse sentido, é a digna capital da Espanha.

O papel unificador que coube ao centro estratégico da península foi amplamente comprovado pelos acontecimentos que a cercaram durante a Guerra Civil. Poder-se-ia afirmar que essa luta sangrenta e complexa, onde tantos fatores sociais, políticos, religiosos e regionais se combinaram e se contrapuseram, girou, militarmente falando, em torno da praça de Madrid. O primeiro objetivo dos Exércitos revolucionários nacionalistas consistiu em tomar a capital por um ataque frontal. Falhando a revolta da guarnição madrilenha e ocorrendo um atraso na marcha do General Franco, que fora socorrer o Alcazar de Toledo, pôde o Governo republicano armar as milícias populares e resistir no limiar da cidade. Em consequência, o sítio prolongou-se, enquanto os nacionalistas procuravam envolver a metrópole, ligando as suas frentes e suprimindo, um por um, os focos regionais de resistência. A queda da Catalunha

anunciou o colapso do regime vermelho e a rendição de Madrid, o fim da Guerra Civil. Poucas vezes o valor de uma capital, como cabeça e coração de uma nacionalidade, recebeu tão impressionante confirmação.

*Princesse des Espagnes,  
Blanche ville des sérenades.*

como cantou Musset, soube Madrid cumprir seu papel de capital, não obstante os erros dos Reis, os defeitos do sítio e os obstáculos que sempre se depararam em sua missão unificadora. Essa missão foi-lhe, na verdade, a própria razão de ser. E a cidade, talvez mais do que qualquer outra capital aqui examinada, ilustra a função geopolítica precípua que cabe ao órgão centralizador do Estado.

*Felipe II que consolidou a capital em Madrid*





*Carlos V, por Titiano*

.....

## VIII

### *O Barroco e Versailles*

**P**ode parecer estranha a inclusão de Versailles num livro sobre as capitais planejadas do mundo. Se é verdade, no entanto, que o Palácio de Luís XIV serviu de residência aos Reis e, mais de uma vez, de sede ao governo, sem deixar Paris de ser capital oficial da França, dois outros motivos ponderáveis justificam este capítulo. Em primeiro lugar é Versailles exemplo único de Capital-Residência, Capital-Anexa, cuja existência influiu grandemente na vida francesa, ligada como está à sorte do absolutismo monárquico. Em segundo lugar, constitui um marco importante na história do urbanismo.

Antes de tocar no aspecto político, vale examinar o que significa Versailles do ponto de vista artístico, como expressão autêntica, na plenitude do barroco, do urbanismo oficial europeu. Convém desde logo assinalar que o urbanismo da Renascença, apenas uma virtualidade criadora, confunde-se com o da chamada época barroca e, por tal motivo, Lavedan prefere chamar todo o período de *clássico*. O fato é que os estilos se confundem. Existe uma unidade de espírito “humanista” e, sem querer entrar em debates meramente semânticos ou de crítica das artes, será suficiente advertir que a palavra *barroco* é consagrada e satisfatória.

Versailles termina uma linha ascensional e coroa a lenta evolução arquitetônica desde o Renascimento italiano, mas também inicia um

fenômeno de difusão destinado a assegurar, na Europa e na América, o sucesso do Humanismo, do Racionalismo e do Estilo Clássico. Daí ser seu conhecimento essencial para a compreensão das noções que presidiram à construção de tantas capitais modernas (São Petersburgo e Washington, entre outras), sendo sua indiscutível influência descoberta ainda no planejamento de Canberra e de Nova Delhi, sem falar em obras mais recentes.

A Roma helenística e imperial foi a semente de onde surgiram os estilos distintamente europeus, assim como aqueles que representam linhas evolutivas divergentes, sujeitas a influências estranhas. De Roma partiu o Românico e de Roma também o Bizantino que, no Oriente, é um elemento na elaboração das arquiteturas islâmica e russo-ortodoxa. O próprio Gótico que, para alguns, é a verdadeira expressão da alma européia (seria uma expressão propriamente nórdico-medieval...), desenvolveu-se como uma espécie à parte, em sua sublime e mística verticalidade, sem repudiar a herança de Roma. Na Itália, algo das formas da civilização clássica havia permanecido como que adormecido durante os longos séculos da religiosidade medieval, para despertar no esplendor, na exuberância e fúria criadora do Renascimento. Quando explodiu a Renascença, os estudantes de arte, sedentos de Antiguidade, contemplaram com respeito quase religioso e o entusiasmo da descoberta as ruínas de um passado memorável. Mas, juntamente com o espetáculo imediato das abóbadas, arcos, colunas e pilastras, dos frontões, cúpulas e balaustradas, da disciplina das ordens dórica jônica, coríntia e compósita, foi a descoberta do manuscrito de Vitruvius que assegurou a predominância da ordem romana na arquitetura do período. Os motivos clássicos, com a nova inspiração que milagrosamente enriquecia as artes plásticas, dominou, na Itália dos séculos XV, XVI e XVII, a evolução para o Barroco, os princípios originais de cujo urbanismo são concebidos e realizados nas “Cidades Ideais” e nas obras dos grandes precursores. Detenhamo-nos ligeiramente sobre a matéria.<sup>1</sup>

Os planos das *città ideale*, em forma de estrela ou polígono, que aparecem durante o Renascimento italiano, obedecem ainda à

1 Cubro mais pormenorizadamente a questão da “Cidade Ideal” do Renascimento e do Barroco num capítulo do meu livro *A Utopia Brasileira* que trata, inclusive, de sua influência no planejamento de Brasília.

concepção rádio-concêntrica do urbanismo medieval e à preocupação predominante de defesa: são por isso centralizadas e fortificadas. Mas a novidade da época se descobre na simetria, no formalismo geométrico e na expressão plástica racional. A concepção geométrica e formal da “Cidade Ideal” encontra suas raízes na revolução ocorrida na pintura, em princípios do *Quattrocento*, com a descoberta da Perspectiva. A noção de “vista” arquitetônica, de perspectiva focalizada em um objeto longínquo como principal efeito plástico do urbanismo, já existia, na verdade, anteriormente. O Altar obedece a essa concepção, no interior das catedrais góticas. Na Renascença, porém, a noção torna-se consciente e, entrando para a pintura, abre vastas possibilidades de aplicação no planejamento urbano. Claramente relacionado com a perspectiva, o “fundo” adquire significado: o quadro, retangular e coerente, limitado e determinado, alarga-se quando, ao primeiro plano das personagens, se junta uma paisagem e um horizonte, cheio de sentido e intenção. Observa Lewis Mumford que a nova janela barroca é, essencialmente, uma moldura de quadro, assim como a pintura do Renascimento é uma janela imaginária. É uma nova concepção de espaço, refletindo um alargamento da consciência humana, disciplinada pela racionalidade, que parece estar ligado às primeiras conquistas da ciência moderna e às Grandes Descobertas de portugueses e espanhóis.

O entusiasmo dos pintores pela perspectiva e sua inclinação pelos cenários clássicos e os grandiosos fundos arquitetônicos, muitas vezes irrealis, parecem preceder e mesmo inspirar ou criar as novas formas plásticas da grande geometria barroca. Foi a pintura que, em última análise, determinou o aparecimento daquilo que seria o traço eterno e original do urbanismo barroco: a Vista urbanística! Teorizadas por Albrecht Dürer na Alemanha, em sua “*Geometria e Perspectiva*”, e, na Itália, por Uccello, Piero della Francesca, Viator (*De artificiali Perspectiva*) e, mais tarde, Giacomo Barozzi Vignola e Andrea Palladio que, em suas obras de propagação dos princípios do Renascimento, consolidam a vitória das cinco ordens clássicas, vão às novas teses da perspectiva e do horizonte caracterizar, doravante, a pintura e a arquitetura ocidental. Estas se erguem em face da grande arte paisagística sino-japonesa, como lídimas expressões da ânsia tipicamente européia de domínio dos espaços e de disciplinização racional da natureza. Em contraposição ao Gótico, o

Barroco rejeita a verticalidade e o misticismo sonhador e sombrio. Prefere a clareza e a solidez prática dos planos horizontais e dos ritmos retangulares. Mas, interrompida embora pela volta ao Helenismo e a Roma, a linha de evolução mantém algo em comum com os estilos anteriores. O Barroco tanto quanto o Gótico e o Românico e, ao contrário do Bizantino, é ocidental, é essencialmente europeu! Spengler não tem dúvida em considerá-lo uma expressão da cultura “fáustica” e seu traço distintivo é a importância da fachada e da “fenestração”, como símbolos significativos da maneira pela qual a alma européia “sente a profundidade”. No motivo da fachada, que encara o espectador e lhe explica o sentido interno do edifício, e na “arquitetura da janela”, evidente tanto nas catedrais góticas com seus vitrais coloridos, como no palácio barroco com suas grandes janelas e na casa moderna, com suas imensas vidraças, percebe-se a vontade do homem ocidental de irradiar para o infinito seu sentido dinâmico que procura dominar a matéria pelo poder do espírito e da inteligência. No Barroco, essa concepção típica de espaço abrange a arquitetura e o urbanismo. Como escreve Mumford: “foi um dos grandes triunfos da inteligência barroca organizar o espaço, torná-lo contínuo, reduzi-lo a medida e a ordem, estender os limites de magnitude, cingindo tanto o extremamente distante quanto o extremamente diminuto; finalmente associando o espaço com o movimento”.

Revela-se o Barroco no ritmo, às vezes exuberante, na regularidade, na obsessão da simetria e na clareza matemática que o prendem à filosofia e à música dos séculos XVII e XVIII. Segundo Lavedan são suas características próprias a procura constante dos efeitos de surpresa, o desejo de espaço, por meios normais ou artificiais, e o humanismo fundamental – o homem como fim e meio de tudo! Em urbanismo, o ideal barroco é definido pelo Método de Descartes, o qual afirma que “as cidades devem exprimir a vontade de alguns homens dotados de razão”. Descartes seria “não apenas o pai do pensamento moderno mas o pai do urbanismo”. O pai do urbanismo europeu evidentemente, pois existe um método geométrico semelhante no urbanismo chinês. São princípios barrocos, ainda segundo Lavedan, a relação orgânica das diversas partes da cidade e sua subordinação a um centro, assegurada por um plano radioconcêntrico; a perspectiva ou vista monumental; e o programa de construção.

É em Roma que o Renascimento arquitetônico cria suas primeiras obras de renome e é em Roma que nasce realmente, no período final do Renascimento, o urbanismo barroco. Não por simples acaso! Nos séculos XIV e XV, era Roma uma cidade modesta, miserável mesmo, que apresentava o aspecto desolador do pauperismo e da anarquia, em meio às ruínas soberbas de um grandioso passado. Mas o espírito imperial nela residia. É a capital do Papado e o Papado ia utilizar, para alimento da Contra-Reforma, a formidável explosão da energia vital da Itália renascentista. O Absolutismo da Igreja encontraria um meio de expressão apropriado nas novas noções arquitetônicas, tão apropriado, na verdade, quanto fora o Gótico para o misticismo medieval e o Bizantino para a hierática liturgia da ortodoxa Constantinopla. A tradição imperial era, em Roma, materialmente mais poderosa do que os sentimentos profundos da Igreja medieval. Nada mais natural que as ruínas de uma antiguidade inesquecível permeassem a atmosfera da Cidade Eterna e inspirassem seus habitantes a vôos criadores. O fenômeno é tanto mais interessante quanto não correspondeu, durante a Idade Média, ao poder espiritual e político imenso da Santa Sé, ao prestígio de um Inocêncio III ou de um Gregório VII, vantagem prática alguma para a metrópole dentro de cujos limites nenhuma igreja foi então erguida que se possa comparar a uma capela sequer de qualquer das grandes cidades góticas. Roma dormiu arquitetonicamente enquanto o Papado romano triunfava espiritualmente. Roma só despertou quando, escarmentadas pela Reforma e pelo Absolutismo monárquico, as preocupações terrenas e temporais do Pontífice exigiram uma imagem visual, uma expressão tangível do seu Império cristão.

Em 1506 é lançada a pedra fundamental da nova Basílica de São Pedro. Logo, os grandes gênios da arquitetura italiana (vale notar, nenhum deles romano...) dirigem-se para a cidade que, como Atenas no passado e Paris nos dois séculos seguintes, se torna a meca dos artistas. Depois de Alberti chegaram os três Sangallo; e Donato Bramante, o vulgarizado de Vitrúvio, talvez o maior nome da arquitetura da época; e Raphael, arquiteto não apenas no painel da “Escola de Atenas”; e Miguel Angelo, para alguns o maior artista de todos os tempos. São Pedro levou anos para terminar. Um detalhe de sua construção ilustra, entretanto, a transição do Renascimento para o Barroco: Bramante e Miguel

Angelo planejaram a basílica com uma imensa cúpula centralizada, destinada a exprimir, numa pureza ideológica estática, a própria noção de centro da Cristandade. Essa noção abstrata, que corresponde aos desenhos estelares das “cidades ideais” renascentistas e ao sentido integral do Cristianismo medieval, foi mais tarde substituída pela concepção dinâmica da perspectiva que implica movimento para a frente, direção racional, simetria. A Basílica então se estendeu e readquiriu o plano cruciforme tradicional. A nave foi prolongada e, posteriormente, construiu-se a colunata e a *piazza* monumental de acesso. Os elementos fundamentais do barroco já estão aí presentes: a Avenida de aproximação em perspectiva; a Basílica como cenário de fundo, precedida de uma praça menor, espécie de vestibulo retangular, e de uma escada monumental; os dois braços da Colunata de Bernini em estilo clássico, cingindo a multidão dos fiéis; e o centro geométrico ocupado por um monumento, um obelisco! O movimento ritual progressivo em direção ao Altar principia fora da Igreja, constituindo assim uma expressão característica da arquitetura barroca da Perspectiva e do Movimento.

Durante o pontificado de Paulo III (1534-1549), Miguel Angelo cria, no Campidoglio, isto é, na praça sobre a venerável colina do Capitólio, a primeira obra urbanística da nova era. Em sua forma original e simples é o modelo que os arquitetos dos séculos seguintes vão fielmente reproduzir. Possui, num crescendo rítmico, a subida de aproximação pela *Cordinata*, no topo da qual se apresenta o principal cenário, tendo como fundo teatral o *Palazzo del Senatore*; à direita o *Palazzo dei Conservatori*; à esquerda o Museu Capitolino e, no centro, como ponto focal, a famosa estátua equestre de Marco Aurélio.

Sob o Pontificado de Sixto V (1585-1590), Roma articula-se e toma forma. Miguel Angelo morreu; Vignola completou a cúpula de S. Pedro; o Renascimento está em declínio, a Contra-Reforma em pleno desenvolvimento; a Carlos V sucedeu Felipe II – e se anuncia o triunfo do Absolutismo monárquico, sinal dos tempos novos. Gênio político e arquitetônico, Sixto V já era velho quando subiu ao trono pontifício mas quis dar à sua cidade, nos poucos anos de reinado, o aspecto de uma verdadeira capital do Ocidente. Era sua intenção tornar Roma uma residência majestosa de onde, coberto pelas três Coroas do Papado, poderia governar os monarcas da Cristandade, como árbitro indiscutível de suas



diferenças e chefe da cruzada contra o turco e o herege. Grande Papa, não como soberano espiritual mas como soberano temporal no sentido dos Déspotas Esclarecidos, Sixto é, na opinião de Giedion, o primeiro dos urbanistas modernos. As *magnanime imprese* que concebeu foram integradas num Plano Mestre que serviu de paradigma para tantos empreendimentos semelhantes do urbanismo barroco. Uma de suas obras mais importantes é a *Piazza del Popolo* em que deparamos, talvez, com o primeiro exemplo da tríplice perspectiva, da *patte d'oie*, irradiando de uma praça central. O foco é um obelisco, em Roma abundantemente utilizado como centro de projeção, como as estátuas equestres, as colunas e os arcos de triunfo. Os urbanistas de todo o mundo imitam esse tratamento. São as três Avenidas de Versailles; as três Perspectivas de S. Petersburgo; o Mall com a Pennsylvania e a Maryland Avenue em Washington; a Avenida de Mayo com as duas diagonais, em Buenos Aires; e o desenho central de nossa Goiânia.

Faltou, contudo, à Cidade Eterna, desde o princípio, um esquema de planejamento contínuo e harmônico. A metrópole do Papado jamais conseguiu adquirir uma estrutura verdadeiramente orgânica e essa circunstância ilustra suficientemente os obstáculos que se deparam no desenvolvimento de uma capital tão clara e incontestavelmente “natural” como é a Cidade Eterna. Descartes iria por isso exprimir, com palavras significativas, a nova concepção da cidade barroca planejada e programada, segundo os princípios do bom gosto e da razão: *“En considérant leurs édifices chacun à part, on y trouve (dans les anciennes cités) autant et plus d’art qu’en ceux des autres; toutefois, à voir comme ils sont arrangés, ici un grand, là un petit, et comme ils rendent les rues courbées et inégales, on dirait que c’est plutôt la fortune que la volonté de quelques hommes usant de raison qui les a ainsi disposés.”* **“A vontade de alguns homens de razão”, eis o postulado do novo urbanismo barroco.**

Mas da Itália a liderança artística passa para a França. “A Itália está em França e Paris é uma nova Roma”, diz o cronista da época. Bernini é o último grande italiano e seu fracasso em Paris é a proclamação da independência artística francesa. A realização definitiva, em termos novos, das “cidades ideais” do Renascimento italiano dá-se em França. O barroco é ali disciplinado. Repele os caprichos e as fantasias às vezes excessivas dos italianos, e evolui no sentido de maior riqueza, pletora de

colunas, capitéis, cornijas, molduras, balaustradas e estatuária. No rigor de linhas e de motivos, e na majestade dos grandes espaços abertos, o Palácio barroco atinge em Versailles sua mais alta expressão. Torna-se “clássico”.

\* \* \*

Depois de mais de um século de glória incomparável, Versailles decaiu e, por pouco, foi inteiramente demolida, só vindo a desempenhar papel saliente em casos fortuitos posteriores. Hoje é um Museu dedicado “à toutes les gloires de la France”! Mas quantas capitais nasceram de um capricho de Rei? Madrid porque Carlos V, sofrendo da gota, apreciou seu clima. Haia, refúgio de caça dos condes de Holanda. S. Petersburgo em virtude de uma súbita intuição geopolítica do Tzar. Versailles também, fruto de um acaso feliz, combinado com profundas imposições políticas pois, nessa época, a escolha de sítios propícios não possui caráter científico mas depende de desejos soberanos... Descartes, cuja filosofia exprime por excelência a Cosmologia da idade do Absolutismo, diria enfaticamente que todas as grandes ações valedouras sempre emanaram de uma personalidade superior! O fato é que nunca se viu uma capital tão intimamente ligada à obra de um homem. Nunca uma cidade teve sua sorte tão indissolúvelmente vinculada à de uma classe, de um regime e de um rei.

Pela primeira vez mencionada nos *Anais* da monarquia francesa em 1609, porque Henrique IV ali se deteve para descansar dos prazeres da caça, reaparece durante o reinado de seu filho e sucessor Luis XIII. Este, também grande cavaleiro e caçador, desde a infância amou o bosque e o brejo de Versailles. Lhe aprazia demorar-se ali, longe das preocupações, intrigas e cerimônias da Corte. Em 1623 é levantada uma modesta edificação, um “castelo de cartas” como diria Saint Simon, mas só sete anos mais tarde, na extraordinária *Journée des Dupes*, entra Versailles definitivamente para a história quando, entre seus muros, se assegura a fortuna do Cardeal de Richelieu. O Rei, cada vez mais atado ao lugar, mandou então desenhar um jardim que prefigura o futuro parque. Reconstrói a mansão sob a forma de um pequeno *Chateau*, obra de que se encarregou o arquiteto Philibert le Roy. É, nos últimos anos da sua vida, o retiro predileto desse grande solitário, rei taciturno, e ainda sobrevive em parte, conservado pela piedade filial de Luís XIV, na fachada do Pátio de Mármore.

Em seu longo e memorável reinado (1661-1715), Luís o Grande construiu em Versailles três palácios sucessivos que se substituíram e se completaram até formarem o grandioso conjunto de hoje. É bastante conhecida a tese de que o primeiro seria fruto da inveja do Rei pelo castelo de *Vaux-le-Vicomte*, mandado edificar por seu ministro Fouquet em 1655. Superintendente da Fazenda real, célebre financista e protótipo do “corrupto”, no duelo de morte travado pela confiança do Rei, Fouquet foi vencido por Colbert, o super-burocrata, e condenado à prisão perpétua. Seu “luxo insolente e audacioso”, nas palavras do Rei, encontrou no castelo uma expressão adequada que Luís XIV por sua vez procuraria ultrapassar. Luxo insolente e audacioso, só o monarca absolutista tinha o direito de ostentar... Entretanto, não se pode apenas atribuir Versailles ao desejo de apagar a lembrança do ministro concussionário e sobrepujá-lo por vaidade mesquinha. As inspirações para tal obra existiam em abundância: nas Vilas italianas, nos palácios de Roma, em Chambord e nos outros esplêndidos castelos do Renascimento francês às margens do Loire, no Palais Mazarin, em Rueil e, particularmente, no castelo de Richelieu. Este, obra do Grande Cardeal, construído em 1635 em suas terras do Poitou com uma cidade a ele ligada, prefigura a concepção política que inspiraria Versailles. Destaca-se assim o padrão do *Chateau de Plaisance* como residência condigna do Rei ou do ministro poderoso, erguido no subúrbio das cidades, em contato com a natureza campestre e alimentado pelos latifúndios ancestrais, facultando a seus donos o lazer, o desporto da caça, a solidão meditativa e a discrição dos encontros amorosos e das intrigas de alta política.

De Fouquet o Rei herdou três artistas de talento excepcional: Le Vau, “*Architecte des Bâtiments du Roi*” até sua morte em 1670; Le Brun, pintor de segunda ordem, é bem verdade, porém mestre de obra genial que exerceu um papel decisivo na coordenação do trabalho de equipe; e Le Nôtre, falecido em 1700, o maior de todos os jardineiros, ao qual mais do que a qualquer outro se deve o desenho de Versailles e, nesse sentido, merecendo mais séria consideração na história da arte, pois a sua não é, certamente, uma “arte menor”. Sob a harmoniosa direção desses três homens trabalhará uma plêiade de pintores, arquitetos e maquinistas. Um dos grandes segredos de Versailles reside na perfeita arregimentação dos esforços desses inúmeros artistas anônimos. Não é

este ou aquele pormenor de arquitetura, pintura ou escultura, mas o conjunto complexo da cidade, do palácio e dos jardins que constitui a verdadeira obra-prima. Há um equilíbrio magnífico das artes individuais. O resultado, como em todas as obras urbanísticas de envergadura, é uma estética em toda a sua plenitude que resume o estilo da época. No Acrópole de Atenas, em Beidjing, na cidade Vaticana e nas catedrais góticas, assistimos a essas realizações de equipes anônimas, em que a arte se sublima. Em Versailles, o impulso que dirige Le Brun, Le Nôtre e Le Vau é a própria vontade do Rei. Luís XIV é o *genius loci* de Versailles que lhe reflete o gosto de domínio e de glória, o orgulho desmedido (a hipertrofia do Eu diriam os psicólogos), o espírito autocrático obstinado e *Wille zur Macht* absolutista, a Vontade de Potência que Nietzsche atribuiu aos Homens Superiores. Nessa obra ele dissiparia a riqueza da França que Colbert amontoara, como em suas guerras, na maior parte inúteis, esbanjaria a força que Richelieu acumulara. Tanto que ao morrer, contrito, lamentaria ter amado demais “*la gloire et les bâtiments*”...

Entretanto, escreve Mauricheau-Beaupré: “Embora adaptasse Versailles a sua pessoa, seus gostos, lembranças, à piedade filial assim como à etiqueta e, sobretudo, ao esplendor que tencionava conceder à vida real, Luís XIV tudo subordinou às regras de arquitetura e às concepções ideais dos artistas. Versailles é uma roupa sob medida do “maior Rei do mundo” e da Corte de França, “a mais brilhante e refinada que jamais existira”. Luís XIV foi dono de Versailles que encomendou a seus artistas como qualquer ricoço de hoje encomenda um sítio suburbano ao arquiteto da moda. Mas, ao mesmo tempo, da imitação da antiguidade e da arte contemporânea italiana surgiu uma arte nacional francesa que guardaria as tradições clássicas de medida, de gosto e de elegância. A marca do homem está presente em todos os pormenores. Sente-se a dedicação, o carinho do Rei por essa “casa de campo” que se tornou o mais suntuoso dos palácios; sente-se também, através das obras consecutivas e variedade de motivos e de humores nas diversas fases de construção, a unidade que sempre presidiu a seu desenvolvimento como se fora, verdadeiramente, um organismo vivo.

Do ponto de vista urbanístico, a cidade que cresceu à volta do castelo revela igualmente a combinação de iniciativa pessoal de Luís XIV e contribuição anônima dos artistas. O esquema é um bom exem-

plo do plano radial e, para Brinckmann, uma lembrança direta da Praça do Povo em Roma. O elemento central é o grupo de três Avenidas (Avenue de St. Cloud, Avenue de Paris e Avenue de Sceaux) com 70 a 90 metros de largura, que convergem sobre a Praça de Armas, à entrada do palácio (Mapa IV). Uma quarta avenida liga as duas extremas perpendicularmente à do centro. A idéia básica é a grande Perspectiva destinada a enaltecer o Rei cujo quarto de dormir é o foco do desenho.

Entre os anos de 1675 e 1684 foi construído o segundo castelo que é obra do arquiteto Hardouin-Mansart, sobrinho daquele que inventou a “Mansarda”. Esse edifício é, na realidade, um acréscimo rigorosamente obediente ao estilo do primeiro, dando ao palácio sua extensão descomunal de 575 metros! Entretanto, tal desenvolvimento horizontal não produz a impressão excessiva que seria de esperar, e que ocorre, por exemplo, no Palácio de Inverno de São Petersburgo, porque se procurou o efeito da perspectiva na distância: as duas alas dão uma ênfase característica ao corpo principal que se parece lançar sobre os terraços do parque.

Do lado da cidade, isto é, na fachada leste, Hardouin-Mansart edificou também as duas estruturas que ladeiam a Praça de Armas. São os chamados “Pavilhões dos Ministros” para abrigar os departamentos da administração monárquica e constituir os braços da Grande Perspectiva de entrada, desenhando o U essencial ao efeito urbanístico barroco – o U do Campidoglio, da Praça de São Pedro e das Tuileries.

Além das estruturas gigantescas, capazes de albergar alguns milhares de pessoas, muitos outros edifícios foram construídos tanto na cidade quanto no parque... Cresceu, assim, uma verdadeira capital com vida própria, uma aglomeração que, embora sempre em íntimo contato com Paris, se tornou uma dependência monstruosa do palácio onde se alojaram os aristocratas, os funcionários com suas famílias, a criadagem e todos os serviços complexos para o transporte, conforto e alimentação da Corte. Quando morreu Luís XIV, viviam nela 30.000 almas!

No parque a obra mais importante é o Grande Trianon, construído em 1688 como resultado de uma mudança no modo de vida e no gosto do Rei. A Corte tornara-se mais austera após a morte da Rainha. Luís XIV envelhecera e sua família fora atingida por uma série funesta de lutos, epidemias de varíola. As guerras menos felizes começavam a cansar o país. O próprio monarca arrefecera em seu entusiasmo pela

etiqueta, pelas festas de sonho e exuberância teatral do ambiente palaciano. Sua favorita era então a piedosa Marquesa de Maintenon. No Trianon, o estilo torna-se mais discreto e leve.

Depois da morte de Luís XIV, é Versailles abandonada pela Regência mas, a partir de 1742, quando a Corte volta ao local de suas glórias, reanima-se a febre de construções, cabendo a outro arquiteto famoso, Jacques-Ange Gabriel, pôr em execução os planos reais. Gabriel introduz o estilo “purificado”. que se diz inspirado de Roma e da Grécia, anunciando o Império. Estilo que, meio século mais tarde, norteará as obras de Napoleão em Paris, de Alexandre I em S. Petersburgo, de Washington e, finalmente, de todo o mundo ocidental. O neoclassicismo aparece, em Versailles, na ala, acrescida mais tarde de outra simétrica, que ladeia o Pátio Real. Muitas vezes criticadas, elas apresentam o frontão do templo grego, sustentado por quatro poderosas colunas, e parecem destoar um pouco do barroco versalhesco. Também inspirado nas formas gregas com que Gabriel travara conhecimento em suas viagens, é o justamente célebre Petit-Trianon, terminado em 1763. Trata-se sem dúvida, pela sua pureza ática, de uma jóia do reinado e do classicismo francês. Despreza os arcos. Suas janelas são retangulares; abandona também o excesso decorativo – ornamentos, troféus, grinaldas ou frontões. O entablamento é completado por uma simples balaustrada. Na fachada, apenas quatro colunas da ordem coríntia, a que correspondem, nos lados, quatro pilares, para quebrar e animar sua fria retangularidade.<sup>2</sup> Vale mencionar que Paris também deve a Gabriel algumas obras memoráveis tais como a Escola Militar no Champs de Mars, os Inválidos e os dois “hotéis” que flanqueiam a entrada da rue Royale.

Após haver abordado o aspecto puramente arquitetônico do conjunto, vale salientar um seu elemento constitutivo cuja importância é incontestável porque, talvez mais do que no estilo dos edifícios, nele se exprime o sentido da cultura barroca no século do Rei Sol. Refiro-me ao Parque e à arte da jardinagem. Em Versailles, com efeito, Le Nôtre transferiu admiravelmente da linguagem da pedra para o idioma vegetal o ideal da Grande Perspectiva. Doravante, o *Culte de l’Axe* domina o

2 Por ocasião da Exposição do Centenário da Independência no Rio, 1922, de ambos os lados do que é hoje a Avenida Presidente Wilson, o pavilhão francês foi uma cópia do *Petit Trianon*. Hoje aloja a Academia Brasileira de Letras.

urbanismo paisagístico. Do terraço do palácio, o olhar desce entre os dois *parterres* dos Espelhos de Água, atravessa a esplanada de Latone e, ladeado por muralhas de vegetação aparada, sem encontrar obstáculos segue o Tapete Verde para perder-se, além do Grande Canal, num horizonte livre e indefinido. A elevação sobre a qual se ergue o palácio ajuda a criar essa dupla impressão de isolamento e de comunhão com as distâncias sem fim. Desperta uma emoção semelhante à que nos causam os panoramas no alto das montanhas porém, aqui, racionalizada e adquirindo um significado simbólico. O *culte de l'axe* é uma das chaves que permite compreender essa arte da jardinagem que invade a França e, mais tarde, toda a Europa, sendo o motivo principal a larga avenida arborizada, galgando uma elevação onde um monumento qualquer constitui o centro do efeito panorâmico. Le Nôtre aplicá-lo-ia em Paris, na perspectiva do Champs Elysées que Napoleão completaria com a edificação do Arco de Triunfo. Em meados do século XIX, Haussmann procederia na base de padrões semelhantes. No dizer de Lewis Mumford, esses “eixos visuais e linhas estreitas são a contrapartida urbana do movimento mecânico em direção a um objetivo fixo” e, por isso, é a avenida “o símbolo mais importante e o fato predominante da cidade barroca”.

Note-se a diferença fundamental com o esquema da Cidade Proibida de Beidjing. Na capital chinesa, o movimento é introvertido, de fora para dentro, da periferia para o centro. O centro é a sala do Trono. Em Versailles, pelo contrário, o movimento é centrífugo. O Palácio é ainda o centro da perspectiva, mas um centro de irradiação, um “ponto de vista” a partir do qual a visão procura livrar-se dos obstáculos que lhe impedem o trânsito, a fim de estender o seu âmbito universal. A diferença psicológica entre as duas culturas está perfeitamente expressa nessa orientação panorâmica, ocidental, dinâmica e extrovertida. O homem é o próprio centro do universo que ele procura abarcar em sua ânsia frenética de domínio espacial.

A origem do jardim europeu é contemporânea da descoberta da Perspectiva. No século XV, três grandes artistas italianos, um enciclopédico, Leon Battista Alberti; outro arquiteto, Brunellesco, o criador do Duomo de Florença; e o terceiro pintor, Piero della Francesca, conceberam-no como parte integrante de sua visão da natureza manuseada pelo homem. Estudando seu aspecto teórico ou explicando, por vez primeira,

as relações que existem entre a paisagem e a morada humana, esses artistas descobriram aquilo que já era uma idéia intuitiva de chineses e japoneses, isto é, revelaram o valor artístico do jardim e a possibilidade de criação de uma “paisagem artificial” como parte da esfera imediata de ação do homem. O jardim torna-se uma extensão de seu mundo familiar, em íntima relação com a casa. Logo depois, Bramante dará “uma linha, uma chave, uma orientação ao desenho geométrico dos jardins”. O jardim francês dos séculos XVI e XVII coloca-se, por conseguinte, na linha de evolução principiada na Itália da Renascença, como criação característica da civilização ocidental e, nesse sentido, de espírito totalmente diverso dos jardins do oriente. A Antiguidade não conheceu propriamente a arte, se excetuarmos os fabulosos Jardins Suspensos de Babilônia cujo significado lendário nos escapa. Os restos de Tell el-Amarna tampouco permitem entender o espírito exato da jardinagem, no quadro da cultura de Akhetaton. Mesmo na Roma Imperial parecem limitados os jardins, tanto em extensão quanto em propósito, como se inteiramente subordinados à casa. A civilização islâmica, porém, já revela um sentimento primário do jardim geométrico e da perspectiva vegetal, como elementos integrantes de conjuntos arquitetônicos, o que é demonstrado pelos exemplos ainda existentes na Espanha, Pérsia e Índia. O problema da transmissão dessa arte do Islã para a Itália e a Espanha, e daí para a França, foge, entretanto, ao âmbito deste trabalho. Ainda fantasia e capricho na Itália – nas vilas Borghese, Boboli ou Ludovisi, – o sentido essencial do vocabulário sóbrio do barroco francês é o domínio da terra pela inteligência humana, com a noção procrustea de *forcer la nature*, isto é, de dirigir os fenômenos naturais, sujeitando-os aos desígnios cartesianos do homem, expressos em formas geométricas. Mesmo se não pretende forçar a natureza, o jardim francês procura, pelo menos, reproduzir *la belle nature*. Em outras palavras, o jardineiro tenta criar um modelo ideal de natureza, de acordo com o conceito aristotélico de que o artista “deve melhorar o modelo”. Ora, esse conceito constitui o próprio fundamento filosófico do estilo clássico!

A paisagem barroca, por excelência, é a “paisagem heróica” de um Nicolas Poussin ou de um Claude Lorrain cujo objetivo é dar a sensação da profundidade e da perspectiva, acentuando os vários planos da terceira dimensão. Na concepção da “paisagem heróica” realizada em



Versailles, o colorido, a decoração, o pormenor perdem seu significado particular, em proveito da unidade dinâmica que preside à disposição do conjunto. Ele é espaço puro, distância, horizonte! Além disso, usa constantemente motivos clássicos e, na exuberância e frondosidade de sua vegetação, na magia das cores e na monumentalidade das fantasias arquitetônicas, exprime com perfeição as idéias que deram vida a Versailles. Com Corneille, Richelieu e Descartes, é Poussin considerado um dos quatro pilares da razão francesa. Quanto a Claude Lorrain, é um exemplo extraordinário da fusão da sensibilidade imaginativa e da disciplina racional de seu século.

A relação íntima, a sábia transição entre o palácio e o jardim, entre o edifício e o parque, a cidade e o campo, e em última análise entre Paris e Versailles, revelam o tipo de vida da época de Luís XIV, época de transição entre o ruralismo feudal e o urbanismo moderno. Constituem, ao mesmo tempo, uma expressão artística, própria do estilo barroco. O jardim é aí parte integrante do complexo arquitetônico. Já foi chamado uma “arquitetura ao ar livre”. Em outras épocas e de várias maneiras o domínio do homem sobre a natureza foi expresso em formas arquitetônicas, mas nunca, afirma Giedion, “uma comunidade de tal envergadura foi instalada sob um mesmo teto, em campo aberto, longe de qualquer cidade”. E para Mumford, o grande parque “continua sendo, talvez, a maior contribuição do urbanismo barroco à existência urbana moderna”.

A influência das concepções da época no tratamento de Versailles apresenta outra expressão curiosa, na predileção pelos aspectos exteriores da Roma antiga e do paganismo. Não apenas na arquitetura cujos motivos, fiéis à linha do Renascimento, têm sua origem na coluna e frontão gregos, e na pilastra e arco romanos. A pintura, a decoração, a estatuária inspiram-se também na idade clássica. Nada contemporâneo, salvo a peruca, é digno de vestir a Real Majestade quando, no bronze ou no mármore, é representada em toda a sua glória. Temos assim um Rei de França em armadura de Augusto, de cachos e de pernas de fora! E, no quadro alegórico de Jean Nocret, toda a família Bourbon é representada seminua, qual deuses do Olimpo... mas de peruca!

O que ocorre na pintura apresenta uma correspondência na arquitetura. Produziu-se uma cisão ou um desvio na arte ocidental: ao dualismo da Igreja e da Monarquia corresponde o dualismo de estilos – o

gótico e o clássico – sendo que o estilo leigo se desenvolve posteriormente às grandes convulsões dos séculos XV e XVI que abalaram o prestígio da Igreja. É portanto no classicismo, com suas inspirações pagãs e motivos tirados da mitologia helênica, que o poder temporal é obrigado a procurar os padrões estilísticos suscetíveis de exprimir a nova realidade política e cultural. Fenômeno realmente curioso essa reviviscência artificial do paganismo, esse interesse apaixonado e poético pela atmosfera da antiguidade! Não se trata realmente de um enfraquecimento da fé cristã: Luís XIV era um católico convicto e até intolerante, como demonstrou pela revogação do Edito de Nantes. Mas a fantasia mitológica obtém alhures um triunfo sem precedentes, servindo aos fins do humanismo racionalista e do absolutismo monárquico cuja atenção estava presa, não à imortalidade pessoal ou ao vôo místico da piedade cristã, mas à glória terrena, com ênfase na expansão plena da liberdade individual. Reaparece assim em Versailles o dualismo tão curioso da pintura do Renascimento italiano onde as solenes figuras de santos e mártires alternam com as representações sensuais dos deuses nus e heróis helênicos pouco virtuosos.

É Le Brun que preside à decoração e dá unidade aos conjuntos plásticos de temas olímpicos. O mito favorito é o de Apolo. Com sua alegoria solar, como o Sol, esplendidamente “irradia” o Rei o seu domínio. Essa irradiação é a “ glória” que o Rei incutira ao estilo como idéia obsessiva. Não é sem surpresa que vamos deparar aqui, em plena residência desse filho dileto da Igreja, com um quadro de correspondências mágicas capazes de embevecer qualquer sábio taoísta! Mauriceau-Beaupré escreve: “Entre esse Palácio do Sol e seus jardins, explanando ao mesmo tempo o mito de Apolo e seu curso diurno, Le Brun desejou evocar, em uma espécie de microcosmo, toda a evolução do mundo: vê-se aí a unidade simbólica que quis dar a todo o senhorio o seu primeiro pintor”. E parece acrescentar um comentarista da época: “Como o Sol é o emblema do Rei e os poetas confundem o Sol com Apolo, nada existe nessa casa soberba que não esteja em relação com a aludida divindade: assim, as figuras e os ornamentos estão todos ligados ao Sol. Na fachada principal três balcões, ornados de quatro colunas cada um, dão ensejo de colocar doze colunas que representam os doze meses do ano”. A identificação que os artistas procuram realizar entre Apolo e o Rei Sol

transparece, de novo, no comentário de La Fontaine sobre a grota das Ninfas:

*Quand le soleil est las, et qu'il a fait sa tâche  
Il descend chez Thethys, et prend quelque relâche:  
C'est ainsi que Louis s'en va se délasser  
D'un soin que tous les jours il faut recommencer...*

A harmonia dos mundos está assim plasticamente introduzida em Versailles e, não fosse a consciência de que se trata apenas de uma fantasia poética, oferecer-se-ia o espetáculo paradoxal de uma expressão da mitologia helênica que, em arquitetura, a própria Grécia jamais realizou. A harmonia em Versailles é feita de muitos elementos como é produto de muitas influências. O sucesso estético da obra reside, justamente na unidade que se conseguiu impor a um conjunto de inspirações tão díspares. O entusiasmo da Renascença pela antiguidade clássica, a estrutura do absolutismo monárquico – vejamos ainda outros!

A influência chinesa. Os progressos da ciência e as grandes navegações exerciam uma atração surpreendente sobre a curiosidade dos contemporâneos. A botânica estava sendo enriquecida com uma quantidade de plantas exóticas, muitas das quais criaram raízes em Versailles. Os conhecimentos geográficos, a descoberta de novos mundos abriam ao pensamento vastíssimos horizontes e davam à época um dinamismo incomparável. A Europa rasgava-se a todas as novidades mas a sua vitalidade e impulso criador possuíam uma qualidade verdadeiramente explosiva, absorvendo e modificando tudo tão rapidamente que, hoje em dia, mal podemos descobrir os sinais dessas inspirações às vezes triviais. A influência chinesa, no entanto, existiu realmente, resultado talvez indireto das notícias dos jesuítas, mercadores e diplomatas que visitaram o Império Central então governado por Kang Hsi, grande contemporâneo de Luís XIV.

A influência feminina. Nos séculos XVII e XVIII encontramos-a na plenitude de sua dominação sutil sobre a vida mundana, os gostos literários, os padrões artísticos e os segredos da política. São séculos de elegância, de refinamento e galanteria, de *politesse* e de *l'amour*, quando os mais poderosos Reis se submetiam, de bom grado, aos conselhos, às opiniões e às fantasias das mulheres. Surge assim, por vez primeira, o conceito da moda, como, em política, a “opinião pública”

pela primeira vez se manifesta. O erotismo adquire formas de refinamento. Talleyrand lamentaria: “*Qui n’a pas vécu avant 1789 ne connaît pas la douceur de vivre*” – a doçura de viver da qual essas adoráveis criaturas foram os principais ingredientes.

Giedion estabelece, como as duas principais contribuições francesas à arquitetura barroca da segunda metade do século XVII, a organização dos espaços externos e o desenvolvimento de um tipo mais refinado de residência, atribuindo à influência feminina a idéia do conforto, da *commodité*, a insistência na necessidade de organizar a morada humana e a importância dos palácios como centros da vida social e cultural da época. Ao admitir em Versailles, por suas grandes janelas, o ar, a luz, o sol, dizem que Luís XIV inaugurou a vida moderna. O fracasso de Bernini em França, revelado na repulsa a seu projeto de remodelação do Louvre, estaria ligado a certa inaptidão para compreender essa evolução do modo de vida francês. A Itália do Renascimento ainda é muito viril; só com o barroco francês a delicadeza e suavidade femininas penetram nas artes, depois de presidir aos progressos da vida caseira. Um arquiteto do século seguinte diria que Bernini não se prestara a entrar em todos os detalhes dessas “comodidades” de que depende o serviço de um Palácio. A observação é tanto mais significativa quanto Versailles nos parece, hoje, quase primitivo em matéria de higiene e conforto. Basta dizer que, não obstante o espantoso progresso nos costumes desde o reinado de Luís XIII, o gigantesco edifício não possuía banheiros e muito menos latrinas. Benjamin Franklin, muito embora cidadão de uma nova república que fora colônia, na América ainda quase selvagem, queixou-se do palácio onde descobriu “uma mistura prodigiosa de Magnificência e Negligência, com toda espécie de Elegância, exceto Limpeza, e aquilo que chamamos ordem ou asseio (*Tidiness*)”.

No quadro magnífico do palácio e de seus parques, a Corte tornou-se o centro da vida francesa, uma vida de *opera à la Lulli* em que era o Rei a estrela principal. Nessa fase, desempenhou o castelo o papel histórico que coube outrora, em outras sociedades, à Ágora, ao Fórum, ao Anfiteatro, ao Bazar ou à Catedral. Para acrescer sua glória, o Rei não se satisfez com as vitórias militares que marcaram o início do reinado, nem com a eficiência de uma administração esclarecida que muito concorreu para o rápido enriquecimento do país. Quis cercar-se de cultura. Desde

as épocas de Péricles e de Augusto, desde o Renascimento italiano, não se conhecia um esplendor semelhante: o “grande século!” O prestígio da França na guerra, na arte e na literatura ecoou por toda a parte e, durante os duzentos anos seguintes, com o impulso dado, ela permaneceria na vanguarda da civilização ocidental.

Luís XIV era homem de talento, mas longe estava da genialidade de um Pedro da Rússia, um Frederico II ou uma Catarina. Foi seu talento conhecer os homens e compreender a época, fazendo com que tudo contribuísse para sua glória enquanto a dedicava à glória da França. Na esfera da política e da guerra, Colbert, Turenne, Vauban, Louvois foram os arquitetos de seus triunfos. Mas na literatura os nomes são ainda mais famosos. Sem esquecer Corneille, vale lembrar os do trocadilho: *Racine de la Bruyère Boileau de la Fontaine Molière...*

Versailles explica-se pela seguinte frase de Saint-Simon que alude ao temperamento do Rei: “Em tudo amou o esplendor, a magnificência, a profusão. Esse gosto, por política transformou em máxima que, na Corte, tudo inspirou”. E La Fontaine, que não foi um crítico mas um admirador do regime, assim justifica o pendor real: “Os homens necessitam algum lazer. Alexandre era um devasso; Augusto, um jogador; Scipião e Laelius distraíam-se atirando na água pedras chatas: nosso monarca diverte-se mandando construir palácios – e isso é digno de um Rei!”. A etiqueta complicada, as cerimônias de cunho quase religioso como o *grand lever* e *coucher du Roi*, a ostentação das festas, a opulência da indumentária e da decoração, e a arte de cortejar transformada em método de governo e constituindo a preocupação exclusiva do “cortesão” – que Taine tão bem descreveu em sua imagem do Antigo Regime – tudo isso era destinado a transformar a capital palaciana em um santuário da vida real. Michelet procura as origens desse culto monárquico na tentativa de divinização de Alexandre. De fato, a idéia apolínea bem como toda a simbologia solar de Versailles parecem lembrar as pretensões faraônicas do grande macedônio.

Daí a noção de que, em Versailles, o desenho dos palácios e dos jardins e a disposição do esquema urbanístico constituem uma expressão da idéia dominante do Absolutismo monárquico. Mas um absolutismo da Persona, uma “máscara” estupenda para “representar” o poder, mais do que para vivê-lo autenticamente. O absolutismo devia

estender-se à natureza pela substituição das formas naturais por formas artificiais: as perucas, o *make-up* de homens e mulheres, os exageros da indumentária deviam refletir, tanto quanto o corte geométrico das árvores e o dispositivo racional dos conjuntos arquitetônicos, a vontade triunfante do soberano absoluto, ele próprio uma personificação da Razão, ungido do Senhor. O “Culto do Eixo” era outra maneira de salientar a importância central do Rei. O leito do monarca, colocado no quarto central logo atrás do Pátio de Mármore, ocupava o foco do conjunto do dispositivo urbanístico.

Concomitantemente, Versailles exprime uma filosofia, uma matemática e mesmo uma Concepção do Mundo – é o triunfo da Razão! A ordem urbanística da época reflete a invenção da bússola e o uso das coordenadas nos mapas-múndi, que as grandes descobertas haviam exigido. Reflete também os novos processos matemáticos que tornavam possíveis as concepções mecanicistas. Já citamos as palavras de Descartes (“as cidades devem exprimir a vontade de alguns homens dotados de Razão” ...). Mas, em seu “Discurso”, deparamos com o “Método” de clareza, precisão matemática, lógica e simetria que caracteriza o imenso palácio e seus jardins. A arte de Versailles é uma “arte intelectual”. Está agraciada com um certo *esprit de finesse*, o espírito francês em pleno florescimento, que corrige a lógica cartesiana em sua, por ventura, excessiva rigidez. Na verdade, Descartes, Newton, Leibniz, o cálculo diferencial, a trigonometria e o racionalismo filosófico são filhos do barroco tanto quanto Le Nôtre e Mansart ou quanto Johann Sebastian Bach e a música contrapontística.

Em Versailles concentraram-se várias linhas evolutivas que se haviam originado na Itália, a partir de modelos clássicos. Os diversos componentes do ideal barroco foram ali realizados, de onde começaram a agir sobre a Europa inteira no período da *Aufklärung*, a Iluminação ou Esclarecimento, espalhando-se pelo mundo ocidental. Tzares, Imperadores, Duques, Príncipes, Margraves, Eleitores e Lordes ingleses tomaram como paradigma a Corte do Rei Sol e rivalizaram no empenho de erguer “palácios pomposos”, *Residentzstädte* monumentais, destinados a impressionar o vulgo beato e a aristocracia sofisticada. Versailles é, com razão, apontada como a manifestação do absolutismo monárquico. Os motivos, porém, são circunstanciais e não necessários.

O reinado de Luís XIV representa a culminância de uma evolução social diferente da que se processara na Inglaterra. As desordens da Fronda haviam comprometido as perspectivas de um governo parlamentar, de cunho aristocrático, e as esperanças de uma liberalização progressiva das normas constitucionais. O Rei prosseguira na política de submissão com que Richelieu fulminara a nobreza e o “parlamento” de Paris. Sua reação contra a anarquia inspirou-lhe a suposta frase famosa *L'État, c'est moi!* Versailles deve ser compreendida no quadro dessa orientação que visava arrolhar as últimas aventuras do feudalismo irrequieto, pela consolidação do prestígio da monarquia burocratizada e centralizadora e a estratificação definitiva dos “Três Estados”. Aristocrata despeitado e irreconciliado, afirmaria Saint-Simon, em suas memórias, que “a Corte foi mais um ardid da política de despotismo... da política que dividia, humilhava, confundia os grandes e elevava os ministros acima de todos, em autoridade e em poder acima dos príncipes de sangue, em grandeza mesmo acima da gente da mais alta qualidade, depois de totalmente lhes mudar a hierarquia”. O próprio Rei assim definia a política do *bon plaisir*: “Os Reis são Senhores absolutos e gozam, por natureza, da disposição plena e inteira de todos os bens”. Versailles foi a residência forçada dos grandes feudatários... em outras palavras, “uma máquina para domesticar a nobreza”. E o Rei, com uma habilidade consumada, distribuía as distinções ou mortificava os invejosos, recompensava os servidores ou torturava os soberbos, incentivando essa arte de cortejar sobre a qual baseou seu sistema original de governo. Imitado em quase toda a Europa ocidental, o Absolutismo, com seu correspondente sistema econômico, o Mercantilismo, iriam firmar-se com tal poder sobre as monarquias ibéricas que deles ainda sofremos, trezentos anos depois. A discrepância no crescimento que se nota ainda hoje, entre a América Latina e a América do Norte, data dessa época.

Solar palaciano sem ainda grande sentido político, Versailles, já despertava no entanto, a atenção de Colbert que, prevendo o desenvolvimento fatal, cotejava razões de ordem financeira, protestava e advertia contra os gastos de construção que iriam arruinar o tesouro. O palácio, acentuava esse super-burocrata, “bem mais satisfazia o prazer do que a glória de sua Majestade”... Em 1685, 36.000 operários e 6.000 cavalos trabalhavam nas obras e seis milhões de libras eram gastos, mas

o ministro fiel, apoiado pelos seus colegas de gabinete e especialmente pelo Chanceler Séguier, alinhava todos os argumentos, entrando em pormenores de topografia e arquitetura para dissuadir o déspota pouco esclarecido de seu intento, sem nunca porém revelar os motivos secretos da oposição. Ora lembrava a estreiteza do terreno, ora a proximidade dos pântanos. Nisso era sustentado por Saint-Simon que, por simples maledicência e ressentimento oposicionista, escrevia: “jamais compreendi que se pudesse escolher Versailles, muito menos preferir essa cloaca ao que é Saint Germain...” Os desastres financeiros e militares do final do reinado iriam, de certo modo, confirmar a intuição de Colbert. Ernest Lavisse observa que, entre outras coisas, o acréscimo das despesas na Corte teve como conseqüência orçamentária o abandono do esforço colonial no Canadá. Devemos, porém, ter em mente que não foi a transferência do governo para Versailles mas o luxo excessivo, o desperdício das festas e os outros caprichos suntuários do Rei que conduziram ao desfecho lamentável.

O grande paradoxo é Rousseau. O pensador revolucionário que abominava as capitais, especialmente Paris; que as considerava um abismo onde os bons costumes, as leis, a coragem e a liberdade do povo se iriam consumir como num vórtice; e as descrevia como o núcleo de uma peste contínua que solapa e destrói a nação,<sup>3</sup> foi o mesmo profeta do jacobinismo sanguinário, a alma satânica, inspiradora da ralé de *sans-culottes*, a multidão assassina cujos excessos finalmente provocaria a reação ditatorial do imperialismo napoleônico. A Revolução veio finalmente bater às portas de Versailles. Depois do 14 de julho, ali se reúnem os Estados Gerais de 1789. Na Sala do *Jeu de Paume*, o memorável juramento revela a força incoercível do movimento popular. Nesse crepúsculo trágico de 5 a 6 de outubro, o palácio contempla o espetáculo terrível do povo de Paris amotinado que, aos gritos de “*À Versailles*”, massacra a torto e à direita, e leva de volta ao Louvre, para uma detenção que iria terminar na guilhotina, o Rei, a Rainha e a família real, “*le boulanger, la boulangère et le petit mitron*”. A data é menos simbólica do que a de 14 de julho. Representa contudo, como bem o notou Jacques Bainville, o

3 “*Si les villes sont nuisibles, les capitales les sont encore plus; une capitale est un gouffre où la nation entière va perdre ses mœurs, ses lois, son courage et sa liberté... De la capitale s’exhale une peste continuelle qui mine et détruit enfin la nation.*”



verdadeiro início da revolução. Doravante a Comuna de Paris, usando de sua arma predileta, o terror, toma a liderança dos acontecimentos que culminam na proclamação da República.

Mas a história de Versailles ainda não terminara. Na Galeria dos Espelhos, o Rei Guilherme da Prússia, tendo ao lado Bismarck, foi, a 18 de janeiro de 1871, coroado Imperador da Alemanha. Dois meses depois de terminada a guerra franco-prussiana, o governo conservador de Thiers, expulso de Paris pela Comuna rebelde, instalou-se em Versailles que, mais uma vez, foi elevada à categoria de capital. Principiou então, sob os olhos surpresos dos alemães que ainda ocupavam o norte da França, um segundo sítio de Paris: Versailles vingou-se da Revolução ao abrigar os representantes das províncias, mais conservadoras, cujas tropas leais aniquilaram os últimos espasmos anárquicos da história do populacho parisiense. Atirando nos *boulevards* abertos por Haussmann, com esse propósito específico, a artilharia governamental derrubou as barricadas vermelhas e a vitória só não foi absoluta porque a Assembleia Nacional, reunida a 30 de janeiro de 1875 na ópera de Gabriel, optou pela fórmula republicana por um único voto de maioria. O Senado e a Câmara dos Deputados continuaram reunindo-se em Versailles até 1889, assim como nas sessões solenes para eleição do presidente da República. Ultrapassando o âmbito da França, foi novamente em Versailles que, concluída a Primeira Guerra Mundial, se firmou o malogrado Tratado de 1919. E, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi também ali que se instalou o Quartel-General de Eisenhower. A história não abandona, facilmente, sítios consagrados.

É chegado o momento de analisarmos o papel geopolítico de Versailles, da maior relevância para apreciação de certas tendências modernas da história francesa. O destino dessa capital-anexa está certamente ligado ao fenômeno de dissociação, de conseqüências tão graves, que caracterizou a vida francesa nos últimos trezentos anos. Sendo assunto controvertido, é difícil acrescentar algo de novo aos julgamentos de Taine e de Lavissee. Vale, porém, lembrar as origens que se prendem ao desejo de Luís XIV de afastar-se de Paris; ou mesmo, anteriormente, às tentativas de outros reis de procurar no Loire, em Saint Germain ou em Fontainebleau, um refúgio contra a turbulência baderneira de Paris. Luís XIV jamais esqueceu nem perdoou as injúrias e humilhações que,

em criança, sofrera durante os distúrbios da Fronda. A desordem lhe afetou profundamente o caráter. Em seu longo reinado, seis vezes inutilmente tentou cercear o crescimento de Paris cujo poder, entretanto, continuou a estender-se sobre toda a França. Foi sua má vontade para com Paris que explica Versailles, como explica o Absolutismo. Observa René Grousset: “Todo o seu comportamento é uma reação antecipada contra a Revolução francesa... Ora, é precisamente assim que a tornou inevitável pois pesa sobre o esplêndido isolamento versalhesco a responsabilidade do divórcio entre a monarquia e a nação que terminaria no cadafalso”.

O divórcio entre a monarquia e o Terceiro Estado foi, de fato, materialmente declarado pelo abandono do Louvre. Enquanto na Inglaterra a evolução constitucional seguia um curso parlamentarista desde 1689, graças à união, contra os Stuart, da pequena nobreza, da burguesia de Londres e dos elementos protestantes mais radicais, em França os acontecimentos do século XVII provocaram um desenvolvimento inverso. Na Inglaterra, os três Estados coligaram-se para derrubar o poder do Absolutismo. Em França, o colapso do feudalismo não abriu o caminho para o liberalismo parlamentar mas reforçou o Absolutismo estatal, burocrático, centralizador e fechado. O soberano, de quem outrora o povo da velha Lutécia fora o servo fiel contra as pretensões dos “Grandes”, olvidou que a antiga fonte de seu domínio descansava sobre a Ile-de-France. Quando Luís XIV proclamou Versailles sede definitiva do governo, ocorreram em Paris motins e outras manifestações de desagrado que podem ser considerados os mais antigos indícios da Revolução a deflagrar cem anos mais tarde. A burguesia jamais perdoou a ingratidão dos reis. Por outro lado, o luxo de Versailles corrompeu a nobreza que, nas horas decisivas de 1789, não soube reagir e não pôde desempenhar o papel altamente construtivo ao qual tanto deve a Inglaterra sua grandeza e estabilidade política. A incompetência de Luís XV e Luís XVI, com a depravação da nobreza parasítica, acentuaram a iniquidade do regime, agravada pelas reivindicações e a arrogância das classes privilegiadas. O cataclismo revolucionário não foi evitado porque Versailles apareceu como o símbolo de alianças nefastas aos interesses da nação. Foi a Corte, e não a instituição em si da monarquia, que despertou a ojeriza da “opinião pública” parisiense.

Entretanto, tais constatações não eximem Paris de culpa. Os acontecimentos do século XIX e mesmo da época contemporânea provam que a idéia de uma capital administrativa em Versailles era, no fundo, favorável aos interesses do país. Paris certamente desempenhou um papel excessivo, talvez funesto para os destinos da França, e, se é verdade que a Corte se artificializou, perdendo contato com a realidade nacional, não menos certo é que a plebe da capital, famosa pela instabilidade de seu humor, arcou com a responsabilidade de inúmeros atos irrefletidos e absurdos. Nos dois séculos passados, a França mudou de regime quinze vezes, experimentando crises graves em julho de 1830, fevereiro e junho de 1848, e em março de 1871. Os motins, o grito contagioso “às barricadas!”, nas estreitas ruas da capital, decidiram da sorte dos governos em dez ocasiões diferentes, e provocaram essas violentas guinadas, ora para a direita, ora para a esquerda, tão nocivas à permanência das instituições e ao funcionamento suave dos processos sociais evolutivos. Versailles afastara-se de Paris, mas Paris freqüentemente ignorou o sentimento da França. O temor causado aos governantes pelo furor parisiense era tal que determinou a abertura de avenidas “a tiro de canhão...” Haussmann, o célebre prefeito de Napoleão III, confessava, com a maior candura, que os “*boulevards*” deviam “facilitar o acesso nos dias festivos e simplificar a defesa nos dias de distúrbio”, e “permitir a circulação não apenas do ar e da luz mas também das tropas, de modo que, por combinação engenhosa, a sorte do povo seria melhorada, tornando-o menos inclinado à revolta”. Assim, ao “urbanismo absolutista” de Versailles, substituiu-se a fórmula do “urbanismo da artilharia” de Paris, última metamorfose e suprema ironia do planejamento barroco! A Comuna é a prova cabal de que uma multidão anarquizante e sanguinária, sensível à palavra fácil dos demagogos, pode constituir um perigo tão grave para o destino do Estado quanto uma Corte parasítica e devassa. A derrota dos “*Communards*”, facilitada pelos *boulevards* de Haussmann, assinala, aliás, a última ocasião em que Paris tentou impor a sua vontade pela força, não deixando o fato de ser simbólico de que em Versailles se cristalizou a reação vitoriosa das classes médias e rurais.

Muitos observadores imparciais da França contemporânea estão de acordo em afirmar que a monstruosa centralização burocrática da capital constitui vício tão grave quanto sua abulia e desgovernabilidade e

que ambas as condições resultam da macrocefalia parisiense. Há exatamente 150 anos Alexis de Tocqueville já escrevera: “A maioria dos observadores qualificados concorrem na opinião de que uma das principais razões do colapso de todos os governos que teve a França nestes últimos quarenta anos é a centralização administrativa e o absoluto domínio de Paris. E não terei dificuldade em provar que a queda catastrófica da monarquia foi, em grande parte, devida às mesmas causas”. Antes disso em 1740, Montesquieu dizia a um amigo: “Na França só Paris existe – e algumas províncias exteriores que Paris ainda não encontrou tempo suficiente para abocanhar”. Pensamento que Mirabeau completaria: “As capitais são indispensáveis mas, quando a cabeça é demasiadamente grande, o corpo torna-se apoplético com resultados fatais”. Assim em várias épocas os observadores concordaram em apontar os inconvenientes do crescimento desmedido de Paris. E o que dizer de hoje! A província é econômica e intelectualmente um deserto: toda a riqueza, toda a vida, o espírito da França, como temiam Montesquieu, Mirabeau e Tocqueville, concentram-se e gastam-se na capital, metrópole devoradora, cabeça monstruosa de um organismo atrofiado. Em pleno século XX, nesta idade de grandes potências de âmbito continental, a França representa um anacronismo e, com seus quinhentos mil quilômetros quadrados, vive qual modesto *hinterland* de uma gigantesca cidade-estado.

Os ensinamentos que podemos auferir dessas considerações parecem, em última análise, favoráveis à obra de Luís XIV cujo erro, quiçá, tenha sido o de não realizar o ato definitivo e completo, implícito em sua política anti-parisiense, de construir o seu palácio mais afastado e ao sul de Paris: nas margens do Loire, por exemplo, como imaginaram os Valois quando ainda era tempo! Uma capital em Tours, em Blois ou em Orléans, com o abandono lógico da ambição renana, teria preservado a França de duzentos anos de guerras estéreis e revoluções parisienses...

De qualquer maneira, a “residência ideal” de Versailles inspirou poderosamente a tendência para separar das grandes aglomerações urbanas o domicílio dos governantes e a sede da administração nacional. Na Rússia, o Tzar Pedro o Grande imitaria Luís XIV ao fugir da capital tradicional, Moscou, para fundar uma nova metrópole, moderna e eficiente. E não é apenas na arquitetura e no urbanismo, mas na própria noção de uma residência governamental, de estilo clássico e de função

específica, posta em confronto com a natureza agreste, que a intenção de evitar a proximidade das grandes aglomerações se materializou nos Estados Unidos da América. Quando o Congresso e o Presidente Washington exigiram uma solução semelhante à de Versailles, a fim de encontrar numa atmosfera de dignidade, independência e bem-estar, o ambiente propício ao bom governo, realizaram entre as verdes colinas da Virgínia, longe da azáfama, turbulência e abalos emotivos de Nova Iorque ou de Philadelphia, e fugindo à pressão de seus interesses materialistas, aquilo com que sonhara o Rei Sol. Curiosamente, a solução democrática do problema da capital seguiu ali um rumo paralelo ao intento absolutista. O exemplo foi imitado no Canadá, na Austrália, na África do Sul, na Turquia kemalista. O castelo suburbano, a “capital-residência” de Luís XIV foi a semente de onde surgiu, no Novo Mundo, em primeiro lugar nos Estados Unidos, a concepção do “Distrito Federal”, da cidade especializada para agir como sede do governo numa democracia federativa. Como capital, ela deve estar localizada em posição geopolítica ideal, longe das desordens e dos interesses específicos das grandes metrópoles cosmopolitas.

*Luis XIV ao tempo em que construiu Versailles*

*André Le Nôtre – Qu a dro de O Ma rat ta no Museu de Versa il les*

*Mapa IV*  
*Versailles – Plano geral do parque e da cidade em torno do palácio*



Versailles — O bloco principal do palácio, visto dos jardins

.....

*IX*  
*São Petersburgo*  
*e a Obra de Pedro, o Grande*

**A** cidade que, em princípios do século XVIII, o Tzar Pedro, o Grande, construiu às margens do rio Neva, para lhe servir de capital não longe do Mar Báltico, constitui não somente a mais importante criação urbana da época mas um exemplo, rico de significado histórico, de como uma aglomeração pode exprimir, em seu estilo e em sua posição geográfica, os aspectos multiformes de uma profunda revolução cultural. Basta conhecer as circunstâncias que presidiram à fundação e construção de São Petersburgo para compreender o reinado de Pedro o Grande como um dos marcos culminantes da história russa. A cidade é o epítome de sua obra. A “abertura da janela sobre o Báltico” exprime, graficamente, em que consistiu a ocidentalização do país e temos nela a enunciação de um fenômeno histórico que abalaria o povo russo em suas entranhas e lhe determinaria a vida nos duzentos anos seguintes. Entre 1703 e 1917, o sentido europeu da Rússia é São Petersburgo. Do mesmo modo, a volta da capital para Moscou, em 1918, define por si só o caráter anti-ocidental da revolução bolchevista. Finalmente, o retorno do nome original da cidade que, durante quase 70 anos, recebera o

nome de Leningrad, simboliza a volta da Rússia em direção ao ocidente liberal que o totalitarismo repudiara.

Durante a alta Idade Média, a Rússia de Kiev, a Rússia das Repúblicas mercantes de Novgorod, Suzdal e Vladimir, prometia um futuro brilhante pois, convertida ao cristianismo ortodoxo em fins do século décimo, comunica-se com o mundo civilizado através do Mar Negro e procura abrigar-se sob a esfera de influência bizantina. Entretanto, a leste do Mar Negro, na passagem entre os montes Urais e a bacia áralo-caspiana, tribos nômades de búlgaros, ávares, petchenégues, polovitzianos, khazares, khipchaques – toda a retaguarda da estepe – movimentam-se e despenham-se em incursões devastadoras, inundando a planície russa, barbarizando e tartarizando as populações eslavas. Eis senão quando, no século XIII, o furacão mongol! A cristandade aterrorizada treme, como se condenada ante esse novo Flagelo de Deus. É a Rússia, porém, que paga o preço mais pesado. Os Grão-Príncipes foram varridos pela tormenta. Frustra-se a bela esperança da civilização ucraniana. Batú fundou a Orda de Ouro e, desde sua capital, Sarai, espécie de acampamento nômade estabelecido não longe do sítio atual de Volgogrado, reinou aproximadamente sobre a mesma extensão territorial que caberia, mais tarde, a Pedro, o Grande. Durante trezentos anos os mongóis governaram, e tanto e tão bem massacraram os homens e violaram as mulheres que é hoje a Rússia quase tão tártara quanto eslava. A região voltou a um modo de vida primitivo do qual, com tanto esforço, se havia libertado no brilhante período de Kiev. Produziu-se uma ruptura, talvez irremediável.

Sob o domínio da Orda, o Grão-Príncipe de Moscou cresceu em poder e riqueza, graças às funções de aliado, espião e coletor de tributo que exercia sem pudor em benefício dos tártaros. Em 1480, Ivan III, o Grande, sentindo-se forte, recusou pela primeira vez “beijar o estribo” do Khan. Seu neto, Ivan o Terrível, reduziu à vassalagem os Kanatos mongóis decadentes e, após absorver todos os principados rivais, “ajuntando as terras russas”, proclamou-se “César” ou “Tzar de todas as Rússias”, como herdeiro do Basileus de Constantinopla – cidade que, em 1453, caíra em mãos dos turcos. Cria-se assim a autocracia moscovita, de inspiração tártaro-bizantina. É um despotismo sombrio e vagamente messiânico, a “Terceira Roma” das estepes russas, defensora da ortodoxia e inimiga da latinidade. Mais dois séculos transitam: e enquanto

o ocidente, rejuvenescido pela epopéia das grandes navegações, pela recuperação moral da Reforma e pelo esplendor do Renascimento, prepara-se para sua alta missão civilizadora, a Rússia moscovita continua mergulhada na escuridão, completamente à margem dos acontecimentos momentosos da Europa contemporânea, salvo que, em certo momento, por pouco se torna uma província polaca. O nomadismo tártaro persiste como única dinâmica da política tzarista. É a época em que se inicia a conquista da Sibéria. Moscou nem é uma cidade: é um acampamento fortificado – o Kremlin, cercado de um imenso bazar. É o século XIII asiático; é asiático no boné de pele, no kaftan, na bota, nas cúpulas bolbosas de suas igrejas e no despotismo cego que se esconde detrás das muralhas dessa fortaleza.

Em meados do século XVII os contatos com a Europa multiplicam-se; mas a cultura russa, em geral, mantém-se profundamente ortodoxa e retrógrada. Do ocidente, católico ou protestante, humanista ou absolutista, emana a heresia detestável, o fermento perigoso capaz de infectar a “Santa Rússia”. Raros estrangeiros, mercadores, diplomatas ou turistas são autorizados a entrar no país mas, tolerados com desconfiança como se fossem portadores de uma moléstia contagiosa, só lhes é permitido alojar-se no “subúrbio alemão” de Moscou. Uma “Cortina de Ferro” já separa a Rússia do ocidente e, na Europa, a monarquia moscovita é tida como um despotismo oriental, misterioso e inacessível. Quando Pedro, primeiro do nome e terceiro da dinastia Romanoff, subiu ao trono com a idade de 22 anos, em 1694, a “Santa Rússia” era rica no território que se estendia, sem limites, além dos montes Urais; rica também em população fecunda e em energias latentes. Mas, do ponto de vista material, social e cultural, patenteava flagrante atraso em relação à Europa de então. O gênio do jovem Tzar ia galvanizar essas energias e efetuar reformas tão profundas na estrutura do país que, mais de duzentos anos depois, a revolução bolchevista nada mais tentaria fazer do que, de certo modo, completar e, de outro, desmanchar sua obra. Com Gorbachev, Yeltsin e Putin o movimento de reversão lentamente se explicita.

O Tzar principiou sua carreira meteórica liquidando em sangue duas revoltas da Guarda do Palácio, os *Streltsy* – espécie de pretorianos que sustentavam as pretensões de sua irmã Sofia. Em seguida, obediente à velha tradição moscovita de oposição à Sublime Porta e *révanche*

bizantina, enfrentou os turcos e os tártaros da Criméia. Depois, entusiasmado pelas idéias novas e inspirado por amigos e auxiliares estrangeiros que conhecera no Bairro Alemão (Lefort, Gordon e outros), em 1697 resolveu fazer uma viagem à Europa onde a civilização ocidental lhe causou funda impressão. Sua volta a Moscou assinala o início das mudanças espetaculares que ia estimular em todos os aspectos da vida russa. Coincidindo com a reforma interna, Pedro empenharia o seu país em uma luta externa, longa e terrível, destinada a expulsar os suecos do litoral do Mar Báltico. Encetada em 1700, a Grande Guerra do Norte duraria 21 anos e terminaria com a substituição da hegemonia da Suécia pela da Rússia na Europa setentrional. Doravante potência de primeira ordem, o Império dos Tzares voltaria a participar, como na brilhante e saudosa era de Kiev, qual membro respeitado da comunidade européia. A guerra principiou desastrosamente pois, comandados por Carlos XII, um gênio militar de lances heróicos e manobras temerárias, os suecos infligiram a seus inimigos uma cruenta derrota em frente à fortaleza de Narva, sobre o Báltico. Sem se deixar quebrantar, com uma energia e tenacidade que foram suas virtudes mais salientes, o Tzar reorganizou os recursos inesgotáveis do império, dedicando-se à tarefa de criar uma esquadra e treinar novos exércitos segundo o modelo europeu. E, com os anos, o seu primeiro objetivo foi alcançado: a conquista de uma faixa litorânea no Báltico, “*essa grande janela aberta ao Norte, através da qual a Rússia olha para a Europa*”.

Embora sempre tenha sido, e é, ainda hoje, uma potência essencialmente continental – senhora, na expressão de Sir Halford MacKinder, do *Heartland* ou área pivô do continente eurasiático; e o fundamento de sua força sempre haja residido na massa de uma população numerosa, semi-nômade, vivendo na planura infinita da estepe e da floresta setentrional, jamais cessou a Rússia de sentir uma estranha e contraditória ânsia de atingir aos mares do sul, quentes e livres. É, na verdade significativo que uma parte considerável do desenvolvimento histórico do país haja sido determinada por essa aspiração a uma saída marítima, considerada como um dos principais fins “geopolíticos” de sua diplomacia tradicional. Ao deparar com obstáculos naturais ou resistências humanas, a Rússia repetidamente acometeu seus vizinhos na orla fronteiriça do Pacífico setentrional, do Cáspio, do Mar Negro e do Báltico.

Ora, esse fascínio pelo mar possui um sentido geopolítico profundo que pode ser posto em confronto com os aspectos mais gerais do conflito milenar entre a área-pivô do coração continental eurasiático e a faixa de cultura litorânea, ocupada pela China, a Índia, o Oriente-Médio e a Europa. Em seus traços genéricos, a história do Velho Mundo traduz-se por uma série de choques e contra-choques entre os Estados litorâneos, formados de sedentários civilizados, e os Impérios continentais mais ou menos estáveis que cristalizam as aspirações do nomadismo pastoril russo-siberiano. Nesse sentido deve ser entendido o fenômeno da sobrevivência da humanidade scítica, húnica, turcomana, mongol e manchú, de organização fundamentalmente militar, mas vivendo em condições de relativo primitivismo cultural, embora freqüentemente superior na técnica dos armamentos e estratégia, e cedendo em ciclos agressivos periódicos a impulsos instintivos, de uma potência verdadeiramente explosiva, que se manifestam sob a forma de invasões catastróficas em direção ao sudeste ou ao sudoeste, como que à procura do sol e do mar...

Ora, se num florescimento admirável porém prematuro, se incluiu espontaneamente a Rússia kieviana na esfera de cultura polarizada em Constantinopla, o mesmo não ocorreu com a Rússia moscovita. O Moscovismo jamais perdeu seu caráter misto, semi-tártaro. Havia sido demasiadamente freqüentes as invasões das hordas tártaras e demasiadamente longo o domínio de Sarai! O Estado que surgiu com Ivan o Terrível, derrubou a soberania da Orda de Ouro e iniciou a conquista da Sibéria, foi herdeiro dos mongóis tanto quanto de Bizâncio. O Tzar era um continuador do Grande-Khan tanto quanto dos Basilei ortodoxos. Nessas circunstâncias, o desejo de Pedro o Grande de abrir uma janela sobre o mar se reveste de um caráter francamente ambivalente: trata-se da ambição de conquista dos espaços e ímpeto de agressão contra os sedentários do litoral, conforme ao atavismo tártaro; e também da atração invencível que, sobre o espírito curioso e esclarecido do Tzar, exerciam as luzes do ocidente. Ao retraimento continental, Pedro opõe o cosmopolitanismo marítimo, procurando corrigir a cobiça rudimentar com a perspectiva de uma submissão voluntária aos refinamentos da civilização. Veremos que essa ambivalência muito característica, revelada a cada passo na vida do Tzar – e, seja dito!, em sua própria personalidade que era um

misto de genialidade luminosa e sombria brutalidade – se traduziria, no período posterior ao reinado, em uma cisão crescente e irremediável entre o gênero de vida de São Petersburgo e os sentimentos profundos do povo russo.

Mas sem nos adiantar, dizíamos que o mar, cujo papel secundário se evidencia na existência coletiva do povo russo, passou a constituir um fator determinante na política externa do Império, a partir da época de Pedro, o Grande. De modo que a natureza paradoxal do atavismo tártaro-bizantino se exprime perfeitamente na convicção do Tzar de que a conquista da saída sobre o Báltico e a formação de uma marinha poderosa representavam a tarefa mais importante do reinado. Uma lenda não comprovada assegura que Pedro, na infância, sentira uma aversão doentia pela água. Se verdadeira, trata-se de uma interessante ilustração psicológica reativa da tese acima, pois o mar e a arte da navegação se tornaram a paixão absorvente de sua vida adulta.

A primeira viagem que realizou à Europa confirmou o jovem monarca em seu amor, pelo mar e, incidentalmente, em sua admiração pela Holanda: “Estou entre os alunos e procuro aqueles que me podem ensinar!”. Conta-nos o Conde Francesco Algarotti, cronista contemporâneo, que “os primeiros estudos do Tzar se realizaram na Holanda e foi em Saardam que esse novo Prometeu roubou o fogo com o qual ia animar a sua nação”. De todos os ensinamentos, aquele que mais absorveu foi o da arte da navegação e da construção de navios. Em Saardam e em Deptford e Woolwich, na Inglaterra, Pedro trabalhou furiosamente, como simples operário naval, após o que foi visitar usinas, estaleiros, museus de arte, universidades e pessoas ilustres, recolhendo informações e contratando engenheiros, professores, arquitetos, militares, sábios e industriais, que enviava à Rússia para a tarefa formidável que se propunha realizar.

Assim pois, a aspiração a uma saída ao mar, a construção da esquadra, o domínio do Báltico com o esgarçamento da hegemonia sueca, a ocidentalização da Rússia e a fundação de São Petersburgo, constituem aspectos ou episódios complementares de uma obra única e complexa. Pedro mereceria o título de “Pai da Pátria”. Ele morreria deixando à Rússia um comércio florescente com a Europa e um litoral sobre o Báltico de Riga, na Letônia, a Viborg, na Finlândia. Falharia, entretanto, em seu

intuito de erguer a Rússia à categoria de grande potência naval. Sem intercâmbio significativo com o além-mar, sem colônias para defender nem marinha mercante para proteger, e com suas forças navais distribuídas em três mares comunicáveis, o Império não era, nem poderia ser jamais uma potência naval. Como porto de mar e base naval, São Petersburgo desempenharia sempre um papel secundário – sendo, aliás, um mau porto. Mas isso em nada atenuaria a ação decisiva que ia exercer na reforma social e cultural da Rússia!

Vale salientar que a fundação de São Petersburgo constituiu um simples episódio da guerra contra Carlos XII. Os acontecimentos processaram-se do seguinte modo: após refazer-se do insucesso vergonhoso de Narva, Pedro investiu as cidades da Livônia e, em seguida, transferiu as operações para a Ingria (Ingermanland) e a embocadura do Neva, apoiando-se numa base do Ladoga. Em outubro de 1702, a fortaleza sueca de Nöteborg, onde o rio Neva abandona a Ladoga, foi tomada de assalto pelo General Sheremetief e batizada com o nome de Schlüsselburg, para indicar que se tratava da “chave” do golfo da Finlândia. No ano seguinte, descendo o rio, as forças navais russas obtiveram um ligeiro êxito contra um esquadrão sueco, em frente da fortaleza de Niyenschantz, que defendia o estuário. O Tzar dera, em Narva, sinais de covardia diante da fuzilaria e procurava agora apagar sua fama de poltrão. Neste encontro, servindo simplesmente como oficial subalterno, Pedro Mikhailov participou da captura de duas fragatas inimigas cuja tripulação foi massacrada. Navegando nos barcos vitoriosos e atingindo o litoral, o soberano ordenou a ocupação da ilha de Kotlin, protetora do estuário, dando ordens para o início da construção daquela que se tornaria a famosa fortaleza de Kronstadt. Sua alegria era exuberante: havia “aberto a pequena janela”, saíra em alto-mar com seus próprios navios e enfrentara sem temor o fogo dos canhões inimigos. Nessa atmosfera de exaltação, alimentada por muitos copos de vodka, impressionou-se com a idéia do Almirante Golovin, comandante da esquadra, que teria sugerido a edificação de um depósito de material e base de operação na foz do Neva. Decidiu então, de súbito, ali construir a sua *Residenzstadt*, uma metrópole que receberia seu nome.

Escolheu para isso uma das pequenas ilhas do estuário, Enisari, e, na festa da Trindade, a 16 de maio de 1703, lançou a pedra fundamental



da futura capital. Com uma baioneta fendeu a terra pantanosa, desenhando uma cruz e pronunciando as palavras consagradas: “Aqui será uma cidade!”. Em seguida, colocou num cofre moedas de ouro e as relíquias de Santo André Apóstolo com cuja ordem honorífica se havia condecorado, a si e ao amigo Menshikof. O cofre foi colocado sob a pedra e os sacerdotes benzeram o local, enquanto os presentes meditavam: “És Pedro e sobre essa pedra...”. Induzindo os presentes a imitá-lo, o Tzar, com um machado, principiou a cortar o mato circunvizinho. Uma águia pousou, voou e foi abatida por um soldado, incidente considerado de bom augúrio. A festa terminou com o troar dos canhões e uma vasta bebedeira.

“Acabamos de levantar o pano que, encobrendo a curiosidade de nosso país, o privava de comunicação com o resto do mundo”, escrevia o Tzar ao antever o verdadeiro papel da nova capital que, afetosamente, já chamava de “meu Paraíso”. O “paraíso”, entretanto, só existia na imaginação do Tzar: não era sítio dos mais recomendáveis, só se justificando como elemento de um programa militar e político improvisado – uma série de ilhas na foz do Neva, cheias de pântanos e baixios, habitadas por raros e humildes pescadores finlandeses, “filhos de uma natureza madrasta” na expressão do poeta Pushkin, águas pouco profundas, insuficientes para navios de grande calado, extremamente perigosas para a navegação o que obrigaria, mais tarde, à construção de outro porto mais ao sul, perto de Reval, na Estônia; a ameaça constante de inundações desastrosas que, durante o reinado de Pedro e, posteriormente, em 1824 e 1924, por pouco destruiriam a cidade; um clima úmido, desagradável e insalubre, sujeito a miasmas e neblinas; primavera e outono quase inexistentes, verão curto e quente, inverno extremamente longo, tornando o porto, nessa latitude de 60° Norte, inacessível durante muitos meses do ano. Apenas uma vantagem, vantagem primordial, vantagem absoluta capaz de justificar todos os sacrifícios: a posição marítima e a proximidade da Europa!

Pedro retornou a Moscou de onde despachou arquitetos, engenheiros e operários com os primeiros desenhos da cidade. As fortificações tiveram prioridade e, durante o inverno, o trabalho prosseguiu sem descansa. É possível que ainda não cogitasse de transferir para lá a capital da Rússia, projeto que só amadureceu após a batalha decisiva de Poltava (1709). Na

noite da vitória teria escrito: “Agora finalmente podemos lançar as bases de Sankt Pieterburkh”. Nos primeiros anos, as obras limitaram-se a estruturas de fins utilitários relacionadas com o porto e a base naval. Dois edifícios foram construídos, destinados pela história a um papel relevante: a fortaleza de Pedro-Paulo, futura Bastilha da autocracia tzarista; e o Almirantado, erguido sobre terra firme, na margem sul. O lançamento do primeiro navio de guerra construído em seus estaleiros representou, aos olhos do Tzar, acontecimento quase tão momentoso.

Para si próprio, Pedro contentou-se com uma residência modesta, a “Casa Pequena” de madeira, sem elegância, onde veio residir com a família em 1710. Era homem de hábitos simples, que desprezava o luxo e o formalismo exceto para glorificar o Estado. Dois anos depois proclamou São Petersburgo capital da Rússia, para lá transferindo os serviços administrativos essenciais. Carlos XII sorria – “Deixai o Tzar cansar-se de fundar cidades novas que teremos a honra de conquistar mais tarde!” – e prometera “sacrificar o último de seus súditos, contanto que São Petersburgo não permanecesse nas mãos do Tzar”. Mas depois de Poltava suas ameaças eram vãs. Pedro conquistara Riga e Viborg, “duas almofadas sobre as quais São Petersburgo poderá repousar com toda a tranqüilidade”, e não havia mais motivo para temer qualquer ameaça sueca à segurança da praça. Em 1718, aliás, Carlos XII morreria estupidamente, talvez assassinado, no assalto a uma fortaleza norueguesa. A paz foi finalmente firmada em Nystadt, consagrando o domínio russo sobre a Estônia, Livônia, Karélia e Ingria.

Uma das primeiras tarefas a realizar consistiu, em seguida, no melhoramento da ligação rodoviária entre Moscou e São Petersburgo – quinhentos quilômetros de caminhos horrorosos, verdadeira tortura para os viajantes em consequência das chuvas no verão, da neve no inverno e degelo na primavera. O percurso durava cinco semanas e os diplomatas estrangeiros, obrigados a transportar-se de uma cidade para a outra, deixaram-nos descrições vívidas a respeito das dificuldades da viagem pelas florestas, pântanos, pontes destruídas, rios em enchentes, a lama e os perigos de toda espécie provenientes de homens e animais. “Há vinte e oito anos que viajo, escrevia um ministro da Saxônia, e nunca sofri cansaço igual!”. A obra de melhoramento nunca foi terminada. Ainda

hoje, como pôde testemunhar a *Wehrmacht* em 1941/43, a lama é um elemento essencial do sistema rodoviário russo.

Pedro concebeu também projetos grandiosos de ligação fluvial, inclusive um canal do Don ao Volga, só realizado pelo governo soviético. A construção de um canal entre o Volga e o Neva foi levada a cabo e, para evitar as tempestades do Ladoga, o Tzar tentou, sem êxito, mandar abrir um canal de contorno com cem quilômetros de extensão. Para a consecução de tarefas tão formidáveis em tempo tão curto, o Tzar não hesitou em recorrer aos métodos tradicionais do país, sem consideração alguma para com a vida, o conforto e a fortuna de seus súditos. Cento e cinqüenta mil operários foram empregados nas obras da cidade. Entre esses, muitos prisioneiros suecos e livonianos. Dezenas de milhares morreram de frio, fome, acidentes e privações de toda a sorte. Só na empresa fracassada do Ladoga, trinta mil teriam sido sacrificados. Não era fácil levantar estacas nos brejos do Neva e o “paraíso” do Tzar adquiriu a reputação pouco invejável de ser edificado sobre os ossos do povo russo. Anos mais tarde, um bobo do Rei assim ousaria descrever a capital: “de um lado, o mar; do outro, a mágoa; no terceiro, o mofo e, no quarto, um suspiro!”

Mas ouçamos uma testemunha, Weber, que, em 1725, publicou um livro intitulado *Nouveaux Mémoires sur l'état présent de la Grande Russie ou Moscovie*. “*Le tsar (escreve o cronista) n'eut pas plus tôt formé la résolution de construire cette ville, qu'il donna ordre de ramasser pour le printemp une grande quantité de paysans moscovites, tartares, cosaques, kalmouks, finlandais et ingriens pour la mettre à exécution. Aussi vit-on, au commencement de mai, plusieurs milliers d'ouvriers, rassemblés de tous les endroits du vaste empire russe, jeter les fondements de la nouvelle forteresse. Ils poussèrent cet ouvrage avec tant de diligence, que les dedans furent en état en moins de cinq mois, ce qui est d'autant plus surprenant qu'il n'y avait pas de provisions suffisantes pour faire subsister un si grand nombre de personnes, qu'on n'avait pas eu soin de se pourvoir des instruments nécessaires comme de pioches, de pelles, de brouettes et d'autres outils semblables et qu'on manquait de maisons ou de cabanes pour loger tout ce monde.*”

Weber calcula em duzentos mil o número de mortos, cifra provavelmente exagerada. Mas o fato é que o misticismo religioso convertido a fins patrióticos, a resignação com o destino e a capacidade brutal de resistência do Mujik foram sacudidas e gastas sem contar. As massas foram atiradas às margens palustres do Neva, qual regimentos sacrificados em ataque frontal – cada estaca valendo uma vida humana...

“Eterno trabalhador sobre o Trono da Rússia” no dizer de Pushkin, Pedro imaginou novos métodos de trabalho forçado e mobilizou os servos numa vasta área em torno da região. E assim a cidade lacustre cresceu. O knut e o ukase – o chicote e a ordenação autocrática – foram os instrumentos de um regime despótico que não titubeava quanto aos métodos, contanto que fossem alcançados os objetivos superiores do Estado. A fórmula é tradicionalmente russa e parece um pouco estranho que Lênin, repetindo uma frase de Rousseau, tenha sido levado a comentar: “Pedro lutou contra a barbárie com métodos bárbaros”. Não foi essa, afinal de contas, a receita bolchevista? São métodos que naturalmente concedem a quem os pratica uma vantagem enorme, uma vantagem desconhecida nos países ocidentais onde o respeito aos direitos, dignidade e valor da vida humana jamais foram violados sem graves resistências e escrúpulos de consciência. Os observadores europeus notaram todos que uma obra como a de São Petersburgo não poderia ter sido levada a cabo no ocidente, nem mesmo sob um regime absolutista como o de Luís XIV. Na Rússia, não havia escrúpulos. O próprio Pushkin, celebrando a época em que “a jovem Rússia, com seus músculos enrijados para a luta, amadurecia com o gênio de Pedro, o Grande”, comparava o sacrifício imposto ao do “pesado martelo que, ao forjar o gládio, parte em estilhaços as placas de vidro”. Menos grandiloquo e mais realista do que o poeta, era o Almirante Apraxin, Comandante da Frota, que assim respondia a um estrangeiro, indignado com a brutalidade desse trabalho não-remunerado: “Ora! Seria ridículo que o tesouro do Tzar tivesse de pagar essa gente, convocada para executar um trabalho útil. Há bastante bordões na Rússia para fustigar os recalcitrantes!” Trabalho forçado, foi esse o sistema essencial que o Totalitarismo iria impor sobre a Europa oriental durante setenta anos...

Pedro não entendia de sutilezas jurídicas ou éticas. Queria “recolher o dinheiro, nervo da guerra, onde quer que encontrasse”.

Imaginou novos sistemas de tributação que não recaía mais, como outrora, sobre o chefe da família, mas sobre o indivíduo, a “alma masculina” – isso, não obstante os protestos do jurista Possochkov que exigia “a fixação dos preços pelos bens tangíveis”, argumentando ser “a alma coisa intangível, incompreensível para o espírito”. As guerras e as obras de Pedro custaram somas enormes e parecia impossível ao país, ainda economicamente subdesenvolvido, arcar com tamanho esforço. Entretanto, as medidas tirânicas e vexatórias tiveram êxito, tal o potencial da nação. Pedro conseguiria, no fim do reinado, decuplicar as receitas do Tesouro.

A conscrição e a coerção não atingiam apenas os homens. Estendiam-se às coisas. O Tzar desejava que a cidade apresentasse um aspecto europeu. A madeira, material tradicional de construção no país, não era suficientemente sólida, nem bastante digna de uma capital, embora abundante nas florestas circunvizinhas. Era mister construir com material mais durável, apropriado aos estilos europeus e, enquanto não houvesse pedra disponível, as fachadas de madeira seriam trabalhadas e pintadas de modo a imitar a alvenaria e o tijolo. A imitação barata no gesso seria mais apreciada do que um material que lembrava a velha arquitetura de Kiev e Vladimir. Mas como fosse limitado o suprimento de pedra nos arredores, foi proibida, sob pena de confiscação de bens e exílio, qualquer construção de alvenaria nas outras cidades da Rússia. Pedro deu ordens para que todos os navios que, procedentes do Ladoga, aportassem em São Petersburgo, trouxessem lastro de pedra. A medida teve o efeito suplementar de provocar a imigração em massa, para a capital, de pedreiros e mestres-de-obras.

Entrementes, Pedro ordenou a mudança compulsória da família imperial, dos chefes da nobreza, altos funcionários, estrangeiros ilustres e ricos comerciantes de Moscou, determinando que construíssem suas residências na nova cidade. Um prazo de apenas três ou quatro meses era concedido para a mudança, antes da primavera. A planta, o tamanho e até o material a ser usado nas casas foram minuciosamente regulamentados, por decreto, de acordo com a fortuna dos proprietários e o número de filhos. A aristocracia não obteve privilégios nesse particular e, brutalmente arrancada de seus lares ancestrais, contribuiu com dinheiro e não pouco desconforto para o desenvolvimento da aglomeração. Em tempo

curto São Petersburgo povoou-se, atraindo mercadores, marinheiros, operários, artesãos e aventureiros. Mas o acontecimento relevante – a mudança do governo e da aristocracia – fazia parte da transformação que o Tzar desejava operar no modo de vida das elites russas e, nesse sentido, a obrigação de fixar residência em São Petersburgo rematava as medidas anteriormente efetivadas para a ocidentalização dos costumes, tais como o raspar das barbas patriarcais e o abandono das antigas túnicas – os kaftans de mangas longas e de corte asiático. A nova capital não se devia distinguir de qualquer metrópole européia pelo seu aspecto físico, o estilo de arquitetura ou a moda dos habitantes.

Árdua tarefa, vencer a formidável resistência passiva do povo russo! Pedro detestava Moscou, como Luís XIV, Paris. Para ambos, as antigas metrópoles evocavam lembranças odiosas de uma mocidade atormentada. A construção de São Petersburgo, como a de Versailles, devia simbolizar o fim de um passado irreversível, de uma ordem definitivamente sobrepujada. Afastando-se do velho centro da Moscóvia o Tzar contava provocar, artificialmente, o colapso da resistência conservadora e é possível que tenha sido inspirado pelo exemplo do Rei Sol na utilização dessa arma geopolítica que é a capital artificial! A resistência não abrandava, contudo. Os “velhos crentes” clamavam contra o Tzar reformador, contra seus hábitos ímpios, o desregramento moral, a libertinagem, as orgias alcoólicas e a indisfarçável predileção que revelava pelos estrangeiros. Circulava à boca pequena a noção de que Pedro era um “falso Tzar”. Porventura um espião enviado pelas potências européias para converter a Santa Rússia à heresia romana. Os mais fanáticos consideravam-no o Anti-Cristo. Era o anunciador do fim do mundo e de suas narinas saía o fumo infernal. Os cismáticos profetizavam a queda próxima de São Petersburgo cuja sina seria retornar às águas primordiais. E para os humildes finlandeses, a metrópole possuía uma origem irreal. Fora construída no éter e dos céus descera à terra, inteira, para ser depositada tal qual às margens do Neva. As maldições e os louvores choviam e a cidade crescia. Bom ou mal, o sítio era certamente propício ao desenvolvimento de um centro industrial, capaz de justificar-se economicamente sem depender da circunstância de abrigar o governo e a Corte.

O caráter de São Petersburgo explica-se pelo de Pedro o Grande. “Graças à sua energia vital, escreve um contemporâneo, tornou-se física e moralmente o homem mais irrequieto, mais duro de fadigar, mais sensível à alegria da ação que se haja visto sobre a terra”. Brutal, colérico, poltrão, bêbado, devasso, absolutamente instável de temperamento, com um instinto exacerbado de poder e autoridade, revelava perturbações psicológicas que se podem atribuir aos sustos de sua infância, sempre ameaçada pelas maquinações da irmã Sofia, uma virago. A maneira como matou o próprio filho, o tzarevich Alexis, depois das mais horrendas torturas, bem revela a baixeza moral e os abismos de crueldade a que podia descer sua alma conturbada. Sua obsessão com as deformidades humanas, o prazer em cercar-se de idiotas, anões, careteiros, mentecaptos, palhaços e kalmukos monstruosos confirmam o desequilíbrio em que os rasgos de genialidade estavam próximos da loucura. O reinado incentivou o pendor dos russos pelo dramático, o surpreendente, o terrível e o calamitoso. A vida na nova capital jamais pecou pela tranquilidade ou a monotonia.

Os primeiros diplomatas europeus contam-nos, em seus despachos oficiais ou memórias particulares, coisas pitorescas ou agravantes que dificilmente poderiam ocorrer em outros Estados civilizados da época. Essa propensão tornar-se-ia ainda mais saliente nos reinados seguintes, com as revoluções de palácio e as incríveis tragédias da Corte, os incidentes escandalosos e as vicissitudes das carreiras; e mais tarde, nos séculos XIX e XX, com o terrorismo, as revoltas, os lúgubres relatos das vítimas da polícia secreta, Rasputin, a guerra, a revolução e, detrás da Cortina de Ferro, os mistérios horrendos do Estado totalitário comunista. Isso tudo entremeado de inundações, incêndios, epidemias e outros cataclismos naturais! Weisbrod, enviado britânico, informa, em 1711, que “a cidade foi completamente submergida”. Em 1715, lobos famintos comeram uma mulher em plena rua central. Em 1723, Le Fort, Ministro da Saxônia, oficia que um bando de nove mil capangas, dirigidos por um coronel prussiano, tentou queimar o Almirantado e massacrar todos os estrangeiros. O Duque de Liria, Embaixador da Espanha, escreve sobre a vida da Corte que considera “de mais luxo e esplendor do que as mais ricas da Europa”, acompanhando tais informações de comentários penetrantes sobre as personalidades extravagantes dos cortesãos. Alguns desses

diplomatas elogiam o Tzar. Outros contribuem para formar a opinião de Voltaire de que Pedro era “brutal, feroz, bárbaro e selvagem”. Todos queixam-se, exatamente como o faria um século mais tarde o marquês de Custines, diplomata francês que nos deixou um edificante relato de suas viagens na Rússia em que denuncia, como o fariam os Embaixadores lotados em Moscou, a Cortina de Ferro, as dificuldades de alojamento, a espionagem policial, os obstáculos de toda a sorte interpostos à locomoção, a desconfiança obtusa das autoridades, o maquiavelismo da propaganda e a atmosfera de inflexível tirania. O Tzar voltara de sua primeira viagem à Europa um grande admirador da Holanda e, em menor grau, da Inglaterra. Mas seu modernismo ocidentalizante não comportava o abandono dos métodos característicos do Estado autocrático: em nada foi afetado pelas concepções liberais e humanitárias ou pelas instituições democráticas desses países. A influência do ocidente exerceu-se no terreno puramente material.

Amsterdã, Utrecht e, até certo ponto, Stockholm e Veneza que Pedro não chegou a visitar, foram os modelos de São Petersburgo. Mas o planejamento da capital acabou prejudicado pelas circunstâncias especiais de sua fundação e, no dizer de um diplomata contemporâneo, “as coisas, como em geral acontece na Rússia, começaram pela execução”. Não houve um plano amadurecido. Nem talvez a consciência da magnitude da obra. Pedro não era um urbanista, talvez porque lhe faltasse cultura clássica, e, apesar de autoritário, não conseguiu fazer triunfar o único plano que, tarde demais, tentou executar. Muito embora a influência holandesa continuasse sensível na primeira fase do desenvolvimento da cidade, cujas ruas foram plantadas de árvores e cortadas de canais como em Amsterdã, a idéia de uma cidade aquática, edificada sobre ilhas e servindo-se dos rios e dos canais como artérias para o tráfego, não chegou a ser realizada. Levado pelo seu entusiasmo e transbordante energia, “o gosto das grandes coisas e o gênio de dominação”, o Tzar mandaria executar o que lhe vinha à mente, sem contemplar a integração do conjunto. A inspiração repentina, o arbítrio, a improvisação e os efeitos paradoxais da falta de harmonia interior e dos choques emotivos na alma do Tzar, eis o que patenteia São Petersburgo no século XVIII.

Em sua admiração pelos Países Baixos, Pedro chamara a nova capital (que outros conheciam como Petrograd ou Petrópolis) de Sankt



Pieter Burkh, obedecendo à pronúncia holandesa, e concebera seu desenvolvimento sobre as ilhas do delta do Neva. Para a direção dos trabalhos recorreu sem pestanejar aos artistas, engenheiros e técnicos estrangeiros. Começam então a chegar à Rússia italianos, alemães, franceses e bávaros, atraídos pela reputação do monarca e a esperança de fortuna, ou já contratados pelos agentes russos na Europa. A primeira impressão que iam deixar seria, na crítica do cronista Algarotti, a de “uma espécie de arquitetura bastarda” onde “a influência holandesa prevaleceria sobre a italiana e a francesa”. Mas aos poucos Roma e Paris substituem Amsterdam e Veneza, e os arquitetos procuram erguer monumentos destinados a transpor as formas da Roma Imperial à metrópole da Autocracia russa no apogeu. São Petersburgo, na expressão de G. H. Hamilton, “adquiriria com o tempo uma beleza estranha e opressiva”. Na “*História das Artes e da Arquitetura da Rússia*” por esse autor moderno, podemos colher dados para a apreciação da parte relativa ao desenvolvimento artístico da capital e, nesse ponto, merece particular atenção o grande número de italianos que figuram em seus *Anais*. O núcleo principal da cidade constituiu-se, contrariamente ao desejo inicial do Tzar, em torno do Almirantado, na margem sul, a partir do qual se irradiariam três imensas avenidas ou “Perspectivas” – Ascensão, Nevski e Almirantado – cujo desenho pode ter sido inspirado por Versailles, Karlsruhe ou pela Piazza del Popolo de Roma. A avenida mediana, a famosa “Perspectiva Nevski” seria o eixo principal da cidade – imensa artéria plantada de árvores e ladeada por alguns dos edifícios mais importantes da capital, indo terminar no convento de Alexandre Nevski, herói lendário, vencedor da Ordem Teutônica.

Durante o reinado de Elizabeth Petrovna (1741-1761), filha e quarta sucessora de Pedro o Grande, o crescimento da capital está definitivamente orientado para o sul. Elizabeth muito se assemelhava ao Pai na sensualidade, teimosia e patriotismo. Voluptuosa insaciável, amante da beleza tanto quanto do álcool e da libertinagem, seu reinado aponta o início da vida luxuosa e alegre, como também brutal, sangrenta e desregrada que prestaria cor e temperamento à “Palmyra do Norte”. Após Elizabeth, subiu ao Trono autocrático de todas as Rússias uma modesta princesa alemã cuja sorte, astúcia e gênio político bem lhe mereceram o cognome de Grande. Catarina II completaria a obra de Pedro

em 34 anos de reinado e procuraria corrigir o que considerava o barbarismo russo, dando ao Império aquilo que ainda lhe faltava – estilo! São Petersburgo deve-lhe quase tanto quanto a Pedro, o Grande, e auxiliada por uma plêiade de arquitetos russos e estrangeiros, enriqueceria a capital com monumentos grandiosos e austeros, obedientes à nova moda neoclássica.

A tradição clássica, favorecida por Catarina, culminou no reinado de seu neto, Alexandre I, que, desejoso de tornar São Petersburgo a mais bela de todas as capitais europeias, talvez mesmo impelido, por sua rivalidade com Napoleão, a procurar ultrapassar o que vira em Paris – sempre demonstrou uma grande predileção pela metrópole, conseguindo imprimir-lhe a homogeneidade clássica final da cidade em seu conjunto. O período de declínio do tzarismo principia com a morte de Alexandre I e a revolução dekabrista (1825). Como tão freqüentemente acontece, o movimento artístico exprimiu a decadência social e política. A arquitetura clássica de sentido imperial e grandioso, que fizera a glória da capital no seu apogeu, perde-se agora, como diz Hamilton, “na confusão do ecletismo que invade a Rússia, como os outros países da Europa, depois da metade do século XIX”. Entretanto, notável é o progresso material da cidade onde primeiro se manifestam os efeitos da revolução industrial que, com muito atraso, atinge a Rússia. Em princípios da Primeira Guerra Mundial e como resultado da mobilização industrial, sua população atinge dois e meio milhões de habitantes. Seu nome é então mudado para Petrograd – forma russa, ou por outra escandinava, de “cidade” – *gräd* ou *gorod*.

É aqui o momento de deter-nos para procurar as causas do declínio e renascimento de São Petersburgo. Ao morrer, Pedro, o Grande, podia considerar-se satisfeito da obra realizada. Obra imensa, na verdade, de que esse aspecto é o símbolo teatral. Em poucos anos, um Reino atrasado e semi-asiático fora transformado numa grande potência europeia que presidia aos destinos da civilização ocidental; e os “sentimentos inatos de um povo caótico” foram subjugados pela força e a persuasão.

Mas ocorre, como conseqüência talvez de seu caráter desmedido ou como resultado da própria magnitude e do sucesso indiscutível da transformação, que o Grande Tzar tenha sido o primeiro responsável pelo desenrolar de acontecimentos funestos cujos sintomas já começam

a surgir no reinado de Alexandre I. A fatalidade que conduz a cidade para seu destino encontra-se inserida na própria Idéia Dominante que lhe deu nascimento. Nessa idéia esconde-se a semente de sua futura queda como capital política, social e cultural da Rússia, como se a Nêmesis vingadora houvesse observado e julgado a obra desde o início. A “Janela Aberta sobre a Europa” romperia o isolamento, apressaria e garantiria a europeização da Rússia. Simultaneamente, porém, violava porventura um dos elementos básicos na função geopolítica da capital: a função de unificação. Quando se tornou um traço-de-união entre o país e o exterior, contribuiu para o rompimento das raízes que devem fixar a capital ao solo, ao cerne da nação, para dele receber o alimento vivificante. A cidade cresceu demais. Cumpriu muito a rigor seu papel europeizante, como se fora um apêndice monstruoso da antiga *nemezkaia sloboda* – o “subúrbio estrangeiro” de Moscou onde Pedro passara a infância. Seus habitantes aprenderam tão bem a lição que, nesse processo, quase deixaram de ser russos. Rousseau diria que Pedro “desejou fazer alemães e ingleses quando devia ter começado por fazer russos...”. Pouco a pouco, os aristocratas que voltavam de seus estudos no ocidente e os aventureiros de todas as nacionalidades que se encaminhavam para o norte, transformaram São Petersburgo em uma grande metrópole cosmopolita.

O próprio Tzar Pedro contratou às dezenas, às centenas, militares, engenheiros, sábios, professores e artistas. Sua Corte transformou-se num *rendez-vous* de homens de talento. Em sua mocidade fora amigo do suíço Lefort, do escocês Gordon, do balta von Mengden, do alemão Timmermann; alguns galgaram os mais altos postos da administração e do exército. Outros alemães como Bühren, o Chanceler Östermann e o Marechal Münich desempenhariam papel saliente nos reinados seguintes. Suas amantes também eram estrangeiras: Anna Mons e Catarina Skowronska, a futura Imperatriz. No círculo imediato de sua Corte encontram-se dois judeus portugueses, o arrogante Dévier, que seria chefe de Polícia, e Costa, que seria coroado Rei dos Samoiedas; um grego, Savã Ragousinski, diplomata, e um escravo negro, Hannibal, antepassado do poeta Puskhin. Esses homens tanto contribuíram para a revolução cultural e social que o século XVIII russo é um século estrangeiro – a reação nacionalista só se fazendo sentir, na verdade, por motivo da inva-

são napoleônica. Pode dizer-se da Rússia, nesse período, que o governo é alemão, o exército prussiano, a marinha inglesa, o comércio holandês, a literatura francesa e a arquitetura italiana. Durante os reinados de Elizabeth e Catarina essa evolução das elites possui aspectos positivos pois, salvo as brutalidades e os excessos, trata-se de uma aristocracia européia que procura imitar Versailles. O sangue estrangeiro contribui para a completa absorção dos costumes ocidentais e, além disso, o reinado de Pedro assinalou um rejuvenescimento da classe dos *boyars* com indivíduos de origem a mais humilde, e bem assim com um número considerável de tártaros. Processa-se, nas altas camadas, como que uma integração teuto-eslavo-tártara e, nos séculos XVIII e XIX, deparamos a cada passo com nomes estrangeiros na diplomacia, nas forças armadas e na política: Esterhazy, Bering, Barclay de Tolly, Bagration, Nesselrode, Todleben, Kaufmann, Witte e tantos outros. Cria-se, em suma, uma imponente fachada cultural européia, uma Persona ou máscara incomparável.

O cosmopolitanismo penetra no lar. As famílias ricas e nobres contratam preceptores e governantas européias para suas crianças. Os filhos estudam em França e na Alemanha de onde voltam com idéias novas, nem sempre amadurecidas ou adaptadas ao ambiente do país. As filhas continuam sua educação num ambiente artificial de refinamento e elegância. Domina a última moda de Paris na indumentária e no romance. Escrevendo ainda sobre o reinado de Pedro, o Grande, o memorialista Berckholtz afirma “ser com espanto que se pode constatar a transformação que se efetuou em tão pouco tempo. A mulher russa, ainda recentemente grosseira e pouco instruída, torna-se quase igual à alemã e à francesa pela finura de suas maneiras e afabilidade: sob certos aspectos já lhes é muito superior”. Nessa liberalização do estatuto da mulher encontramos talvez um dos terrenos em que as reformas de Pedro penetram mais profundamente – nisso se assemelhando à obra desse outro grande e genial reformador que foi Kemal Pachá Atartürk. Em 1702 é lavrado o decreto que institui o noivado obrigatório, permitindo aos futuros esposos conhecerem-se antes do casamento. A mulher da alta casta, anteriormente resguardada no *terem* – que é um verdadeiro harém, de acordo com os costumes severos de uma sociedade essencialmente patriarcal – liberta-se e adquire na vida mundana de São Petersburgo, uma posição

predominante. Para isso contribuem sem dúvida os reinados das Tzarinas Catarina I, Anna, Elizabeth e Catarina a Grande.

Pouco a pouco, em contato estreito com as Cortes dos Bourbons e dos Hannover, excede-se a “Palmyra do Norte” na imitação, juntando os hábitos dissolutos e brutalidade, o desequilíbrio e a embriaguês. As soberanas são as primeiras a oferecer o exemplo de devassidão e da promiscuidade. Mesmo no século XIX, que conheceria a reação do puritanismo vitoriano, São Petersburgo continua a ser uma das capitais mais alegres e livres da Europa, rivalizando com Viena senão em finura, pelo menos em fausto e ostentação. Mas o fenômeno não é ainda tão grave quanto o do século XIX. O rompimento é profundo e irremediável entre o aristocrata, o burguês ou o descendente do antigo *boyar* que habitam a capital, e o *mujik* abandonada em sua penosa existência no interior. As elites desarvoradas não sabem mais controlar o monstro e o cosmopolitismo torna-se uma doença que lentamente as corrói!

O artificialismo da capital revela a discordância das duas tendências irreconciliáveis. Nada mais sintomático do que a predileção de Pedro, o Grande, de sua filha Elizabeth e do *Grand Monde* em geral, pelo teatro, os bailes mascarados, as fantasias e o carnaval, manifestações essas de falta de autenticidade e fuga da realidade. O russo possui um talento excepcional para a encenação. A arquitetura rococó da capital – essa contribuição especificamente russa ao falso estilo de vida do século – parece colimar a ereção de um vasto e fabuloso *decór* de teatro, de modo a tornar quase imperceptível a transição da vida mundana para o palco. A própria mania do Tzar com a Holanda, a adoção de instituições políticas suecas e alemãs e a obsessão com a marinha indicam certa perda de contato com a subestrutura nacional. No século seguinte, o artificialismo corruptor agrava-se em ritmo acelerado. Dostoiévsky dirá em tom azedo: “São Petersburgo é a cidade mais abstrata e artificial que existe”, e o historiador Karamzin escreverá: “Tornamo-nos cidadãos do mundo mas, sob certos aspectos, deixamos de ser cidadãos da Rússia”. A crítica é freqüentemente tecida à obra de Pedro o Grande que teria lançado o barco às águas, nos estaleiros de Petersburgo, sem estar preparado para enfrentar o oceano. Os estudantes, mandados à Europa, respiraram “o sopro do ocidente”, aprenderam a lição mas se esqueceram de transmitir os ensinamentos adquiridos a seus compatriotas menos

favorecidos. Constantino de Grunwald pergunta se não é uma constatação perturbadora que faz o historiador “ao descobrir entre os exilados, recentemente domiciliados em França (os russos “brancos”) quase todos os nomes de famílias ilustres dos antigos “viajantes” de Pedro o Grande. E, na verdade, eram as formas externas e não o espírito liberal e humanista da civilização européia que essa gente assimilava. Brian-Chaninov observa que o costume francês, a barba raspada e os hábitos ocidentais não significavam que os cérebros houvessem adotado a mentalidade, a civilização e a cultura européia. Tudo isso era um *trompe l’oeil* que mal dissimulava a ausência de limpeza moral e de refinamento intelectual. O comentarista Weber, escrevendo em 1725, já assim se referia aos estudantes russos na Europa: “Colhem tudo o que há de pior na Alemanha e em outros países, e desse modo se processa neles uma mistura dos vícios de sua nação com os do estrangeiro. Ao voltar à Pátria retomam o antigo modo de vida mas já perderam a piedade ancestral.” Assim também, começam a beber vinhos finos e champagne mas nem por isso menos se embebedam; rapidamente adaptam o uso do tabaco e fumam cachimbo, o que é certamente mais fácil do que a aquisição da fleugma britânica. Aprendem a estratégia moderna e produzem magníficos soldados (que, no dizer de Napoleão, tinham nas batalhas que ser mortos duas vezes) mas como estão longe de encontrar administradores honestos e eficientes!

Pedro lamentaria ter vivido suficientemente para ver aparecer à sua volta vários Turenne, mas nenhum Sully e nenhum Richelieu. Os magníficos generais, os cortesãos elegantes e espirituosos, os ministros capazes, os favoritos todo-poderosos são mentirosos e prevaricadores. Quando Pedro certa vez ameaçou enforcar todo indivíduo acusado de roubar os dinheiros públicos, o Procurador-Geral perguntou-lhe com espanto irônico: “Vossa Majestade deseja reinar sozinho, sem súditos?”. Menshikov, o bravo capitão, mecenas a quem a capital tanto deve, amigo de infância e cortesão fiel, favorito cumulado de favores e honrarias, era também um ladrão incorrigível que respondia com candura às fulminações de seu soberano: “Sim, Majestade, roubei, roubei porque usei da autoridade que me destes. Fiz em grande o que outros, a volta de Vossa Majestade, fizeram em pequeno.”

Ao artificialismo de São Petersburgo devemos talvez atribuir a venalidade, a devassidão e, no século XIX, a violência e o niilismo que caracterizam suas elites. A Rússia arrancada de suas raízes: o quadro comporta uma repugnância inata por todo constrangimento e toda disciplina – e daí os processos ferozes de repressão, a tortura, o *knut*, o chicote, o falso fuzilamento, a Sibéria; um estranho misticismo mórbido, o messianismo da “Terceira Roma”, a necessidade de “alegrar a alma” com a “aguinha”, a vodka e, nas crises mais graves, o impulso ao assassinato e ao estupro que justificam o arrependimento posterior. Caráter inerte, interrompido por sobressaltos de energia explosiva, todo o complexo de idealismo, hipocrisia, violência e morbidez sombria que ilustra as personagens de Gogol, Dostoievsky e Turguenev; todos os sintomas de esquizofrenia que distinguem o mundo petersburgueano nos cem anos de declínio que precedem a revolução bolchevista. “E, enquanto uma parte das elites governantes procura combater a funesta evolução pelos métodos tradicionais da polícia (*bit knutom!*, “passe o chicote!”), enquanto homens como o ministro da Educação, Uvarov, declaram, em pleno século XIX, ser seu intuito construir “diques” para conter o fluxo das idéias novas, retardando se possível por cinquenta anos a ocidentalização da Rússia, a outra parte, a *intelligentzia* que se diz progressista, refugia-se no niilismo, no terrorismo revolucionário e nas vagas lucubrações mal digeridas, inspiradas pelas doutrinas materialistas e socialistas da filosofia européia. Para uns, as paredes da Fortaleza de Pedro e Paulo resolvem todos os problemas. Para os outros, os livros de Buckle, Darwin, Haeckel, Hegel e Marx.

Mas a Lei da *Hubris* – da punição do orgulho insolente – está sempre pronta a restabelecer a justiça imanente da história. O luxo atrevido, o hedonismo como justificação da existência, o terror como método de governo, o materialismo vazio e brutal e a degradação moral de que o monge Rasputin é o derradeiro exemplo, conduzem irremediavelmente ao desfecho revolucionário. As massas ressentidas contra tudo que São Petersburgo representava, porque a metrópole as privara de sua legítima participação na vida do país, dirigem contra ela seu surdo e ominoso protesto. Já em 1863, Aksakov escrevia a Dostoievsky: “A primeira condição para que o sentimento popular russo encontre livre expressão é odiar Petersburgo com a alma inteira e todo o coração...”. Em 1825,

a revolta “decembrista” constitui o primeiro indício da presença de um tumor que arrebentaria cem anos mais tarde. Entre 1870 e 1880 o terrorismo alastra-se. Em 1905, depois dos desastres da guerra russo-japonesa, o batismo de fogo revolucionário diante do Palácio de Inverno. Mas nem a tese dos Eslavófilos, que pregavam a volta às tradições moscovitas patriarcais – nem a antítese dos “Ocidentais”, para quem o caminho de Pedro era correto e a origem de todos os males da Rússia residia em nele não haver perseverado – comportavam uma solução final das tensões acumuladas, a qual seria encontrada numa síntese surpreendente do materialismo dialético marxista com a estrutura tártaro-moscovita atávica, expressa num novo “Grão-Khanato” eurasiático.

Quais as conclusões que se pode auferir do caso de São Petersburgo? Construir uma cidade não é a mesma coisa do que construir uma capital. Petersburgo justificou-se plenamente como centro comercial, como porto (apesar de seus inconvenientes topográficos e climáticos), como cidade industrial e, inclusive, como “janela aberta sobre a Europa” no sentido que lhe quis dar Pedro o Grande. Se foi uma “capital artificial” segundo a definição de Vallaux – e, na verdade, a capital artificial por excelência, a “capital artificial-tipo” – foi também uma aglomeração urbana de grande prosperidade que provou como pode uma cidade se libertar do determinismo geográfico. A história recente confirma essa constatação, aliás tão instrutiva quanto as críticas levantadas a seu papel político e social.

Em outubro de 1917, naqueles “dias que abalaram o mundo”, encerra-se o capítulo da história russa iniciado por Pedro o Grande. Em fevereiro de 1918, não obstante a Paz de Brest-Litovsk, as vanguardas germânicas aproximam-se da cidade que se chama então Petrograd. O colapso teutônico de novembro desse mesmo ano diminui a ameaça contra a praça onde Lênin e Trotski dirigem a resistência e o terror vermelho. Em outubro de 1919, Yudenich, que comanda um exército russo branco auxiliado pelo alemão von der Goltz e pelo herói da independência finlandesa, barão Mannerheim, é detido às portas da cidade. O governo soviético transfere-se para Moscou. Petrograd, abandonada, sofre os horrores da revolução, da guerra civil, do terror, da miséria, da fome e das inundações. Em 1924, quando morre Lênin, sua população pouco ultrapassa a cifra dos quinhentos mil. Recebe então, para come-



morar o homem que dirigira a revolução contra tudo que ela simbolizava, o nome de Leningrad. Em 1942/44, sofre o sítio dos exércitos de Hitler que, no entanto, não conseguem impedir que, através de um cerco incompleto, seja a praça abastecida. Um milhão de seus cidadãos morre de penúria, fome e bombardeio de artilharia. A resistência da cidade é ainda mais heróica do que a que notabilizou Stalingrad. Quarenta anos depois, é também sobre ela que sopram com mais fortaleza os ventos de mudança trazidos pela *Glasnost* de Gorbachev. O fato que a população da cidade tenha votado maçicamente no sentido de restabelecer o velho nome de batismo, São Petersburgo, é sintomático do que se passa, pois talvez venha a caber-lhe novo papel na abertura da Rússia à Europa. Em São Petersburgo poderá renascer um novo espírito de liberdade, abertura global e ecumenismo modernizador que integre a Rússia, finalmente, ao Ocidente.

*Peter I*  
*Pedro, o Grande*

*Pedro, o Grande, a cavalo, estátua de bronze de E. Falconet,  
em S. Petersburgo*

*A Praça do Palácio (de Inverno) em S. Petersburgo*

*S. PETERSBURGO – Segundo Mapa de 1737*

.....

## X

### *Washington, a Capital Federal*

Washington não é certamente a primeira cidade construída com o propósito específico de servir de sede ao governo de um país. Contrariando as pretensões patrióticas de alguns norte-americanos que lhe reivindicam a primazia, esforçamo-nos no correr deste trabalho por demonstrar que a praxe de fundar ou de mudar de capital é, por assim dizer, tão antiga quanto a própria história. Verificamos que muitos dos maiores monarcas e estadistas do passado não prescindiram de gravar seu nome nos alicerces de uma cidade – o ato sempre tendo como objetivo celebrar algum acontecimento transcendente ou assinalar alguma profunda revolução, cultural ou de natureza geopolítica, na vida dos povos que conduziam para novos destinos. O que singulariza Washington não é o fato de ter sido criada com um fim político específico. Não é tampouco de ter sido traçada dentro de um plano urbanístico racional. Não, o que a distingue é simplesmente a circunstância de representar o padrão clássico do Distrito Federal, a primeira cidade moderna que serviu de sede a um tipo novo de governo, de forma republicana democrática e constituição federativa, circunstância que impunha à nova metrópole certas funções específicas assim como certas limitações. A criação de

uma cidade estritamente administrativa e politicamente neutra, em área relativamente afastada das grandes concentrações demográficas, passou a constituir um elemento importante de unificação, assim como descentralização. Esta é essencial ao bom funcionamento do regime federativo cujo princípio básico é a democracia regional, isto é, a igualdade e autonomia das unidades territoriais componentes da nação. A idéia dominante de uma cidade como Washington é, justamente, a de ser uma aglomeração urbana econômica e demograficamente secundária, ao mesmo tempo que constitucionalmente neutra. Essa condição de relativa inferioridade em poder material visa libertar o governo federal de preocupações de âmbito municipal ou de interferência por parte de interesses regionais egoístas, permitindo o desenvolvimento natural e livre das várias regiões, províncias ou “estados” componentes da União, em torno de seus respectivos centros urbanos.

Para bem dizer, esse conceito clássico de capital de um Estado federado nem é mesmo criação americana. A antiguidade nos oferece o exemplo de Rhodes e, na Idade Moderna, já os Países Baixos haviam escolhido Haia pelos mesmos motivos. Washington, porém, é o exemplo clássico que influiu na escolha e organização de capitais como Ottawa ou Pretória, sendo também o padrão que norteou a fundação de Canberra. Além disso, o conceito de “Distrito Federal”, com administração *sui generis*, foi aceito na América Latina pelo México, a Venezuela, a Argentina e o Brasil ainda que, do ponto de vista da realidade geopolítica, as respectivas capitais não se enquadrem – salvo Brasília – dentro do modelo norte-americano. Neste caso, o mimetismo que nos caracteriza em matéria política nos fez perder de vista que uma capital federal existe para servir o Estado e não para dele se locupletar como o fazem Buenos Aires, México ou Caracas.

Washington ou “Distrito de Columbia” (abreviado DC.) possui uma área de setenta milhas quadradas e encontra-se às margens do rio Potomac, entre os estados de Maryland e Virgínia, a uma distância aproximada de cento e cinquenta quilômetros do mar. Quando os primeiros europeus atingiram o Potomac, na segunda metade do século XVI, a região era habitada por várias tribos indígenas, a maioria de

etnia algonquiana. Vários nomes das redondezas, Potomac, Piscataway, Anacostia, lembram ainda a antiga presença do índio. Foi um almirante espanhol, Pedro Meñendez, governador da Flórida, quem primeiro subiu o rio até as imediações do sítio de Washington, batizando-o com o nome de Espírito Santo (1571). Quarenta anos mais tarde o fabuloso Capitão John Smith explorou a região, entrou em contato com os índios e escreveu a respeito algumas páginas interessantes. Depois vem George Calvert, primeiro Lord Baltimore, que recebeu do Rei Carlos I uma concessão de terras, a leste do Potomac, para colonização por parte de católicos vitimados pelas lutas religiosas da Inglaterra. Essa “Capitania” recebeu o nome de Maryland, em honra da Rainha Mary, esposa católica daquele infeliz monarca. Estabelecida em 1634 por “vinte Senhores de muito boa estirpe e trezentos trabalhadores”, conheceu um rápido sucesso, não obstante a hostilidade dos silvícolas.

Cem anos mais tarde já estava a região do Potomac quase inteiramente ocupada por grandes latifúndios, pertencentes às famílias mais aristocráticas do Maryland e da Virgínia. A escravatura negra fora introduzida, juntamente com a cultura do tabaco. Não existia propriamente estabelecimento urbano mas um tipo de regime feudal: um conjunto de grandes fazendas confortáveis e mesmo luxuosas onde a vida dos proprietários, os *gentlemen of Virginia*, corria na abundância e em lazeres refinados. A gente vivia a cavalo “e não hesitava em fazer cinco ou mesmo maior número de léguas para uma visita social ou jantar com um vizinho”. Em desportes atléticos, mesa farta e, às vezes, a guerra contra os índios e os franceses do Canadá – nisso se passava a vida desses senhores coloniais cuja Casa Grande era alimentada pelo trabalho abundante e gratuito da Senzala. Duas características, no entanto, distinguiam a organização social da Virgínia daquela que vigorou no Brasil colonial: a mestiçagem era praticamente inexistente e existia uma classe média composta de brancos pobres para os quais o sertão, o *backcountry* além dos Alleghenies, constituía uma Terra da Promissão para onde se lançavam os mais aventureiros, à procura de fortuna e liberdade. Num sistema de latifúndios desse tipo raras eram as cidades. Encontramos apenas, nessa segunda metade do século XVIII, duas vilas, Alexandria e Georgetown – esta, hoje, um bem conservado subúrbio da capital.



Entretanto, ao norte, cresciam Nova York, Boston, Philadelphia e uma organização social diversa.

As circunstâncias e especialmente a importância crescente da aristocracia culta e dominadora da Virgínia predestinavam o sítio na confluência do Potomac e Anacostia. De outro modo não se explicaria o futuro da região de mau clima, cujos baixios as águas costumavam inundar em períodos de enchente e cuja maior elevação, onde hoje se ergue o Capitólio, tem apenas trinta metros acima do nível do rio. O território faz parte da planície costeira e o subsolo não oferece base sólida para as grandes construções o que criaria mais tarde sérios problemas de engenharia. Em suma, uma zona alagadiça, bastante afastada do mar para gozar das vantagens da brisa marítima, umidade elevada, ventos lânguidos, precipitação abundante e extremos de temperatura, subindo a quarenta e descendo a menos de vinte graus centígrados abaixo de zero. Os invernos não são longos mas o frio penetrante. O verão é pior e compara-se com a canícula carioca. A região possui, no entanto, grande beleza natural. Os campos ondulados e magnificamente arborizados da Virgínia e Maryland contam-se entre os mais pitorescos dos Estados Unidos. Em 1607, podia o Capitão John Smith assinalar que “o Céu e a Terra nunca se puseram tão de acordo para criar para o homem um lugar tão habitável”. O distrito é cercado de colinas e, em seu centro, cortado pelo parque Rock Creek. A arborização intensiva das avenidas transformaram-no em cenário verdejante, próprio para uma grande capital.

George Washington e Thomas Jefferson, ambos Virginianos, certamente conheciam o local e freqüentavam muitas das mansões requintadas às margens do Potomac. Outras considerações entretanto, de ordem eminentemente política, iam amparar a natural preferência pelo sítio desses dois pró-homens da independência norte-americana. As treze colônias se haviam levantado contra a Mãe-Pátria britânica. Em 1776, haviam proclamado sua independência, no calor de uma longa e difícil luta que só a ajuda francesa, encabeçada por Rochambeau e La Fayette, acautelou. Compreendendo que sua sobrevivência dependia da União, os Estados Unidos – *E pluribus unum* – sentiam a carência de um governo federal com sede própria. O “Congresso Continental” da jovem República era, a princípio, uma instituição nômade. Philadelphia, Baltimore,

Lancaster, York, Princeton, Trenton, Annapolis e Nova York haviam albergado os legisladores e o poder executivo nascente, em ocasiões diversas. Ao desconforto dessa situação, porém, ajuntavam-se inconvenientes mais sérios. Em 1783, quando em Philadelphia o Congresso, reunido no histórico Independence Hall com desejo de ali permanecer, foi agredido por um destacamento de 300 soldados amotinados que reclamavam soldo em atraso, nem a população local, nem as autoridades estaduais ou a milícia da Pennsylvania levantaram o dedo sequer para socorrer os legisladores. Alarmado com a afronta, o grande constitucionalista James Madison comentou que, se a cidade não estava disposta a garantir a segurança do Congresso, melhor seria procurar outro pouso. Princeton, na Nova Jersey, hoje mais conhecida por sua Universidade, foi a sede então favorecida mas se revelou demasiadamente exígua, dado o afluxo da população. Ora, a Constituição consignava expressamente, em seu artigo 1º, § 17, que o Congresso tinha o direito de “exercer jurisdição exclusiva, em qualquer caso, sobre o distrito que, não excedendo dez milhas quadradas, se pudesse tornar, por cessão de qualquer Estado e aceitação por parte do Congresso, a sede do governo dos Estados Unidos da América”.

A questão de jurisdição foi assim debatida e resolvida. Tratava-se agora de saber qual o local escolhido, pois naturalmente uma quantidade de candidaturas se apresentavam. Alguém propôs Boston onde “o primeiro tiro fora disparado”; Philadelphia, onde “a independência fora proclamada”; Yorktown “onde fora conquistada”. Além das cidades que já haviam albergado o Congresso, Kingston, Newport, Wilmington, Reading e a velha capital da Virgínia, Williamsburg, disputavam a honra... Ainda em Princeton, várias ofertas foram consideradas. Notou-se contudo, claramente, uma rivalidade tal, oriunda de divergências municipais, estaduais e regionais, que alguns passaram a evitar a ardente questão da “cidade federal” pelos perigos que comportava como fonte de fricção entre o Norte e o Sul do país. A 7 de outubro de 1783, o Congresso decidiu providenciar o levantamento de terras às margens do Potomac, as quais haviam sido oferecidas pelos estados de Maryland e Virgínia, juntamente com um bônus de 200.000 dólares caso fosse escolhida a margem esquerda, no Maryland. Ao mesmo tempo, ordenou levantamentos no Delaware, talvez cogitando de construir duas cidades federais, uma ao norte e outra ao sul. No ano seguinte, tendo a sede

temporária do governo sido transferida para Nova York, a tese da capital perto de Trenton pareceu triunfar, com evidente regozijo nortista.

A questão revestia-se, no entanto, de um aspecto de suma gravidade e, durante sete anos, ia provocar debates acerbos, “insinuando-se, como escreveu um contemporâneo, em todas as grandes questões nacionais”. De certo modo, dependia a própria sobrevivência da União de uma solução sábia do problema pois os Estados confederados, justamente nessa época, procuravam encontrar uma fórmula suscetível de anular as tendências centrífugas cujos ominosos sintomas se evidenciavam de modo crescente. Redigida em Philadelphia e adotada pela Constituinte de 1787, era a Carta Magna o instrumento destinado a conciliar os interesses divergentes dos Estados em favor de uma União federal, larga e fecunda, sendo o dispositivo sobre a sede do governo um dos elos essenciais ao sucesso da fórmula. O General George Washington, da Virgínia, havia sido eleito Presidente da República e John Adams, do Massachusetts, Vice-Presidente e Presidente do Senado. A luta entre o Sul e o Norte era simbolizada por esses dois homens. O primeiro naturalmente favorecia o sítio do Potomac, cerca de suas propriedades, enquanto o segundo, nos anos posteriores, quase fez triunfar a causa de Germantown, na Pensylvania. Nessa altura, alarmados com a eventualidade da “dissolução de nossa União em estágio ainda incipiente”, dois grandes estadistas congregaram seus esforços para encontrar um caminho salvador. Hamilton, do Norte, vira derrotada por maioria insignificante proposta sua, no sentido de que a União “assumisse” as dívidas de guerra dos Estados. Apelou então para Jefferson. E este imaginou uma transação aceitável para a qual obteve o apoio de dois influentes congressistas da Virgínia.

A receita foi aprovada num ágape servido a Hamilton, como convidado de honra de Jefferson. As viandas saborosas e o suave Madeira tiveram o efeito desejado, concordando os sulistas em modificar seu voto no que diz respeito à “Lei de assunção” das dívidas de guerra, em troca da promessa de Hamilton de angariar um número suficiente de votos nortistas em favor do Potomac. A 12 de julho de 1790, Washington anotou em seu diário que recebera duas leis, “uma das quais estabelecendo as sedes temporária e permanente do governo dos Estados Unidos”. Logo após assiná-las, o Presidente passou a tomar parte ativa

nos trabalhos de localização e demarcação do sítio que “não excederia dez milhas quadradas”. Quase só entre seus contemporâneos, George Washington previa o crescimento espantoso do país que, na época, possuía menos de cinco milhões de habitantes e um território relativamente exíguo sobre o litoral do Atlântico. Ele sentia a necessidade de uma capital digna de tal desenvolvimento. Como perfeito *esquire* da Virgínia, ele apreciava as vantagens de um sítio campestre, próximo dos latifúndios de sua família e longe das influências nefastas das grandes cidades cosmopolitas. Escrevera que, se Philadelphia, simples capital de um Estado, precisava de uma área de seis milhas quadradas, a capital da União certamente necessitaria de extensão maior.

A “Lei de Residência” autorizava o Presidente a nomear uma Comissão de três peritos, encarregados de proceder aos levantamentos, definindo os limites do Distrito e providenciando quanto à construção dos edifícios públicos, assim como adquirir as terras necessárias. O trabalho deveria ficar pronto antes da primeira segunda-feira de dezembro de 1800. A 24 de fevereiro de 1791, o Presidente enviou uma Mensagem ao Congresso comunicando que, “depois de madura consideração das vantagens e desvantagens dos vários sítios, dentro dos limites prescritos”, havia instruído os Comissários no sentido de estudar a área em torno de Georgetown, no Maryland. A opinião pública estava fatigada com os debates dos anos anteriores e por isso aceitou as sugestões do Presidente, sancionando a escolha que, em sua sabedoria, parecia conciliar definitivamente os interesses divergentes dos dois partidos regionais em torno dos quais se agrupavam os treze Estados federados. A 29 de março do mesmo ano, o general-presidente visitou o sítio em que se edificaria a futura metrópole à qual ficou seu nome associado. Dela foi Washington, literalmente, o Fundador.

Entretanto, como veremos adiante, a circunstância da capital projetada estar ao sul do limite teórico constituído pela famosa *Mason-Dixon line* que dividia o Sul do Norte, longe de favorecer os Estados sulistas que meio século mais tarde iriam tentar a “secessão”, constituiria paradoxalmente uma das garantias mais sólidas do êxito da União, defendida pelo Norte.

Os Comissários nomeados por Washington, Thomas Johnson, Daniel Carroll e David Stuart, demarcaram o sítio exato da aglomeração

que deveria ocupar a décima parte do “Território”, mais tarde “Distrito de Columbia” que, por ato do Congresso reconhecido, se tornou o “Condado de Washington”. Assim nasceu esse “filho único da Nação, a capital dos Estados Unidos da América”... Nos anos seguintes os Comissários providenciaram a desapropriação das terras e o planejamento da cidade. Maryland e Virgínia concordaram em contribuir financeiramente para a construção dos edifícios públicos, além de ceder sua jurisdição sobre a área demarcada. Na falta de outras verbas, o Presidente, como agente do Congresso, ocupou-se de negociar com os proprietários locais a desapropriação dos terrenos. Chegou-se finalmente a um acordo segundo o qual o governo compraria qualquer área que, porventura, reclamasse para a construção de edifícios públicos. O resto seria parcelado em lotes iguais, a metade dos quais caberia à nação, sendo a outra entregue ao público. Os terrenos reservados para parques e ruas foram desapropriados sem compensação, cláusula com a qual os proprietários concordaram, levando em conta os grandes benefícios que esperavam obter com a construção da capital sobre suas terras. Jefferson escreveu ao Presidente: “A aquisição de terras é realmente nobre... Creio que reservas muito liberais devem ser feitas em favor do público”. No entanto, as transações, na aparência sábias, não evitaram a praga da especulação imobiliária que tem, quase invariavelmente, acompanhado o nascimento das cidades governamentais. As especulações e as negociatas um tanto escusas ocorreram durante essa primeira fase. Homens do calibre de Jefferson não hesitaram, segundo consta, a participar de empresas sustentadas na valorização dos terrenos. Mas os proprietários e os especuladores não contavam com um novo personagem, o Major Pierre Charles L’Enfant!

\* \* \*

L’Enfant era francês. Ainda jovem, tomara-se de entusiasmo liberal, como seu colega La Fayette, e oferecera seus serviços às colônias americanas que lutavam pela independência. Voluntário no “Exército Continental”, promovido a Capitão e depois a Major de Engenharia, atraía a atenção de Washington graças a seus conhecimentos na arte das fortificações e a seu temperamento disciplinador. Terminada a guerra e depois de curta visita à França, estabeleceu-se em Nova York como

Engenheiro-Arquiteto e ali o Presidente o fora procurar, encarregando-o de desenhar, em escala monumental, o Plano Piloto da nova metrópole.

Washington escrevera a um amigo que a nação “poderá edificar uma cidade a qual, embora não tão grande quanto Londres, será inferior a poucas outras cidades da Europa em magnitude”. E, para espanto dos contemporâneos, Jefferson previa um crescimento da população “até cem mil habitantes, dentro de um século”, ousando mesmo declarar, convicto, que poderia atingir a cifra dos duzentos mil!

As antecipações de Jefferson são interessantes se as compararmos com o fenômeno semelhante que ocorreu em Brasília. Nós também planejamos uma nova capital, em 1956, que devia abrigar meio milhão de habitantes. A cidade e suas satélites já possuem hoje três milhões. Se, ao Distrito de Columbia, adicionarmos os núcleos suburbanos que se estendem pelo Maryland e a Virgínia, a Grande Washington cobrirá hoje mais do que essa soma. Ninguém, na época, podia antecipar o fenômeno colossal de urbanização que se registaria no século XX, particularmente nos países novos da América e em velhas nações asiáticas.

Grande amante de arquitetura e admirador de Palladio, Jefferson, que desenhara pessoalmente a Universidade da Virgínia e sua mansão de Monticello onde revelou talento de jardineiro, empenhou-se também a fundo no projeto, encaminhando a L’Enfant as plantas de Karlsruhe, Amsterdam, Paris, Torino e outras cidades européias. “Como estão relacionadas com as notas que tomei durante minhas viagens e são imprescindíveis para sua aplicação”, escrevia ele ao Major, “peço-lhe tomar com elas todo o cuidado e restituir-me quando não mais as necessitar. Estou realmente feliz em saber que o Presidente deixou em tão boas mãos o planejamento da cidade e não tenho dúvidas de que será levado a cabo com satisfação geral”. A obra, com efeito, tornou-se a idéia fixa de L’Enfant na qual consumiu todas suas energias.

“Monsieur”, escrevia L’Enfant a George Washington, “a intenção manifestada recentemente pelo Congresso de lançar as bases de uma cidade destinada a tornar-se a capital deste vasto império, oferece, a quem da obra ficar encarregado, uma ocasião tão esplêndida de alcançar glória e renome que Vossa Excelência não deverá ficar surpreendido se minha ambição e o desejo de tornar-me um cidadão útil ao país me impelem a pedir-lhe para tomar parte na empresa. Nenhuma nação talvez

haja tido a sorte de escolher livremente o local onde se ergueria sua capital. E ainda que os meios de que dispõe o país não lhe possam permitir levar mais avante o plano traçado, deverá ser concebida em escala tal que se possa futuramente adaptar aos aumentos e embelezamentos que a riqueza da nação lhe facultar, a qualquer tempo, por mais distante que seja”.

Inspirado naturalmente, como o demonstra Elbert Peets, no esquema de Versailles com suas avenidas diagonais, seu grande eixo central, sob a forma de um espelho d'água, e seu ponto de vista dominador (há mesmo uma relação numérica precisa entre as duas obras), L'Enfant concebeu um plano grandioso que, apesar de modificado, corrigido e acrescido posteriormente, ainda hoje se evidencia no mapa. Não se poderia dizer que os engenheiros urbanistas da época fossem técnicos. L'Enfant considerava-se mais artista do que propriamente engenheiro e foi como artista, levando em conta séculos de arte européia, a experiência de ilustres antecessores italianos e franceses, a tradição do Barroco e as plantas quadrilaterais, que traçou seu desenho, adaptado aos contornos e configurações gerais do terreno. A base era a velha “grelha” da antiguidade. O desenho quadrangular obedecia à teoria urbanística que a grande maioria das cidades artificiais, não perturbadas por acidentes geográficos, iria mais tarde seguir. Já na América, tanto do norte quanto do sul (Lima e Buenos Aires, por exemplo), era a fórmula preferida, prática ainda que monótona, eficiente ainda que simplista, obedecida em Williamsburg, Nova York, Philadelphia e Nova Orleans. L'Enfant não se satisfazia, porém, com a uniformidade de quarteirões absolutamente regulares e procurou encontrar soluções rítmicas que, talvez, em estado embrionário, fossem expressão de concepções semelhantes às do *zoneamento* moderno. O que quer que seja, o desenho não é quadrado porém retangular, numa disposição em blocos de tamanho variável conforme aos eixos principais e transversais do esquema. As quadras maiores deviam ser utilizadas para os edifícios públicos ao passo que as menores seriam reservados para as casas residenciais. Em seguida, articulando ainda mais o desenho, cortou a grelha por um sistema de grandes avenidas diagonais. Eram “linhas de comunicação direta... concebidas com o intuito de ligar os objetos mais distantes e separados com o principal e de preservar, através do conjunto, a reciprocidade de vista”. São essas avenidas com os nomes dos estados

originais da União – entre as mais famosas Pennsylvania, Connecticut, Massachusetts (onde se encontram muitas das principais Embaixadas), que dão à cidade seu encanto e caráter, muito embora os ângulos assim formados, às vezes absurdamente agudos, confundam o visitante e dificultem hoje, enormemente, o tráfego automobilístico. Alguns entendidos sugerem que a idéia das diagonais sobrepostas ao desenho ortogonal tenha sido inspirado pelo plano de Evelyn para a cidade de Londres. Entretanto, o centro do dispositivo era um triângulo isósceles cuja base, leste-oeste, é constituída pelo chamado *Mall* e a altura, subindo para o norte no eixo da rua 16, é representada pela esplanada da Casa Branca. Na ponta oriental, a colina do Capitólio e, ligando este à Casa Branca, a diagonal que desenha um dos lados do triângulo é representada pela Pennsylvania Avenue. O ponto de entroncamento da base leste-oeste com a altura norte-sul, seria enfeitado com “a figura eqüestre de George Washington”. Votado em 1783 pelo Congresso, foi mais tarde substituído pelo atual e imenso Obelisco.

O que, na realidade, se deduz dessa concepção é a influência muito clara do estilo barroco francês, com seu “*culte de l’axe*”. L’Enfant desenvolveu simplesmente o dispositivo de Versailles, prevendo para a capital americana o que também é característico de Paris, os *ronds-points* ou *circles* onde se encontram as avenidas divergentes, “proporcionais em magnitude ao número de avenidas que conduzem”. Além disso, vale notar que a importância do esquema triangular fez crer numa secreta inspiração maçônica, sabido como é o papel que desempenhou a maçonaria na Independência americana e o fato de George Washington, ele próprio, ter sido maçom. A “Grande Perspectiva” do Renascimento, a *patte d’oie* de três avenidas que se irradiam, a partir de um ponto focal ocupado por um monumento qualquer e em nível ligeiramente superior ao da vizinhança, configura o elemento essencial da tradição urbanística européia, especialmente do clássico francês. Foi o efeito procurado em Versailles, o efeito que Le Nôtre realizou em seus jardins e que atingiu à culminância na perspectiva dos Champs Elysées. Dizem que Versailles é a manifestação arquitetônica e paisagística do Absolutismo monárquico. Do mesmo modo, o Arco do Triunfo seria a expressão perfeitamente lógica do Imperialismo napoleônico. Em Washington, entretanto, o efeito visa engrandecer a sede do Congresso, a Casa do povo dos Estados



Unidos, o Capitólio. Seria o emblema, como escrevia L'Enfant, “da maneira pela qual será acessível em todos os sentidos e em todo o tempo, a todos os indivíduos que vivem sob a guarda da União”. A Colina do Capitólio, Jenkin's Heights, marcava o verdadeiro centro da metrópole projetada. Ao expor seu Plano Piloto, L'Enfant declarou: “depois de procura cuidadosa de uma situação favorecida, inspirado, poderei assim dizer, pelo receio de uma primeira impressão prejudicial ao julgamento, não pude descobrir nenhuma que, mais vantajosamente, acolhesse os edifícios do Congresso, qual pedestal à espera de um monumento”. Nesse particular, o Capitólio conforma-se aos mais acariciados sonhos do artista.

O “Palácio do Presidente”, a futura Casa Branca, colocada em outra elevação sobre o eixo norte-sul, deveria gozar do esplêndido panorama do curso do Potomac, descendo lentamente para o mar. Essa localização, ainda outra vez, era inspirada pelo esquema de Versailles, isto é, pelo dispositivo cruciforme das perspectivas do Trianon e do Grand Canal. O que é hoje o *Mall*, eixo principal do desenho, foi delineado como “uma Grande Avenida, de quatrocentos pés de largura e aproximadamente uma milha de comprimento, ladeada de jardins e terminada, do lado das casas, por um ligeiro relevo”: seria uma espécie de Corso, um *tapis vert* onde a população da capital se congregaria para passeios e cerimônias, entre “casas espaçosas e jardins, para acomodar embaixadores estrangeiros”. A planta, em seu conjunto, era “preparada em escala tal que permitirá engrandecimentos e embelezamentos porventura permitidos pelo aumento da riqueza da nação, em qualquer tempo futuro, por mais remoto que seja”. Hoje em dia, é o *Mall* ladeado por uma série de grandes museus e de monumentos comemorativos (*Memorials*).

Muito embora o Plano de L'Enfant seja ainda, no mapa, claramente visível, muitas alterações e correções foram efetuadas mais tarde e inúmeros pormenores decorativos definitivamente abandonados – a própria planta em certo momento esquecida. A universalização do estilo “clássico”, na moda ao final do século XVIII, foi violada por alguns edifícios aberrantes como, por exemplo, o Smithsonian de estilo gótico e pedra vermelha, conservado até hoje por motivos de sentimentalismo nostálgico. Mas o espírito do urbanista sobreviveu na obediência às perspectivas e na triangulação fundamental dos monumentos posteriores: o Memorial de Lincoln, o Memorial de Jefferson e o próprio monumento

a Washington, que está colocado ligeiramente afastado do ponto de intercessão dos dois eixos principais da cidade. L'Enfant havia previsto um desenvolvimento considerável a leste do Capitólio (*East Capitol street*) que não se concretizou devido à conhecida tendência das cidades para se estenderem para oeste. Assim também, foi esquecida a “Grande Cascata” planejada em frente ao Capitólio. Seus jardins ostentam hoje a estátua de John Marshall e o Monumento ao General Grant, vencedor da Guerra Civil. A Corte Suprema e a Biblioteca do Congresso, escondidas detrás do Capitólio, estão assimetricamente colocadas, interrompendo as diagonais nordeste e sudeste. O Departamento do Tesouro, fruto de estúpida teimosia de um Presidente, possui uma ala que corta a perspectiva da Pennsylvania Avenue, entre a Casa Branca e o Capitólio. Em vez da ponte sobre o Anascóstia, na *East Capitol Avenue*, esse gênero de construção monumental foi realizada a oeste, em duas pontes sobre o Potomac.

“Esse modo de desenvolver todo o distrito”, escrevia L'Enfant em defesa de seu Plano, “deverá legar à posteridade uma idéia grandiosa do interesse patriótico que o promoveu”. No ímpeto juvenil de um temperamento ardente e romântico (tinha então trinta e sete anos), pontificava o francês em resposta aos especuladores imobiliários, afirmando que “a Cidade-Capital deverá crescer, ao contrário das outras cidades, graças ao alimento proporcionado pelos edifícios públicos, antes do que pelos centros comerciais”. E concluía: “a Cidade Federal, situada vantajosamente sob todos os pontos de vista, estender-se-á como os ramos de uma árvore que procura a fonte de seu alimento”! Isso tudo, sem perceber que crescia também a oposição dos céticos e dos interesseiros, como ainda dos proprietários ao contemplarem, estupefatos, essa planta que demandava avenidas de cem metros de largura e ruas de mais de trinta, com evidente “desperdício de terrenos preciosos”! A área total planejada media pouco mais de seis mil acres, dos quais quinhentos seriam comprados pelo governo para os edifícios públicos e 3.600 gratuitamente cedidos para a construção das artérias urbanas, restando apenas pouco menos de dois mil para o loteamento cujo fruto, segundo contrato com os proprietários, seria dividido igualmente entre eles e o governo. De um só golpe, ficavam os latifundiários reduzidos à sexta parte da área original! Entretanto, apesar de seus protestos, o fato é que essa fração do loteamento traria, graças à valorização

provocada pelo próprio crescimento urbano, lucros dez vezes superiores ao preço inicial das terras de cultivo. De novo aí, assistimos a uma situação bastante semelhante à que tem afetado nossa capital, Brasília. A especulação imobiliária é uma praga que só um “Estado de Direito”, fortemente disciplinador, consegue sobrepujar.

A luta com os proprietários envenenou-se quando L’Enfant recusou fornecer-lhes a planta da cidade, a fim de não contribuir para que “os especuladores comprassem os melhores lotes, em suas vistas e conjuntos arquitetônicos, erguendo ‘favelas’ susceptíveis de alterar permanentemente a configuração do desenho”. A venda dos terrenos terminou em grande fracasso. L’Enfant arcou com a ira dos prejudicados. Logo após, entrou em conflito com seu assistente, Andrew Ellicott, e com os três Comissários dos quais legalmente dependia. Entre outras coisas, mandou derrubar, sem o consentimento do proprietário, a mansão que um dos fazendeiros mais influentes da região inadvertidamente mandara erguer, interrompendo uma de suas grandiosas perspectivas, “com reciprocidade de vista”. Foi o fim! Os Comissários furiosos exigiram do Presidente a demissão do artista intransigente e Washington, que procurava protegê-lo até os limites da paciência, não teve outro remédio senão se submeter a imposições políticas de maior peso, nomeando Ellicott para completar a obra. O governo ofereceu a L’Enfant um prêmio de 2.500 dólares e um lote ao lado da Casa Branca. Com soberbo desdém, o artista recusou a oferta, retrucando com um requerimento ao Congresso em que exigia o pagamento de cerca de cem mil dólares, cifra astronômica para a época, pois a tanto avaliava seus serviços. Deram-lhe três mil... Empobrecido, revoltado com as deturpações no Plano que fora a paixão de sua vida, L’Enfant morreu desiludido em 1825. Oitenta anos depois, sua Pátria adotiva procurou reparar a injustiça e sepultou-o, com honras militares, no Cemitério Nacional de Arlington. Sobre a laje do túmulo não há melhor epitáfio do que a planta, gravada na pedra, nem melhor recompensa do que o esplêndido panorama da cidade que dali se descortina ...

Depois da demissão de L’Enfant prosseguiu a passos lerdos a construção da cidade. Não havia dinheiro. O público mostrava-se absolutamente apático na compra de lotes. Até 1798, isto é, cinco anos depois da cerimônia de colocação da pedra fundamental do Capitólio, a

principal preocupação do governo consistiu em angariar fundos, do que resultou certa condescendência com os especuladores sem escrúpulos. Esses, em poucos anos, conseguiram obter um tal monopólio da propriedade imobiliária que os lotes atingiram preços astronômicos. O escândalo certamente não contribuiu para a popularidade do projeto! George Washington morreu em dezembro de 1799, sendo substituído na Presidência por John Adams. No ano seguinte, o Executivo lembrou ao Legislativo os termos da Lei de Residência de 1790, que exigia a transferência da sede do governo antes de dezembro de 1800. A mudança efetuou-se em junho daquele ano. O ato não exigiu, segundo os dados existentes, esforço considerável pois *todo o funcionalismo público federal não excedia a cifra modesta de 126 pessoas!* A bagagem dessa multidão veio de Philadelphia por terra e os arquivos e bens da nação chegaram por via marítima. Prontos para acolher os pioneiros já se encontravam o edifício do Congresso, o Palácio Presidencial e o edifício do Tesouro, o que demonstra aguda psicologia. Quanto aos Departamentos de Estado, Guerra, Marinha e Correios foram temporariamente abrigados em residências particulares.

O Secretário da Guerra, Walcott, assim descreve a primeira impressão que lhe deixou a cidade: “Há poucas casas em qualquer lugar e a maior parte, barracões pequenos e miseráveis, criam um contraste horrendo com os edifícios públicos. A gente é pobre e, tanto quanto posso imaginar, vivem como peixes, comendo-se uns aos outros... Olhando em qualquer direção, não posso descobrir, numa área quase tão vasta quanto a da cidade de Nova York, nem cercas, nem tabiques, nem coisa alguma a não ser fornos de tijolos e cabanas temporárias de operários”. A mulher do Presidente queixava-se de ter sido obrigada a transformar em secadouro para a roupa lavada a grande sala de audiências da Casa Branca, ainda inacabada. As queixas eram gerais. Na falta de motivos para descontentamento positivo, os visitantes brejeiros ridicularizavam as proporções grandiosas da cidade, acoimando L’Enfant de louco – e mais loucos ainda os responsáveis pela aceitação de seus planos! Muitos aconselhavam a devolução da área do Distrito à Virgínia e ao Maryland. Alguns pessimistas iam além e propunham simplesmente o abandono dessa “experiência malograda”, com a instalação do governo em alguma cidade já plenamente desenvolvida. Um outro, que perdera as ilusões, lamentava “os sintomas prematuros de decadência” e “o

espetáculo de tantas casas construídas, porém desabitadas e caindo em ruínas”. Os próprios especuladores tinham ido à falência e suas esperanças de fortuna assemelhavam-se às “ruínas de Palmyra”. Um ministro da Inglaterra, embora amigo da cidade, notava seu “ar selvagem e desolado”. O Presidente Madison achava a capital “uma solidão” e o escritor Washington Irving deplorava, em 1811, “a partida da grande maré da população casual”, escrevendo: “Como me parece abandonada esta grande cidade deserta”. E se o clima era agradável durante a “estação”, todos concordando em achar a cidade encantadora na primavera, os miasmas da maleita e a umidade terrível prejudicavam a reputação da capital. As ruas, especialmente Pennsylvania Avenue, constituíam um verdadeiro lamaçal intransitável, agravando essa impressão pouco sadia.

Reveses de outra natureza iam deter dramaticamente o progresso da cidade. Sem motivo plausível, nem suficientes preparativos, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha empenharam-se, em 1812, num conflito armado incoerente que durou dois anos. Veremos, em capítulo posterior, que essa guerra indiretamente inspiraria a fundação de Ottawa, a futura capital do Canadá. Mas para a capital americana as conseqüências da luta foram funestas. Em agosto de 1814, um esquadrão britânico efetuou um desembarque no litoral do Maryland, a 60 quilômetros da cidade, e, tomando de surpresa os defensores, ocupou Washington durante vinte e quatro horas. O tempo foi suficiente para incendiar o Capitólio, a Casa Branca e outros edifícios públicos. O incidente pouco civilizado não é edificante para nenhuma das partes envolvidas e, por esse motivo, geralmente deixado em discreto esquecimento. Um inglês certa vez observou, jocosamente, que seus compatriotas eram acusados de haver queimado Jeanne d’Arc, mas ele não sabia terem feito o mesmo com Washington!

A partir de 1817, sob a presidência de James Monroe, a metrópole, já reconstruída, retomou seus ares de importância e a vida elegante que a vizinhança aristocrática da Virgínia inspirava nos círculos mundanos. A Casa Branca, que Jefferson descrevera como “uma grande casa de pedra, suficiente para alojar dois Imperadores, um Papa e o Grande Lama ainda por cima”, era agora um palácio luxuoso onde conversava, dançava e ceava a “Corte da República”. A aristocracia latifundiária do Sul triunfava no que considerava sua capital... As coisas, no

entanto, começaram a mudar a partir da presidência do General Andrew Jackson. A eleição de Jackson constituiu uma vitória para a democracia populista americana. Jackson era o herói da única vitória dos americanos na Guerra de 1812: salvara Nova Orleães do assédio britânico. Ele passava agora a representar o surgimento dos elementos igualitários que, poucos anos depois, Aléxis de Tocqueville iria descrever em sua obra famosa *De la Démocratie en Amérique*, já antecipando, genialmente, o inevitável conflito entre Liberdade e Igualdade na própria substância do novo regime democrático.

A cidade crescia e de todas as partes da União, que se estendia vertiginosamente para o oeste, gente nova vinha a Washington para permanências mais ou menos prolongadas. Em 1840 já era a população de 40.000 habitantes. Em 1860 atingia 75.000. Visitando-a em 1835, Harriet Martineau assim descreve a capital: “A cidade não se assemelha a qualquer outra. Estende-se por aqui e acolá, uma pequena casa ou duas a meia milha de distância de outra, de modo que, ao fazer visitas ‘na cidade’, temos de atravessar fossos e valados, andar ora sobre capim, ora sobre calçada, e seguir uma picada no campo para atingir uma rua... E que sociedade! Uma sociedade singularmente composta dos elementos os mais disparatados: embaixadores estrangeiros, o governo americano, membros do Congresso desde homens como Clay e Webster até tipos exóticos como Davy Crocket do Texas, um caipira do Missouri ou um irlandês da Georgia; jovens espevitadas ou esposas beatas, fielmente ao lado dos maridos; juízes austeros, aventureiros descarados, repórteres espertos, caciques indígenas melancólicos e damas tímidas da Nova-Inglaterra, tremendo na vertigem desse turbilhão”... A impressão pejorativa persistia. Escrevia um: “Todo o mundo sabe que Washington possui um Capitólio mas é pena que, ao Capitólio, falte uma cidade... Parece até um general sem exército ou, melhor, cercado por um bando de moleques, pois tal é a aparência dos casebres sujos e desmantelados que se erguem a seu pé”. Outro, mais ilustre, considerava Washington “um monumento em homenagem a um projeto já falecido” e, acrescentava Charles Dickens, “suas avenidas espaçosas começam no nada e terminam em parte alguma; às suas ruas de milha e meia de comprimento só faltam casas, calçadas e habitantes; seus edifícios públicos só carecem de público para serem úteis; e os ornamentos de grandiosas artérias aos

quais faltam apenas as grandiosas artérias que devem ornamentar. Dir-se-ia que, terminada a estação, as casas também se foram, com seus donos!”.

A cidade crescia entre os andaimes, na lama e no mormaço. Fracassara o projeto grandioso do canal que devia transformá-la em grande centro mercantil mas, em compensação, completada em 1835 e ligando-a a Baltimore, a primeira estrada de ferro prenunciava as maravilhas da revolução industrial. Entretanto, outros sintomas, de um “conflito irreprimível”, amontoavam nuvens negras no horizonte.

\* \* \*

A divergência entre o Sul e o Norte, de cuja solução Washington fora a garantia após a independência, envenenava-se agora sob o ímpeto do movimento abolicionista. A trágica luta fratricida aproximava-se a largos passos. Eram duas estruturas sociais, dois tipos de civilização, duas economias, duas tradições políticas opondo-se dentro da mesma nação. O fosso cavado em torno do problema da escravidão africana parecia cortar a capital pelo meio. Washington, metrópole da União mas cidade do Sul, sofria em suas entranhas, pois a maioria da população era de simpatias sulistas. Ainda assim, a quinta parte era composta de negros e, ao mesmo tempo do que um dos mais importantes mercados de escravos, era também uma “estação” imprescindível no tráfico secreto de pretos foragidos. O abolicionista John Randolph gritava: “Chamai esta a terra da liberdade e, no entanto, todo o dia que passa testemunha coisas que desgostariam e horrorizariam os despotismos da Europa”. Motins e atos terroristas mantinham a população em estado de constante sobressalto. Os escravagistas recorriam à violência mas, simultaneamente, o fanático John Brown, verdadeiro cangaceiro abolicionista, desafiava o Sul em seu próprio território. A sorte de Washington dependia do resultado da luta. Em abril de 1861, cercada por dois Estados sulistas em rebelião, a capital estava à mercê de um golpe de surpresa; mas os virginianos e marylandeses hesitaram antes de se declararem pela Confederação, concedendo um tempo precioso ao recém-empossado Presidente Lincoln para mobilizar a milícia e chamar às pressas, da Pennsylvania e de Nova York, alguns dos regimentos que o Norte já estava mobilizando. Concentradas a oito quilômetros ao sul da capital, em Alexandria, hoje um

subúrbio, as tropas da Virgínia não souberam aproveitar a ocasião estu-  
penda que se lhes apresentava e, porque de Richmond esperavam arti-  
lharia, perderam talvez o único ensejo de vitória que jamais teve o Sul  
durante toda a Guerra Civil. Quando o grito de “Para Washington!”  
ecoou nos Estados rebeldes, já era tarde para mudar a sorte da confla-  
gação, decidida desde o princípio pela esmagadora superioridade mate-  
rial do Norte.

É aí justamente que reside a prova da sabedoria dos Patriarcas  
da Independência americana. Ao escolherem o Potomac para sede do  
governo federal, garantiram, sem o saber, a vitória e integridade final da  
União. Durante os anos trágicos da Guerra de Secessão, a capital com-  
portou-se como verdadeiro Quartel-General dos exércitos federais,  
próximo da própria frente de combate. Lincoln desejava dar a impressão  
da permanência e solidez da União, não deixando nem que se interrom-  
pesse os trabalhos de construção do enorme Capitólio – o edifício atual  
– cuja cúpula inacabada se erguia no centro da cidade. Washington DC  
foi uma capital de guerra, foi um posto de comando, o coração do esforço  
bélico nortista. O gênio militar de Robert Lee, o comandante sulista,  
bem compreendeu a importância que, para o inimigo, constituía a posse  
da capital. Toda sua estratégia visou conquistar ou, pelo menos, isolar a  
praça. Porque foram baldadas suas tentativas, o Norte ganhou tempo  
para mobilizar recursos maiores em homens e em dinheiro, fazendo  
finalmente agir a superioridade para, em Gettysburg e outras batalhas,  
conter, separar e, finalmente, aniquilar o Sul. A importância geopolítica  
da posição de Washington, vagamente pressentida pelos Pais Fundadores  
dos Estados Unidos, encontrava assim, oitenta anos depois, impres-  
sionante confirmação na estratégia da guerra civil.

A luta terminou. Lincoln foi assassinado. A reconstrução  
seguiu seu curso no Sul, prostrado pela derrota e pela ruína econômica.  
Foi uma época de intenso trabalho e profunda crise moral. Escreve Claude  
Bowers: “Nunca os homens públicos americanos, em posições de res-  
ponsabilidade e dirigindo os destinos da nação, se revelaram tão brutais,  
hipócritas e corruptos”. Mas Washington, que durante e após os anos de  
guerra, havia naturalmente caído num estado deplorável de sujeira e  
desleixo, ia passar por um período de grande progresso, a partir de  
1871, graças à obra de Alexandre Shepherd. O Congresso instituíra uma



nova forma de governo no Distrito Federal de Columbia, com um Governador, um Departamento de Obras Públicas e um Conselho legislativo de onze membros – todos de nomeação do Presidente. Amigo do diretor do *Washington Star*, jornal de grande influência, e gozando da confiança do Presidente Grant, Shepherd advogara um plano de extensa modernização, propondo medidas concretas para levá-lo a efeito. Nomeado Diretor do Departamento de Obras Públicas e conseguindo obter os fundos necessários, “agarrando a oportunidade que outros não haviam descoberto”, Shepherd empenhou-se, aberta e corajosamente, e com abandono ditatorial, na obra de dar início ao trabalho, tanto tempo esquecido, de tornar a cidade o que fora sonhada pelo seu Fundador. Sem consideração para com os interesses egoístas e a oposição dos avaros, executou uma tarefa que, nos resultados e nos métodos empregados, se assemelha à do Barão George Haussmann em Paris. Como Haussmann, foi também o homem mais odiado de sua geração. Não hesitou em enfrentar a impopularidade, mas todos reconhecem hoje seu papel de continuador de L’Enfant. Lembra também nosso Pereira Passos. Mas porque, em 1874, os Estados Unidos sofreram uma grave crise financeira e porque, nomeado Governador da cidade, dobrara sua dívida além do limite legal de dez milhões de dólares, foi Shepherd submetido a uma investigação vexatória e finalmente demitido. Vale acrescentar, a título de curiosidade, que durante um longo período as pessoas domiciliadas no Distrito não gozaram do direito de voto, limitação anti-democrática que se explicava, na época, pelo desejo de não estender tal privilégio de cidadania à numerosa população negra ali residente. Hoje, o prefeito de Washington é eleito e, dada a composição étnica do Distrito, é geralmente um afro-americano.

Em 1880 o número de habitantes atingia 180.000 e a cidade crescia rapidamente. A atenção do público estava, no entanto, concentrada na fantástica expansão territorial, econômica e técnica do país, pouco se preocupando com problemas urbanísticos. A metrópole alargava-se naturalmente, sem levar em conta qualquer planejamento racional. O esquema de L’Enfant e as vastas avenidas diagonais foram sendo prolongadas, na periferia bastante ondulada da capital, sem atender às linhas de contorno, erro muito comum do urbanismo preguiçoso em uma democracia onde mudam constantemente os governantes. Urgia

novo planejamento pois a capital não podia ser deixada em tal estado de abandono. Em 1887, o Plano da cidade no traçado original de L'Enfant, durante muitos anos esquecido, foi redescoberto, causando grande sensação. Verificou-se que, embora freqüentemente violada em consequência da miopia dos legisladores, sua estrutura básica ainda sobrevivia.

As comemorações do Centenário da fundação da cidade contribuíram, juntamente com uma conferência do Instituto Americano de Arquitetos que achou péssimas as condições estéticas da cidade, para exigir uma renovação do Plano Diretor da capital. Isso despertou o interesse do público inteligente e, nessas circunstâncias, realizando-se a Exposição de Chicago de 1893 que constitui um marco importante na história da arquitetura e do urbanismo americanos, o ideal da *City Beautiful* de Daniel Burnham, combinado com a concepção grandiloqüente do “Pátio de Honra” daquela exposição, inspiraram o Senador James MacMillan, Presidente da Comissão do Distrito, a patrocinar uma resolução tendente a criar um Comitê de técnicos, encarregados de elaborar “planos para o desenvolvimento e melhoramento do sistema de parques do Distrito de Columbia”. Aprovada a idéia, o Comitê apelou, além de um escultor, para os serviços do próprio Daniel Burnham. Outro arquiteto ilustre, Charles MacKim, e um paisagista, Frederick L. Olmsted, juntaram-se ao grupo. Burnham, chamado por Lewis Mumford “um dos maiores expoentes do urbanismo imperialista”, ia deixar sua marca no aspecto monumental da cidade. Olmsted, famoso pelo seu desenho do Central Park de Nova York, foi um dos primeiros artistas que concebeu a idéia do “sistema de parques” numa cidade moderna e, como tal, é também precursor da “cidade-jardim”.

O Presidente William Howard Taft afirmara que a capital, planejada por Washington, fora infinitamente maior, em proporção aos recursos da nação na época da Independência, do que a cidade abraçada por todos os planos então postos em prática, em relação aos recursos crescentes do país naquela data. O resultado final do desenvolvimento urbanístico e arquitetônico, sob a presidência de Taft, não é sem grandeza e verdadeira beleza, não obstante as críticas recentes ao espírito que orientou a Comissão, espírito que obedece à tradição clássica da *École des Beaux Arts* de Paris e da Feira Mundial de Chicago. Dois dos postulados da Comissão eram “estilo clássico” e gabarito uniforme. Desde então, foi uma orgia

de mármore, o triunfo absoluto do calcário branco da Virgínia! Mesmo nos edifícios modernos, já influenciados pelas brisas refrescantes da arquitetura contemporânea, como o *Federal Reserve* – a tradição tem sido respeitada, mantendo uma harmonia de conjunto que lembra Paris e criando um efeito monumental quase esmagador. Sempre obediente aos cânones das três ordens e apresentando a coluna em todas as suas possíveis aplicações, é mais do que a Grécia, é Roma ou, por outra, a nossa idéia hodierna do que fora a Roma dos Césares, que Washington procura reproduzir. A impressão de conjunto deixa pouca margem às exceções, em geral horrorosas, de neogótico (por exemplo, a *Smithsonian Institution*), de bizantino e de barroco. Como também abafa as tentativas tímidas do modernismo representado por Saarinen e Frank Lloyd Wright. A *East Wing* da Galeria Nacional (de Arte) é o mais brilhante expoente da arquitetura moderna. Seu autor, o arquiteto de origem chinesa I.M. Pei, foi também quem concebeu a renovação do Louvre, em Paris, com a famosa e polêmica pirâmide de vidro no espaço do Carroussel.

Uma coisa afigura-se-nos incontestável: a arquitetura é influenciada pelo espírito dos tempos. Washington foi fundada ao final do período barroco e princípios do neoclassicismo do “*Style Empire*”. O espírito que orientou o seu planejamento foi o do século XVIII, o mesmo que presidiu à redação da Constituição americana, o de Descartes e Montesquieu, de Bach e Kant, o ideal do Racionalismo. Nesse sentido, ainda que nos possa parecer *démodé*, o estilo de Washington é apropriado para a capital de uma grande potência que, em seu traçado, reflete o sistema governamental do país e uma Constituição de cuja vitalidade é, afinal de contas, difícil duvidar. L’Enfant e os arquitetos do conjunto administrativo do *Mall* obedeceram ao mesmo sistema abstrato, legalista, racionalista, de pesos e contrapesos e equilíbrio de poderes que governa a vida política americana.

E não devemos também esquecer o romantismo de princípio do século XIX, contraponto, seqüência lógica e similarmente influente do movimento anterior. Nessa época, quando Winckelmann e os poetas da Europa estavam vulgarizando a paixão pela Grécia e por Roma, criou-se uma visão artificial do classicismo. Por outro lado, os homens que fizeram a revolução americana e a revolução francesa consideravam só haver a democracia existido anteriormente em Roma e na Grécia. Cabiam,

portanto, as formas externas da antiguidade clássica como as únicas dignas de vestir apropriadamente as novas instituições republicanas. O raciocínio era curioso. Na mesma ordem de idéias, salvo que, em vez de Sólon, Péricles ou Scipião, os heróis seriam Alexandre, César e Augusto, ia-se justificar o neoclassicismo de Napoleão, do Tzar Alexandre da Rússia, dos imperialistas britânicos na Índia e dos progressistas *yankees*, inclusive, com os frontões gregos das mansões da Virgínia e dos bancos de Wall Street. Era, em outras palavras, “o urbanismo imperialista” a que se refere Mumford... Ora, o racionalismo e o romantismo foram incapazes de criar um estilo autêntico nas artes plásticas e, na realidade, marcaram o princípio da decadência dessas artes a qual se acentua no século XIX. As ruínas de um templo dórico, como a silhueta de uma catedral gótica quando a emoção era diferente, iam despertar uma sensação deliciosa e sentimental, criando uma “moda” ou um gosto que Santayana definiria como “sentimentalidade no mármore”. Em última análise, o julgamento que se pode fazer sobre a adequação do estilo de Washington depende de uma convicção política ou mesmo de uma concepção do mundo. Na base autêntica e vital do humanismo renascentista e do racionalismo enciclopédico, nas ilusões estilísticas do frenético dinamismo norte-americano à procura de antecedentes, assim como na sentimentalidade artificial do romantismo de Rousseau que contribuiria para reviver o estilo “gótico” tão do gosto de ingleses e canadenses, com seu postulado de igualdade e liberdade individual, e sua crença na bondade inata do homem, tão fundamentalmente americanos – a capital dos Estados Unidos encontrou o estilo que lhe convém.

No fundo, com todos os seus possíveis defeitos de clima, urbanismo ou estilo arquitetônico, Washington é uma cidade linda e agradável, uma das mais interessantes e aprazíveis da América do Norte. Não obstante sua população já ultrapassar a casa de três ou quatro milhões (incluindo as cidades satélites na Virgínia e no Maryland) e de revelar pretensões, derivadas da importância crescente do país, de vir a ser uma espécie de Capital do Mundo, guarda ainda as características simpáticas de cidadezinha de província, a *small town* onde se encontra o que há de melhor e mais autêntico na vida dos Estados Unidos. Muitos acusam-na de ser metropolitana sem ser cosmopolita. De ser uma “capital do mundo” sem ser mundana; provinciana na ausência de verdadeira

cultura, e de consagrar-se assiduamente à politicagem sem revelar interesse pelas grandes idéias da filosofia política, aquelas que decidem o destino das nações. E de possuir esplêndidos museus sem alimentar qualquer vida artística; de carecer de bons restaurantes, teatro ou música; de não possuir nenhuma universidade de primeiro plano e, em suma, de ignorar o que é uma atmosfera elevada de pensamento e de arte. Como sede do governo dos Estados Unidos acolhe um corpo diplomático mais vasto do que qualquer outra capital do mundo. Só a Embaixada britânica possui um pessoal mais numeroso do que todo o governo federal quando se transferiu para a recém-fundada Washington, na primeira presidência. Recebe também um maior número de visitantes ilustres, desde presidentes latino-americanos e chefes asiáticos, a reis e primeiros-ministros europeus. Seu provincianismo no entanto impressiona e, às vezes, irrita. A cidade denuncia, a cada passo, a incapacidade psicológica do americano de compreender o estrangeiro e convencer-se de sua imensa responsabilidade no mundo atual. Mesmo a vida social local, com todo o brilho facultado pela presença diplomática, é relativamente apagada, carecendo de sutileza e sofisticação. “Cidade da conversação”, como assinalava Henry James, “falando muito de si mesma e pouco de qualquer outra coisa”, é a meca dos aventureiros políticos, dos *lobbyists* ou “cavadores” à cata de favores, dos candidatos às carreiras oficiais, dos comentaristas e repórteres políticos, dos inventores e industriais que ambicionam contratos de fornecimento ao governo, como é também o descanso dos funcionários aposentados e militares reformados. É certamente a maior cidade governamental do mundo ou, como diria Vallaux, a “capital artificial por excelência”, com todos os seus defeitos e vantagens. Cresceu com o crescimento pletórico do Estado americano. Expandiu-se sobretudo durante a administração de Franklin Roosevelt e a Segunda Guerra Mundial, quando tomou a si inúmeras funções novas, mobilizando técnicos, economistas, sociólogos, diretores executivos e *managers* em número espantoso. É a cidade cuja principal indústria é o governo, sendo a segunda, o turismo. Como tal, veio a constituir um modelo não só de inúmeras capitais estaduais americanas mas de muitas outras estrangeiras.

Como cidade que cumpre uma função bem determinada – uma função a que bem se submeteu nos duzentos anos de sua história;

uma cidade que foi construída com um objetivo preciso e dentro de um plano predeterminado, Washington possui uma distinção e mesmo uma dignidade evidente, que ninguém lhe poderá negar. É por isso que se tornou um dos modelos que procuramos emular, não talvez no que diz respeito ao estilo arquitetônico, mas no urbanismo como expressão geopolítica. Na construção de Brasília tivemos, sobre os americanos, a vantagem de um território já unificado, senhor de suas fronteiras definitivas. A nosso dispor, nos valem de sua experiência, assim como da experiência de muitos outros povos que também procuraram realizar, na esfera das cidades governamentais, sua Idéia Dominante ou o imperativo geopolítico federal, de união e descentralização. Tivemos também a possibilidade de aproveitar todos os progressos da ciência e da técnica modernas, com os quais L'Enfant nunca poderia haver sonhado. E construímos a nossa metrópole do planalto central quando um novo estilo arquitetônico – que constitui a expressão plástica primordial da civilização universalista do futuro – brotava em nosso solo com admirável pujança e originalidade. Que nossos governantes tenham a visão de um Washington, um Jefferson, um Madison ou um Lincoln, eis tudo quanto precisamos esperar em Brasília!

\* \* \*

*George Washington como Presidente*

*Pierre Charles L'Enfant, por Leon Chatelain. (Por cortesia da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, Washington, DC)*



*Washington – Planta original de Washington, conforme desenho gravado  
no túmulo de Pi er re Char les L'Enfant – (Foto do Au tor)*



*Washington em 1852 – Litografia de E. Saxe. (Por cortesia da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América)*

*O Capi tólio em cons tução em ple na guer ra ci vil*

.....

XI  
*Ottawa*

Situada na confluência de três rios, num dos sítios mais pitorescos do país, a capital do Canadá deve sua importância à posição excepcional que ocupa entre as províncias de Ontário e Quebec, centros respectivamente das culturas inglesa e francesa. Cidade de origem modesta, fora outrora chamada “uma aldeia subártica, convertida em arena de lutas políticas por mandado real”. Mas já em princípios do século XIX, seu crescimento natural e posição geográfica, qualificada de “magnífica”, justificavam-lhe o apelido de futura Edinburgo do continente norte-americano.

O local fora descoberto pelo grande explorador francês Samuel de Champlain que, em 1613, por ali passou à procura do sertão canadense. Navegava ele o “Grande Rio” que os índios chamavam Kichesippi e chegara à confluência do Gatineau e do Rideau oito dias depois de sair de Montreal, fundada de passagem. Foi Champlain que batizou o Rideau ao comparar a espuma de sua queda sobre o Kichesippi a uma “cortina” de água. Bastante conhecido dos índios que, provavelmente desde tempos remotos, utilizavam para porte esse caminho a fim de contornar o rápido das Chaudières, era terra dos Algonquins. Mas os primeiros exploradores chamaram o rio pelo nome da tribo que navegava

suas águas, os Utauaks ou Ouataouais, de onde a palavra Ottawa que ainda hoje os franco-canadenses pronunciam “Otaué” – palavra cuja etimologia, *adawe*, significa “comerciar”. Outros exploradores e mercadores seguiram os passos de Champlain: Duluth, La Mothe-Cadillac, Frobisher, Alexander Mackenzie e Lord Selkirk. A região tornou-se conhecida graças aos caçadores de peles e os chamados “*voyageurs*” que subiam a grande via de penetração fluvial em demanda do oeste longínquo canadense. Nesse princípio de sua história foi o rio ensangüentado pelas guerras entre Algonquins, Iroquois e respectivos aliados brancos.

Escoou-se um século e a vasta região que é hoje o Canadá foi ferozmente disputada por franceses e ingleses, enquanto Voltaire observava: “*On se bat pour quelques arpents de neige*”, revelando a incompreensão total da opinião pública francesa pelo futuro da expansão no além-mar. Na batalha de Quebec (1759) foi decidida a sorte do continente norte-americano em favor da soberania anglo-saxônica, morrendo no combate os dois adversários, o marquês de Montcalm e Wolfe. Mas durante a luta memorável a região dos Ouataouais guardou o silêncio opressivo de suas florestas virgens. Uma geração apenas e o sopro da liberdade ia, pela força das armas, abalar o domínio britânico. Treze colônias mais ao sul proclamaram sua independência e confederaram-se para defendê-la. No vale do Grande Rio alguns destacamentos de tropas inglesas, 65.000 antigos súditos do Rei de França, os colonos de origem britânica que se mantinham leais à Coroa e as tribos de índios amigos conseguiram preservar para a Inglaterra as vastas extensões do Canadá. O país conserva, até hoje, essa feição essencial de lealdade ao velho mundo e à mãe-pátria britânica que o distingue de seu colossal vizinho norte-americano. Foi um americano, Philemon Wright, o primeiro que, ao findar o século XVIII, subiu o rio Ottawa e propôs a utilização dos recursos da região para uma indústria de madeira susceptível de justificar a colonização. Wright comprou por 240 dólares o sítio em que se ergue hoje a capital e denominou o estabelecimento “Columbia Village”. O povoado desenvolveu-se rapidamente graças ao comércio do pinho branco de Quebec, *Pinus strobus*, o principal produto de exportação da colônia. Os troncos de pinheiro flutuavam rio abaixo para fazer a fortuna dos primeiros aventureiros, serviram nos mastros e nos tombadilhos das esquadras inglesas que combatiam Napoleão, e iam ser o fator determinante na

exploração do vale e no estabelecimento da população às margens do Ottawa. O espetáculo desse meio de transporte fácil e econômico ainda é hoje característico da região.

No entanto, a importância da posição de Ottawa foi o resultado de circunstâncias não comerciais, porém militares, decorrentes da guerra anglo-americana de 1812 e do período de relações tensas que se lhe seguiu. Em 1815, o futuro governador, o Earl of Dalhousie, passando pelas margens do rio, chamou a atenção de um amigo: “Não se surpreenda,” disse, “se um dia aquela eminência venha a ser a sede do governo dos dois Canadás”. Em missão de reconhecimento, executada em 1816, procurou-se um caminho interior, ligando Montreal e Kingston, caminho seguro e protegido contra qualquer interferência no caso de nova guerra com os Estados Unidos. De fato, receava-se pudessem os americanos atacar e cortar o rio São Lourenço, como acontecera em 1812, separando assim o Quebec da região dos Grandes Lagos. Em 1823, Dalhousie, agora Governador-Geral, comprou por 750 Libras o terreno destinado à futura obra. Quatro anos depois, engenheiros ingleses propuseram a construção do canal para ligar as porções navegáveis do rio Rideau à cidade de Kingston, no lago Ontário. O local escolhido, na confluência do Rideau com o Ottawa, seria a estação terminal da artéria proposta, cabendo ao Coronel John By, veterano da guerra peninsular e conhecido oficial do Corpo Real de Engenharia, a missão de superintender os trabalhos do *Rideau Canal*. A vila transformou-se em centro mercantil importante e, em 1838, quando coroada a Rainha Vitória, já possuía uma população de dois mil habitantes. A prosperidade trouxe mudanças inevitáveis na condição e no ponto de vista de seus cidadãos. Era, como se dizia, uma “população misturada” – trabalhadores do canal, madeireiros, lenhadores, soldados, pequenos lojistas – burguesia inquieta que dava ao lugarejo, Bytown, a reputação de perigosa aglomeração fronteiriça e o aspecto de uma aldeia do *Far West*, onde a bebida corria em abundância, as lutas corporais eram freqüentes e barata a vida humana. Parte da população, irlandesa e católica, costumava enfrentar, em choques sangrentos – característica da época e geralmente no dia de São Patrício – os ingleses e os Orangemen protestantes. A “febre dos pântanos”, a cólera e o tifo constituíam outros argumentos para formar a opinião dos puritanos e dos pessimistas que consideravam Bytown “uma cidade sem

Deus”. O período pitoresco e desordeiro, porém, atingia ao fim. A 1<sup>a</sup> de janeiro de 1885, Bytown foi *incorporated*, isto é, passou a ter existência legal como município e o nome mudado para Ottawa, recebendo um escudo de armas com o modo *Advance*. A população já atingia oito mil habitantes. O último capítulo na evolução da aldeia insignificante, perdida no sertão canadense, ocorreu em 1857, data em que foi escolhida pela Rainha Vitória para ser, “até que de outro modo decida o soberano”, a “sede do governo da Província Unida do Canadá do Oeste e do Canadá do Leste”.

A posição geográfica de Ottawa, tanto quanto seu sítio excepcional, explicam a decisão da Rainha. Acima das Chaudières, o rio alarga-se em uma espécie de lago, calmo e espaçoso, em cujas margens cresceu uma aglomeração de veraneio. A cidade é coroada pelo Parliament Hill, espécie de acrópole ao lado da qual se deparam as comportas que articulam o sistema do canal com o rio Rideau. Um pouco mais abaixo, Ottawa é ligada por uma grande Ponte Interprovincial à cidade de Hull, já no Quebec, habitada sobretudo por canadenses franceses e bastante industrial. Daí por diante, após receber o Gatineau e o Rideau, o rio corre largamente até juntar-se com o São Lourenço perto de Montreal, duzentos quilômetros abaixo. Em grande parte de seu curso o Ottawa é também uma linha divisória entre dois tipos diferentes de terreno. Na margem esquerda, em Quebec, estendem-se as colinas do Gatineau como vanguarda do sistema pré-cambriano das Laurentidas, vasta região coberta de florestas de pinheiros. Dessas montanhas, rápido e perigoso, desce o Gatineau, via natural de transporte das grandes toras de madeira que, cortadas nas florestas do norte, qual jangadas correm livremente rio abaixo. Em contraste, estende-se à margem meridional uma planície levemente ondulada, coberta de campos cultivados e de pastos verdejantes, delimitada pelo São Lourenço e pelo lago Ontário. O triângulo oriental da província de Ontário, cujo vértice é Montreal, representa uma das partes mais ricas do país.

Antes de ser constituída a Confederação, a zona habitada do país não ultrapassava uma faixa de trezentos quilômetros à margem esquerda do São Lourenço. Dentro dessa zona, quatro cidades disputaram a honra de albergar o governo do novo domínio: Quebec e Montreal na parte francesa, Toronto e Kingston do lado inglês. Montreal e Toronto



são ainda hoje as duas maiores cidades do país. A controvérsia torna-se tão azeda e perigosa para a integridade do Canadá que se chegara à estranha prática conciliatória de alternar a Legislatura, cada quatro nos, entre Quebec e Toronto. Depois da rebelião de 1837, distúrbios sérios em Montreal tiveram como conseqüência o incêndio do parlamento e ataques ao governador, provando a inexequibilidade daquela cidade como capital. Ottawa deve sua preferência a Sir Richard Scott que, com grande habilidade, conseguiu convencer o público das vantagens e estabilidade da posição intermediária; e ao Governador Sir Edmund Walker Head que, combatendo os argumentos dos céticos, pessoalmente lhe advogou os méritos junto à Rainha Vitória. Não se deve esquecer o desenho panorâmico do local que Lady Head mostrou à soberana para confirmá-la em sua opção, chegada à vista de considerações tanto políticas quanto estéticas. E vale acrescentar que a articulação do sítio em face da “fronteira de tensão” com os Estados Unidos não foi pequena consideração, pois o próprio estreitamento das duas províncias rivais resultava de uma necessária reconciliação entre os elementos anglo e franco-canadenses, frente ao poder que se agigantava do vizinho meridional. A escolha de Ottawa a qual, “no julgamento de Sua Majestade, mais do que qualquer outro lugar, combina um grande número de vantagens para ser a sede permanente do futuro governo”, constituiu portanto um golpe de esclarecido sentido político. Temos aí um exemplo – de certo modo correspondente ao de Madrid, Washington e Canberra – de capital cuja posição geográfica representa por si mesma um elemento de união, um fator de harmonização que contrabalança as tendências centrífugas de regiões rivais.

Sem ser a “paisagem estupenda” do orgulho canadense, a cidade goza sem dúvida de uma topografia privilegiada que os canadenses souberam aproveitar na disposição do conjunto arquitetônico governamental sobre o Morro do Parlamento. Mas apesar dessas vantagens não poucos protestos! Em todas as épocas e em todos os países, os céticos e os filisteus fazem ouvir a sua voz. Jornalistas ingleses que a visitaram em 1860, na comitiva do Príncipe de Gales (futuro Eduardo VII), qualificaram-na de “monstruoso absurdo” e descreveram os edifícios do Parlamento, então em construção, como “admiravelmente indicados para servir de hospício de loucos, tão cedo a prosperidade da povoação requeira tais

instituições...” É curioso que até canadenses patriotas, confiantes no futuro de seu país, deploravam a nova capital do mato, *bush capital*, “construída sobre um rio turvo, cheio de tábuas e serradura”. Esqueciam-se de que a indústria da madeira era, na época, uma das mais prósperas do Canadá e garantia sobejamente o futuro econômico da cidade, independentemente de ser ou não a sede do governo, tanto assim que, até 1896, o governo federal em nada contribuiu para os serviços públicos municipais. Esses comentários são interessantes porque revelam, mesmo num país sério e progressista como o Canadá, a fatalidade da oposição estreita de incrédulos e pessimistas. E de um certo modo consolam aqueles patrícios nossos que sonharam com a mudança da capital brasileira, enfrentando críticas e pilhérias semelhantes.

A mudança da administração efetuou-se aos poucos. Só em 1864 o funcionalismo público transferiu-se de Quebec e a proclamação definitiva da elevação da cidade data de outubro de 1865. E não é de admirar que resmungassem e se queixassem esses funcionários transplantados, como é próprio de sua profissão, sendo grande o descontentamento com o abandono de Quebec que, até hoje, se orgulha de ser um centro culto, de refinamento mundano e vida européia. A “capital do mato”, provinciana e rude, habitada por sertanejos grosseiros, não era de molde a torná-la mais aprazível aos trezentos e tantos serventuários que, na época, lotavam os departamentos da administração canadense. A má-vontade não se limitava ao funcionalismo público. Em 1867, o governador Lord Monck esnobara Ottawa, deixando bem clara sua preferência pelo Palácio de Spencerwood em Quebec, que reputava morada mais amena do que a residência oficial no casarão de Rideau Hall.

Em 1864 reuniram-se os “Patriarcas” da nação canadense os quais, convencidos da inviabilidade do sistema colonial, decidiram substituir as duas províncias unificadas do Alto e do Baixo Canadá – correspondentes mais ou menos a Ontário e Quebec – por uma Confederação ampla e livre, estendendo-se de oceano a oceano: “*The wholesome sea is at her gates, her gates both east and west*”. A 1ª de julho de 1867 seus esforços foram coroados de êxito e o novo domínio oficialmente proclamado, sendo Sir John Macdonald Primeiro-Ministro e Lord Monck Governador-Geral. Con-

firmada como capital dez anos depois de sua escolha pela Rainha Vitória, testemunhava Ottawa de sua visão e perspicácia! A metrópole distingue-se pela peculiaridade de não constituir, a bem dizer, um “Distrito Federal” segundo o modelo de Washington, Brasília ou Canberra, muito embora seja o Canadá organizado dentro de uma estrutura largamente federal. O modelo do “Distrito de Columbia” que, com várias e consideráveis alterações, foi seguido em Buenos Aires, na Cidade do México e em Caracas, não satisfazia às condições especiais reinantes na época daquela providência. Ottawa é, ainda hoje, parte integrante da província de Ontário, constituindo um município absolutamente autônomo: A administração complexa e de certo modo confusa que resulta de tal organização baseia-se num sistema de cooperação federal, provincial e municipal, e só a extrema flexibilidade do gênio político anglo-saxônico tem permitido o seu sucesso. O Prefeito, o *Mayor* – é eleito pelo povo e assistido por um Conselho de Controle composto de quatro membros, e por uma Câmara de dezoito Vereadores (*Aldermen*), dois para cada um dos nove distritos municipais. Essa constituição tem sido freqüentemente modificada para atender a circunstâncias do momento.

Do ponto de vista arquitetônico, a primeira coisa que suscita a atenção do visitante, ao chegar à cidade, é o conjunto de construções oficiais em estilo “normando-gótico”, que se ergue sobre a vasta esplanada retangular do *Parliament Hill*. Vê-se uma sucessão de torres esguias e telhados agudos, de silhueta elegante e aspecto austero, dominando o rio. Diante do edifício central do Parlamento levanta-se a Torre da Paz, bela obra de arquitetura neogótica. A casa original, construída em 1860 e destruída por um incêndio em 1916, foi reconstruída em 1922, nos moldes primitivos. No interior, os canadenses procuram por todos os meios reproduzir as regras, os costumes, as cerimônias e o ambiente da Casa famosa de Londres, a “Mãe dos Parlamentos”. Se considerarmos a riqueza do domínio, sua extraordinária prosperidade (a renda *per capita* canadense é, atualmente, de US\$25.000) e os superávits que se têm acumulado em seus orçamentos, não é fácil justificar o fato que o governo federal ainda não disponha de todo o espaço construído para seu trabalho. O canadense

herdou de seus antepassados escoceses e normandos a virtude de poupança.<sup>4</sup>

O conjunto do *Parliament Hill* deixa uma impressão de força, nobreza e elegância. Caberia, porém, lamentar a falta de imaginação, o espírito de lealdade, quiçá exagerado, que quis arremedar na América a atmosfera da velha Inglaterra. A preferência pelo estilo neogótico ou Tudor é bem representativa de um certo “colonialismo” cultural de que ainda se ressentia o Canadá. Não houve audácia para romper com as formas do passado europeu ou, pelo menos, para adaptá-las ao ambiente livre do Novo Mundo. Os arquitetos nada mais fizeram do que imitar Westminster. Muito embora com bom gosto, lhes faltou independência e criatividade. Aí, como aliás na construção dos grandes hotéis de luxo – os “Chateaux” de Quebec, Ottawa e Toronto que imitam fortalezas feudais francesas – exprimiu-se uma mentalidade de “Domínio” que não desejar romper seus laços espirituais com a velha Metrópole e não receia a pobreza e o anacronismo de suas obras artísticas. Nesse sentido, o estilo do conjunto administrativo de *Parliament Hill* é um exemplo significativo do “*mensonge des formes*” contra o qual deblateravam os arquitetos contemporâneos. Um exemplo da “arqueologia”, do romantismo medievalista, da imitação barata dos “estilos históricos” que corrompeu e estultificou a arquitetura do século XIX e princípios do século XX.

Na verdade, toda a atmosfera social da cidade apresenta um certo cunho britânico que a distingue de Quebec onde predomina vaga lembrança continental, um quê da velha França, ao passo que Toronto e Vancouver já são grandes metrópoles de estilo francamente americano. Na vida oficial e diplomática dessa “Washington setentrional”, a “Corte” do Governador-Geral procura transplantar as velhas práticas proto-

4 Se quisermos fazer uma comparação edificante entre o Brasil e o Canadá, em termos de temperamento de seus povos, do caráter de suas respectivas administrações e da cultura cívica dos dois povos, bastaria correlacionar esse fato típico que o Tesouro canadense, ao tempo em que estive servindo em Ottawa (1951-52), administrava um orçamento superavitário dez vezes mais elevado que o brasileiro, enquanto funcionava modestamente num edifício de madeira que era quase um pardiêiro. Na mesma época e principiando o Brasil a percorrer sua deplorável carreira inflacionária, o ministério da Fazenda, no Rio, já era um imenso edifício de mármore, com escadarias gigantescas de bronze e gabinetes decorados com tapetes persas.

colares de Buckingham e Balmoral. Aí se acentuam e se equacionam os três focos da atenção canadense: a Comunidade britânica à qual se sente tradicionalmente ligada por laços políticos e culturais inquebrantáveis; os Estados Unidos ao qual o Domínio se associa econômica (NAFTA) e militarmente (OTAN) e ao qual, aos poucos, se vai identificando socialmente; e o catolicismo *Vieille France* da província de Quebec, conservadora e isolacionista, rústica e bairrista... e tendendo fortemente ao separatismo. Mas é o primeiro, o espírito anglo-saxão da *Commonwealth*, que domina a atmosfera e sobressai na paisagem e na arquitetura de Ottawa...

Cidade de trabalho, é essencialmente uma aglomeração de gente operosa, de burocratas *ronds-de-cuir*, de políticos, militares e industriais que vêm procurar contratos com o governo. É também uma cidade calma de aposentados. Predominam as mulheres, viúvas de funcionários, solteironas e secretárias nas repartições públicas. Como se poderia esperar, é uma cidade um tanto artificial onde o rústico do oeste procura se fazer passar por *gentleman* da City. O canadense é franco, alegre e desprovido de convencionalismos, mas só em Ottawa é às vezes *snob*.

Os habitantes muito fizeram para embelezar sua capital. Foram nisso bem sucedidos porque, apesar da frieza do clima e da vida que a tornam bastante enfadonha, Ottawa é sem dúvida uma cidade aprazível. Em conseqüência de sua organização administrativa, ao mesmo tempo federal, provincial e municipal, e da ausência de uma jurisdição direta do governo federal, foi necessário, em 1948, estabelecer o “Programa de planejamento e desenvolvimento da Capital Nacional”, na base de uma cooperação entre aquelas entidades políticas. A Segunda Guerra Mundial atrasou a realização dos grandes projetos de remodelação da cidade. O “Plano Mestre” é original e compreensivo, visando satisfazer as exigências do conceito moderno do que deve ser uma capital, não apenas como centro urbano mas como região planejada, controlada e suficientemente vasta para prover às amenidades e facilidades necessárias ao perfeito desempenho de sua função de “órgão centralizador” do Estado. O projeto emprega as técnicas mais modernas, com o intuito de servir de modelo para o “*city-planning*” canadense. Particular atenção foi dedicada às qualidades paisagísticas do sítio de Ottawa e ao parque nacional do Gatineau, com seus rios, lagos e montanhas, como centro desportivo e reserva florestal.

Eis aí o que é Ottawa, linda cidade, planejada para ser uma das mais belas capitais do mundo. Cidade que, ainda carecendo de espírito, atmosfera, vida e cultura, é capital de um país cujo progresso estu-pendo tem feito o espanto de todos que o visitam; de uma potência econômica e militar entre as quatro ou cinco maiores do mundo ocidental, bastião da OTAN, arsenal das democracias e reserva inesgotável de matérias-primas; de uma nação séria, honesta, operosa, socialmente equilibrada, politicamente saudável, gozando de um dos mais altos níveis de vida do mundo e de um futuro imenso a seus pés. Uma nação que, para nós brasileiros, exageradamente latinos, imaginativos e indisciplinados, constitui um exemplo edificante daquelas virtudes cívicas que justamente nos faltam – como carecem eles da vivacidade e exuberância, sentido artístico e fantasia, as qualidades e defeitos mais humanos que fazem todo o encanto e originalidade da vida brasileira.

\* \* \*

*A Rainha Victoria quando ainda moça, aproximadamente na época  
em que escolheu Ottawa como Capital do Canadá*

*Ottawa. Vista do Morro do Parlamento*



.....

XII  
*Pretória*

A história da África do Sul, mais do que a do Brasil, tem suas origens na procura do caminho das índias. Coube ao Infante Dom Henrique, que concebeu a idéia da volta da África, a Bartolomeu Dias, que descobriu o “Cabo das Tormentas”, e a Vasco da Gama que, contornando-o, o denominou da “Boa Esperança”, o estabelecimento do homem branco nessas paragens meridionais, então desabitadas, do continente africano. Camões chamou a Montanha da Mesa de “Gigante Adamastor” e celebrou a descoberta em versos famosos do Canto V de *Os Lusíadas*:

Eu sou aquele oculto e grande Cabo,  
A quem chamais vós outros tormentório,  
Que nunca a Ptolomeu, Pompónio, Estrabo,  
Plínio, e quantos passaram, fui notório.

Aqui toda a Africana costa acabo  
Neste meu nunca visto promontório,  
Que para o pólo antártico se estende  
A quem vossa ousadia tanto ofende.

Como mais tarde os ingleses, os portugueses preferiram outros portos ou baías para descanso e reabastecimento de suas frotas em demanda das Índias. Os holandeses, porém, ali desembarcaram em 1652 sob o comando de Jan van Riebeeck, fundando, para sua Companhia das Índias Orientais, uma estação que era ao mesmo tempo armazém, porto de escala e base naval. Não houve inicialmente qualquer intenção colonizadora. A partir de 1707, a imigração européia foi mesmo proibida, seguindo-se-lhe a decisão fatal de estabelecer, em seu lugar, a escravidão negra – decisão que determinou todo o desenvolvimento social ulterior da África do Sul! Assim mesmo, o crescimento endogâmico da população branca foi espantoso pois, no final do século XVIII, já havia perto de dezesseis mil colonos europeus, descendentes de algumas centenas de imigrantes holandeses, alemães e huguenotes. É esse o núcleo inicial do elemento *boer* (pronuncia-se *buur*), isto é, do “fazendeiro” sul-africano de dialeto holandês, de costumes patriarcais, intensa e rígida fé protestante, absurdos preconceitos racistas e hábitos escravagistas.

A colônia cresceu e estendeu-se pelo *hinterland* do Cabo até que, em conseqüência de episódios relacionados com as guerras napoleônicas e, de certo modo, com a fracassada tentativa inglesa contra Buenos Aires, o estabelecimento foi conquistado pelos britânicos e integrado em seu Império. Em 1835, desgostosos com a administração estrangeira e já envolvidos em luta feroz contra as tribos bantus, um grande número de *boers* resolveu abandonar o território da colônia e, num exôdo de aspecto bíblico, deram início ao “Grande Trek” além das montanhas do Drakenberg, procurando fortuna e liberdade no que se tornaria os estados de Natal, Transvaal e Orange. Entre os comandantes legendários dessas “bandeiras” sul-africanas que avançavam em lutas sangrentas contra os Bechuanas, os Basutos, Zulus e Matabeles do Natal, e escarmentavam as autoridades inglesas estabelecidas no litoral, distinguiu-se Andries Wilhelmus Jacobus Pretorius, um dos mais ousados líderes do Trek. Pretorius daria seu nome à futura capital da África do Sul.

Em 1856, os Estados do Cabo, Natal, Transvaal e Orange já se achavam constituídos, os dois primeiros habitados por súditos britânicos, sujeitos à Coroa, os dois últimos mais ou menos independentes e predominantemente *boer*. Os cinquenta anos seguintes enchem uma

história confusa em que se registra a descoberta das minas de diamante de Kimberley, o estabelecimento dos alemães no Sudoeste africano, a Namíbia, guerrilha constante contra as populações negras, as malogradas tentativas de confederação e a hostilidade crescente entre ingleses e holandeses, personificada nas figuras excepcionais de Sir Cecil Rhodes, “Construtor de Império”, e Paul Kruger, herói da liberdade *boer*. A hostilidade culminou na Guerra da África do Sul em consequência da qual as Repúblicas do Transvaal e do Orange foram incorporadas ao Império britânico pelo Tratado de Vereeniging, em maio de 1902.

Terminadas as hostilidades e ainda frescas na memória as crueldades do sistema de campos de concentração, engenhado pelo comandante inglês Lord Kitchener of Khartum, homens lúcidos, serenos e magnânimos de ambos os lados Grey, Carnarvon e Milner entre os vencedores; Botha e Smuts no campo dos vencidos – procuraram encontrar uma solução conciliatória que em uma única comunidade política integrasse as duas etnias européias. A fórmula primeiramente considerada por aqueles ilustres fundadores foi a da aglutinação de um novo Domínio graças à hegemonia de uma das Colônias que seria, naturalmente, a do Cabo, a mais rica e dominada pelo elemento preponderante inglês. A solução viável consistiu, entretanto, na união das quatro colônias em pé de igualdade, com a adoção de um dialeto holandês (o *Afrikaner*) como segunda língua oficial. Em outubro de 1908, reuniu-se uma Convenção constituinte de que participaram delegados das quatro colônias e representantes da Rodésia, a fim de elaborar a Carta Magna da União projetada. Aprovada por Londres, a Constituição estabeleceu, em 31 de maio de 1910, a União da África do Sul. O país tem, portanto, menos de cem anos. Sobrelevava de tal modo o desejo de cercear as tendências centrífugas que haviam determinado a cisão do subcontinente que os constituintes acabaram elaborando uma Carta francamente unitária pois deixavam aos Estados, agora denominados Províncias, apenas certos direitos municipais. A fórmula ia muito além dos planos de confederação idealizados por Lord Carnarvon e Sir George Grey à imagem do aplicado no Domínio do Canadá. É interessante notar que, além da questão das duas línguas oficiais, um dos mais difíceis obstáculos deparados pelos constituintes foi o da escolha da capital do novo Domínio.

O episódio é característico e confirma mais uma vez a importância geopolítica do problema da localização das capitais. A convivência de dois elementos humanos dominadores e rivais – o inglês e o *boer* – localizados em duas regiões distintas, o litoral e o interior, configurava a equação a ser resolvida. Ora, não se trata de uma solução federativa e o que já foi dito a respeito da conveniência, ou mesmo necessidade de escolha de uma capital artificial (Distrito Federal) nos Estados federados, não se relaciona com o caso em exame. A estrutura do país é racial e territorialmente complexa. Além dos elementos dominantes devemos mencionar o judeu, que controla grande parte da alta finança e da mineração do ouro e diamante, e o hindu, que constitui uma classe média comerciante importante no Natal. Dessa classe, incidentalmente, pertencia o Mahatma Gandhi. O próprio negro apresenta estratificações várias, incluindo os mulatos, denominados *coloured*. Isso criou problemas políticos difíceis que o programa de discriminação, isolamento ou separação racial – *apartheid* – promovido pelo partido nacionalista *boer*, acabou agravando. Depois da inútil procura de uma solução intermediária, por uma espécie de sistema de Cantões como na Suíça, a *apartheid* foi progressivamente desmantelada nos anos 80 e 90, graças ao trabalho admirável de dois grandes estadistas, De Clerck, o europeu, e Mandela, o africano.

Na questão da escolha da capital procurou-se igualmente uma solução conciliatória e, para satisfazer a gregos e troianos, inventou-se o dispositivo aparentemente engenhoso de instalar em Pretória a sede do governo e a administração, em Capetown o Parlamento e em Bloemfontein, capital do antigo Estado livre do Orange, a Corte Suprema e os tribunais de recurso. Argumentou-se em favor de tal arranjo, pelo menos estranho, com o benefício dos legisladores e ministros serem obrigados a viajar de um lado para o outro, entre a parte inglesa e a parte *boer*, passando assim a melhor conhecer as necessidades das diversas regiões do país. Mas é evidente que a duplicidade de capitais possui sérios inconvenientes e causa grandes transtornos à Administração, sendo uma solução menos recomendável do que a encontrada pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália com suas capitais “medianas”.

O Parlamento reúne-se normalmente uma vez por ano, de janeiro a junho, e é prática corrente os Chefes dos vários Departamentos

da Administração transferirem-se para Capetown durante esse período, acompanhados de um pequeno número de funcionários especializados de seus respectivos Ministérios. Além disso, um sistema eletrônico aperfeiçoado facilita as comunicações rápidas entre os escritórios de Pretória e os de Capetown. O influxo de parlamentares e funcionários públicos na cidade do Cabo, durante a estação legislativa, cria certas dificuldades de acomodação, muito embora possa parecer aprazível a muitos essa estada anual à beira-mar, numa cidade pitoresca e de clima extremamente agradável. E não podemos completar o argumento sem notar que o caso sul-africano demonstra a viabilidade de uma descentralização administrativa a qual, em certos casos, pode ser aconselhável – como já foi, aliás, proposto para o Brasil, com o Congresso funcionando no Rio.

Mas vejamos agora Pretória: A cidade é a mais antiga do Transvaal e foi fundada às margens de um afluente do Limpopo, em 1855. Pretorius foi o negociador do acordo graças ao qual a Grã-Bretanha reconheceu a independência do Transvaal e dirigiu a ocupação dos distritos de Potchefstroom e Rustenburg que, após sua morte em 1853, foram fundidos em município com o nome de Pretória. Por um tratado entre as pequenas repúblicas de Lydenburgo e África do Sul, concluído na cidade em 1890, foi ela elevada à categoria de capital. O Parlamento do Transvaal pela primeira vez ali se reuniu no ano seguinte. Posto de comando durante a guerra contra a Inglaterra, tomada por Lord Roberts em maio de 1900, foi o local onde os vencidos assinaram o acordo de paz reconhecendo a soberania de Londres. Em 1910, ao ser estabelecida a União Sul-Africana, tornou-se a capital administrativa do novo Domínio. Como se encontra a cerca de 50 quilômetros ao norte de Johannesburgo, a cidade mais importante do país, que é a “Capital do Ouro” e à qual se acha ligada por uma bela rodovia, Pretória funciona como uma espécie de capital anexa.

Em conseqüência dos episódios históricos, acima mencionados, e da falta de conhecimentos urbanísticos na época, o crescimento da cidade foi irregular e desordenado. Seu Plano Piloto é do tipo tradicional, ortogonal, constituída por ilhéus retangulares enquadrados por largas avenidas. No centro urbano, encontra-se a Church Square, isto é, a praça da velha igreja holandesa com alguns dos edifícios do governo, num dispositivo que lembra o das cidades coloniais espanholas. Os vários

bairros foram sendo agregados à área urbana sem se articularem dentro de um plano pré-estabelecido. Erros urbanísticos acidentais ou deliberados dessa natureza só foram suprimidos a partir de 1931 em que a província do Transvaal emitiu uma Ordenança dando base legal ao Plano de Urbanismo. Nos termos desse instrumento, Pretória e outras oito cidades da província tiveram que preparar, num prazo de três anos, seus programas de planejamento. Em 1934, para dar efeito à Ordenança, estabeleceu-se o Comitê de Planejamento Regional que delineou os princípios básicos do *town planning* local. Em suma, constituiu um Plano Diretor, destinado a presidir ao crescimento de Pretória e representando, por isso, um esquema de caráter mais geral do que detalhado. Esse plano foi completado, em 1947, por um eminente arquiteto e urbanista, o Professor William Holford. Nascido na África do Sul e conhecido por seu trabalho na reconstrução da área central de Londres devastada pela *blitz*, Lord Holford é o mesmo urbanista que participou, como Presidente, do júri do concurso para o Plano Piloto de Brasília em 1956.

Além do zoneamento, os planejadores de Pretória foram muito influenciados pela concepção da cidade-jardim. E nesse sentido vale mencionar um fato de particular interesse, para nós brasileiros, pois, tão ricos que somos em nossa flora, queimamos nossas florestas, esquecemos da utilidade e da beleza das árvores e, ao invés de plantá-las em nossas calçadas, freqüentemente cortamo-las... Ora, há pouco mais de cem anos, quando a capital sul-africana era ainda uma vila recém-fundada, o proprietário de um viveiro de plantas conseguiu interessar um respeitável cidadão por duas mudas de uma árvore que oferecia pelo preço módico de dez libras cada uma! As duas plantas, já nascidas na África, pertenciam à família das Bignoniáceas: eram simplesmente jacarandá (pronuncia-se ali, *djacaranda*). Mais tarde, um viveiro obteve outras sementes provenientes da Austrália mas, por essa época, já as duas mudas primitivas se haviam desenvolvido em árvores frondosas cujo tamanho e beleza chamavam a atenção dos transeuntes. Para popularizar o jacarandá, o dono do viveiro achou de bom alvitre presentear a municipalidade com um grande número de mudas e, desde então, o jacarandá tem sido um dos traços decorativos mais típicos de Pretória. A cidade celebra mesmo um *Jacaranda Festival*.

A obra arquitetônica mais interessante de Pretória é o Edifício do governo, Union Building, construído em 1910-1913 no alto da colina conhecida como Meintje's kop. Essa obra em estilo do Renascimento foi descrito por Lord Holford como um exemplo magnífico de arquitetura oficial e obedeceu ao critério, hoje não mais admissível, de que o classicismo é o único estilo digno de um edifício governamental. A idéia básica do planejamento urbanístico de Pretória tem sido, no entanto, a de romper com a tradição passadista e a atitude negativa da burocracia. Os urbanistas procuram atender aos desejos dos proprietários e aconselhá-los com idéias e sugestões valiosas, em seu próprio benefício e para o embelezamento da cidade.

O último problema curioso de Pretória foi a supressão do “zoneamento étnico”, uma espécie de *apartheid* urbana, depois do fim da política de separação racial. Para alguns observadores locais, a integração étnica definitiva só se realizará sob um regime de liberdade econômica que possa tornar o europeu, o africano, o asiático e o mestiço solidários no interesse produtivo. Mais uma vez verificamos que a capital é um “microcosmo” que reflete a estrutura, as tendências e os ideais de uma nação.

\* \* \*

.....

*XIII*  
*Sete Delhis e Nova Delhi*

**D**iz a lenda que, no sítio de Delhi, sete capitais já foram construídas e, ao terminarem o trabalho, sete vezes seus criadores perderam o domínio da Índia. Embora não se orgulhem da antiguidade de outras ruínas do velho continente, as pedras rubras de Delhi estão impregnadas de um passado venerável que, como em Roma, Beidjing ou Constantinopla, conta o drama dos impérios e as vicissitudes dos conquistadores. Sete Delhis: a Índia distribui generosamente a vida e a morte. Mas a permanência do sítio é explicável pelos valores geopolíticos positivos que justificam sua historicidade. Situada à riba ocidental do rio Jumna, o maior afluente do Ganges pela margem direita, estende-se a cidade sobre uma planície áspera e pedregosa, de vegetação pobre, ligeiramente inclinada em direção ao rio e flanqueada por escarpas rochosas. O rio Jumna, típico da planície semi-árida da Índia setentrional, possui um leito arenoso, bastante largo, que só se enche no período das chuvas. De um modo geral é uma paisagem rude, escabrosa, como que própria para campo de batalha! O clima também, continental e excessivo. A meteorologia é o fato mais importante da cidade, dividindo o ano em três estações bem distintas – a primeira, seca, principia a 20 de fevereiro



e prolonga-se até 20 de junho; a segunda, chuvosa, é afetada pelos meses das monções que duram até 20 de outubro; a última é a estação fria, a mais agradável. Durante o primeiro período o calor vai crescendo de intensidade. O ar é seco e ventos ardentes do deserto sopram do quadrante oeste. A temperatura atinge níveis superiores a 40º centígrados e o sol torna-se um déspota odiado. No período seguinte, de grande umidade e desconforto, as chuvas caem em abundância, após o que a estação termina com características pouco saudáveis. Os europeus procuravam evitar sua permanência na cidade durante essa época, refugiando-se nas alturas magníficas e amenas de Simla, nas faldas do Himalaia, e no Kashmir, hoje flagelado pela luta entre o exército indiano e a guerrilha muçulmana que reivindica, para a província, o direito à auto-determinação. Nova Delhi foi por isso concebida para uma residência anual de apenas sete meses, o que explica por que pouco preparada está para a canícula. No inverno o tempo é agradável, como sói acontecer em climas tropicais. Sopra um vento frio do noroeste e a temperatura ocasionalmente pode cair abaixo de zero centígrado.

Mas se o clima, o abastecimento de água e as condições físicas do terreno não se apresentam como especialmente recomendáveis, o mesmo não é lícito afirmar quanto à admirável posição estratégica da localidade – posição central, quase eqüidistante de Calcutá, Mumbai (Bombaim), Karachi e Hyderabad, e colocada a cavaleiro da grande via de penetração do subcontinente no vale entre o Ganges e o Jumna. Pode dizer-se que, nesse sentido, está relacionada com a fronteira viva do noroeste, a fronteira afegã – desempenhando um papel semelhante ao de Beidjing e Viena, de guarda e defensora da rota tradicionalmente trilhada pelo bárbaro invasor. A fronteira do Noroeste! Através de Pechawar, hoje no Paquistão, e do justamente famoso Passo de Khyber, na fronteira com o Afeganistão, passaram todos aqueles exércitos e hordas tribais cujas incursões, procedentes da Ásia Central, costuram a própria trama da atribulada história da Índia. Arianos pré-históricos, persas, scythas, os gregos de Alexandre, hunos, turcos, afegãos e os mongóis de Tamerlão, ao desembocarem das montanhas, depararam-se com o Pendjab, o fértil “país dos cinco rios” na bacia superior do Indus. Ora, o Indus constitui uma região distinta, bem diversa do resto do

país e, de certo modo, ligada ainda ao planalto iraniano. Um novo obstáculo ergue-se ao avanço dos invasores pois o Pendjab está imprensado entre o Himalaia e o deserto de Thar, que mede 650 quilômetros de extensão por 250 de largura. Para prosseguir, eles procuravam o vale do Jumna e a passagem estreita, de pouco mais de cem quilômetros, entre o Himalaia e o deserto, nos limites do Rajputana e do Estado de Uttar Pradesh. Uma vez forçada essa passagem, aberto está o caminho para o baixo vale do Ganges, para o Bihar, o Bengal e, ao sul, além dos montes Aravali, para a Índia Central e o Dekkan. Só então começa o domínio do sol e da chuva, o vórtice da Índia, que seduz com a miragem da conquista e a perspectiva do luxo fácil, mas absorve e tritura a energia máscula dos guerreiros.

Tal feição geográfica peculiar determina como que dois estágios sucessivos na penetração do subcontinente. Alexandre limitou-se ao primeiro. Ocupou o Pendjab, mas não conseguiu convencer suas falanges a forçar o corredor para o Ganges, voltando para o planalto iraniano. Nos mil anos seguintes sucederam-se outros invasores sem contudo se atreverem além do deserto, na voragem do mato-grosso indiano, quase inviolável. Detrás da barreira, preservada em atmosfera de estufa, desenvolveu-se a cultura brahmânica numa exuberância pesada e sensual, num torpor místico e lascivo, numa proliferação exagerada de formas e cores onde reinam, despoticamente, Xhiva, o Deus da morte, e sua terrível consorte, Kali. Ali meditam sobre as ilusões e sofrimentos do mundo o asceta e o eremita.

Delhi é a sentinela na porta da Índia Central. O patamar dessa porta encontra-se a sessenta quilômetros ao norte, na aldeia de Panipat, um dos lugares da terra mais regado do sangue dos guerreiros e das vítimas. Em Panipat, travaram-se três das batalhas mais decisivas da história indiana, o que confirma a virtude da posição. Os conquistadores islâmicos foram os primeiros a compreender o valor da praça que lhes serviu de Quartel-General enquanto lentamente estendiam seu domínio em direção às bocas do Ganges e ao Dekkan, para leste e para o sul. O Islã conseguiu, finalmente, transformar a metade da Índia em uma nação muçulmana e dominar todo o resto. Desse domínio resultou a dicotomia do subcontinente, oficialmente consagrada em 1947 pela separação dos

dois Estados independentes da Índia e do Paquistão e, posteriormente, a criação do Bangladesh.

Ligada ao período muçulmano da história indiana, Delhi é essencialmente uma cidade imperial cujas lembranças não são hindus porém afegãs, turcas, mongóis e britânicas – da raça dos conquistadores! Muito embora lembranças legendárias se refiram a uma fabulosa *Indraprastha*, sua mais antiga menção autêntica data do ano 993 de nossa era, quando por vez primeira foi fundada por Anang-Pal. Esse rajá indiano construiu um grupo de santuários brahmanistas onde colocou o famoso e antiquíssimo Pilar de Ferro, monumento que data do século V antes de Cristo e celebra Chandragupta Vikramaditya, o maior dos imperadores da Índia antiga. O Pendjab e o vale do Ganges, na época de Anang-Pal, estavam divididos em uma multidão de pequenos reinos mais ou menos autônomos, herdeiros do último grande Estado nacional indiano que fora organizado, em princípios do século VII, por Harcha-varhana, Rajá de Kanaudje. A conquista islâmica manifesta-se por uma série interminável de incursões sangrentas e nenhuma dinastia sólida consegue, ante tais circunstâncias, agüentar-se em Delhi por mais de uma ou duas gerações. Logo depois de fundada, foi investida por um príncipe de Ajmer, de raça gurdjara, elemento então preponderante em toda a Índia do noroeste. Esse soberano teve um sobrinho, Pritivraj, último Mahrajah (Marajá ou “Grande Rei”) Senhor hindu de Delhi que se tornaria um herói popular ao raptar a filha do Rei de Kanaudje e dirigir, desesperadamente, a derradeira resistência contra os invasores muçulmanos.

No ano 1001, Mahmud de Ghasni conduziu seu exército pelo Khyber, penetrou na Índia em Pechawar e venceu uma coalizão de príncipes indígenas entre os quais figurava o Rajá de Delhi. Filho de um escravo turco que se apossara pela força do trono afegão, Mahmud distinguiu-se como o primeiro de uma linhagem de guerreiros cruéis e metódicos cujo sadismo exacerbado, temperado de luxúria, não excluía um certo amor às artes e à literatura. Bárbaros convertidos ao Islã por interesse, sedentos de rapina, eles iam colorir de sangue as planícies pedregosas da Índia setentrional e transformar permanentemente, na religião, na cultura e na raça, toda a área do moderno Paquistão.

Em 1175, Mohamed de Ghor, o mais poderoso monarca do Afeganistão, conduziu nova expedição contra o país cuja opulência e

fraqueza constituíam uma dupla atração para sua cobiça. Em 1191 e 1192 outras razias, sendo que na última foi derrotado. No ano seguinte, Kutb-ud-din Aibak, general-escravo que Mohamed nomeara Governador da Índia, obteve melhor sucesso e avançou vitoriosamente até o Bengal, depois de tomar Delhi. Ao invés porém, de voltar ao Afeganistão carregado de saque, ouro e escravas, Kutb-ud-din preferiu estabelecer-se em Delhi. Deu assim início à ocupação permanente do território conquistado no vale do Ganges. Foi ele quem iniciou a construção do famoso Kutb-Minar, espécie de Torre da Vitória que é o maior minarete do mundo (mede quase 80 metros de altura) e uma perfeição de engenharia.

A mesquita erguida ao lado, para celebrar o seu triunfo, constitui uma das primeiras tentativas de adaptação da riqueza decorativa da arquitetura hindu ao chamado “estilo sarracênico”. O desenho da mesquita é islâmico mas a ornamentação delicada da fachada, verdadeiro rendilhado de pedra vermelha, revela a inspiração indígena. Na mesquita foi colocado o venerável Pilar de Ferro como que para indicar que, nessa data, Delhi se tornara a capital do Império maometano da Índia. A dinastia escrava durou até 1290, exibindo uma sucessão de déspotas ferozes e depravados que empalidecem a reputação de Nero. A capital foi então avassalada por Alah-ud-din (Aladino) Khilji, outro terrível soldado de raça turca que procurou estender a hegemonia islâmica além dos montes Vindhya, em direção ao Dekkan. Esse tirano, bom general, notabilizou-se ao repelir os mongóis de Genghiz-Khan o qual, alguns anos antes, escarmentara o vale do Indus. Mas a dinastia Khilji sucumbiu por sua vez, no sangue e na obscenidade, sendo substituída pela Casa de Ghyas-ud-din Tuglak o qual ergueu, a uns seis quilômetros a leste da anterior, uma nova Delhi que denominou Tuglakabad. Ghyas foi trucidado pelo filho Muhamad Xá que, em 1327, resolveu transferir o trono para uma nova praça fortificada, Daulatabad, obrigando toda a população a acompanhá-lo – simples capricho de um monarca que levou ao paroxismo o sadismo e loucura megalomaniaca dos Sultões de Delhi. Sucedeu-lhe Firuz Tuglak que, novamente, transferiu a sede do governo para outro sítio próximo, Firuzabad. Já temos aí quatro Delhis! Firuz revelou-se excepcional ao tentar refazer a grandeza e proporcionar bem-estar a um país supliciado pelos seus antecessores.

Mas em 1398 o Império de Delhi desmoronou-se sob os golpes tremendos de Tamerlão. O mais famoso de todos os conquistadores centro-asiáticos, Timur-lenk, “o coxo” como era chamado, invadiu a Índia e tomou Delhi cuja população inteira foi passada ao fio da espada. Depois de acumular as pirâmides de crânios – de uma só vez decapitou cem mil prisioneiros hindus! – Timur, que juntava o fanatismo religioso à bestialidade do tártaro, voltou ao Turquestão, deixando como único sinal de sua passagem um rastro de cadáveres e aldeias fumegantes. Seu império foi tão frágil quanto meteórica lhe havia sido a carreira de carrasco da Ásia ocidental. Em 1414, Khirz Khan, Vice-Rei de um dos herdeiros timuridas, assumiu o governo de Delhi e declarou-se descendente do Profeta, fundando a dinastia Sayyd que dominou apenas os arredores imediatos da capital. Essa foi substituída, em 1444, pela Casa dos Lodi, de origem turcomana, o segundo de cujos Sultões, Sikandar (Alexandre) Lodi, deixou como lembrança um túmulo famoso e as ruínas esparsas de inúmeros templos hindus. Delhi foi então abandonada em favor da Agra, cidade situada mais ao sul.

Finalmente, em 1526, Baber “o Lião”, descendente de Timur na sexta geração, ocupou o Pendjab, entrou em conflito com Ibrahim Lodi, atravessou o Indus e, na batalha decisiva de Panipat, conquistou o Império indiano, proclamando-se Sultão em Delhi. A dinastia dos Grão-Mongóis, que assim inaugurara, é a maior de todas as linhagens mahometanas da Índia e estava destinada a um reinado multiseular, levando ao esplendor a civilização islâmica de um modo tão espetacular que, a seu lado, empalidecem todas as efêmeras casas anteriores. A dinastia turcomana seria de fato, juntamente com a dos turcos otomanos de Constantinopla, Istambul, a única a durar alguns séculos – revelando a misteriosa incapacidade política dos Estados islâmicos em geral. Baber governou em Agra mas seu filho e sucessor, Humayun, trouxe a capital de volta a Delhi. Em 1540 Humayun foi derrotado por Sher Xá, príncipe afegão que reconstruiu completamente a cidade e a fortificou com uma nova e poderosa muralha. Quinze anos depois, auxiliado pelo Xá-in-Xá da Pérsia, recuperou o trono. Os Grão-Mongóis eram persas de cultura e temperamento, muito embora descendessem tanto de Tamerlão, quanto de Genghiz-Khan. A Casa é denominada “mongol” ou “mogol” devido à circunstância de os hindus assim chamarem todos

os muçulmanos que não fossem de nacionalidade afegã. A dinastia notabilizou-se pelos seus hábitos menos cruéis e maior disposição para a cultura e o governo organizado. Ela foi sem dúvida a mais benfazeja de quantas estrangeiras reinaram sobre a Índia e, durante esse período, ia a arte indu-islâmica, sobretudo na arquitetura e na miniatura, atingir ao fastígio.

Como herdeiro, Humayun gerou o filho que a Índia mui justamente iria chamar de Grande, Akbar. Soube este soberano, com efeito, juntar à energia feroz de um turco ou um mongol, o gosto artístico refinado de um persa e a profunda curiosidade religiosa de um hindu. Era casado com três mulheres, uma das quais portuguesa. De todos os seus cometimentos, o mais extraordinário foi também o de menor êxito, encontrar um terreno de acordo entre o Hinduísmo, o Zoroastrianismo, o Islã e o Cristianismo. Akbar mandou construir uma nova capital num sítio rochoso, árido e solitário, a algumas milhas a oeste de Agra. Fatehpur Sikri ainda sobrevive hoje, quase intacta, como uma múmia urbana, cidade fantasma que a falta de água condenou ao abandono mas cujo estilo, cheio de dignidade, constitui um belo exemplo de adaptação da arquitetura persa ao estilo hindu. Notável o Diwan-i-kas, ou Sala de Audiências, onde o Imperador se deleitava com as intermináveis disputas teológicas de brahmanes, mulahs, rabinos, jesuítas e sacerdotes da religião mazdeísta. Alguns milênios separam-nas, mas podemos descobrir certo parentesco misterioso entre a Cidade do Horizonte de Aton, onde surgiu o primeiro sonho monoteísta egípcio, e Fatehpur Sikri onde um outro monarca, igualmente poderoso se bem que não tão pacífico ou visionário, sonhou com outra religião universal solar.

Filho e sucessor de Akbar, Jehangir foi um incapaz que se celebrizou apenas como romântico arquiteto. Sua paixão pela formosa Mumtaz-i-Mahal, a “Favorita do Palácio”, é a razão do Mausoléu que, para ela, mandou construir em Agra, o Taj-Mahal. Trata-se do monumento mais ilustre da arte mongol e, incontestavelmente, de uma das obras-primas da arquitetura mundial, tanto no perfil maravilhoso quanto em seu conjunto de pórticos, jardins, espelhos d’água e pormenores decorativos de seu interior de mosaico e mármore. Akbar e Jehangir deixaram Delhi no abandono porque preferiam Agra. Também residiram por algum tempo em Lahore. Sob o reinado do Imperador seguinte, Xá

Jehan, “Rei do Mundo”, o trono voltou para Delhi e, mais uma vez, foi reconstruída a venerável capital, com o nome de Xájehanpur (1638-1658), mais bela, rica e imponente do que nunca. Os edifícios do Forte de Delhi, encomendados a artistas de todo o mundo, são testemunhos de um cenário de fantasia onde o glorioso Sultão ostentava o seu fausto, no apogeu do domínio mongol. Xá Jehan encontrara a Índia em pedra rubra, e a deixou de mármore...

Em 1739 outro meteoro de curta duração aparece no horizonte setentrional, tentando repetir a façanha de Alexandre, Tamerlão e Baber. Nadir Xá, soberano persa, saqueou Delhi e trucidou a população, em cenas de orgia sangrenta que não desmereciam da técnica turco-mongol. O Trono do Pavão foi levado como presa mas esse antigo condutor de camelos, “glória, horror e vergonha” de seu país, não tardou em desaparecer de cena, abandonando o Império irremediavelmente enfraquecido. Uma nova força, nacional, igualmente efêmera, procura então reunificar a Índia – os Mahratas que, depois de êxitos retumbantes, terminam vencidos, em janeiro de 1761, por uma coligação de príncipes muçulmanos na terceira batalha de Panipat, uma das mais formidáveis da história da Índia.

Curiosa a contribuição islâmica à cultura da Índia! Pobre, quase miserável é o subsídio dos conquistadores para a literatura, a filosofia, a ciência, o misticismo e, no entanto, como admirável o que esses rudes soldados criaram em matéria de arquitetura, ao contato com a atmosfera ardente, exuberante e sobrecarregada de sensualidade do subcontinente! O Rev. Padre Wãth, ao pensar nessa contribuição, espanta-se de que “guerreiros, que pareciam só possuir audácia e fanatismo, tenham podido, apenas chegados do rude Afeganistão na Índia voluptuosa e ardente, ali criar obras-primas de arquitetura; e o que ultrapassa a imaginação é o esforço dos Imperadores mongóis, desses soberanos cujos antepassados próximos eram simples chefes das estepes, para conferir a todo o Império um brilho sem par, semeando suas principais cidades de edifícios incomparáveis pelo esplendor e, às vezes, pela nobreza”. Os Grão-Mongóis foram certamente homens excepcionais, capazes de gozar com igual ardor o espetáculo de seus inimigos, executados sob as patas dos elefantes, e a contemplação beata das nuvens caprichosas no céu dos meses da monção. Hermann de Keyserling afirma terem sido

talvez os maiores soberanos que a Humanidade produziu pois “eram naturezas selvagens, como seria de esperar em descendentes de um Genghiz-Khan e um Timur; eram diplomatas refinados, experimentados conhecedores dos homens; mas eram também sábios, estetas e sonhadores \_ e uma tal constelação jamais se produziu no ocidente, pelo menos para fins práticos”. Mas com rapidez espantosa sua energia máscula, sopitada num atmosfera perfumada, converteu-se em passividade e em luxo “nababesco”. Contemporâneo de Luis XIV, é Aurengzeb o último dos grandes dinastas mongóis, assistindo aos primeiros sinais da decadência que, depois de sua morte, se acentuou rapidamente em consequência de novas querelas de sucessão, vício secreto das dinastias tártaras. Nessa época, mesmo às feitorias portuguesas e holandesas já eram do passado. Franceses e ingleses iam agora disputar o Império da Índia.

Na realidade, a última vitória dos muçulmanos só aproveita a um novo dominador que ia abrir um capítulo totalmente diferente na história do subcontinente. Doravante sua sorte decidir-se-ia nos campos de batalha da Europa e, com apenas algumas centenas de soldados europeus auxiliados por mercenários indígenas, os Cipáias (do turco *sipahi* ou *spahi*, soldado de cavalaria), a Companhia Inglesa das Índias Orientais, estabelecida em Calcutá, cresceu, combateu, comprou nababos e rajás, transformou em vassalos os maleáveis e derrubou os mais recalcitrantes... A milhares de quilômetros de distância e sem outro contato com o país, salvo por mar, uma pequena ilha da Europa tornava-se senhora do imenso Império indiano. A 8 de setembro de 1803, Lord Lake derrotou os Mahratas sob os muros de Delhi, penetrou na capital e colocou sob sua proteção a sombra de um Imperador, o descendente apagado dos soberbos Mongóis. Cinquenta e poucos anos mais tarde, o grande “Motim dos Cipáias”, *the Mutiny*, foi um estertor terrível em que se apagaram os últimos vestígios da soberania indiana, consolidando definitivamente o domínio da Coroa inglesa sobre o subcontinente. Longa e difícil, girou a repressão em torno de Delhi. O exército britânico retomou a velha capital a 20 de setembro de 1857, depois de um sítio sangrento. A batalha foi heróica e aponta-se ainda o local em que pereceu o bravo Nicholson, adorado por seus soldados nativos como um deus da guerra. Foi um simples major que penetrou na residência imperial e encontrou, maltrapilho, faminto, tremendo de pavor e pedindo misericórdia, Bahadur Xá,



o último descendente de Genghiz-Khan, Tamerleão, Baber e Akbar! Enquanto a soldadesca européia, ofuscada pelo esplendor dos Diwans, entregava-se à pilhagem e ao castigo dos chefes rebeldes, encerrava-se com esse fim melancólico a grande dinastia a quem Delhi e a Índia do Norte devem o período de maior prosperidade! Vaidade de todas as glórias efêmeras: como bem se aplica ao caso o famoso quarteto de Omar Khayyam:

Lembra-te que, neste caravansarai arruinado  
Cujos umbrais são ora noite, ora dia,  
Sultão trás Sultão, com toda a pompa,  
Pousou alguns instantes e seguiu caminho...

No fastígio do reinado da Rainha Vitória, o poder da Inglaterra parecia absoluto e definitivo. Sob a inspiração de Disraeli, Sua Majestade britânica enriquecia-se com a jóia mais preciosa de quantas lhe ornavam a coroa. O impacto político, econômico e cultural do ocidente era profundo e estava destinado a transformar, de modo ainda hoje imprevisível, a própria estrutura social e religiosa do país. Ninguém poderia então supor que esse domínio estava fadado a durar menos de cem anos.

Depois do grande espasmo dos Cipáias, Delhi, decaída, resignou-se a uma vida relativamente próspera de centro comercial e turístico e nó de comunicações ferroviárias. Em 1877 e novamente em 1903 foi escolhida para sede do Darbar, isto é, para a Corte tradicional, Grande Audiência ou Congresso de príncipes vassallos em que se proclamava o Rei da Inglaterra Imperador da Índia, com a presença da soberana. Finalmente, no Darbar Imperial de 1911, Jorge V anunciou a transferência da capital para Delhi ou, por outra, para uma área em estreito contato físico com a velha Delhi dos mongóis. A providência, de caráter político, constituía um elemento importante numa série de medidas tomadas pelo governo britânico para amainar a agitação nacionalista que, desde algum tempo, principiara a causar preocupações.

Ao penetrar solenemente na nova capital seguido de um cortejo pomposo, no Natal de 1912, o Vice-Rei Lord Hardinge, fora gravemente ferido por uma bomba terrorista. Ora, os ingleses queriam demonstrar, pela construção de uma Nova Delhi, a sua intenção irrevogável de permanecerem no país. Erguida na própria sede de todas as antigas glórias muçulmanas, a nova capital visava assegurar o êxito da administração

britânica, do *British Raj*, exprimindo uma vontade de domínio incontrastável. A escolha do sítio não obedecia a simples considerações geopolíticas, relacionadas com as vantagens estratégicas da praça para o controle da sensível fronteira do noroeste onde a sombra do imperialismo russo se mexia detrás das cordilheiras afegãs – mas devia constituir um gesto essencialmente simbólico. Enquanto fora a Índia uma simples colônia de exploração comercial, era natural que o governo permanecesse em Calcutá – um porto e praça mercantil em contato marítimo direto com a metrópole. Mas já que se procurava consolidar o domínio sobre o país, apelando para uma velha tradição imperial, era lógico que se transferisse a residência vice-real para o centro ou pivô do subcontinente, isto é, para aquela região histórica do alto vale do Ganges que representa o limite natural entre a Índia do noroeste, seca, muçulmana e guerreira, e a Índia do sudeste, úmida, hindu, mística e pachorrenta.

Os grandes monarcas indianos, os conquistadores pathães, turcos e mongóis, haviam todos procurado materializar seu prestígio e eternizar sua memória pela construção de grandes capitais. As ruínas da Delhi de Anang Pal e Sher Xá, de Tuglakabad, Daulatabad e Xájehanpur, de Sikandra, Agra e Lahore, eram marcos indelévels e paradoxais num país cujo povo, impregnado pelo sentimento da impermanência das coisas e do caráter essencialmente ilusório do mundo material, nunca se urbanizou por livre vontade e jamais possuiu uma verdadeira estrutura nacional, expressa numa consciência histórica e numa organização política estável. As obras monumentais são o único livro aberto da história da Índia e, por conseguinte, o novo centro administrativo deveria coroar a obra colonizadora dos ingleses. Clemenceau observaria que as ruínas de Nova Delhi iriam ser, um dia, as mais nobres de todas as Delhis – exprimindo uma visão apocalíptica do futuro semelhante à do próprio Scipião Africano, sobre Roma, e de muitos brasileiros dos anos 60 quanto à sobrevivência de Brasília. Sabemos hoje que o cometimento britânico não teria futuro. Confirmando a lenda supersticiosa, os ingleses perderam a Índia que, independente, é agora dividida em três Repúblicas rivais. Assim pois, do ponto de vista estritamente colonial, a transferência da administração britânica para Delhi foi um erro porque acentuou e apressou o processo de organização política e conscientização das massas hindus, o que não teria talvez ocorrido se o Vice-Rei houvesse permane-

cido em Calcutá, e se esforço algum houvesse sido despendido para criar um serviço público civil, destinado a facultar um governo centralizado ao subcontinente. Se o Estado indiano for finalmente viável, se chegar a amalgamar esse complexo amorfo e caótico de castas, de raças, cultos e línguas diversas, se conseguir galvanizar esse povo desfibrado e se sobreviver à pressão de todas as forças desagregadoras, internas e externas, que o ameaçam, então terá para com a Inglaterra a eterna dívida de gratidão de lhe haver legado os alicerces para um edifício político estável e uma capital moderna na antiga metrópole de seus conquistadores islâmicos. Nova Delhi por si só representa um marco simbólico da passagem dos *Sahibs* brancos. Aos ingleses, por paradoxo, devem os “nacionalistas” e “democratas” indianos, sua própria existência.

\* \* \*

O planejamento da cidade envolveu, naturalmente, problemas de alcance técnico e artístico muito mais considerável do que em qualquer das capitais dos antigos Estados indianos. Os ingleses fizeram questão de aplicar à sua tarefa o que havia de mais avançado em matéria de conhecimentos modernos no campo do urbanismo. Por outro lado, vale notar a circunstância *sui generis* de ter sido construída, não como uma aglomeração inteiramente nova, num sítio antes virgem de qualquer estabelecimento urbano, mas como uma espécie de subúrbio estreitamente vinculado – não se sobrepondo mas se justapondo à cidade antiga. Só a “cidade nova” de Ankara apresenta alguma semelhança com o caso, no quadro de nosso estudo sobre as capitais. Neste sentido, aliás, obedece à concepção da “cidade-satélite” proposta por alguns urbanistas modernos como solução para os mais graves problemas de congestionamento e “afavelamento”: antecipou Brasília.

O Vice-Rei, Lord Hardinge, nomeou uma Comissão especial de três membros, o *Delhi Town-Planning Committee*, composto do Capitão G. S. C. Swinton, Presidente; John A. Brodie, engenheiro da cidade de Liverpool, e Edwin L. Lutyens, arquiteto. A Comissão visitou o país e entregou o seu primeiro relatório em junho de 1912. Sem estar travancado de antigos monumentos, a maior parte dos quais se encontram na parte baixa, à beira do rio, o sítio permitia acesso fácil aos mesmos e oferecia boas oportunidades para perspectivas dos restos históricos e

arqueológicos locais. Apresentavam-se condições favoráveis de acesso ao centro da cidade velha e as autoridades militares aprovaram os seus arredores para a instalação da Vila militar projetada. Em março de 1913 a Comissão redigiu o seu Relatório, precedido de considerações preliminares de valor universal. “Existem certos princípios gerais que governam todo planejamento urbano em qualquer país ou clima, muito embora possam sofrer variações de conformidade com o motivo determinante da cidade. A Comissão deseja fazer ressaltar o primeiro de tais princípios que é a necessidade de previsão. É imprescindível que se manifeste o desejo de enfrentar todas as necessidades possíveis do futuro. Quaisquer que sejam as eventualidades dos dias por vir, a nova capital deverá ter a seu dispor o poder inerente de gozar de boas condições sanitárias e comandar uma vasta extensão de espaços arejados, para qualquer expansão ulterior. *Uma cidade bem planejada deve nascer já completa e, não obstante, possuir a capacidade de receber acréscimos sem perder o seu caráter original.* Deve haver beleza combinada com conforto e conveniência, tanto de arranjo quanto de comunicações. As principais vias de tráfego devem ser avenidas arborizadas (*parkways*), susceptíveis de extensão tanto em largura quanto em comprimento. A rede de comunicações interna e externa deve estar acima de qualquer crítica. E quando possível deve haver uma apresentação das belezas naturais – montanhas, bosques e águas – e dos monumentos da antiguidade, assim como dos esplendores arquitetônico dos tempos modernos. Requer espaço para recreio de todas as classes sociais. O resultado final deve ser concebido como conteúdo orgânico (*self contained*) mas, não obstante, possuir elasticidade latente, e o conjunto perfeito realizado levando em conta as limitações dos orçamentos”. Os comissários passaram, em seguida, a definir os princípios particulares que deveriam governar o planejamento do sítio específico da nova Delhi, concebidos como a realização da “Idéia Dominante” da capital e com a adaptação do esquema urbanístico às condições físicas locais: “Delhi está fadada a ser uma capital imperial e a absorver as tradições de todas as antigas capitais. Será a sede do governo da Índia e deverá exprimir a idéia do domínio pacífico e da dignidade governamental do *British Raj* sobre as tradições e a vida do país. A atenção necessariamente dedicada às condições físicas concentra-se, sobretudo, em tornar a nova cidade propícia a uma residência de sete meses. A saúde requer salvaguarda cuidadosa

numa terra com uma péssima história de malária e sujeita a variações violentas no clima, nas precipitações e nos níveis das inundações. Os inconvenientes locais de poeira, excessiva luminosidade e aridez devem ser combatidos e, nesse sentido, é mister um zelo especial com a irrigação, sem o que jamais crescerão em Delhi, nem gramados nem árvores”.

Governada por tais princípios, a Comissão apresentou um projeto urbanístico completo que foi aprovado, passando-se logo à fase de execução, não obstante as dificuldades acarretadas pela Primeira Guerra Mundial. Sir Edwin Lutyens, o arquiteto da Comissão, inspirou-se no desenho de L’Enfant em Washington e, em parte, nos *ronds-points* e *étoiles* da ossatura haussmaniana de Paris, concebendo um desenho em losango em torno de um triângulo equilátero, numa base leste-oeste. Todo o dispositivo foi articulado à volta de um fulcro central de interesse que fornece o motivo principal do conjunto ocupado pelo Palácio do Governo (originariamente a residência do Vice-Rei) e pelos imensos blocos do Secretariado ou Departamento de Estado, conjunto esse erguido sobre uma pequena eminência, o Monte Raisina. Raisina é, na verdade, uma pedra de quartzo muito duro que pertence à parede ocidental da planície marginal. A Esplanada, sede dos órgãos do *British Raj* em sua suprema expressão, representa como que uma cabeça com os seus dois braços estendidos, dominando pela altura o rio, a planície, a antiga Delhi e a Delhi moderna. Sem constituir propriamente uma acrópole porque a elevação é modesta, essa plataforma representa assim mesmo a chave esquemática que preside à distribuição das linhas e das massas. Contemplando o conjunto desde o plano mais baixo, “a imaginação é convidada a elevar-se ao primo-móvel do poder!”. A idéia é exatamente a mesma que fez dominar o Capitólio em Washington.

Com uma “Avenida Real” (*Kingsway*, hoje *Rajpath*) de três quilômetros de extensão com 350 metros de largura, Lutyens traçou o eixo principal leste-oeste, obediente ao espírito do Plano que procura, como pontos de referência, os mais importantes centros de atração da velha Delhi. A artéria, utilizada para as grandes demonstrações do poderio bélico indiano e as manifestações populares, conduz desde o Palácio do Governo, detrás do qual se estendem os parques, ladeados pelos edifícios gerais da Residência, e o Reservatório de água, a uma praça monumental para a qual convergem dez avenidas. Essa praça, de forma hexagonal,

apresenta um diâmetro de 750 metros e constitui um patamar diante das ruínas da cidade fortificada de Indrapat (o *Old-Fort*), a mais antiga Delhi, às margens do Jumna. Em ângulo reto corre a outra avenida axial que começa ao sul, na Catedral anglicana, e termina ao norte, na Estação da Estrada de Ferro. As duas avenidas laterais do triângulo básico (diagonais) encontram-se no centro comercial de *New-Delhi* e prolongam-se, respectivamente, até a Grande Mesquita e até o túmulo do Imperador Humayun. A cidade está portanto articulada com as Delhis históricas em ordem a “salientar a sua natureza total e eterna, e bem assim seu caráter pacífico, em contraposição ao aspecto bélico das muralhas e fortificações do passado”. Pode-se dizer, em conclusão, que Nova Delhi é um bom exemplo do urbanismo funcional moderno. Lutyens abandonou os desenhos ortogonais rígidos do passado e criou uma estrutura flexível e orgânica, determinada por vários importantes pontos de referência. Disso resultou, inclusive, um zoneamento racional dos bairros residenciais, centro administrativo, cidade velha e acantonamentos militares. Planejada antes da Primeira Guerra Mundial, numa época portanto em que o tráfego automobilístico ainda não constituía o problema fatal das metrópoles modernas, Sir Edwin Lutyens soube prever o futuro desenvolvimento desse meio de transporte. As avenidas, já bastante largas, cruzam-se em espaçosos “balões”, desenhados para facilitar o escoamento do tráfego.

No momento em que se construiu Delhi a arquitetura dita “moderna” ainda não existia. O *Times* de Londres podia ainda afirmar que “o Renascimento é o estilo do mundo civilizado moderno”. Não houve por isso oportunidade de se tentar o que foi realizado em Ankara pelos arquitetos alemães; o que Le Corbusier executou em Chandigahr, na própria Índia, e o que foi feito em Brasília. Na realidade, talvez houve sentido em construir Washington ou Pretória num estilo neoclássico. No Novo Mundo, não há tradição especial a conservar e é lícito afirmar que o estilo Renascentista ou Neoclássico era o que havia de mais representativo da civilização ocidental. Certamente os grandes edifícios de Washington, o Capitólio, a Corte Suprema, o Memorial de Lincoln, são mais “autênticos” do que o falso gótico empregado no conjunto governamental de Ottawa. Mas que fazer num país oriental que já possui uma tradição arquitetônica nacional, com profundas raízes no passado religioso,

político e artístico? Problema certamente difícil para o qual nem a China, nem a Índia encontraram resposta satisfatória. Ainda não apareceu, salvo talvez no Japão, o arquiteto genial capaz de adaptar os estilos indígenas, elaborados durante milênios, aos propósitos, às proporções e aos materiais da arquitetura moderna. Os estilos, como as culturas, são lentamente elaborados a partir de motivos anteriores pertencentes a outras culturas. A pureza de estilo é lentamente extraída de um complexo de motivos alheios. Afinal de contas, o bolbo sarracênico desenvolveu-se a partir da cúpula romana, e esta a partir de monumentos sírios, do mesmo modo como a coluna grega inspirou-se na egípcia. Na Índia setentrional chegou-se a uma verdadeira integração da arte árabo-persa com o estilo propriamente nacional hindu, o qual só pode ser apreciado em sua “pureza” nos templos brahmânicos na parte meridional do subcontinente. Não tenho credenciais para julgar se Sir Edwin Lutyens teve ou não sucesso na tentativa de combinação e adaptação, pois tudo que é novo em matéria de estilo ofende, a princípio, à vista apanhada de improviso. Nem sabemos se sua obra foi favoravelmente recebida pelos entusiastas da arte indígena. Mas, nem por isso, devemos negar ao construtor de Nova Delhi elogios pelo admirável esforço. Como todas as cidades novas, sobretudo como todas as novas capitais asiáticas cujo modernismo choca por si mesmo, em contraste com o aspecto venerável da paisagem das cercanias, reina sobre Nova Delhi uma certa atmosfera artificial, pouco autêntica, de um certo modo forçada. Falta-lhe a pátina do tempo e é natural que assim seja. Como em Ankara ou em Tóquio, o urbanismo ocidental, com largas avenidas, ruas arborizadas, estilo arquitetônico rigorosamente geométrico, sente-se como que desnordeado, *dépaysé*, procurando desculpar-se de impingir na barafunda pitoresca e exótica do oriente. Nenhuma dessas capitais conseguiu realizar o milagre de coexistência artística que é Roma. W. J. Grant é talvez demasiadamente severo em sua crítica mas vale reproduzi-la como conclusão: Delhi “é limpa, nova, geométrica e bela. Como declaração de arquitetura oficial é sem dúvida perfeita. Não tem complicações e as transgressões do utilitarismo estão ao alcance da mão; a vulgaridade da economia de espaço não tem efeitos desagradáveis; a mão do desenhista foi livre e generosa. Câmara do Conselho, Residência vice-real e Secretariado são todos nobres, brancos e esplêndidos. Nova Delhi, na verdade, tudo possui,

salvo atmosfera. Seu espírito é o espírito de uma nova poltrona na sala nova de uma nova casa. A postura é correta; a posição é correta; o estilo é correto; o desenho é correto. É na verdade infernalmente correto. Porque ainda não viveu e porque a única espécie de vida que ali se pode desenvolver é adrede preparada e artificial... Nova Delhi não tem coração, só tem um cérebro oficial!”.

Cinqüenta anos depois e já escarmentada pela história, com alguns milhões de habitantes a mais do que originariamente calculado, a cidade imperial bem merece, no entanto, da nova Índia – esta Índia que se autoproclama a “maior democracia do mundo” não obstante já ter provocado cinco guerras, conservar o abominável sistema de castas, adorar as vacas sagradas, manter oprimida a população muçulmana do Kashmir e haver registrado a ditadura da filha de seu fundador Nehru, a Senhora Indira Gandhi – a qual, depois de ordenar o fuzilamento de centenas de sikhs na sua cidade sagrada de Amritsar, foi assassinada em ato de vingança. A Índia herdou dos ingleses a estrutura legal, administrativa, militar e, em grande parte, econômica, que a transformou numa das principais potências do mundo. Delhi corresponde exatamente a essa natureza, origem e características políticas e sociais. Não creio que seja agora “artificial”. Foi uma das grandes realizações do *British Raj*.

\* \* \*



*Xá Je han, o sul tão que con so li dou Delhi como ca pi tal da Índia*

*New Delhi – Planta de Sir. E Lutyens. 1. Palácio do Governo. – 2. O Secretariado.  
– 3. O Parlamento. – 4. Avenida monumental. – 5. Esplanada. – 6. Centro  
comercial. – 7. Estação. – Em cima, à direita, Cidade Velha de Delhi*

*Delhi. O Palácio do Governo, antiga residência do Vice-Rei*

.....

## XIV

### *Ankara e a Obra de Atatürk*

**N**

uma terra árida, impregnada de história, onde as pedras lavradas e as lápides de mármore atestam a antiguidade do homem nas paragens, Ankara teria sido fundada, segundo a tradição, pelo lendário Rei Midas, o mesmo que convertia em ouro tudo que tocava. Se é cabível a hipótese de uma origem frígia, sinais mais antigos do período hitita, segundo milênio antes de Cristo, foram encontrados, de tal qualidade que a cidade hoje se orgulha do maior museu de antiguidades hititas no mundo. Mais tarde, fez parte do Reino da Lídia. Logo após, foi conquistada pelos Persas e Alexandre, no início de sua marcha triunfal através da Ásia, em 334 antes de Cristo, deteve-se no sítio por algum tempo, após cortar o Nó Górdio. Os gregos chamavam a povoação Ankyra ou Ancyra e parece certo que a palavra significa realmente “a curva” ou “âncora”, símbolo marítimo freqüentemente reproduzido em suas mais antigas medalhas. A forma das montanhas circunvizinhas explicaria talvez essa estranha designação, numa cidade tão profundamente continental. A explicação pode residir na circunstância que, no terceiro século antes de Cristo, o exército céltico de Beloveso, sobrinho do fabuloso Ambicatus, depois de percorrer devastadoramente os Balkans e a Grécia

onde pilhou o templo de Delfos, estabeleceu-se na região que passou a ser denominada Galácia. Com a Galácia espanhola, a Galácia polaca, Wales nas ilhas britânicas e a Galiléia em Israel, essa província do Planalto da Anatólia testemunha a extensão territorial extraordinária que alcançou a arremetida gaulesa. Os “Gálatas tectosagas” do período helenístico continuaram, por muito tempo, suas depredações na Ásia Menor sob o comando de chefes ou príncipes bandidos; e, se sua importância numérica não foi considerável, há quem afirme que os “Armênios louros”, camponeses da região em tempos recentes, eram seus descendentes diretos.

Incorporada ao Império de Mithridates, o maior inimigo de Roma depois de Hanibal, combateram em Ankara as legiões do Grande Pompeu que, depois de aniquilar o Rei do Ponto, em 74 antes de Cristo, elevou a cidade ao alto nível de capital da província gálata. Sua importância comercial cresceu enormemente sob o império dos Césares, e, por esse motivo, os ricos cidadãos da região teriam erguido, em testemunho de gratidão, o templo de Augusto em cujas ruínas foi encontrado, no século XVI, o texto epigráfico em grego e latim do famoso Testamento Imperial – *Res gestae divi Augusti*. Graças ao empenho de dedicados arqueólogos, podemos hoje contemplar as ruínas de pedra e mármore do *Monumentum Ancyranum* – a base da colunata e pórtico do templo; a coluna monumental, dita de Augusto, em cujo topo uma cegonha construiu o ninho; os restos das termas e do circo; marcos esparsos bilíngües, lajes e frontões, aproveitados na construção da muralha da cidadela medieval ou perdidos entre os alicerces de casinhas modestas da cidade velha – tudo revelando a prosperidade notável que gozou Ankyra quando a fértil terra da Galácia não fora ainda transformada em deserto pela secura progressiva do clima, as patas das hordas invasoras e a incúria milenar do camponês capadócio.

A prosperidade prolongou-se durante o Império e sua população pode ter atingido a cifra dos duzentos mil. Chamada Sebasta e Antonieta, foi-lhe conferido o título de “metrópole”. São Paulo ali pregou a multidões hostis e, sendo um dos mais antigos bispados cristãos da Ásia Menor, tornou-se conhecida como centro de doutrinas heréticas. Em Ankyra reuniu-se um Concílio, acontecimento que denota a aspereza das lutas religiosas no período bizantino. Foi residência do Imperador Arcadius no século V e serviu, várias vezes, de Quartel-General nos

tempos trágicos em que o Império combateu, com alternativas de sucessos e de revezes, contra a maré invasora de seus inimigos. Em sua vizinhança, os exércitos dos Basileis enfrentaram persas e partas, árabes e sírios, turcos seldjukidas e otomanos, disputando acirradamente a fortaleza cujas duplas muralhas de pedra encarnada, manchadas de sangue e queimadas pelo sol ardente, defendiam um dos últimos redutos da civilização ocidental na Ásia Menor. Harun al-Rachid e Mutasin, califas de Bagdad, atacaram-na e os Seldjukidas tomaram-na em 1071, depois da batalha decisiva de Mansikirt, fatal para o destino da Europa naqueles distantes rincões de sua civilização. Raimundo de Tolosa e os Cruzados ocuparam-na em 1101, em sua marcha para a Terra Santa. Logo em seguida, e para sempre, vieram os turcos otomanos. Ao norte da praça, a planície de Tchubuk assistiu a um dos maiores encontros guerreiros da história medieval quando o Sultão Bayazit (Bajazet), vulgo “Relâmpago”, sucumbiu sob os golpes formidáveis de Tamerlão, não obstante o heroísmo dos janízaros e de seus auxiliares sérvios. Na batalha de Ankara meio milhão de homens demonstraram com a sua fúria guerreira o valor militar da chave da Anatólia. Mas após a morte de Tamerlão, os otomanos reconquistaram facilmente a sua Enguriê ou Angorá. Quinhentos anos passariam enquanto a cidade dormia, lembrada apenas pelos seus célebres gatos brancos, surdos, com um olho verde e outro azul, hoje tão raros que alguns indivíduos vivem no jardim zoológico local. Ninguém imaginaria que um novo destino estava reservado à aglomeração e que uma grande capital ressurgiria um dia, aos pés de suas muralhas esquecidas.

Contemplemos o planalto! Se subirmos ao alto da montanha Hussein Ghazi, cujo perfil atormentado sugere a pirâmide central de uma imensa cratera que o tempo desgastou e os terremotos desmantelaram, poderemos gozar um magnífico panorama. Situada numa posição chave, no centro da Anatólia, ela controla o caminho tradicional do comércio e das invasões que liga a Ásia à Europa, pelo Taurus e a Capadócia. A cidade de Ankara aí está, estendida largamente sobre um eixo de dez quilômetros, com suas construções modernas que lhe davam, há 50 anos, um curioso aspecto de acampamento ou de exposição internacional. O sítio estratégico explica o seu destino. E esse destino possui hoje um valor eminente pois a Anatólia, pela primeira vez, constitui uma unidade geopolítica, independente e separada, que proíbe a utilização do caminho

histórico por forças agressivas, o que ficou plenamente comprovado pelo sucesso da neutralidade armada turca durante a Segunda Guerra Mundial. Num Oriente Médio que é talvez uma das mais importantes e mais sensíveis áreas estratégicas do mundo moderno, numa encruzilhada em que há três mil anos o Ocidente enfrenta a Ásia, Ankara apareceu como o bastião da sólida fortaleza que, para a defesa da Europa, tornou-se paradoxalmente a Turquia, braço direito da armadura erguida pela OTAN às ambições dos soviéticos.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Angorá esteve no cartaz. Habitada então por umas cinqüenta mil pessoas, das quais um terço eram armênios, católicos ou gregorianos, além de uns dois mil gregos e judeus, assinalou-se como um dos sítios mais ensangüentados pela tentativa de extermínio da raça armênia, promovida pelos Jovens Turcos – o primeiro exemplo moderno da política de “limpeza étnica” que notabilizou sombriamente o século XX. A escolha de Ankara como sede do governo kemalista prende-se, entretanto, a um mero conjunto de circunstâncias que confirmaram a importância estratégica e, por assim dizer, sentimental da velha aglomeração. Terminada a guerra com a derrota e esfacelamento dos Impérios Centrais, inclusive o Otomano, “homem doente da Europa”, a ocupação de Constantinopla pelas forças aliadas franco-britânicas e o desembarque dos gregos em Smirna pareciam confirmar a desesperada situação do povo turco. O Sultanato impotente, à mercê das intrigas de torpes levantinos, não se revelava mais capaz de dirigir a resistência nacional aos projetos que visavam, simplesmente, varrer o país do mapa do mundo. Em tal emergência, apareceu a figura carismática de Mustafá Kemal Pachá.

General que se ilustrara pela vitoriosa defesa dos Dardanelos – na malograda campanha de Galipoli, promovida por Winston Churchill com o propósito de socorrer a Rússia e apressar o fim da Grande Guerra – assim como por seu espírito enérgico e independente que o tornara suspeito às autoridades da Sublime Porta, Mustafá Kemal principia a organizar à sua volta uma corrente revolucionária nacionalista, hostil tanto à velha ordem monárquica quanto às intromissões estrangeiras. Decrépito e covarde, temeroso de sua personalidade, o Governo otomano o removeu, com o cargo duvidoso de Inspetor do Exército, para Samsun, na costa do Mar Negro, onde ele desembarcou, logo dirigindo-se

para Angorá. A cidade era então a estação terminal da Estrada de Ferro anatoliana, era a cabeça da grande ferrovia de penetração do planalto em direção à Síria e à Terra Santa, herança do grande sonho imperialista alemão, famoso antes do conflito de 1914/19, pelo nome de “Berlim-Bagdad”. Kemal escolheu-a em vista de estar suficientemente distante do litoral, ocupado pelos invasores gregos, embora em contato fácil com as outras partes da Turquia asiática. Logo em seguida, ali convocou uma Grande Assembléia Nacional cuja data de abertura, 23 de abril de 1920, marca o ponto inicial do renascimento da Turquia.

A poucos quilômetros da velha aglomeração decadente, existe uma colina, Tchankayâ, então ocupada por algumas casas arruinadas, pastos e plantações de parreiras. Uma dessas casas pertencia a um armênio, um pouco melhor do que as outras por ser construída de pedra, e gozava de uma vista esplêndida sobre o vale pantanoso e o morro fortificado da antiga Ankyra. Orgulhava-se, além disso, de possuir janelas envidraçadas e uma poltrona estofada, luxo inédito naquele momento. Mustafá Kemal veio nela residir, alojando os companheiros nas vilas esparsas da redondeza, e no local, exatamente nesse cenário modesto, deu início à grande obra política de sua vida. Foi daí que, durante os três anos seguintes, o “Ghazi” ou líder da independência dirigiu vitoriosamente a revolução interna em sua pátria e a guerra externa contra os gregos. A batalha decisiva travou-se às margens do rio Sakarya, a uns setenta quilômetros a oeste da capital provisória, terminando pela derrota dos invasores. A cidade foi verdadeiramente a “âncora” em que segurou a nave do Estado. Pouco depois do armistício, Kemal, desejoso de romper definitivamente com o passado, aboliu o Sultanato e, em seguida, o Khalifado, isto é, a face religiosa do poder temporal islâmico. A República foi proclamada a 29 de outubro de 1923 e a cidade, cujo nome passou a escrever-se Ankara no novo alfabeto turco latinizado, foi oficialmente declarada capital.

Entretanto, a velha Angorá medieval, apinhada em torno da cidadela, não foi destruída nem abandonada, porém conservada como para servir de termo de comparação com a cidade nova que, sem solução de continuidade, cresceu à sua volta. A partir de 1927, o planejamento da metrópole processou-se racionalmente, a cargo dos urbanistas Jous-seley, francês, e Jansen, austríaco. O Plano Piloto previu um acréscimo



da população para 350.000 (ela hoje ultrapassa os três milhões!), e seu progresso efetivamente foi muito rápido desde o princípio. O influxo da população vinda de Constantinopla e do interior, a importância política crescente do centro governamental, juntamente com o gênio criador de Mustafá Kemal, determinaram a modernização da cidade que é hoje, por assim dizer, a “vitrine” da nova Turquia. O vale pantanoso entre a cidadela e a colina de Tchankayâ transformou-se no centro administrativo da capital, a “Cidade Nova”, Yenishêir. Mas sobretudo a partir dos anos 50, a metrópole passou por uma fase de edificação intensiva, com redobrado incremento da população – sinais evidentes da vitalidade exuberante que hoje anima esse rude e árido planalto anatoliano. Cabe salientar o esforço que tudo isso exigiu da nação turca, nação pobre, sem grande imaginação e dotada de meios científicos precários. É, nesse sentido, que se pode realmente afirmar ser a Ankara moderna a obra de um homem, Mustafá Kemal – o aspecto visível, a expressão material da revolução profunda por ele inspirada e entre cujos múltiplos aspectos avultam o político (nacionalista e republicano), o religioso (laicismo e rompimento com o Islã), o social (emancipação da mulher) e o cultural (adoção do alfabeto latino no processo de laicização, modernização e ocidentalização). Eventualmente, a integração da Turquia à União Européia, até agora retardada sob pretexto de desrespeito aos direitos humanos, completará o processo histórico e representará o retorno da Europa à Ásia Menor.

Do ponto de vista puramente urbanístico, Ankara foi traçada na base de um eixo principal, o Atatürk Bulvari, grande avenida que liga a velha área da cidadela à colina de Tchankayâ. Sobre as encostas dessa colina e ao longo do “bulvari”, as missões diplomáticas estrangeiras edificaram suas luxuosas residências e mansões. Na zona central de Yenishêir encontra-se o bairro administrativo propriamente dito, o Bakanliklar. Subindo a encosta suave da montanha, erguem-se os vários ministérios, dominados pelo edifício do Parlamento. O estilo funcional, alemão, é austero. A pedra roxa foi muito usada e as linhas horizontais adaptam-se à paisagem rude e lisa do planalto. O Parlamento, de mármore branco, destaca-se sobre o conjunto sombrio. A impressão é fria mas possui majestade. Vale observar que grande parte do dispositivo, bem como o edifício do Parlamento, foram desenhados pelo arquiteto austro-brasileiro,

Professor Holzmeister, conhecido como autor do projeto para a gigantesca catedral de Belo Horizonte.

Com todo esse esforço urbanístico e crescimento realmente admirável, Ankara continua a ser uma cidade administrativa e universitária, de vida operosa porém monótona. Falta-lhe, certamente, brilhantismo, falta o que nem a paisagem semi-árida da Anatólia, nem o temperamento rebarbativo do turco muito fazem por corrigir. Durante a guerra, quando lá servi (1944/47), a vida oficial diplomática era extremamente interessante, como em toda a capital neutra que servia de centro de espionagem e onde os representantes das potências em luta se acotovelavam nas festas e se cruzavam nas ruas. Um episódio pitoresco dessa época foi a famosa “*affaire Cícero*”, do mordomo do embaixador britânico que espionava para os alemães, sem que estes o levassem a sério...

Em outro sentido, Ankara apresentou ensinamentos valiosos para o projeto brasileiro de construir uma nova metrópole no Planalto Central. *Este, na verdade, é talvez o caso mais próximo do nosso, de uma capital localizada com o objetivo precípua de valorização e desenvolvimento do interior de um país.* Ankara e Brasília apontam para a pertinência do fenômeno oposto ao que determinou a fundação de Alexandria e S. Petersburgo. Em outras palavras, o propósito oficial do Egito helenístico e da Rússia Tzarista era a “abertura de uma janela” sobre o mar, sobre as vias do tráfego internacional num mundo cosmopolita; ao passo que os projetos turco e brasileiro possuem um sentido bem definido de “interiorização” da sede do governo e conseqüente introversão e desenvolvimento do sertão.

Ao reconhecerem os inconvenientes bastante graves do sítio de Ankara – isto é, as febres, a falta d’água e o desenvolvimento econômico insuficiente dos arredores – muitos admiradores da obra kemalista consideram que a decisão de ali erguer não somente a sede do governo, mas a capital do Estado e do povo turco, representa uma das medidas mais audaciosas entre os inúmeros fatos heróicos que caracterizaram o renascimento nacional da Turquia sob a inspiração de Atatürk. Escreve Norbert de Bischoff, que, “ao dar a esse pedaço de terra, tão pobremente aquinhoado pela natureza, a honra insigne da escolha para a edificação de seu lar nacional, e ao trabalhar com um ardor fanático sobre esse solo ingrato, o povo turco oferece à terra da Anatólia um sublime sacrifício expiatório pelo desdém com que fora tratada e pelo desamparo

em que fora deixada durante tantos séculos”. No entanto, ao abandono de Istambul, correspondeu naturalmente uma transformação econômica considerável da Anatólia. O planalto histórico, outrora rico centro de cultura e de poder político, volta hoje, após mais de mil anos de esquecimento, a conhecer um período de rápida prosperidade, e a estepe, que havia conquistado a região com as patas das hordas tártaras, recua novamente sob as rodas dos tratores e dos caminhões. O próprio Kemal deu o sinal do contra-ataque da agricultura, por toda a parte plantando árvores e ordenando a todos os turcos que o imitassem. A “cidade-jardim” – *Bahcelievler* – é hoje um verdadeiro oásis. O trigo e outros cereais vão recuperando o terreno sobre o capim e a areia, enquanto o verde da prosperidade substitui, como colorido dominante, a ruiva aridez do planalto pedregoso. Desde 1948, quando os americanos começaram sua ajuda militar e econômica à Turquia, de acordo com a doutrina de Truman, para fortalecê-la como bastião de resistência às ambições de Stálin, foram construídas muitas estradas de rodagem que contribuíram para romper o isolamento da Anatólia central, cuja parte ocidental se transformou em região altamente industrializada. Era um dos espetáculos característicos dessa transformação ver um jeep ou um caminhão cruzando as caravanas de camelos que ainda percorriam a tradicional rota dos Estreitos ao Oriente Médio.

Além de seus objetivos militares, políticos e econômicos, a interiorização da capital da Turquia possui assim um significado psicológico e um valor sentimental. Na verdade, outros sítios haveria mais favoráveis quanto ao clima, beleza natural, suprimento de água ou proximidade de áreas florestais. Mas não! Ankara triunfou como um memorial da revolução kemalista, monumento da guerra da independência, símbolo e prova desses acontecimentos históricos e expressão material da jovem Pátria turca, inserida na modernidade! Ela é, por assim dizer, a primeira cidade que os turcos verdadeiramente constroem. Povo nômade por excelência, gente guerreira e pastores sequiosos, as cidades em que habitou foram edificadas por outras raças. A conquista pela força das armas e não o trabalho da pá e da picareta constituíam sua atividade favorita. E assim jamais hesitou em mudar de quartel-general em sua vida errante pelas planícies da Ásia Central, até o dia em que se apossou de Bizâncio, então a maior e mais famosa metrópole do mundo! Vários observadores

atribuíram a própria facilidade com que se transferiu de Istambul para Ankara ao nomadismo inato e ao atavismo do corredor das estepes. Mas não há dúvida que, ao tornar-se definitivamente sedentário, ao modernizar-se, ocidentalizar-se e democratizar-se, o povo turco resolveu trocar as tendas pastoris por residências fixas, de pedra e concreto, na cidade que ele próprio edificou com o suor de seu rosto. O abandono de Constantinopla possui também um valor simbólico, sentimental, de rompimento com um passado islâmico irrevogavelmente morto. Não que o turco repudiasse a memória de sua grandeza passada, da conquista que Mehmet II efetuara, quinhentos anos antes, não obstante a resistência de toda a Europa Cruzada, e da glória da Sublime Porta sob monarcas esclarecidos como Selim, Mahmut e Solimão o Magnífico. Mas a esse período de fastígio sucedeu uma longa e triste decadência em que o Império mais poderoso do mundo aos poucos se corrompeu. Constantinopla, para Mustafá Kemal, representava a decadência recente e não a glória passada. Além disso, no fundo era grega, era estrangeira, cosmopolita, uma cidade de levantinos espertos e negociastas, um porto de mar em que se acotovelavam todas as raças do Oriente próximo. Em vez dos ares mefíticos do Corno de Ouro, o velho lobo das estepes preferiu vir respirar o vento rispido das estepes planáltinas. Pois, de fato, um dos elementos essenciais da revolução kemalista fora a liquidação do “imperialismo” otomano, substituído pela dinâmica de um novo “nacionalismo” turaniano. A derrota de 1918 acabara de libertar do jugo da Sublime Porta os últimos povos que, durante séculos, diante dela se haviam curvado – povos balcânicos, sírios, judeus, armênios, gregos e árabes. Babel de raças, não se adaptava Istambul à estrutura mais restrita, homogênea e pura que Atatürk pretendia oferecer como norma organizadora à nova Turquia. O abandono de Istambul impunha-se portanto com tanta veemência quanto a necessidade de uma nova sede no interior da Ásia Menor.

Vale apontar, em conclusão, a seqüência de paralelismos e de contradições que registra a análise comparativa da personalidade e da obra de Pedro o Grande e Kemal Pachá. É interessante confrontar o Reformador da Turquia com o antigo Reformador da Rússia pois existe, na verdade, uma extraordinária semelhança tanto na ação histórica, como no caráter desses dois gigantes. Talvez o Tzar haja excedido o Ghazi na amplidão de seus desígnios, na multiplicidade de seus talentos

e sofreguidão de seu temperamento. Ambos comparam-se nos vícios. Evidentemente, a época em que viveu o turco não mais admitia as repugnantes atrocidades cometidas pelo russo. Mas Kemal certamente excede Pedro pela estabilidade e equilíbrio de seu trabalho, pelo impulso criador e compreensão da alma de seu povo, e pela capacidade de assegurar o desenvolvimento harmônico do organismo político e social, após desaparecer da cena. Dispondo de um material inferior para plasmar – um Estado decrépito, em vez de um Império em plena expansão; de um povo menos aquinhoado do que o russo em número e em talento; e de um país de recursos mais limitados – Mustafá Kemal melhor soube valorizar a massa em que trabalhou. Seu regime suavizou o choque traumático provocado pela revolução, com os bálsamos de um liberalismo esclarecido de modo que, sem qualquer artificialismo, nem os riscos de uma volta ao despotismo atávico, abriu as perspectivas de uma lenta evolução para a ordem e a democracia. Um historiador inglês observou recentemente, a meu ver com perfeita correção, que Kemal, Franco e Pinochet foram os três únicos ditadores militares do século XX que souberam preservar a soberania de suas nações; realisticamente limitar sua ambição àquilo que era factível, resistindo à tentação expansionista ou belicosa; eliminar o perigo do totalitarismo e, depois do uso da violência necessária ao projeto, criar as condições básicas para o surgimento de uma sólida democracia no terreno assim tão brutalmente preparado. Foram os únicos “déspotas esclarecidos” do século XX.

A missão específica de Atatürk, em Ankara, não foi ocidentalizar as elites porém a massa, procurando converter às instituições e ao modo de vida do Ocidente o camponês capadócio, o antigo nômade larápio e o feroz corredor das estepes. E, tanto quanto se pode julgar nos anos que decorreram desde sua morte, não cindiu mas uniu o povo turco. A comparação entre o Tzar e o Ghâzi é mais pertinente. É duplamente curiosa quando feita no terreno da geopolítica urbana. A europeização da Rússia valeu-se, como principal instrumento, da edificação de uma capital marítima na periferia do país, em contato direto com o Ocidente. Por contraste, Mustafá Kemal interiorizou sua capital com o mesmo objetivo. Os bolchevistas voltaram para Moscou a fim de se afastar do Ocidente, da sociedade inimiga que temiam, odiavam e cuja ruína intentavam. Os kemalistas entranharam-se nos páramos da Ásia Menor com

a intenção de se aproximarem da Europa ocidental – paradoxos e antinomias que ilustram supinamente a riqueza de significados possíveis do ato soberano que determina a mudança das capitais. Em que pese o atual desafio do Fundamentalismo islâmico e o problema kurdo, a única etnia estranha na população do país, os turcos são hoje membros da OTAN, emigrantes numerosos na Alemanha e candidatos à integração na União Européia. Em suma, Ankara é certamente uma capital mais satisfatória do que foi S. Petersburgo, melhor se justificando do ponto de vista de suas funções geopolíticas, culturais e sociais.

\* \* \*

*Mustafá Kemal Pachá, o Atatürk, fundador de Ankara e renovador da Turquia,  
na época da construção da nova Capital. (Por cortesia do  
Serviço de Informações do Governo turco)*

.....

XV  
*Canberra*

**É**

freqüentemente asseverado que a decisão de construir um novo centro urbano, exclusivamente sob controle federal, para sede do governo da Austrália representa, simplesmente, um acordo conciliatório na velha controvérsia entre as duas maiores cidades do país, Sydney e Melbourne, que sustentavam pretensões rivais. Na realidade houve outras razões de ordem prática para inspirar a idéia de *Canberra*.<sup>5</sup> Sugerido pela primeira vez numa convenção federal reunida em Adelaide em 1897, adotado no ano seguinte por um conclave similar, em Melbourne, durante o qual os participantes chegaram à conclusão de que “a sede do governo deverá ser erguida num território federal”, o princípio formalizou-se mais precisamente numa conferência de Primeiros-Ministros dos Estados da Federação, sendo eventualmente incluído no artigo 125 da Constituição australiana. Este assim reza: “A sede do governo da Commonwealth será determinada pelo Parlamento e dentro de um território a ser concedido ou adquirido pela Commonwealth, à qual pertencerá. Esse território, localizado no Estado de New South Wales e a uma

<sup>5</sup> A grafia australiana é Canberra, mas se tem popularizado, no Brasil, a grafia portuguesa Camberra.



distância de não menos de cem milhas da cidade de Sydney, deverá possuir uma área não inferior a cem milhas quadradas”.

A escolha da capital estava ligada ao problema mais grave e difícil de organizar a confederação australiana. O principal empecilho se cifrava no choque de interesses entre a Nova Gales do Sul e Vitória. Os federalistas eram partidários da seleção de Sydney. Sir George Turner porém, Primeiro-Ministro da colônia, hoje Estado de Vitória, obteve ganho de causa ao conseguir a inserção, na seção 125 acima aludida, do dispositivo que localizava a capital num território pertencente à Commonwealth – isto é, num Distrito Federal, segundo o modelo americano, e não segundo o modelo canadense. Essa estipulação excluía evidentemente Sydney, Melbourne ou qualquer outra capital dos Estados que se iam confederar. No entanto, em que pese a motivação de Sir George Turner, não há dúvida que o sentimento geral da opinião pública, na época, era de que a União deveria ser soberana em sua própria casa. Em troca do preceito que favorecia o Estado da Nova Gales do Sul, Sir George, como representante do Estado rival, fez incluir as emendas restritivas que constam da Carta Magna. Além disso, conseguiu obter do Parlamento a garantia de se reunir em Melbourne até encontrar alojamento em sua futura sede. Como resultado dessa transação, a capital permaneceu em Melbourne durante vinte e cinco anos, fato que influenciou sensivelmente a administração australiana. Todos os dispositivos deram motivo a debates muito ardentes mas a Constituição, finalmente aprovada por *referendum* popular, permitiu à Commonwealth ter existência legal, sem maiores atropelos. Em sua essência, o modo de formação da Austrália e da escolha de sua capital muito se assemelha ao modelo oferecido pela confederação das treze colônias primitivas e seleção de Washington, como capital dos Estados Unidos da América.

Quase imediatamente após a aprovação da Carta Magna, iniciou-se a procura de um sítio. O Parlamento nomeou um Comissário Real, com o encargo de examinar e redigir um relatório sobre possíveis locais. A imprensa anunciou o trabalho com grande alarde, pedindo sugestões ao público. Como resultado, quarenta distritos foram propostos por Comitês locais ou por particulares dos quais vinte e três examinados pelo Comissário que, depois de estudar um grande número de fatores tais como acessibilidade, suprimento de água, solo, clima, custo de aquisição

do terreno e proximidade de materiais de construção, operou uma seleção preliminar de três sítios, colocando o atual em segundo lugar. O Relatório Olivier foi submetido ao Governo Federal em 1902 e, nessa ocasião, um grupo de Senadores e membros da Câmara dos Representantes resolveu efetuar uma excursão pelas áreas propostas. Dizem que nem o tempo, nem a hospitalidade interesseira dos vários Comitês locais – todos empenhados em fazer a propaganda encomiástica das respectivas herdades – contribuiu para um julgamento equilibrado. Durante a excursão, porém, o prefeito do povoado de Queanbeyan convidou a ilustre companhia para uma visita à área da futura Camberra onde se quedaram tão impressionados com a vista panorâmica do alto do morro de Mugga que, sem dúvida, o passeio muito influenciou na solução definitiva do problema.

Assim finalmente equacionado por uma Comissão de técnicos, nem por isso serenou, nos anos seguintes, o áspero debate político em torno de meia dúzia de locais diversos. A querela continuou em meio a negociações e pareceres sobre o verdadeiro sentido dos dispositivos constitucionais. Em certo momento, tão acalorada foi a controvérsia que se pensou submetê-la à Corte Suprema de Justiça. Entretanto, a partir de 1906, o sítio de Camberra se tornou mais conhecido e aos poucos se impôs, granjeando maior número de simpatias. Em 1908, a situação amadurecera e, depois de um debate épico, chegou-se à escolha final de Yass-Canberra. Aceito o local pela Câmara dos Representantes, pelo Senado e pelo próprio Governo da Nova Gales do Sul, foi, no ano seguinte, votada a “Lei da Sede do Governo” anexando o distrito de Yass-Canberra como território federal e estipulando que mediria não menos de 900 milhas quadradas e acesso ao mar. Firmando o acordo entre a Commonwealth e o governo estadual, de que resultou a “Lei de Aceitação da Sede do Governo”, a União tomou posse da sua sede a 1<sup>o</sup> de janeiro de 1911, com a proclamação do Ato em apreço. As dificuldades, porém, não estavam terminadas. Durante alguns anos discutiu-se ainda, com afinco, o nome exato e a grafia de Canberra.

Uma pequena povoação crescendo em torno de uma velha igreja de pedra, algumas fazendas de gado bovino e eqüino, pequenas plantações e “estações” de rebanhos de carneiros que, como se sabe, constituem uma das principais atividades econômicas do país, eis a

região um epitome do desenvolvimento rural da Nova Gales do Sul, polindo porém seus aspectos mais ásperos e revelando, com mais frequência, os lados felizes de tal progresso. Região nova, o primeiro homem branco que a percorrerá, por volta de 1821, fora um ex-cirurgião naval, Dr. Charles Thorsby, fazendeiro e explorador. Acompanhava-o antigo degredado, Joseph Wild, que lhe servia de empregado doméstico e administrador. Nessa época principiava a expansão da colônia. Recordemos que foi a Austrália, originariamente e por muitos anos, um país de degredo, uma prisão rural dentro de uma estreita faixa litorânea, e só por volta da segunda década do século XIX viu subitamente alargar-se-lhe os horizontes geográficos e morais após a travessia das Montanhas Azuis. Descobertas com surpresa as possibilidades ilimitadas dessa terra virgem num continente ainda mais novo do que a América, uma torrente de exploradores audazes lançou-se para o interior, seguindo a ocupação pacífica pelos grandes fazendeiros que procuravam terras para seus imensos rebanhos de carneiros. Thorsby reconheceu as virtudes da região. Descreveu-a como “perfeitamente saudável, bem irrigada, com extensos prados de terra rica de ambos os lados dos rios” e notou a quantidade inexaurível de material de construção, granito, madeira, asseverando que, pela aparência, “suas florestas se estendem sem limites para o oeste...”. Depois dos exploradores, vieram os primeiros colonizadores. Um veterano de Waterloo, J. J. Moore, descreveu sua propriedade como “situada em Canberry”. Mais tarde, fala do local como “Canburry”. É a primeira vez que aparece o nome, aplicado originariamente a um córrego da região. A palavra é de origem indígena e sua pronúncia correta Cannbra, sendo aparentemente derivado do nome de um grupo “aborígene” local. Depois de Moore, outros fazendeiros e, em poucos anos, toda a região estava parcelada sob a forma de concessões, com o núcleo civilizado mais próximo, um magistrado e uma agência de correio, a cem quilômetros de distância. O distrito era infestado de *bushrangers*, espécie de bandeirantes, exploradores aventureiros vivendo à margem da lei, verdadeiros cangaceiros do sertão australiano. Quanto aos aborígenes, primitivos e degenerados, eram numerosos porém raramente hostis.

Depois da demarcação do sítio, o governo australiano providenciou a abertura de uma concorrência ou competição internacional para o seu planejamento urbanístico, com o intuito de aproveitar a

oportunidade única assim oferecida para construir uma metrópole que combinasse as características mais notáveis de outras capitais do mundo com os últimos progressos do urbanismo contemporâneo. Aberto em abril de 1911 com a publicação das condições, acompanhadas de especificações detalhadas e informações minuciosas a respeito do sítio, foi o certame divulgado no Canadá, África do Sul, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos da América. As informações incluíam dados sobre o clima, topografia, geologia e características gerais do sítio, sob a forma de relatórios especiais, mapas de contornos, *sketches* da paisagem em modelos em gesso. Entretanto, o *Royal Institute of British Architects* britânico, levantando objeções a algumas das condições, especialmente à cláusula que determinava fosse o julgamento final lavrado pelo ministro do Interior, evidentemente um leigo na matéria, aconselhou os seus membros a se absterem de participar. Na opinião de um crítico, tratava-se de “uma competição entre estrangeiros para ser julgada por medíocres”. As críticas são sempre instrutivas e a ocorrência edificante, pois os erros cometidos nesse concurso ainda hoje produzem efeitos. De qualquer forma, cento e trinta e sete concorrentes inscreveram-se e seus projetos foram examinados por um júri composto de um engenheiro, um arquiteto e um topógrafo ou geógrafo. Os três não chegaram a acordo. O ministro do Interior, King O'Malley, aceitou então a recomendação da maioria, concedendo o prêmio principal, no valor de £1.750 a Walter Burley Griffin, de Chicago.

O segundo prêmio, no valor de £750, foi atribuído a Eliel Saarinen, finlandês, e o terceiro, de £500, ao Professor Agache, de Paris, o mesmo que desenhou os planos de remodelação do Rio de Janeiro. Os Planos premiados, assim como o desenho que o examinador vencido havia colocado em primeiro lugar em sua lista, tornaram-se propriedade do Governo. O plano de Saarinen foi descrito como uma obra “megalomaniaca” cuja grandiosidade haveria sobrepujado a dos conjuntos arquitetônicos às margens do Sena, em Paris. Qualquer tentativa de executá-lo comprometeria irremediavelmente as finanças da Commonwealth. Apesar de seu fracasso, Saarinen é hoje considerado um dos grandes arquitetos modernos e talvez tenha sido infeliz na adaptação de suas concepções monumentais às condições mais modestas do ambiente australiano. O projeto de Agache, francamente inspirado pelas tradições

clássicas francesas do século XIX, foi assim apreciado: “não lhe falta dignidade mas é excessivamente formal”. Conta-se que fez uma concessão ao futuro, prevendo um aeroporto com uma pista de oitenta metros de largura, com hangares para nove aviões, de um lado, e uma tribuna para espectadores do outro! É verdade que isso se passou em 1911. Há certa ironia no fato de Agache também não prever o desenvolvimento da aviação no Rio de Janeiro, de que resultou o sacrifício de seu plano para a construção do aeroporto Santos Dumont. Quanto ao desenho de Griffin, embora laureado, não foi imediatamente sancionado. Dificuldades surgiram de várias fontes. Uma nova banca nomeada pelo governo declarou-se incapacitada para escolher qualquer dos esquemas e sugeriu a aprovação de um novo projeto, de sua própria autoria, que incorporava características dos planos premiados. Entrementes, o Ministro O’Malley presidiu, a 12 de março de 1913, a cerimônia oficial de colocação da pedra fundamental, para marcar com certa pompa o início das obras de construção da cidade. Armaram-se imediatamente discussões em torno do projeto de Griffin e das várias sugestões apresentadas para a sua realização.

A concepção de Griffin era indiscutivelmente “moderna”. Conformava-se ao “urbanismo moderno” do princípio do século XX, o mesmo que presidiu ao planejamento de New Delhi e de Belo Horizonte, sem falar no de inúmeras cidades americanas. É curioso notar que tanto Griffin quanto Sir Edwin Lutyens, do mesmo modo como Lúcio Costa em Brasília, tinham pelo menos a intuição do desenvolvimento gigantesco do transporte automobilístico, sem o que não teriam planejado as cidades nas proporções que o fizeram. Enfim, a opinião oficial inclinava-se a favor do início das obras, obediente a qualquer plano aprovado. Isso não impediu a imprensa de exceder-se em caricaturas e chacotas, ainda hoje divertidas, que revelam completo ceticismo quanto ao futuro da cidade. Pouco tempo depois caiu o Governo e a nova Administração convidou Griffin a visitar a Austrália. Seu plano parecia ter ganho de causa. Nomeado “Diretor do Desenho e Construção da Capital Federal”, deu imediatamente início ao seu desenvolvimento, estabelecendo além disso as condições de um novo certame internacional para a construção da sede permanente do Parlamento. Mas as dificuldades não estavam encerradas: Hesitava-se em realizar o plano, considerado monumental, enquanto não se lhe conhecesse exatamente o custo. Além disso, as confusões entre

as responsabilidades e as esferas respectivas do urbanista americano e dos engenheiros do ministério do Interior perduraram até 1916, quando King O'Malley, novamente encarregado da pasta, aprovou definitivamente o trabalho do americano que ficou incumbido de supervisionar as obras de construção.

O urbanista assim sumarizou suas intenções, visando a aproveitar ao máximo as feições e contornos naturais do terreno: “O sítio, considerado em seu todo, pode ser comparado a um anfiteatro irregular com o Mount Ainslie ao nordeste... flanqueado de um lado pela Black Mountain e do outro pelo Pleasant Hill, que formam uma espécie de galeria. As faldas que descem até o rio constituem o auditório; os cursos e as bacias d'água, a arena; as encostas meridionais, refletidas nos espelhos d'água, o palco em terraços; e as estruturas monumentais dos edifícios públicos, claramente definidas, o cenário que escala, degrau por degrau, o ponto culminante da área interior, isto é, a colina umbrosa do Capitólio. Mugga Mugga, Red Hill e as distantes Serras Azuis, ao refletir o sol, constituem o cenário de fundo de um conjunto teatral”.

É interessante correlacionar as concepções de Griffin com as influências que se faziam sentir, na época, sobre o urbanismo renovador. As cidades estavam crescendo de modo assustador e patológico, em consequência da revolução industrial. Elas apresentavam, em todo o planeta, o espetáculo de cancros horrendos. Nelas reinava sem peias a especulação imobiliária e proliferavam os *slums*, as “favelas” e o amontoamento caótico de edifícios sem estilo, sem conforto e sem beleza. Não foi só no Rio e São Paulo que isso aconteceu. A urbanização descontrolada é o preço que o acelerado desenvolvimento, em sociedades democráticas com economia de mercado, tem que pagar. Muito antes do Brasil, a Austrália sofreu do problema pois é o continente mais urbanizado do planeta. Quanto às ruas, constantemente ameaçadas de “engarrafamento”, transformaram-se em meros “corredores” para um tráfego poeirento e mal-cheiroso que constitui uma ameaça constante ao bem-estar e à segurança dos transeuntes. Em princípios do século, alguns corajosos precursores principiaram, no entanto, a adiantar soluções para corrigir os malefícios dessas grandes metrópoles industriais. A primeira solução foi a cidade-jardim, concebida para remediar os problemas trágicos dos bairros residenciais, oriundos da especulação imobiliária e da ausência de qualquer planejamento racional,

que haviam crescido como formigueiros malsãos na atmosfera envenenada e turva das concentrações fabris. Seu grande propugnador foi o inglês Ebenezer Howard. Em 1898, publicou Howard sua doutrina tendente a abolir esses males, eliminar as favelas e a acumulação da população pobre nos bairros industriais da periferia. Como bom inglês que era, amante do campo e como idealista visionário e reformador agrário, ele propôs, nada mais, nada menos, do que o abandono das megalópoles contemporâneas e a transferência para o campo da população inteira, estabelecendo as usinas numa paisagem ideal. Sua concepção de planejamento obedecia essencialmente ao esquema radioconcêntrico pois imaginou o organismo urbano como um sistema “planetário” em que aglomerações semi-rurais, de uns 30.000 habitantes, se dispunham em círculo, em torno de uma “cidade central” cuja população não deveria ultrapassar a casa dos 50.000. Todo o conjunto seria cercado de faixas verdes que cobririam uma área cinco vezes mais vasta do que a área residencial. Uma avenida arborizada de 150 metros de largura deveria circundar toda a concentração. Suas idéias foram aplicadas nas cidades de Letchworth, iniciada em 1903, e na de Welwyn, estabelecida em 1920, ambas nos arredores de Londres. Também nos Estados Unidos, as “cidades-satélites” do americano G. R. Taylor fariam carreira; e, mais tarde, em várias partes do mundo, inclusive em São Paulo e Brasília. Canberra pode ser considerada uma expressão, voluntária ou acidental, das idéias de Howard. Siegfried Giedion cita ainda o francês Tony Garnier, com suas imagens da *Cité Industrielle* (1901-1904), como outro precursor das teses urbanísticas modernas e não se pode negar que a australiana foi uma das primeiras capitais em que essas teses encontraram um terreno de aplicação prática. Griffin incluiu em seu Plano Piloto um bairro industrial e uma zona ferroviária, separados e interdependentes.

Cabe aduzir como igualmente relevante na elaboração do esquema de Griffin, o movimento renovador do princípio do século XX que, na arquitetura e no urbanismo, tomou o nome, talvez mal inspirado, de “funcionalismo”. Nesse movimento devemos advertir que o fator plástico era potencialmente considerável e obediente, em última análise, ao preceito aristotélico de que as cidades deviam ser edificadas não apenas para proteger seus habitantes, mas para torná-los felizes. Nesse sentido, – lembremo-nos que o austríaco Camillo Sitte – já mencionado em nosso

capítulo IV, foi um dos gurus da nova escola arquitetônica, ao analisar os princípios que deram vida às cidades medievais e postular ser o “crescimento orgânico” das mesmas um caminho susceptível de remediar a situação calamitosa das metrópoles contemporâneas, humanizando-as e embelezando-as. Segundo Eliel Saarinen, Sitte evidenciou a natureza informal do urbanismo clássico e medieval. Apontou para a organização coerente dessas aglomerações, alcançada graças à correlação perfeita de suas unidades arquitetônicas. Finalmente, Sitte chamou a atenção para a formação das praças e das ruas em recintos espaciais orgânicos. O funcionalismo tornou-se uma concepção moral que procurava a realização sincera dos objetivos práticos dos arquitetos e a autenticidade de intenção, pondo de lado o artificialismo, a imitação dos estilos históricos e a simplificação, eliminando toda decoração inútil. Sabemos que a doutrina teria um futuro brilhante depois que dela se tornaram campeões homens como Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, Gropius, Mies van der Rohe e toda a plêiade dos grandes arquitetos contemporâneos, inclusive os brasileiros.

Uma das principais características e um dos méritos do plano de Griffin foi o proveito que soube tirar da topografia de Canberra. O declive relativamente ligeiro permitiu colocar alguns dos edifícios públicos em eminência ou usá-las como pontos terminais das principais avenidas. O Eixo Terrestre representa a principal perspectiva da cidade. Foi traçado em direção nordeste desde o Red Hill ao Mount Ainslie, atravessando o Capitólio onde foi construído o Edifício do Parlamento, pivô de todo o dispositivo urbano. Dois outros eixos foram projetados perpendicularmente ao principal: um Eixo das Águas, cujo ponto de referência é a Montanha Negra (*Black Mountain*) e o chamado Eixo Municipal, paralelamente traçado para noroeste, cortando o centro cívico e terminando no Mount Pleasant. O desenho, em seu todo, obedece a um tema axial tríplice focalizado na altura do Capitólio. O coração do dispositivo é configurado por um triângulo isósceles cujo vértice é o Capitólio, a base é o Eixo Municipal e a altura, o Eixo Terrestre. O esquema é cortado ao meio pelo conjunto decorativo do lago artificial. Em volta dos três eixos centrais, Griffin contemplou um corpo articulado de células urbanas (“célula” é bem a palavra pois apresenta o aspecto de colméia) cujas ruas desenham círculos ou polígonos concêntricos – a articulação sendo



exercida graças a um sistema radial de avenidas. De acordo, portanto, com os princípios mais modernos do “urbanismo funcional”, Griffin organizou a cidade em quatro “células” distintas – federal, municipal, residencial e comercial. Com o intuito de não prejudicar a vida da cidade em consequência de uma compartimentação demasiadamente rígida, foi prevista a ligação entre os centros cívico e nacional por pontes e largas avenidas. Finalmente, o desenho das áreas residenciais permite uma expansão indefinida, sem outro problema a não ser o da extensão das avenidas, instalações de suprimento de água, drenagem e esgoto. Note-se que, ao contrário de Brasília onde só alguns dos concorrentes do concurso de 1956, porém não Lúcio Costa, imaginaram o lago como elemento central do Plano – em Canberra as águas são apreciadas como ponto de convergência de todo o esquema. As três “bacias de inundação” ou espelhos d’água (Bacia Ocidental, Bacia do Molonglo e Bacia Oriental) constituem, em suma, a principal figura decorativa do projeto, visando atender a uma das condições do concurso de 1911. O “eixo das águas”, cortando a cidade pelo meio como faz o Sena em Paris, e correspondendo ao lago que, hoje, leva o nome do próprio Griffin, apresentaria também certas semelhanças com o tanque retangular do *Mall*, em Washington, com o Grande Canal de Versailles ou com os “mares” artificiais da Cidade Proibida de Beidjing, contribuindo como elemento estético de efeitos pitorescos. Em matéria de tráfego, a planta incluía uma série de “balões” ou *rondpoints* de estilo parisiense, no entroncamento das avenidas radiais. O sistema, além de facilitar o movimento dos automóveis, obedece rigorosamente ao relevo do terreno, detalhe importante que demonstra estudo cuidadoso do local e procura evitar os erros que, nesse particular, foram cometidos no traçado de nossa Belo Horizonte. Na realidade, os principais eixos de Griffin – bastante claros no mapa e suficientemente visíveis no terreno – tiveram sua importância por permitir a elaboração, no papel, do tema complexo de uma cidade que vai crescer, além de constituir, quando realizados, vistas e perspectivas esplêndidas. Mas a verdadeira coluna vertebral é a linha Norte-Sul que liga o Centro urbano ao Governamental e ao Parlamento – função que, no Plano original, é exercida pela Avenida da *Commonwealth*. Ao norte, essa linha prolonga-se pela auto-estrada que liga a capital a Sydney e ao resto do país;

e ao sul, com ligeira deflexão para sudeste, continua pela estrada de Queanbeyan, a modesta estação ferroviária e a zona industrial.

No planejamento do conjunto “cívico”, exerceu-se sobre Griffin uma terceira influência de caráter mais monumental, que obedece à tradição clássica da *École des Beaux Arts* a qual, a partir de 1901, norteou a remodelação de Washington. Já tivemos ocasião de mencionar a profunda impressão causada sobre os arquitetos da época pelo “Pátio de Honra” da Exposição Internacional de 1893, em Chicago. Essa impressão certamente agiu poderosamente sobre Lutyens e sobre Griffin, ele próprio habitante de Chicago. Homens como Daniel Burnham, o renovador do Plano de L’Enfant, encontraram neles discípulos condignos, muito embora em Canberra o terreno e o material não se prestassem, pela sua própria natureza como em virtude das condições políticas locais, à majestade imperial com que foi remodelada Washington e desenhada a Nova Delhi. Demasiadamente imbuído, ou mesmo obcecado com a idéia de exprimir arquitetonicamente concepções políticas, segundo alguns de seus críticos, teria Griffin recorrido a fórmulas artificiais cuja aplicação, se não impossível, seria pelo menos extremamente custosa. B. Higgins, em seu livro *Canberra: a Garden Without a City*, acusa Griffin de ter aplicado a sua atenção sobre os aspectos federais da capital, descuidando dos aspectos cívicos. Muitas das dificuldades da planta são simplesmente o resultado necessário do crescimento urbano e vão sendo sobrepujadas à medida que a cidade ultrapassar uma população duas ou três vezes maior do que a atual. Vale, de novo, insistir que a população da Austrália cresce a um ritmo muito inferior à do Brasil, de tal modo que não ocorreu a explosão demográfica que está afetando tão claramente nossa própria capital.

A fim de evitar alterações futuras e estabelecer salvaguardas destinadas a proteger a integridade do plano, a Lei deu poderes ao ministério do Interior para autorizá-las contanto que, de antemão, fosse o público informado sobre sua natureza e concedesse ao Parlamento seu consentimento expresso. A estipulação é interessante e mereceria, talvez, ser seguida em Brasília. Erros, atrapalhações, críticas e disputas ocorreram, por exemplo, em Washington, em vários casos de remodelação da concepção de L’Enfant, e dispêndios consideráveis foram o resultado de consertos e alterações que não se justificavam. No Rio de Janeiro,

tivemos nós próprios o exemplo da Esplanada do Castelo em que modificações e desvios do desenho original, após o desmonte, provocaram falhas graves e consideráveis prejuízos financeiros. Em Brasília, são principalmente as autoridades federais, o Judiciário sobretudo, e a praga do pistoão político que favorecem determinados construtores, o que tem causado violações no Plano Piloto de Lúcio Costa. Não que um Plano seja necessariamente rígido, inviolável, tabu! A própria construção, a experiência que vem com o tempo, os progressos na ciência urbanística, métodos de construção, arquitetura e tecnologia dos meios de transporte, podem aconselhar e mesmo exigir reformas no tratamento original, até no projeto melhor concebido. Mas qualquer alteração deve ser executada com o maior cuidado. Deve ser amadurecida ainda mais lentamente do que o próprio Plano e ser elaborada de tal modo que se possa integrar perfeitamente no esquema primitivo.

As funções de fiscalização na execução do plano de Canberra – isto é, aquelas que competem em Washington à *Fine Arts Commission* e, em Ottawa, ao *National Capital Planning Committee* – foram entregues aos cuidados da “Comissão para o Planejamento e Desenvolvimento da Capital Nacional” cujos membros desempenham funções mais ou menos similares. São arquitetos, urbanistas e engenheiros que exercem profissões particulares e servem em capacidade meramente honorífica, sem remuneração, além de, *ex officio*, o Presidente da Comissão de Obras Públicas do Parlamento e o Secretário Assistente do Departamento do Interior. Esse órgão, herdeiro da Comissão da Capital Federal estabelecida pela Lei de 1924, relativa à Sede do Governo e composta de três membros, foi constituído sob inspiração do exemplo de Washington e de muitas outras cidades americanas, com o intuito específico de libertá-lo de qualquer controle político. A tendência, na Austrália como nos Estados Unidos, é para tornar a própria administração municipal, com seus poderes e responsabilidades no que diz respeito ao recolhimento de impostos, à fiscalização da propriedade imobiliária e à construção de edifícios e obras públicas, *matéria da competência de administradores técnicos escolhidos pelos seus conhecimentos e experiência, ao invés de sujeitá-la às vicissitudes eleitorais. O prefeito ou governador era um profissional contratado e não eleito e sujeito a todas as contingências de nosso corrupto sistema governamental.* Trata-se de um

princípio admirável que a Austrália, sempre obsessivamente atenta ao paradigma americano, escrupulosamente obedece.

\* \* \*

As duas Guerras Mundiais, a apatia da opinião pública e a oposição de certos círculos empedernidos, por muitos anos retardaram a ocupação oficial e efetiva de Canberra. Planejada em 1911, a cidade só se tornou sede do governo em 1927, isto é, dezesseis anos mais tarde! Assim mesmo, quase meio século depois de inaugurada, ainda conservava a aparência de cidade provisória, inacabada, carecendo de cumeeira. Talvez mesmo o que dava o caráter de Canberra era o “provisório” e, com exceção do *War Memorial* e do moderninho Parlamento, nada ostentava digno de nota. As dilações, as contra-marchas, a inércia e os adiamentos são obstáculos normais que se erguem, mormente em uma democracia, para a realização de obras monumentais dessa natureza. São percalços que nem mesmo o tão decantado dinamismo anglo-saxônico conseguiu sobrepujar. E no entanto os governantes australianos procuraram apressá-la tanto quanto possível, com método e previsão, embora sempre hesitassem, por motivos políticos, por inato espírito de economia e, quiçá, em virtude da tradicional covardia de governos trabalhistas que durante décadas a flagelaram, a dedicar à magna empresa a mão-de-obra e fundos de que poderiam dispor, se houvesse maior resolução.

Em 1920 o Governo decidiu reiniciar a atividade construtora. A Comissão Consultiva aconselhou que, sem prejuízo do ideal de uma bela capital, “a economia e o desenvolvimento utilitário fossem o objetivo do primeiro estágio de edificação, deixando para as décadas futuras – talvez para as futuras gerações – a evolução da Cidade Nacional em linhas arquitetônicas monumentais”. Esse parecer acarretou graves conseqüências: aprovado pelo Governo, foram votados fundos insuficientes para levá-lo a cabo, mesmo em sua forma reduzida. Além disso, a falta de planificação e a hesitação e timidez do Parlamento em abrir novos créditos, indispensáveis à edificação maciça de estruturas permanentes, causaram graves transtornos na mudança do governo. A história dessa lenta peregrinação é bastante instrutiva. Várias vezes interrompida, deixou uma marca profunda na cidade e criou problemas complexos que até

hoje não foram satisfatoriamente sanados. Essas dificuldades são, sem dúvida, cheias de ensinamentos para os criadores de Brasília.

A perturbação acarretada na evolução rápida e suave de Canberra pode, de um certo modo, ser explicada pelos debates em torno da importância relativa do Serviço Público civil, problema associado ao tamanho do Estado. A controvérsia que está intimamente ligada, na Austrália, a ponderações de ordem política pois o aumento do funcionalismo é considerado conseqüência necessária – e lastimosa! – do crescimento do poder do Estado ou, em outros termos, um corolário do socialismo avassalador. O aumento no número de funcionários públicos nunca foi tão considerável, proporcionalmente, quanto em nosso país. Possui, porém, outro significado pois, segundo seus críticos, denota uma falta de equilíbrio na constituição da *Commonwealth*, isto é, nas relações entre a União e os estados, a ponto de acarretar a usurpação pelo governo federal de funções privativas dos estados, com a conseqüente duplicação de encargos. O acréscimo é certamente considerável numa população que pouco ultrapassava, nos anos 50, a cifra dos nove milhões. Havia 692.545 empregados públicos em junho de 1952, dos quais 203.000 funcionários da União e 425.000 dos estados e de organizações paraestatais. Hoje, a população é de vinte milhões, com baixo índice de crescimento demográfico endógeno e uma imigração asiática estritamente controlada.

A questão de saber se houve ou não usurpação de funções pode ser controvertida pois ocorreu, indubitavelmente, um aumento geral desde o fim da II Guerra Mundial – em que a Austrália esteve diretamente envolvida e ameaçada pelos japoneses – no emprego de funções que recaem, agora, sob a responsabilidade do Estado. O crescimento da população e a expansão geral da vida econômica contribuem para esse aumento, tratando-se afinal de contas de um fenômeno universal, em grande parte perfeitamente compreensível. Mas no que os críticos, liberais e conservadores, insistem é na importância do fator “socialismo” na pleora burocrática. A partir de 1940, a Federação passou a assumir a responsabilidade do sustento da economia do país, mantendo o pleno emprego e garantindo o bem-estar, o amparo e a saúde da comunidade, enquanto a defesa nacional, as questões de imigração e as relações internacionais constituem atividades adicionais a exigir numeroso pessoal.

Não estamos habilitados para julgar se a Austrália sofre ou não de uma hipertrofia burocrática e se o socialismo, imposto por sucessivos governos trabalhistas e pelo domínio quase tirânico dos sindicatos operários, tem prejudicado ou, pelo contrário, acelerado seu desenvolvimento econômico. As dificuldades da Austrália comparam-se às vezes com as nossas. Mas o que vale salientar especialmente, no caso, é que o incremento monstruoso do funcionalismo foi um fenômeno posterior ao planejamento de Canberra, afetando os planos primitivos, exigindo novas construções públicas, atrasando a mudança das repartições sediadas em Melbourne e, de um modo geral, complicando o problema, já por si difícil, da transferência de toda a administração. Todavia, permanece o fato que a população de Canberra é menor do que todo o funcionalismo público existente em Brasília. A reversão das expectativas socializantes e estatizantes, com abertura e crescimento acelerado da economia, é fenômeno recente. Data da década dos anos 90.

A resistência passiva por parte de certos círculos administrativos contra a residência forçada na “Capital do sertão” (*bush capital*) nunca cessou. Com o rompimento da Segunda Guerra Mundial foi mais uma vez prejudicada a evolução normal da cidade e transformados os planos do governo. O desenvolvimento ainda embrionário da cidade, no momento de tensão de todas as energias nacionais para o esforço bélico, não pôde impedir a expansão das atividades governamentais em Sydney e Melbourne. O país, na verdade, procurou conduzir a guerra a partir de três capitais diferentes. Acrescente-se que esse esforço dependia, sobretudo, das comunicações marítimas com os Estados Unidos da América e com as frentes de combate, salientando a importância dos portos em detrimento da metrópole continental. Canberra adquiriu assim traços característicos que a diferenciam das outras cidades australianas em sua evolução morfológica e tipo de administração municipal. E se essas diferenças são naturais e próprias de uma capital que exerce função específica no organismo estatal, não deixa por isso a cidade de ser tipicamente australiana. Cresceu mais rapidamente do que qualquer outra no país, não obstante as vicissitudes que teve de enfrentar desde a sua fundação. Nesse sentido vale observar que, planejada em 1911 (há portanto 90 anos!) ainda hoje não está definitivamente instalada. Compare-se essa lentidão com o caso de nossa Goiânia, capital estadual que tem cinquenta anos de

existência e já possui uma população de três milhões de almas! Compare-se, sobretudo, com Brasília, que talvez já seja a terceira maior cidade do país. Mas eis o ponto essencial: Canberra é, *apenas*, uma capital administrativa. Quando o Parlamento não está reunido, é difícil encontrar, na cidade, os integrantes do Gabinete e parlamentares, sendo motivo de desgosto para os locais o fato de que nem mesmo o atual Primeiro-Ministro, John Howard, reside na capital. Brasília, do mesmo modo como Goiânia, é pólo de gravitação demográfica – no caso de nossa Novacap, particularmente, pela atração irresistível que exerce o paternalismo do governo numa população (e numa classe política) que ainda acreditam em Papai Noel.

Canberra sofreu “doenças” de crescimento. Foram naturais nas circunstâncias, mas agravadas pela relutância do governo em sacrificar orçamentos para a rápida consecução da sua “Idéia Dominante”. A tendência era, e continua sendo, exatamente o oposto do que ocorreu em Brasília, particularmente à época do governo JK, que tudo sacrificou ao item hegemônico de seu Plano de Metas, mesmo à custa da inflação. Em contraste com Brasília, curioso é seu aspecto pela baixa densidade urbana. B. Higgins acoimou-a de “jardim sem cidade”. Ela deixa de fato a impressão de vastos espaços, impressão agradável mas condicionada à posse de automóvel – espaço talvez excessivo em relação à população, o que é, aliás, uma característica de toda a Austrália, o continente de menor densidade demográfica do planeta. Outro crítico mordaz descreveu-a como “sete subúrbios dispersos que procuram uma cidade”. Griffin desejou e obteve a vastidão de áreas para estender o seu Plano, um privilégio sem dúvida. Mas também teve de enfrentar a oposição ferrenha dos administradores, “homens terríveis que calculam o custo das obras e entendem de esgotos!”. Não se pode dizer o mesmo de Oscar Niemeyer...

A capital australiana apresenta o aspecto de um jardim, a paisagem mesmo do campo, “um caos de formosura”. Comentário justo: As ruas são pitorescas mas faltam às avenidas o horizonte, a dignidade das grandes perspectivas abertas. Muitas casas, nos bairros mais antigos, estão perdidas detrás de espessa folhagem, como que para lhes esconder a ausência de magnificência, originalidade ou estilo arquitetônico. A impressão de fazenda simples, espaçosa e confortável é robustecida pela

carência de um estilo urbano distinto, ao passo que a arquitetura suburbana e rural possui caráter próprio, bastante agradável. Não se pode negar o aspecto desprezioso dos antigos edifícios públicos da capital – defeito que foi corrigido nas construções mais recentes. Não houve a ambição, como em Ottawa, de imitar Londres na fachada neogótica. Nem se desejou, tampouco, seguir o exemplo clássico e monumental de Washington. Não se arriscou uma experiência artística de tipo híbrido como em Nova Delhi, ou “ultra-moderno” como em Chandigarh, a capital do estado do Punjab na Índia, construída por Le Corbusier. Canberra perdeu a ocasião que os indianos, em escala modesta, souberam aproveitar. Perdeu sobretudo a oportunidade imensa, que se abriu diante de nossos próprios arquitetos, de construir uma metrópole revolucionária, digna dos progressos técnicos do século XX, com as suas possibilidades fornecidas pelo uso do concreto, vidro e estrutura de aço, do ar-condicionado e do transporte automobilístico e aéreo. O estilo adotado ficou reduzido a um “*standard* medíocre”, pequeno burguês. Entretanto, vem este sendo alterado, nos últimos anos, por projetos mais arrojados e polêmicos, como o novo edifício do Parlamento e o Museu Nacional Australiano. Ainda assim, o estilo predominante da cidade parece confirmar a relativa inaptidão anglo-saxônica para as artes plásticas. Seria explicável, no caso, numa sociedade democrática de nível médio, de preocupações essencialmente práticas, imaginação comedida, tendências nitidamente social-democráticas e horizontes não tão amplos quanto se poderia esperar, num país novo e imenso como é... Todavia, devemos apontar para o fato que a relativa pobreza artística da Austrália, relativamente ao Brasil, não a impediu de ostentar uma tal instituição em sua capital, coisa que ainda não ousamos edificar em Brasília. Nós preferimos despende centenas de milhões de dólares em obras faraônicas para o Judiciário.

A Austrália não possui como o Brasil, ou pelo menos em grau semelhante, o problema do abandono do interior o qual será sempre, em sua maior parte, um deserto inabitável, em virtude de sua semi-aridez. A população do país, cerca de nove vezes inferior à nossa, está longe de ser suficiente para ocupar, em densidade normal, a própria zona litorânea. Nesse sentido, o problema geopolítico da capital australiana é, obviamente, diferente do nosso, pois o imperativo da marcha para o interior e



da colonização do “sertão” não se apresenta com a mesma compulsão do que no Brasil. Além disso, a Austrália não goza de idêntica capacidade de auto-suficiência política e cultural. Presa por fortes laços políticos, raciais, culturais e sobretudo econômicos à Comunidade britânica e aos Estados Unidos da América, vive na contingência de se aproximar da Pátria ocidental, vencendo o obstáculo criado pela distância, a fim de enfrentar com êxito o isolamento geográfico e a vizinhança ominosa de uma Ásia superpovoada em convulsão. O mar é essencial à sobrevivência da Austrália que, afinal de contas, não passa de uma grande ilha. É natural, é mesmo geopoliticamente necessário que a área vital da nação se mantenha, como hoje, no litoral do Mar da Tasmânia. Esse mar que banha a Austrália e a Nova Zelândia, é uma espécie de “lago britânico”. É, igualmente, o ponto mais distante alcançado, no planeta, pela expansão da civilização européia. O país está consciente dessa situação de “posto avançado” em relativo isolamento marítimo, e a política da “Austrália Branca” constituiu um reflexo de temores que a experiência da Segunda Guerra Mundial plenamente justificou. O deserto australiano, a oeste e ao norte, protege o coração da ilha-continente contra o espectro asiático, mas tanta influência possui esse fator obsessivo quanto as circunstâncias climatológicas e outras que determinaram a prosperidade dos estados do Sudeste, Nova Gales e Victoria. A mentalidade dos fundadores da *Commonwealth* estava determinada por um quadro geopolítico de que a segurança das vias marítimas e a proteção exercida pelo talude desértico constituem elementos fundamentais. Colocaram por isso a capital não longe do litoral, no ponto de contato do *hinterland* respectivo de Sydney e de Melbourne. Nessas condições qualquer “interiorização” maior da capital australiana seria absurda e, por conseguinte, dificilmente se poderia imaginar, nas circunstâncias atuais, posição melhor do que a que foi selecionada.

Ao terminar esta seção, permito-me expressar alguns pontos de vista relativos aos fatores culturais ou de psicologia social que, determinando as opções políticas dos povos, conduzem alguns ao desenvolvimento e à riqueza, enquanto outros à desordem e atraso. Austrália e Argentina se encontram, aproximadamente, no mesmo nível de grandeza em termos de população, extensão territorial habitável e cultivável, e presença de valiosos recursos naturais. As duas nações são igualmente

próximas na duração de sua história. Ambas começaram a crescer em princípios do século XIX, sendo a Austrália, nesse sentido, ainda mais recente do que a Argentina. Ambas fizeram sua fortuna inicialmente na base da agropecuária – a Austrália povoada por degredados e criminosos, a Argentina principalmente por imigrantes espanhóis e italianos. Como explicar então que seja a primeira bem governada, sob um Estado de Direito, e goze de uma renda *per capita* (US\$21.000 em 1999), mais de três vezes a da Argentina, enquanto esta, após se vangloriar, por volta de 1920, de sua postura entre os cinco ou seis países de maior fortuna do mundo, recaiu como que por uma vocação irrefragável para o subdesenvolvimento? A Austrália sofreu um período de crescimento preguiçoso nas duas décadas de governo trabalhista mas, em 1994 e de novo em 1996, entregou o poder aos conservadores (os *tories*) que estimularam a economia através de receitas liberais. De qualquer forma, eis uma questão que deixo, como uma pausa para meditação do leitor, pois é igualmente pertinente no caso do Brasil...

\* \* \*

Chegamos ao fim de nosso capítulo que é também o último dedicado a antecedentes específicos de Brasília. Sendo uma das mais recentes das metrópoles artificiais, Canberra é também aquela que, pelas circunstâncias difíceis de sua fundação e crescimento, apresenta dados mais instrutivos para comparação com nosso fenômeno “mudancista”. A principal diferença, creio eu, é a parcimônia da administração australiana, *versus* a maneira perdulária com que Brasília foi construída.

No período entre a primeira e a presente edição deste livro, novas capitais artificiais foram construídas ou planejadas, na África e na Ásia. Islamabad, no Paquistão, situa-se não longe da cidade de Rawalpindi. É relativamente pouco distante da fronteira da Índia e, o que é mais, muito próxima da província do Kashmir, habitada por muçulmanos. Ora, o território do Kashmir, uma das regiões mais belas do subcontinente, está sendo contestado pelos dois países desde a independência e partilha da Índia britânica, ambos agora armados nuclearmente. Em sua maior parte, a província é controlada pelos indianos, menosprezando o princípio da autodeterminação dos povos.

Um outro caso interessante do ponto de vista geopolítico é a nova capital da Nigéria, em construção. Chama-se Abuja. A cidade está estrategicamente situada entre as áreas habitadas pelas três principais etnias nigerianas, os Haussá muçulmanos do Norte semi-árido; os Igbôs, extremamente dinâmicos e parcialmente cristianizados do Leste, onde se encontram as principais reservas petrolíferas do país; e os Iorubás, de religião mista e falando sua própria língua nagô. São os iorubás que possuem laços antigos com a população de origem africana da Bahia.

Não me deterei, contudo, sobre esses casos recentes em que a problemática do “Quando Mudam as Capitais” se apresenta em suas formas peculiares. O momento é apropriado para abordarmos a nossa própria Brasília – quarenta anos depois de haver sido fundada.

\* \* \*

*Walter Burley Griffin (1876-1937). – Photograph reproduced from  
“Review of Reviews for Australasia”, July 1914*



*Canberra. Vista do eixo monumental. Embaixo o monumento aos mortos da guerra. No fundo, o edifício do Parlamento*

*Uma perspectiva comparativa do eixo monumental de Canberra,  
com o edifício do Parlamento em primeiro plano e o eixo monumental  
de Brasília, com o edifício do Congresso ao fundo*

.....

XVI  
*Brasília, a Nova Capital*<sup>6</sup>

A primeira conclusão que se pode tirar dos antecedentes abordados no presente trabalho é que não somente a localização de uma capital é um importante fator geopolítico, no quadro de situações que determinam o destino de uma nacionalidade, mas ainda o fato da *mudança* em si, quando ocorre com objetivos determinados – militares, políticos, econômicos, sociais ou culturais – é um elemento essencial da conjuntura histórica.

Assim, pois, são o *momento* e a *posição* as coordenadas da situação: o momento como aspecto dinâmico, projeção simbólica no tempo; a posição como elemento estático, marco geopolítico fundamental. São o momento do reinado de Pedro o Grande, em princípios do século XVIII na Rússia, e o sítio da “janela sobre a Europa”, aberta do lado do Mar Báltico, que definem S. Petersburgo. São a reforma kemalista dos anos 30 e o centralismo anatoliano que explicam Ankara. Foi o desejo, frustrado, de consolidar o domínio britânico sobre a Índia que originou

---

6 Este capítulo foi escrito em 1957, portanto anteriormente à construção da nova capital. A redação foi atualizada em 1999. No capítulo seguinte, já me atrevo a críticas, em termos de 40 anos de experiência da cidade.



a construção de Nova Delhi. Assim também, foi o momento histórico de nosso desenvolvimento nacional que exigiu, como corolário espacial, a interiorização da capital brasileira. Estas são as duas faces inseparáveis do mesmo problema, são os dois termos de uma única equação. O que é inquestionável e o que este livro procurou provar, em todos os casos expostos, é que a mudança da capital não representa um capricho, um pormenor sem importância, um fato ocasional, um acontecimento fortuito. É sempre, e necessariamente, um marco essencial da situação histórica apreciada, traçando a dimensão geográfica desse momento.

Críticas podem ser levantadas ao planalto de Felipe II, ao estuário peçonhento de Pedro, o Grande, aos pântanos de Washington, ao deserto de Atatürk, às ermas colinas dos federalistas australianos, às longínquas chapadas de Goiás. Em todos estes casos, porém, a escolha do novo local, próprio para a instalação do governo, acompanha como imperativo categórico a obra renovadora do governante. É por isso que encontramos, em quase todos os grandes instantes da história dos povos, em suas encruzilhadas, *tournants* dramáticos nas horas culminantes de sua vida coletiva, esse ato inspirado que funda uma nova capital. Por tal motivo igualmente é que a fundação adquire aspectos sacramentais, como se o ato envolvesse a participação de poderes ocultos ou constituísse um momento solene de criação, de verdadeira gestação de uma nova era. Não coincide a fundação de Constantinopla com o início da Idade Média? Não é a mudança do Mikado para Tóquio, o instante inicial da Era Meiji? E, assim também, não ocorreu o desencadeamento total do processo de desenvolvimento nacional brasileiro simultaneamente com o ato relevante da mudança do governo do Rio de Janeiro para o Planalto Central?

Sabemos que a série de argumentos que militaram em favor da mudança da capital do Brasil se enquadram dentro de três grupos principais. Em primeiro lugar, verificou-se a contra-indicação do Rio de Janeiro como sede do governo federal em consequência de seu clima, do ambiente moral, de seu cosmopolitanismo, localização periférica e possível vulnerabilidade militar. Em segundo lugar, constatou-se que a mudança da capital, pelo simples fato de ser levada a efeito, representaria um estímulo e corretivo útil para certas falhas apontadas em nosso progresso pois, como instrumento eficiente do avanço, seria um método, “artificial” sem dúvida, mas historicamente justificado segundo as metas

tendentes a alcançar os objetivos mais altos da nacionalidade – devendo ocorrer num momento em que inúmeros sintomas de maior ou menor gravidade pareciam indicar que ela se deparava com uma decisiva “tomada de consciência”. E, em terceiro lugar, concluiu-se que a localização ideal para a nova capital seria o Planalto Central do Brasil. Ora, sabemos também que, se existia uma unanimidade teórica sobre a conveniência de uma *eventual* transferência de sede do governo, sérias discrepâncias se manifestaram quanto ao sítio mais indicado (Sul de Goiás? Triângulo Mineiro? Belo Horizonte? Até mesmo Petrópolis?) e, sobretudo, quanto à oportunidade do momento. De fato, opinavam personalidades das mais respeitáveis que a ocasião adequada não era chegada porque o ato poderia constituir um encargo demasiadamente pesado e, precisamente por essa razão, um obstáculo ao processo de desenvolvimento em plena maturação.

Sem nos querer aprofundar em tal discussão que, repito, não constitui a matéria-prima deste livro, vale assinalar a coincidência, não fortuita mas necessária, entre a mudança da capital e o processo de desenvolvimento no estágio em que se encontrava o país na metade do século XX – sendo a oportunidade comprovada por considerações de caráter econômico e demográfico. Com efeito, as duas características fundamentais da população brasileira, naquele momento, eram seu excepcional índice de crescimento e a igualmente extraordinária diversidade na densidade de distribuição geográfica. Nesse sentido, as estatísticas demográficas comprovavam os fatos da geografia humana. Elas constituíam o fundamento geopolítico da “tese mudancista” que Juscelino Kubitschek encarnou e, na prática, Israel Pinheiro dirigiu. Foi na década dos anos 50 que o Brasil atingiu, precisamente, ao mais alto índice de expansão populacional, 3% ao ano. Na época, muita gente não se dava conta, mas a explosão demográfica acrescentava, todo ano, três milhões de seres a mais, em sua maioria pobre e inculta, que procuravam nas cidades um alívio para as mazelas da zona rural.

Ora, qual foi, e é ainda, a Idéia Dominante do Brasil atual? Não estaríamos talvez longe da verdade se a definíssemos como a necessidade e o desejo de desenvolvimento no sentido mais alto da palavra – desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, progresso da educação e cultura, reorganização política e regeneração moral. O desejo

de desenvolvimento acelerado – que até hoje persiste – prende-se à constatação geral de que nosso subdesenvolvimento resulta de profundas desigualdades na distribuição da riqueza e da cultura, com contrastes chocantes que podem ser definidos em termos geográficos, uma vez que estão relacionados com a concentração atual de quase todos os bens materiais na zona litorânea meridional da nação. Não por acaso a mudança ocorreu ao se iniciar o período de mais rápida urbanização. Em 50 anos, passamos de 70% da população vivendo na área rural, para a posição oposta: quase 80% na área urbana. O fenômeno coincidiu com o aparecimento, pela primeira vez sensível em nossa história, de uma classe média, uma burguesia politicamente influente (Mapa 1).

Em suma: toda a “problemática da realidade brasileira” indicava a existência de falhas graves na repartição da população pelo território nacional e falhas ainda mais graves na repartição da riqueza econômica, do bem-estar social e do progresso cultural. Os desequilíbrios tinham, como continuam tendo, reflexos na instabilidade política. Todos os sociólogos e historiadores, não contaminados por preconceitos marxistas, notaram e, se não salientaram, pelo menos deixaram implícito o postulado de que talvez a principal característica constante de nossa evolução histórica tem sido um esquema antropogeográfico peculiar que criou, paralelamente ao extenso litoral atlântico, faixas com níveis de civilização decrescente para o lado do interior, estando esse esquema na raiz mais profunda do subdesenvolvimento. Amoroso Lima fala na coexistência e interpenetração da idade da pedra no Mato Grosso, da idade do burro com sua civilização sertaneja ou caipira, na região dos planaltos centrais, e da idade do motor nas grandes cidades costeiras. Numa outra gama ideológica, Guerreiro Ramos deteve-se, por volta de 1955, na “duplicidade” da formação do Brasil, na “heteronomia” que marca a nossa sociedade, no “amorfismo” e na “inautenticidade” que são consequências naturais da formação por colonização, fase ainda não completamente superada. Essa “relatividade cronológica” ou “diacrônica” no desenvolvimento, comparável a que, por exemplo, foi notada no Peru pelos teóricos um tanto pedantes e desonestos do Aprismo, se prende naturalmente às condições específicas do modelo colonizador ibérico. Quando os colonizadores chegam por mar (e é assim que ocorre, pois o veículo naval distingue o “colonizador” do “conquistador” continental)

a civilização se concentra, a princípio, no litoral e só aos poucos se estende pelo interior. Trata-se de uma constante lógica. Ela é facilmente verificável na diversidade de exemplos aplicáveis ao caso, quer a colonização seja forçada, quer tenha a cultura estranha sido espontaneamente adotada como ocorreu no Japão, de modo tão expressivo, pela adoção do Budismo, da cultura e da escrita ideográfica chinesas.

No quadro da evolução brasileira, entretanto, a forma caracteristicamente litorânea da colonização lusitana foi ressaltada pelas peculiaridades do atavismo português. A frase do cronista do século XVIII, “os portugueses agarram-se às praias como caranguejos”, define só por si a constante do fenômeno do império luso. Historiadores e sociólogos não ressaltaram esses aspectos, nem sempre atinando com a importância da permanência portuguesa no litoral. O fato de que o Brasil foi descoberto como episódio da procura do caminho das Índias, sendo deixado ao desamparo o território recém-descoberto, que servia apenas como ponto de apoio para as naus que demandavam o Cabo da Boa Esperança; a grande extensão que atingiu o estabelecimento litorâneo, quando posta em confronto com a penetração, lenta e relativamente reduzida nos primeiros tempos da ocupação da Terra de Santa Cruz; os contrastes entre o nosso e o tipo de colonização espanhola, com a “conquista” de vastos espaços no Peru e no México, como manifestações do espírito propriamente “castelhano”, o que quer dizer, “continental”, sendo essa conquista simbolizada pela lenda de que alguns dos grandes conquistadores espanhóis mandaram queimar seus navios, para bem salientar a sua decisão de não retornar à Europa – são sobre esses fatos que vale a pena meditar, porque relacionados com os aspectos menos louváveis da evolução histórica da nacionalidade.

Mas há outras considerações pertinentes ao caso. Em sua magnífica obra *Bandeirantes e Pioneiros*, procurou Vianna Moog confrontar os tipos anglo-saxão e português de colonização. Moog salientou que os portugueses embarcavam para o Novo Mundo apenas com o desejo de enriquecer depressa e voltar mais depressa ainda para a Europa. Os anglo-saxões, ao contrário, se estabeleceram na Nova Inglaterra com verdadeiro espírito “pioneiro”, isto é, com o desejo de serem realmente “americanos”, dando as costas à Europa e fundando uma nova nação no Novo Mundo. As próprias Bandeiras, que papel tão decisivo tiveram

no alargamento do território nacional, papel verdadeiramente heróico se considerarmos o esforço exigido por essas expedições até os confins do sertão brasileiro, através de florestas tropicais!, essas expedições predatórias, como acentua Capistrano de Abreu, “concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra”... pois “os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos”. Vianna Moog relaciona a incapacidade de estabelecimento permanente no solo, esse tipo de “conquista transitória” que mui corretamente distingue da verdadeira e definitiva “colonização” empreendida na América do Norte, com o fenômeno do “mazombismo”, do “espírito mazombo” cuja personagem ainda não caducou. O escritor e sociólogo gaúcho descreve, em páginas entre as melhores da obra, tal tendência ainda não superada que define: 1) como ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro; 2) falta de ideal coletivo e, 3) sobretudo, total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vive. A nossa permanência no litoral, que se prolongou depois da independência até meados do século XX, foi assim interessantemente equacionada com a incapacidade de criar uma coletividade, consciente de seu destino, e gerar novas formas culturais adaptadas à terra em que nos estabelecemos. O apego ao litoral, como manifestação do desejo de não apagar a lembrança da cultura européia e do anseio, nunca satisfeito, de voltar à Europa, constitui, no dizer de Moog, “um dos mais antigos obstáculos ao pleno e desejado advento da nossa maturidade”.<sup>7</sup>

As tendências cambiaram desde que Moog escreveu. Criou-se mesmo uma espécie de nacionalismo cultural espúrio, provavelmente em reação ao fenômeno mencionado. Mas a influência da Sociedade Exemplar moderna – da Europa ocidental e América do Norte – nunca deixou de ser um elemento essencial de nossa vivência cultural. Os episódicos protestos que se têm registrado contra a “globalização” não nos devem induzir em erro de interpretação. O artificialismo da civilização litorânea brasileira, a instabilidade emocional do “mestiço neurastênico do litoral” tal como o definido por Euclides da Cunha, os contrastes

7 Em *A Utopia Brasileira*, empreendi a tarefa de correlacionar psicologicamente o Bandeirantismo com o Domjuanismo. O Bandeirante e o Dom Juan são ambos intuitivos extrovertidos. O Bandeirante é um Dom Juan das Terras, sempre infiel e abandonando o sítio descoberto, sem nele se fixar em matrimônio fértil.

chocantes entre a riqueza, o falso progresso e a ostentação das grandes metrópoles marítimas com a pobreza do sertão, esquecido e abandonado, todos esses defeitos de nossa formação são assaz conhecidos, estudados e comentados. Não são, porém, suficientemente compreendidos em conexão com a atual estrutura geopolítica do país. Nessa estrutura, a localização do governo federal na baía de Guanabara constituía sintoma de evidente pertinência.

O que faz uma capital – lembremo-nos da definição de Vallaux! – é “a posição de uma cidade em relação ao conjunto do território e à linha de fronteira”. Linha de fronteira viva não a tínhamos em 1950, a não ser no sul. Vivíamos e ainda vivemos relativamente isolados de nossos vizinhos latino-americanos, dando-lhes as costas. Acesso rodoviário ao Pacífico através do Peru, há décadas que se fala nisso mas nada é feito, por inércia de nossa parte e temor do lado dos peruanos. Só naquela época conseguimos estabelecer uma ligação ferroviária e rodoviária efetiva com a Bolívia – que é por excelência a área-pivô do continente. Não existe acesso rodoviário asfaltado com a Colômbia, Venezuela e Guianas. A posição do Rio de Janeiro é falsa, excêntrica, ineficiente, virada para a Europa, virada para o além-mar. Desprezando o país, ignorando suas fronteiras, permanecia a Guanabara em posição periférica, passiva, sem se articular com o conjunto do território nacional.

Cidade tropical, maravilhosa, enorme e cosmopolita, instintivamente atraída por tudo que é estrangeiro, cidade abstrata que procura imitar a Europa muito embora sem grande sucesso em seu clima tropical, falta ao Rio contatos reais com as fontes do espírito nacional e da vida popular. O Rio lembra, por isso, a antiga Alexandria, a S. Petersburgo do século XIX, a Constantinopla de antes da Primeira Guerra Mundial. Essas capitais de grandes Impérios de outrora foram também estabelecidas no litoral, como janelas abertas a civilizações ecumênicas ou a culturas estranhas. E houve, em todos esses casos, um rompimento perigoso com as raízes profundas da nacionalidade. No nosso caso, porque tenta talvez, com demasiado entusiasmo, contemplar a Europa e os Estados Unidos da América, o Rio de Janeiro parece indiferente ao resto do país.

Certamente é o Rio uma cidade magnífica, num dos mais belos panoramas naturais do mundo. Mas é uma cidade tropical, uma metrópole de luxo e prazer, *dolce far niente* cuja impressionante fachada de concreto

armado encobre, a dez passos da praia, na proliferação das favelas, os modos de vida mais sujos, miseráveis e primitivos de todo o vasto território nacional. Dezenas de milhares de funcionários públicos viviam e ainda vivem nos edifícios modernos que constituem o principal motivo fotográfico de nossa propaganda no exterior – mas para a maior parte deles o serviço do Estado parecia constituir apenas uma forma de vida fácil, ou mesmo um sistema tipicamente brasileiro de previdência social. No Rio, terreno fértil para a burocracia parasitária, não existe clima nem físico nem mental para um serviço público eficiente, capaz de atender aos problemas urgentes de um colosso em pleno crescimento. Cidade de veraneio, cercada por todas as seduções da natureza e banhada numa atmosfera luxuriante, onde o carioca se pode deitar ao sol, nadar nas águas amenas e gozar tranqüilamente os encantos de uma vida sem responsabilidades, o nosso Rio certamente não representava o sítio ideal para sede de um bom governo. Mas o que são esses sintomas se não provas de artificialismo – originado numa ausência de identificação com a missão superior que lhe cumpria exercer nos destinos da nacionalidade? Artificialismo da fachada de Copacabana, artificialismo de uma burocracia grotescamente inútil, vadia, insatisfeita, cínica, predatória, reveladora de todos os sintomas próprios da inadaptação; de uma burocracia parasitária que, às vezes, em seus momentos de lucidez, pretende governar como se fôssemos um país europeu dos mais avançados e depara-se, atônita, com condições reais próprias da África sub-sahárica.

Sou carioca, filho de pais cariocas, neto de paulistas, gaúcha e português, mas me converti ao “mudancismo” das metas juscelianas por experiência própria. Há sessenta anos que recebo, religiosamente, o contracheque a que fazem jus os funcionários públicos, na ativa ou aposentados. É o único traço, sólido como o Pão de Açúcar, das instituições políticas e administrativas deste país. Não é só o carioca que tem vocação para o “serviço” público. É um vício brasileiro, igualmente grassando em Minas e no Nordeste, e do qual nem mesmo São Paulo escapou. Certo, foram vãs minhas esperanças na “mudança de mentalidade” do estatismo burocrático e patrimonialista brasileiro. A experiência de 40 anos foi gravemente abalada. Mas minhas críticas quanto ao Rio continuam de pé, nesse aspecto especial. O Rio sempre foi uma vitrine. Seu progresso foi feito às custas do subdesenvolvimento do sertão. Parece às

vezes que o país inteiro trabalhava para ali manter um luxuoso salão de visitas. Foi assim que cresceu artificialmente, não como “capital” de uma nação constitucional e geograficamente unificada, mas como uma cidade cuja monstruosidade não se deve a características próprias de seu desenvolvimento econômico, mas antes ao crescimento do Estado, ou por outro do “governo” no sentido que lhe damos de generoso distribuidor de empregos, benesses, favores e aumento indiscriminado dos salários da Nomenclatura... O crescimento do Rio confunde-se assim com um estatismo grotesco, de país que já estaria avançadíssimo na trilha do socialismo. Na realidade, a burocracia do Rio ainda é o fruto da demagogia ou, como muito bem observou Gilberto Freyre, do atavismo patriarcal escravocrata de um passado colonial ainda não superado. Disso resultam situações paradoxais e, às vezes, ridículas. Do Acre ao Amapá e do Rio Negro ao Chuí, as populações fitavam o Rio de Janeiro com o mesmo ar admirativo com que se admirava a Corte do além-mar, esperando do governo federal aquela proteção benevolente do Rei português e do Imperador Dom Pedro. Papai Noel não existe mas ele se encarna na autoridade carismática do “Senhor Presidente” – o grande distribuidor de empregos. Um incêndio num luxuoso apartamento de Copacabana, o aumento das passagens nos bondes da *Light* ou as denúncias de um deputado nas colunas de um jornal carioca, constituíam assuntos dignos das mais atentas conversações nas altas esferas oficiais ou provocavam movimentos de opinião “que ameaçam as bases do regime”... Sem falar que, por um fenômeno tradicional, parecia que todos os grandes atos históricos da vida política brasileira se resolviam através de pronunciamentos da guarnição da Vila Militar.

Não, o Rio não era uma capital no verdadeiro sentido da palavra! É um grande porto cosmopolita que, por circunstâncias oriundas da colonização litorânea portuguesa, se revestiu da dignidade metropolitana para desempenhar um falso papel administrativo numa vasta comédia governamental a qual, se talvez não deu para prejudicar fundamentalmente o país, certamente não serviu para lhe apressar o progresso. Ocorre ainda que, depois de Carlos Lacerda, teve o Rio uma sucessão infeliz de governadores, em sua maioria medíocres demagogos que mal conseguiram conservar o que havia sido realizado nos anos sessenta. “Rio de Janeiro, cidade que me seduz. De dia não tem água, de noite não tem



luz” – é o que se cantava na época. Poucas grandes obras para melhoria do tráfego e dos serviços urbanos foram realizadas desde então. Uma grande cidade, com suas influências, suas paixões, os exageros de uma imprensa por vezes leviana e os perigos constantes que podem surgir de uma população mestiça, altamente emotiva, num ambiente irritante de estufa, não parece ser a sede mais indicada para uma administração eficiente, capaz de se exercer em âmbito nacional. A história que acabamos de percorrer nos capítulos anteriores registrou vários exemplos de soberanos que, por diversos motivos políticos, sociais, militares, culturais e mesmo religiosos, decidiram abandonar suas velhas capitais a fim de encontrar um novo local mais conveniente para seus labores. O Faraó Akhenaton deixou Thebas em favor de sua própria “Cidade do Horizonte”; o Imperador Constantino abandonou a Roma pagã, decadente e vulnerável, para projetar sobre a idade média mil anos de civilização bizantina; Kwammu, no Japão, abandonou Nará para se livrar do clero budista; Kublai Khan desprezou as tendas de Karakorum porque nelas se exercia a influência retrógrada do barbarismo mongol; Luís XIV detestava Paris, a Paris da plebe anárquica que faria a Revolução e a Comuna, e por isso construiu Versailles; Pedro o Grande odiava Moscou, abrindo sobre o ocidente uma janela que, só em nossos dias, a Cortina de Ferro viria novamente fechar; e Kemal Atatürk, repudiando o passado decadente da Istambul otomana, internou-se nas ásperas planuras da Anatólia.

Nesse sentido, também, o que se pretendeu com a interiorização da capital do Brasil – quicá sem sucesso, devo confessar após 40 anos – não foi o esforço hercúleo de transferir para Goiás uma burocracia imensa, ociosa e corrupta, mas sim, necessariamente, esquecê-la, deixá-la vegetar e mofar na umidade da Guanabara. E vale ainda acrescentar que os Estados federados têm sentido especialmente a necessidade de retirar o governo das grandes cidades a fim de libertar o Congresso e o Executivo de pressões de interesses locais ou regionais. Foi assim que surgiram Washington, Ottawa, Pretória e Canberra. A democracia regional é uma característica essencial do sistema federal. Federalismo é descentralização. Em tal sistema, nenhuma cidade pode constituir uma área privilegiada, favorecida com a solicitude oficial. A verdadeira “capital federal” não é artificial, é apenas funcional. Seu papel não é assegurar, porém combater a centralização governamental cujo processo se intensifica, naturalmente,

nas grandes metrópoles, cultural e economicamente ricas. O que se procurou, por conseguinte, não foi apenas ir para o interior mas fugir do Rio – pelos mesmos motivos que os fundadores das grandes democracias anglo-saxônicas fugiram de Nova York e Philadelphia, de Montreal e Toronto, de Sydney e Melbourne, de Capetown e Johannesburgo.

Nessas bases é que devemos colocar o problema da mudança da nossa capital. A Idéia Dominante de Brasília foi entretanto diferente daquela que presidiu aos casos aqui apresentados como precedentes históricos, no sentido que se revestiu de características próprias e unicamente brasileiras. Semelhante a esses precedentes, a nossa mudança o é apenas no sentido que o mesmo instrumento geopolítico foi conscientemente usado para atingir outros fins. Nem mesmo o caso mais próximo, o turco, se parece com o nosso. Promovida por Kemal Pachá, a interiorização na Anatólia teve como móvel primário considerações de ordem estratégica e só, secundariamente, se tornou veículo de “colonização” e nacionalização.

Em primeiro plano, o que se desejou foi o abandono do litoral, dessa luxuosa vitrine, útil apenas para atrair a atenção ou iludir o exame do europeu e do americano. Em segundo lugar, para que os cuidados de um Estado mais realista, mais modesto, se dirigissem ao sertão, às grandes florestas, aos campos gerais, aos rios caudalosos, às riquezas potenciais enormes e ao sertanejo, magro e forte, homem esquecido do interior – foi necessário desviar o centro de gravidade do país. Urgia estabelecê-lo no coração dos dilatados territórios do Brasil. Cabia contemplar, ao alcance de todas as classes e de todas as regiões, o panorama nacional inteiro. Os objetivos da construção da nova capital foram unidade, eficiência administrativa, descentralização, aproximação das fronteiras continentais, desenvolvimento econômico e social do interior e exploração das vastas e férteis áreas do cerrado de Goiás e do Pantanal de Mato Grosso onde amadurece o futuro da nacionalidade. É com certo orgulho que me atrevo a recordar terem sido meus argumentos “mudancistas” os mesmos que o Presidente Juscelino Kubitschek explicitou em sua obra *Por Que Construí Brasília*. A Apresentação que coloquei no início deste volume, de autoria de JK, revela a concordância de raciocínio e o paralelismo argumentativo.

Dir-se-á que a função de uma capital não é ser pioneira. Mas por que não? No caso brasileiro, em que o Estado intervém ou pretende intervir em tudo, deixai-o, pelo menos, intervir num aspecto essencial da vida nacional, deixai-o provocar aquilo que o povo tem hesitado em, espontaneamente, empreender: pioneirismo! Com o governo por fim instalado em Goiás, poderá a nação brasileira tornar-se verdadeiramente consciente de sua posição no continente e começar a “sentir” suas fronteiras terrestres com o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e as Guianas. Ademais, espera-se que, com a atenção das elites desviada de seu quase exclusivo interesse pela Europa, possa ser rompido o “esplêndido isolamento” que, até agora no espírito como de fato, tem separado o Brasil de seus vizinhos continentais. A eles costumamos dar as costas. Andes atrás, Atlântico na frente. Nesse intuito de verdadeira americanização se deve entender a mudança, num contexto construtivo que não rejeita a herança ocidental mas apenas a falsa imitação. Ela significa apenas a decisão interior, livremente tomada, de adesão à globalização ao mesmo tempo do que de repúdio ao mazombismo atávico. O que se pretendeu não é virar-nos contra a Europa, é trazer a nova civilização ecumênica ao sertão do Brasil. A meta: subjugar a selvagem resistência de uma natureza exuberante, vencer o patrimonialismo colonial, levar para o interior e impor ao sertão, graças à técnica moderna, o progresso, a educação, a ordem e a liberdade. O mazombo saudosista que, na falta de poder viver em Paris ou Nova York, quer fazer do Rio uma imagem artificial de seus sonhos, não é pior do que o falso nacionalista que se apega a formas arcaicas, revestidas de *slogans* da moda, para combater influências, até mesmo do cinema, televisão, Internet e vocabulário estrangeiro, que só são nocivas quando fermentam na pesada atmosfera das praias atlânticas.

É pertinente a constatação que, segundo os recenseamentos sucessivos levados a efeito pelo IBGE, *o centro de gravidade da população do Brasil permaneceu, por décadas, estacionário no mesmo local, num ponto entre Diamantina e Montes Claros – um pouco ao norte de Belo Horizonte*. O centro se trasladava lentamente do sul da Bahia. A partir de 1970, esse ponto começou a dobrar numa direção noroeste. A transferência do governo para o planalto central começou a ter o efeito de combater a tendência para a concentração urbana no litoral, desviando, para o noroeste

subpovoado, o aludido centro demográfico (Mapa 2 ). *Brasília pode ser definida como um instrumento artificial do Estado para atrair e desviar o fluxo migratório, acompanhado de todo o capital humano, que do norte do país e do estrangeiro, se dirige para o grande complexo industrial de São Paulo e a área em franca expansão industrial do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte.* O crescimento de Goiânia e de Brasília, cada uma das quais já possui uma população superior a três milhões, constitui a prova da sabedoria do principal item no Plano de Metas. Com seus auxiliares, principalmente Israel Pinheiro, Presidente da Novacap, e Bernardo Sayão, o grande abridor de estradas, JK gloriosamente dirigiu, na Marcha para o Oeste, o trabalho dos “cangangos”, os mais legítimos heróis do empreendimento. Isso me conduziu, aliás, a apresentar a sugestão ao Governo do Distrito Federal que faça uma homenagem a esses homens, concedendo-lhes o nome aos três principais Eixos de Brasília: ao Eixo Monumental o nome de Juscelino Kubitschek, o Fundador; ao Eixo residencial Sul, o nome de Israel Pinheiro, que dirigiu a construção da cidade; e, ao Eixo residencial Norte, a Bernardo Sayão, que tornou Brasília o ponto de partida para a abertura do sertão Norte e Noroeste pela rede rodoviária.

\* \* \*

Entretanto, esses aspectos demográficos e econômicos são apenas revestimentos físicos de uma mudança de atitude mental. O valor simbólico da capital é justamente admirável e transcendente porque, num ato material sensível, plenamente visível, ela exprime um acontecimento de profundo significado cultural, infelizmente até hoje não suficientemente conscientizado pelo resto da população brasileira. É curioso que o papel de Brasília, acima delineado, tenha sido intuitivamente tão bem compreendido por nosso saudoso amigo Miram Latif, em *O Homem e os Trópicos*. Traduzindo e expandindo as idéias seminais do maior sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, acentua o brilhante ensaísta carioca, motivado pelo mesmo ímpeto que a mim igualmente estimulou, como deve o homem tropical filtrar, analisar, selecionar, discriminar minuciosamente, de maneira a não perturbar o equilíbrio instável e delicado do meio-ambiente na coexistência biológica em clima superaquecido. Para evitar as epidemias, as secas, as inundações e a erosão que, num instante, podem tudo destruir, deve o homem isolar-se, proteger-se, desembara-

çar-se do excedente. Deve fazer de tal modo que o meio, sobrecarregado de força telúrica, não o absorva e sufoque. Diríamos mesmo que deve interiorizar-se, introverter-se. Eis a justificação teórica de Brasília no pensamento de Latif. Sobre o Planalto Central, uma vasta região de cerrados e savanas de três milhões de quilômetros quadrados que se vai aos poucos transformando, pela agricultura, num dos celeiros do mundo, procura o homem o isolamento, a tranqüilidade e o silêncio. Detrás da proteção de suas grandes janelas, estará o brasiliense mais habilitado a contemplar o todo continental de um ponto de vista mais confortável, nas melhores condições de ambiente para a perspectiva de conjunto. Lá se encontra o horizonte necessário para abstrair e observar os diversos *Brasis* de Euclides da Cunha, Jacques Lambert e Gilberto Freyre. Eles devem ser integrados num quadro único e, acolhendo da Europa e da América do Norte, e ocasionalmente de outros continentes, o que pode ser aproveitado como idéia e como modo de ação, como arte e como tecnologia, deve o brasiliense ao mesmo tempo deixar de lado, nos arquivos e museus, o que não é imediatamente utilizável em sua luta por adaptar-se à moderna cultura global.

A capital cartesiana define um novo capítulo da história do Brasil. Esse capítulo foi marcado pelo *take-off* econômico da era de Juscelino. Não possui o Plano Piloto, aliás, a forma de um avião? E não depende Brasília, sobretudo, da aviação para seus contatos com o resto do país? Ela é o produto das necessidades presentes da nação e da intuição de sua grandeza futura – e eis que, desenhando o Plano Piloto, lhe constitui o sinal alegórico. Em minha obra *A Utopia Brasileira*, faço uma análise psicológica profunda, de natureza junguiana, da simbologia mítica do pássaro. O pássaro, como a pomba do Espírito Santo, simboliza a salvação, assim como fornece um testemunho da esperança.

Pela primeira vez, nos tempos modernos, o homem ocidental enfrenta a floresta virgem com perspectivas de sucesso, fixando-se convenientemente em pleno coração dos trópicos. O Brasil representa o primeiro caso de estabelecimento nessa faixa do planeta de uma sociedade multirracial, moderna, industrializada e de cultura latina. “Capital da Esperança” (*La Capitale de l’Espoir*), como a proclamou Malraux, em discurso grandiloqüente de 1959, que teve a honra de ouvir no ponto aproximado em que se ergue hoje o Teatro Nacional – desse ponto de

comando central floresce o grande plano estratégico de desenvolvimento geopolítico na escala enorme do país, e todas as energias da nação concentram-se na tarefa de ali construir uma nova civilização. *Civitas ubi silva fuit* – eis o sentido supremo da mudança.

Na simbologia da nova capital, que Malraux e outros estudiosos do magno empreendimento compreenderam e registraram, podemos descobrir a ação de outros fatores, mergulhados na sombra do Inconsciente Coletivo. Salientemos que é possível conceber a história do Brasil segundo a imagem de uma dialética de três mitos que, como parâmetros, parecem conduzir nossa evolução histórica e florescem no espaço geopolítico, moldando o caráter nacional.<sup>8</sup> Surge, em primeiro lugar, o mito do Paraíso Tropical. Sérgio Buarque de Holanda aprofundou as origens dessa construção arquetípica em sua obra *Visão do Paraíso*, onde pesquisa as várias expressões históricas que adquiriu na Europa ao final da Idade Média. Desde Colombo, os colonizadores que desembarcaram em nossas praias de brancura ofuscante, ladeadas de elegantes palmeiras, contemplando seus verdes mares bravios e seu céu de um azul muito puro, deixaram-se seduzir pela beleza incomparável da natureza ainda virgem. Numa atmosfera afrodisíaca, maravilharam-se com a nudez dos índios que os excitou com a noção ilusória do Bom Selvagem – amigo, inocente e puro. A imaginação da Renascença dedicara-se à procura deliberada do paraíso sobre a terra, apontando para a utopia do “Novo Mundo” que os navegadores ibéricos iriam descobrir para a Europa. Com Montaigne e depois Rousseau, o mito transitou pelos séculos XVII e XVIII, apossando-se do movimento romântico. Mas, no próprio Brasil, desenha a tela de fundo da sociedade patriarcal patrimonialista, edificada sobre a escravidão africana e a monocultura do açúcar. Ei-lo, o quadro edênico, que ressurge à beira-mar, em Copacabana, Ipanema, Guarujá ou Salvador, compondo um sonho de sensualidade e *dolce vita* em versão turística moderna.

Entretanto, quando pretendeu o colonizador português deixar a costa atlântica para penetrar no interior das terras, foi surpreendido de repente, surpresa cruel, com uma realidade em que os índios não eram

8 Em meu livro *Em Berço Esplêndido, Ensaio de Psicologia Coletiva Brasileira*, 1ª edição, José Olímpio/INI, 1972; 2ª edição, revista e enriquecida. Editora Topbooks, Rio, 1999.

selvagens inocentes, sem malícia, porém canibais sedentos de sangue cuja resistência aumentava à medida que avançava o europeu sobre seus terrenos de caça. A natureza não o acolhia com braços abertos. Contra ele, ao contrário, desencadeava, como num quadro de Hieronymus Bosch, as febres, os insetos, as serpentes venenosas, as montanhas abruptas, os rios tão largos quanto braços de mar, as chuvas diluvianas, a floresta virgem impenetrável, todas as armadilhas dos trópicos. Claude Lévi-Strauss considerou o Mato Grosso o meio natural mais hostil que o homem jamais enfrentou, algo diverso do jardim paradisíaco da novela “Pantanal”... A antítese da visão edênica foi assim a ânsia do Inferno Verde. Os efeitos socioeconômicos desses Tristes Trópicos reduzem-se a uma só palavra: subdesenvolvimento. A atitude do positivismo científico e literário do século XIX e princípios do século XX, em relação ao ambiente natural da grande floresta úmida e quente é puramente negativa: os trópicos são hostis à raça humana, são habitados por “homens de cor” ignorantes, preguiçosos, obscenos, ingovernáveis e incapazes de civilização. Em nossa literatura, a opinião europeia traduziu-se em uma expressão de pessimismo, de derrotismo e cinismo destruidor com relação a nosso futuro e nossas possibilidades culturais. “Que país é este?”, amiúde nos perguntamos, desabusados. Sofremos de uma hipocondria crônica.

Desponta, entretanto, um terceiro mito, para sobrepujar os dois outros em uma síntese criadora: o Eldorado! É a ele que nos referimos, historicamente, quando falamos da epopéia das Bandeiras. No século XVII, um capitão de prestígio carismático arvorava o estandarte e, sob suas ordens, algumas centenas, às vezes alguns milhares de homens e mulheres, brancos, mamelucos, negros, de todas as classes, cores e espécies partiam para o desconhecido, à procura de índios, ouro e pedras preciosas e a rápida fortuna. “Dir-se-ia uma raça de gigantes”, observou Saint-Hilaire. Constitui, sem dúvida, o fenômeno mais dinâmico de nossa história. Notai que a empresa era coletiva, quase feudal, ao passo que os famosos *rush* americanos do século XIX foram negócios puramente individuais. Partindo de São Paulo, os Bandeirantes atingiram os Andes e, como se sabe, dobraram a extensão de nosso território até descobrirem o ouro e os diamantes de Goiás e das Minas Gerais.

O movimento depois cessou, bruscamente. Um silêncio no grande sertão... Durante 200 anos a vastidão foi abandonada, salvo algumas

vagas de pioneiros que se sucederam para a borracha da Amazônia, o cacau do sul da Bahia e o café de São Paulo, provocando novas correntes migratórias. O espírito do bandeirante aventureiro, porém, sempre se manteve vivo. O instinto nômade, o desejo de partir, de explorar, de se estabelecer e partir, de novo e sempre, à procura da fortuna. Brasília representa a conclusão da epopéia. É a concepção tipicamente brasileira do desenvolvimento impulsivo, o que chamamos de *desenvolvimentismo*, a industrialização acelerada a toque de caixa inflacionária, correspondendo à “ideologia” da época, proposta pelo ISEB. A inflação moderada da Presidência JK foi seguida da crise que marcou os anos Jan-Jan, de 1961 a 64 (em princípios de 1964, ela já atingira 12% ao mês) e se acelerou, novamente, a partir de 67/68. Com a promessa do “Milagre”, já agora próximo, a Revolução industrial nos deve permitir vencer a barreira do atraso – promessa que, esperamos, não tenha sido retirada pela decepção da “década perdida” dos anos 80 e as incertezas dos anos 90.

A construção de Brasília constitui assim um marco, um passo decisivo de nossa história – e ao Presidente Kubitschek deve o Brasil ficar eternamente grato pelo impulso que seu entusiasmo e otimismo despertaram. A nova capital simboliza a vontade de avançar, de mudar, de crescer, de descobrir o Eldorado. Em que pesem as agitações políticas que se sucederam nos 40 anos posteriores à transferência da capital, a obra do Fundador significa, no espaço, esse retorno ao sertão que está dentro da mais pura tradição das Bandeiras – enquanto reflete, no tempo, o caráter essencialmente “futurista” de nosso avanço coletivo. A perspectiva futurista veio a ser qualificada, pelos mais afoitos, de projeto para o “Brasil Grande”, o Brasil incluído no grupo das sete ou oito potências dirigentes do planeta... e, como proclamava o *slogan* da época, “ninguém mais segura este país”!

Juscelino encontrou exatamente em Israel Pinheiro o homem de quem necessitava para executar o que tinha em mente. Israel era filho de outro grande político mineiro, João Pinheiro. Filho de um imigrante italiano de nome Pignataro, Republicano histórico que teria provavelmente sido Presidente da República, não houvesse falecido prematuramente com 48 anos depois de ser Governador de Minas, João Pinheiro fora educado nas idéias dos positivistas, evolucionistas e liberais clássicos



do século XIX, homens como John Stuart Mill, Herbert Spencer, Saint-Simon e Comte. Foi ele quem, após assumir o governo de Minas em 1906, expôs pela primeira vez o significado básico do programa que o filho e alguns de seus sucessores iriam seguir à risca, até atingir, 50 anos depois, o Plano de Metas de JK... “O meu pensamento capital, você o sabe, é a organização econômica”, declarou ele para um amigo na recém-inaugurada Belo Horizonte. Ele adicionara à expressão “organização nacional”, que Alberto Torres cunhara, sem grande sucesso, o componente em que claudicava a famosa “ordem e progresso” positivista com que os comteanos do 15 de novembro haviam enfeado a bandeira do país, contra todas as regras da heráldica.

O historiador Francisco de Assis Barbosa reconheceu em João Pinheiro o “pioneiro do desenvolvimento nacional”, no sentido de Idéia Central da administração pública que deve presidir ao progresso da economia, uma idéia cujos primórdios vamos encontrar, 150 anos antes, na visão do Marquês de Pombal. Era a herança do patrimonialismo ibérico e das idéias absolutistas que, posteriormente, os discípulos do jacobinismo e do bonapartismo francês fortemente fixaram no espírito de nossos “donos do poder”, como tem sido fartamente estudado e analisado pelos professores Raymundo Faoro, Roque Spencer Maciel de Barros, Antônio Paim e Ricardo Vélez Rodríguez. Herdando do Pai o princípio básico de criar uma infra-estrutura material que jamais, até então, obtivera consciente preeminência na mentalidade dos governantes brasileiros, Israel Pinheiro era engenheiro e administrador, convicto da importância do fator econômico no desenvolvimento nacional, tendo sido o criador da Companhia do Vale do Rio Doce e inspirador da idéia que a Revolução Industrial devia, no Brasil, principiar pela instalação de uma indústria do aço, sustentada na exportação do minério de ferro.

Na época, evidentemente, ainda se imaginava o Estado como o principal responsável e força motora do processo de modernização. Ao Estado caberia a arrancada para o desenvolvimento. A idéia amadureceu no “desenvolvimentismo” como ideologia, tal como elaborado pelo ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros na década dos 50. Formado de jovens que se haviam educado no nacionalismo integralista dos anos 30, o ISEB e os desenvolvimentistas do “getulismo tardio”

passaram a se inspirar, depois da II Guerra Mundial, no modelo soviético. Em sua maioria, se tornaram nacionalistas de esquerda. A ênfase, de qualquer forma, era a Revolução Industrial, com a transferência da capital no quadro do desenvolvimento nacional.

Numa conferência pronunciada em abril de 1957, no Clube de Seguradores e Banqueiros, o recém-empossado Presidente da Novacap enfatizou que a idéia mudancista não devia ser examinada apenas pelo ângulo simplista de afastar a capital das agitações de um porto marítimo. “O sentido e a profundidade da iniciativa”, dizia ele, ‘bem se caracterizam se considerarmos que o problema se agita toda vez que fatores de ordem social e política alteram as condições da vida nacional – na Inconfidência, na chegada de D. João VI, na Independência e em todas as Assembléias Constituintes... problemas que, nos períodos de normalidade, regredem e se embaraçam nas eternas soluções protelatórias”... “Verifica-se também que os temas dessa justificação evoluíram marcadamente no sentido da objetividade. O que eram razões teóricas ou simples manifestações do instinto patriótico, constituem, hoje, fundamentos rigorosamente lógicos, uma solução técnica, política e imperativa do momento. O sentido econômico assumiu o primeiro plano das cogitações e o desenvolvimento da técnica moderna tornou possível a concretização do sonho dos Inconfidentes. Não subsistem mais os obstáculos que retardaram, complicaram ou mesmo impediam a interiorização da capital. Os formidáveis recursos da engenharia, o automóvel, o rádio, o avião e todos os numerosos milagres técnicos da nossa época trouxeram o vago sonho da mudança para a área das realizações efetivas”.

Na perspectiva de Israel Pinheiro, a dicotomia litoral-interior é o que cabia eliminar. O desenvolvimento econômico do interior, não apenas através da industrialização, mas da própria agricultura, era o que, sob inspiração paterna, o político mineiro imaginava. Quarenta anos depois, evidentemente, podemos comprovar que esse progresso da área sertaneja se realizou, em parte, graças à construção da nova capital, obra integrada, como sempre é necessário salientar, ao plano rodoviário das Metas de 1956/61 e à instalação de uma indústria automobilística, sustentada na indústria do aço, hoje mais do que nunca associada aos dois itens acima.

Evidentemente, a dicotomia entre Norte e Sul, ou seja, entre o Brasil Arcaico e o Brasil Moderno de conformidade com a perspectiva do brilhante ensaio “*Les Deux Brésils*”, que ilustrou o nome do sociólogo francês Jacques Lambert, longe está de ser superada. Na falcatura obsessiva que foi introjetada na mente da *intelligentsia* de esquerda, perde-se de vista que o distanciamento entre ricos e pobres é muito mais um problema de geografia humana do que de análise econômica marxista. Se o Distrito Federal reflete ainda hoje essa dicotomia no contraste entre o nível de vida das cidades-satélite em face dos altos índices de renda da população do Plano Piloto, dos bairros do Lago Sul e Norte, e do *Parkway*, a raiz do mal continua devendo ser procurada nos contrastes culturais dessas duas áreas geográficas do país. Uma piada que circula em Brasília parafraseia e enriquece o aforismo clássico: “Em Roma como os romanos”, com o novo “em Brasília como os nordestinos”... A grande massa de nortistas e nordestinos habita, não as quadras nobres da cidade, mas o entorno. Nas primeiras, são só os burocratas e políticos que se locupletam com os altos salários da Nomenclatura patrimonialista. Em que pesem as esperanças de Israel Pinheiro, a força de integração que Brasília representa ainda não superou o tipo de dicotomia cultural que atrasa nosso país.

\* \* \*

Brasília foi uma das primeiras grandes cidades planejadas do Brasil. Não que Belo Horizonte, Goiânia ou Londrina não a houvessem precedido mas, como capital, Brasília prometia a nosso povo de eternos improvisadores e eternos procrastinadores uma espécie de conversão radical de mentalidade. Era o símbolo do despertar de uma racionalidade pragmática em nossas formas coletivas de agir, sempre presididas mais pela emoção do que pela razão. Era o prelúdio da política de Planejamento, anunciada por um urbanista e um arquiteto de talento e, em seguida, posta em prática por economistas, empresários e militares. Paradoxalmente, a intuição impetuosa de um Chefe de Estado que mais tinha de Bandeirante aventureiro, obcecado com suas metas fantásticas, do que de estadista prudente e cauteloso, dava nascimento a um projeto de propósitos altamente positivos, marcando, como se fora, o novo estilo do desenvolvimento acelerado que então se iniciava para a nação.

A cidade, cuja construção se orientaria por um Plano Piloto de proporções colossais, seria a cabeça de um povo inibido pela imprevidência, o relaxamento, a confusão, a incapacidade de esforço organizado e persistente, com relutância em fixar objetivos claramente definidos. Brasília é a revolução cartesiana, nossa nova Idade da Razão<sup>9</sup> – o que é tanto mais curioso quanto nos encontramos, no ocidente, no meio de uma época que se compraz na exaltação do irracional. Não é em vão que tenha Descartes sido considerado não somente o grão-mestre da filosofia da Razão, mas também o fundador do urbanismo moderno. Foi no *Discurso sobre o Método*, como já acentuamos, que Descartes traduziu as idéias arquitetônicas do Renascimento e do Barroco em sólidos princípios de pensamento teórico e abstrato. “*A vontade de alguns homens usando sua razão*” – eis o postulado do plano urbanístico moderno. Foi também o princípio que, no meio de muita confusão, presidiu à transferência e à construção da nova capital.

O urbanismo sem dúvida existiu na antiguidade helenística e romana, bem como no oriente chinês e islâmico. Mencionamos Hipódamo de Mileto, contemporâneo de Aristóteles, a propósito da construção de Alexandria. Na Renascença italiana, “cidades ideais” foram concebidas teoricamente, em forma estelar ou radioconcêntrica. Miguelângelo criou uma das primeiras e mais belas composições urbanísticas na praça que coroa o Campidoglio, em Roma. Palma Nuova, não longe de Veneza, é um exemplo concreto. Uma série de “Cidades Ideais”, em forma de estrela, foi desenhada por alguns dos grandes artistas italianos da época. Recordando o tema de que tratamos no Capítulo VIII, a idéia da perspectiva foi introduzida nas artes plásticas, propiciando aos arquitetos a abertura de avenidas em eixos monumentais, com fundos teatrais. O urbanismo barroco evoluiu a partir da obra renascentista.

O mérito de Brasília consiste assim em haver sido planejada, programada e construída segundo uma organização de trabalho, um trabalho de equipe, uma técnica operacional cartesiana – realização tanto mais notável quanto nossa tradição urbanística sempre fora paupérrima. Ao contrário do ocorrido na América Espanhola, os portugueses não

9 Foi o tema de outro ensaio, *O Brasil na idade da Razão*, em que procurei analisar, numa perspectiva otimista, o que estava ocorrendo no período do “Milagre” que entusiasmava os militares.

introduziram no Brasil aqueles rígidos princípios de cidades quadriculadas com sua Plaza Mayor, ladeada pela Catedral e o Palácio do Governador, que deparamos em Buenos Aires, México, Lima e incontáveis outras metrópoles da América Latina. As que aqui desenvolvemos foram espontâneas, cresceram naturalmente. Haja vista o que ocorre em Belo Horizonte: planejada em 1897 por Aarão Reis, com seu esquema clássico quadricular de ruas, cortadas diagonalmente por avenidas de estilo barroco, é na capital mineira que se notam os mais clamorosos erros de imprevidência urbanística. É ela hoje, sobretudo em seus arredores, um caos que, de bela e aprazível, a tornou uma das mais desordenadas e poluídas do Brasil. Talvez em nenhum outro aspecto de nossa vivência coletiva se revela tão notável nosso gênio (ou vício...) de improvisação, quanto na maneira leviana como deixamos se agigantarem as metrópoles – o caso mais saliente sendo sem dúvida o de São Paulo. A característica é tanto mais pesada de conseqüências quanto sofremos, precisamente, um dos mais espantosos fenômenos de urbanização que se registrou no planeta.

Brasília, ao contrário, é um manifesto, uma declaração de princípios, um paradigma. Brasília abriu o caminho. Demonstrou que o planejamento pode ser efetivo e compensatório quando racional, restrito, moderado e flexível – quando não interfere, em suma, com a iniciativa privada e a ordem espontânea do mercado livre, com respeito às leis. Desde Brasília, se impôs às elites brasileiras a noção de que se pode projetar, planificar, submeter a um modelo de conjunto a atividade coletiva organizada, desde que essa atividade seja orientada cartesiana e racionalmente para um fim preciso e claro. É interessante notar que quase todos os competidores no concurso de 1956, para o Plano Piloto de Brasília, enfatizaram a natureza racional e geométrica de seus projetos. Muitos denunciaram qualquer tendência a soluções “românticas” ou “acadêmicas”, embora não ficasse muito claro o que entendiam pelo qualificativo “romântico”.

Em todos os planos, inclusive no projeto vitorioso de Lúcio Costa, notou-se uma total indiferença para com o principal elemento natural de embelezamento do sítio: o lago. O que se ambicionou foi um desenho abstrato, sem qualquer critério ecológico consciente. Lúcio Costa, quando muito, refere-se ao contorno do sítio que determinou o encurvamento do Eixo Residencial. As margens do lago foram abandonadas

e só posteriormente passaram a ser ocupadas pelos clubes e o crescimento posterior de muitas residências. Tem-se a impressão de que, pelo menos os arquitetos originários do Rio, oprimidos pelo impacto que a natureza exuberante da Guanabara impõe à Cidade Maravilhosa, resolveram desdenhar qualquer consideração de natureza panorâmica ou ambiental. O desenho geométrico reflete o ímpeto de dominar arbitrariamente o meio natural com uma solução cerebrina. A mesma indiferença levou os construtores, posteriormente, a edificarem as casas como se, em Brasília, jamais chovesse torrencialmente, nem jamais fosse o sol escorchante, nem a secura terrível em julho e agosto, nem se registrassem tempestades com ventania no verão. O clima é soberanamente ignorado, para desespero dos moradores. O fracasso da arquitetura dita “moderna”, de Brasília, resulta em grande parte dessa indiferença.

Brasília é a glorificação da máquina, é o triunfo do automóvel. Lúcio Costa desenhou-a antes mesmo da instalação da grande indústria automobilística de São Paulo e Minas, mas talvez houvesse tido a premonição do fenômeno que, fascinando a presente geração, será o horror da próxima. “Num país relativamente pouco industrializado”, escrevia Norma Evenson com certa ironia,<sup>10</sup> “ela simboliza visualmente um grau de mecanização que o Brasil ainda não alcançou, mas procura como meta nacional”. Professora de História da Arquitetura na Universidade da Califórnia, Mrs. Evenson acrescenta: “a fachada da tecnologia moderna conserva um fascínio que já perdeu alhures”. Conseqüentemente, em seu contexto modular e monótono, Brasília já teria nascido obsoleta. Numa perspectiva pessimista, ela seria um exemplo do que o sempre mal-humorado Lewis Mumford chamou “as cidades de ontem no amanhã”... O próprio Lúcio Costa, em entrevista de 28.2.1987, revela uma espécie de desilusão com o que ocorreu com sua grande obra. “Brasília, inchada, atropela a imaginação de Lúcio Costa”, eis o título da entrevista. Trinta anos depois, ele acentua que 2,5 milhões de habitantes “é o limite definitivo” – como se fosse possível limitar o crescimento espontâneo de uma cidade que não é como um dinossauro, uma baleia ou um elefante um ser vivo cujo crescimento é determinado por certas injunções misteriosas já inseridas, desde o nascimento, em seu DNA. E admite que o número de automóveis

---

10 Em sua obra *Two Brazilian Capitals*, Yale Univ. Press, 1973.

(isto há quinze anos, quando era pouco mais da metade do que é hoje) “superou minhas expectativas”.

Esse problema do crescimento superior ao projeto original foi um dos que azedou o debate entre os concorrentes do concurso de 1957. Pondo de parte as rivalidades naturais, a inveja e os ressentimentos, permanece o fato que Lúcio Costa, limitando seu desenho estritamente à imposição arbitrária de uma cidade de meio milhão, entrou em conflito com os demais urbanistas que propunham condições de progressivo crescimento da nova capital. A questão do tráfego automobilístico individual era o mais grave. Um dos arquitetos premiados, Maurício Roberto, que concorreu junto com seus irmãos na firma M.M.Roberto e recebeu um dos primeiros prêmios no Concurso, observou que “ninguém poderia conceber o grau de complicações que seria gerado pelo transporte individual”. O arquiteto carioca acrescentou que, “no aspecto da população, já era evidente em 1957 que o Projeto (oficial) não correspondia à meta”. Lúcio concorreu com esse julgamento mas, ao visitar Brasília em 1984, reconheceu, sem dúvida emocionado, que “*a realidade é maior que o sonho*”...

De certo modo, foi Brasília mais o resultado de um planejamento arquitetônico imediato, do que de um planejamento urbanístico a longo prazo. Na noção de urbanismo estão incluídos uma série de conceitos econômicos, sociológicos e ecológicos que um único indivíduo, por mais genial que seja, não pode abarcar. A falta de aprofundamento nesses campos do urbanismo foi ressaltada por alguns críticos, especialmente por Gilberto Freyre em *Brasil, Brasis, Brasília*. Mas é preciso salientar que a escolha do projeto de Lúcio Costa, em detrimento dos outros concorrentes alguns dos quais se haviam substancialmente estendido sobre muitos aspectos práticos do Plano, reflete o simples desejo político, repito *político*, de apressar a construção. Foi Lúcio Costa o único que planejou uma *civitas*, e não simplesmente uma *urbs*. Foi também o único que planejou uma cidade que pudesse ser construída de uma vez só, como uma unidade integrada. Não havia tempo para os pesados e longos estudos propostos por alguns outros competidores, que vieram armados de desenhos complexos, amparados por gráficos, modelos e relatórios anexos. A criação de Lúcio Costa foi muito mais o resultado da intuição artística do que da lenta racionalização científica, o que talvez

contrarie meu argumento inicial, mas confirma a idéia de um relacionamento direto entre o plano arquitetônico e o Planejamento Político. Ele reconhece, corretamente, que muitas das falhas resultam da “fatalidade de se construir uma cidade em apenas três anos”. Sendo o arquiteto o instrumento do Poder Executivo, como planejador estratégico, foi Lúcio Costa, literalmente, um executor fiel da visão futurista de JK. Vale lembrar que Descartes também propunha a tese segundo a qual, “concebida por homens dotados de razão”, devia a nova cidade ser desenhada *monarquicamente*. Foi o caso de S. Petersburgo, Versailles, Viena, Karlsruhe e outras capitais barrocas, até mesmo de Washington – salvo que, na capital americana, o foco do Plano não é a cama do monarca, mas a cúpula do Congresso, representativo do povo... ou, pelo menos, assim se espera que seja.

Oscar Niemeyer é marxista e diz-se liberal. É um paradoxo. Mas, com o apoio irrestrito do presidente da República e de seus sucessores, ele exerceu uma autoridade quase despótica, como ele próprio confessa em seu testemunho no “*Inquérito Nacional de Arquitetura*” (Belo Horizonte, 1963): “Não se deve aceitar que uma nova cidade planejada apresente os mesmos erros, a mesma confusão urbanística e arquitetônica das cidades existentes, que se expandem sem controle, onde cada edifício é tratado como edifício isolado, sem relação com os que o cercam, ou com a harmonia do grupo, que um arquiteto consciente saberia como preservar”. O conceito é francamente absolutista... Depois de afirmar que “não está de acordo com a censura permanente de qualquer cidade”, Oscar admite que, em Brasília, não houve remédio senão estabelecê-la. Justifica-se com o exemplo do projeto de uma igreja que teria a forma de um peixe gigantesco, espécie de Leviatã de concreto armado que engoliria os fiéis como Jonas no estômago da baleia. Foi censurado. Um hotel pretendia repetir as colunas do Palácio da Alvorada – censurado! E, por falar nisso, fui encontrar uma construção desse tipo imitativo em Abidjan, na Côte d’Ivoire. O problema é que o arquiteto-censor deseja estabelecer tiranicamente seu próprio desenho. O resultado pode ser esplêndido como na rue de Rivoli ou Place des Vosges, em Paris, ou em Regent’s street, em Londres. Haussmann impunha um número restrito de modelos de fachada que todos os arquitetos de Paris, durante 50 anos, foram obrigados a seguir. A harmonia de Paris muito deve a esse método, que corres-



pondia à ditadura de Napoleão III. Em Brasília, durante alguns anos, a única forma aceitável dos grandes edifícios públicos e apartamentos das Superquadras foi a caixa de fósforo, em pé, do lado ou deitada. Em Taguatinga, Ceilândia e outras “cidades-satélite”, a construção se desenvolveu sem qualquer diretiva evidente, como em qualquer outra cidade brasileira. Quem não gosta da monotonia das Superquadras brasilienses pode sempre se mudar para Taguatinga... Gilberto Freyre denunciou, creio que um pouco injustamente, a casta de sumo-sacerdotes, onipotentes e oniscientes. Como sói acontecer em regimes autoritários, a liberdade dos outros é cerceada por aqueles que se arvoram em intérpretes exclusivos da *Volonté Générale* de Rousseau. Oscar e seus discípulos esbanjaram em Brasília sua exuberante imaginação criadora – desenhando aliás, com liberdade total em suas obras públicas principais, modelos plásticos que escapavam do paradigma “caixa de fósforo”. Não se submeteram a qualquer tipo de restrição, quer de ordem financeira, quer de ordem funcional, quer mesmo de ordem ambiental.

O problema da censura arquitetônica é como de qualquer censura: depende da dose de bom senso. Assim como é mister evitar os crimes, o ridículo e o mau gosto (e não são poucos, na área residencial das Penínsulas), não se deveria tampouco cercear a autonomia do arquiteto, a ponto de cair na monotonia. O grau de liberdade é relativo, dentro de um determinado “estilo”. Depende, em última análise, do bom senso do administrador de bom gosto. Não se concebe em Brasília um edifício de estilo neogótico ou neobizantino. Nos velhos países europeus, na Suíça por exemplo, onde residi muitos anos, as residências reproduzem monotonamente o tipo-ideal do chalé suíço. Só agora a arquitetura, dita “moderna”, começa a fazer incursões que rompem com o tradicional. Em Nova York, a variedade nas grandes construções principiou a se impor na primeira metade do século passado. Tendeu igualmente para o retângulo envidraçado, representado na obra emblemática magnífica de Mies van der Rohe, que é o Seagram Building cor de bronze, da Park Avenue, construído em 1954. Mies resumia seu estilo de simplicidade funcional clássica no aforismo “quanto menos, mais!”. No arranha-céu da A.T.T. da Madison Avenue, o arquiteto Philip Johnson atreveu-se a desafiar esse princípio, retornando a certos motivos decorativos clássicos que inauguraram o que veio a ser chamado “pós-moderno”. O termo

*pós-modernismo* só tem sentido, aliás, quando empregado estritamente na área da arquitetura. Como designa “o que é de hoje”, o que é “moderno” é sempre, exatamente, tudo aquilo que é atual, presente. Foi numa obra de Robert Venturini, *Complexity and Contradiction in Architecture*, (1966), que esse arquiteto sugeriu a “presença do passado” na arte moderna de construção. Esse retorno imaginativo ainda é, infelizmente, pouco significativo em nossa Novacap. Um meio termo entre a disciplina cartesiana de Brasília e o caos da Paulicéia desvairada seria o ideal.

Brasília, de qualquer forma, é mais um símbolo do que um Plano. A transferência da administração deveria introduzir uma nova idade de eficiência e progresso. “Para os pobres e os analfabetos, esta edificação cívica é um símbolo que podem ver e compreender”, observava Lord William Holford, o grande urbanista e arquiteto britânico, nascido na África do Sul, que presidiu e teve um papel decisivo no júri do Concurso de 1956, para o Plano Piloto. Também acentuou Norma Evenson que “Brasília é um triunfo humano, uma fonte de orgulho legítimo para seus criadores e um estímulo para o esforço continuado”. Reconheçamos, entretanto, que, sendo o primeiro grande empreendimento nacional em que a nova disposição se manifestava, a cidade não pôde evitar certos erros, falsos caminhos e exageros. Três são os tipos principais de desvio que descubro em nossa capital. O primeiro diz respeito à não-execução do programado, ou seja, a traição ao Plano Piloto. O segundo, o natural predomínio do estético, ou o que chamo o ‘erótico’ sobre o ‘lógico’ funcional, com igual violação do próprio princípio do Planejamento urbano. E o terceiro, os abusos resultantes de um *esprit de géométrie* contaminado pelo seu próprio orgulhoso desmando – aquilo que Friedrich Hayek denunciou como a “presunção fatal” (*Fatal Conceit*), o Construtivismo.

Penetramos na Idade da Razão. Somos condenados a entrar na Modernidade: é esta uma tese que me apraz defender.<sup>11</sup> O dente de siso não nasce, porém, da noite para o dia. Em país algum a racionalização penetrou como súbita centelha, sem recuos, sem contradições, hesitações, abusos e recaídas no romantismo e no caos emotivo. Seria realmente extraordinário se, em apenas vinte, trinta ou quarenta anos, tivéssemos

---

11 Vide meu livro *O Brasil na Idade da Razão* – Forense/INL, Rio, 1980.

dado um tão profundo golpe de barra, com uma reviravolta de 180°, sem quaisquer surpresas. Resignemo-nos, por conseguinte, aos aspectos particulares do processo de racionalização que comportam certos percalços e ocasionais descarrilamentos... De todos os exemplos de aplicação de critérios racionais ao planejamento, nenhum oferece tanto ensinamento quanto o de Brasília. A Nova Capital é uma cidade que se quer cartesiana. Eis um lugar-comum que os críticos salientaram no período heróico de sua concepção. Mas depois, quantos erros e desvios! A Nova Capital muito tem também de uma cidade kafkiana.

As críticas foram em certos casos fruto da inveja e incompreensão. Lembro-me, por exemplo, de haver visitado em Zurique, com o respeito que merecia, Siegfried Giedion, o autor de *Space, Time and Architecture*, uma das obras mais importantes sobre urbanismo publicadas em meados do século XX. O livro me havia imensamente ajudado no estudo da arquitetura e urbanismo que efetuei na preparação desta obra. Acolhendo-me com gentileza, talvez também porque eu era *Herr General-Konsul* em sua cidade, Giedion me declarou que, com seus discípulos, fizera um estudo aprofundado do Plano Piloto de Lúcio Costa e haviam todos chegado à conclusão, mais do que evidente, que o tráfego limitado a dois eixos, por mais largos que fossem, jamais daria vazão aos veículos automóveis e ônibus numa cidade de meio milhão de habitantes (sem comentários!).

Não se pode tampouco levar a sério as opiniões, entre o sarcástico e o perverso, do italiano Bruno Zevi. Figura de proa no Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte de 1959 (Rio, Brasília e São Paulo), ele se entusiasmou em São Paulo com seu urbanismo absolutamente anárquico, em contrastes com o que vira na Novacap – uma opinião certamente justificável no julgamento de um italiano, sem falar no fato que é a “Paulicéia desvairada”, em grande parte, obra de italianos. Mais certa era a posição de outro suíço, Max Bill. Este era, naturalmente, menos sensível aos aspectos estéticos da situação e muito mais às exigências práticas. Bill considerou impraticável o uso de paredes de vidro num país tropical de fortíssima luminosidade, quando não se usa ar-condicionado. Tinha toda razão. Pouco apropriado é o *brise-soleil* quando apenas cosmético e ele exemplificava com um edifício que ostentava *brise-soleil* dos quatro lados do quadrante! Os blocos

uniformizados dos Ministérios no Eixo Monumental seriam um atentado ao bom senso. Áspero, quadrado e puritano, Max Bill se revoltava contra os aspectos barrocos e imaginativos de nossa arquitetura na época. A crítica era procedente na medida em que, contrariando seus próprios princípios preconceituosos, nossos arquitetos construíram edifícios anti-funcionais por simples espírito carnavalesco. Tocaremos nesse tema mais adiante.

Nos anos decorridos desde sua inauguração, a cidade cresceu aceleradamente (o mais rápido crescimento urbano no Brasil!), obedecendo ao modelo de seus idealizadores, ou lhes traindo a intenção; resolvendo problemas que são insolúveis em outras metrópoles, ou criando novos, imprevisíveis; desenvolvendo-se de molde a justificar a admiração perene de quanto por ela se entusiasmaram, mas abrindo igualmente o flanco a críticas severas, a protestos e a irritação com certos aspectos não de todo aprazíveis, e que seriam facilmente evitáveis. Sinto-me à vontade para falar do assunto. Fui, no ministério das Relações Exteriores, um dos raros “mudancistas”, havendo mesmo escrito este livro em 1954/55 – antes mesmo da momentosa decisão tomada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Honrado depois com a direção do Departamento Cultural do Itamaraty (1956/59), contribuí, creio de modo ponderável, com folhetos, conferências, filmes, entrevistas, exposições, inclusive na sede da Unesco em Paris, e convites para visitarem a obra que se levantava no Planalto Central a técnicos urbanistas e críticos de arte para satisfazer a curiosidade que o magno empreendimento excitava então, no exterior – onde a construção de Brasília tanto prestígio granjeara para nosso país. De todas essas visitas a mais notável foi a de André Malraux<sup>12</sup> que pronunciou seu célebre discurso exaltando “*la capitale de l'espoir*”... Hoje, não raro, ao me irritar com os percalços de Brasília, faço um esforço para me recordar daquele momento solene em que, pela primeira vez, em meados de 1957, pus os pés neste bastião do Pla-

12 A idéia de convidá-lo a visitar Brasília foi de minha iniciativa em 1958. Malraux era então chefe de uma secretaria de cultura e seu nível ministerial no novo governo de De Gaulle – que acabava de assumir após o golpe militar na Argélia – aproximadamente igual ao meu próprio. Quando visitou a nova capital em construção, era ministro de Estado e foi recebido com as honras que comportavam sua hierarquia e prestígio literário.

nalto. A emoção foi forte. Senti vontade de me ajoelhar e beijar a terra sagrada, como faz o Papa quando chega a um novo país.

Na Idéia Dominante que presidiu aos atos fundamentalmente práticos, materiais, da mudança das capitais, vimos que a intenção política encontrou na arte um veículo próprio de enunciação ou simbolismo. Surgiram, freqüentemente, novos estilos. Constantinopla, por exemplo, vulgarizou o “bizantino” e a cúpula que, formalizada no Pantheon de Agrippa em Roma, se espalhou pelo mundo. Há talvez, para isso, uma explicação. Assim como a música, é a arquitetura essencialmente abstrata pois nela o homem não imita a natureza mas cria formas novas, simbólicas, originais, que procura concretizar ao impô-las à paisagem. A música também é profética. É dirigida ao futuro mas, depois de ouvida, flui, deixando apenas a impressão mnemônica que faz vibrar as cordas emocionais mais profundas da alma. Na arquitetura, a Idéia Dominante reveste forma material visível na pedra, na madeira, no barro, na verdura, no ferro, no concreto, no mármore, no vidro – forma que se deseja eternizar. A cidade sendo sempre, na frase de Mumford, “a maior obra de arte do homem”, é por isso mesmo a mais legítima expressão plástica do momento histórico em que foi criada e da imagem de seu criador. A essa regra não parece fugir o episódio a que, no Brasil, assistimos. A mudança de nossa capital, em meados do século XX, coincidiu com um dos grandes instantes da história da arquitetura universal, o momento em que superando os estilos clássicos europeus, originários da Grécia, Roma, Bizâncio, do Medievo gótico e do Barroco, a *arquitetura se globalizou*. Brasília é uma obra de beleza, uma declaração verdadeira dos princípios estéticos que anunciavam a globalização do planeta, ao mesmo tempo em que inspiravam a nascente cultura brasileira em suas múltiplas raízes.

Nenhuma arte sofreu e sofrerá ainda mais impacto do que a arquitetura, como resultado dos imensos progressos da idade industrial. Por esse motivo, é lícito prever esteja a arquitetura fadada a dominar a esfera estética do futuro, criando como pensa Walter Gropius “uma nova ordem compreensiva e integral”. A concepção tradicional das “belas artes”, como disciplinas independentes, está destinada ao olvido. A pintura e a escultura já se encontram, segundo tudo parece indicar, muito avançadas no caminho do declínio. O surrealismo na pintura de Dali e no desenho de Escher, assim como o abstrato mecânico nos *mobiles*

de Calder foram as últimas obras geniais nessa esfera. O próprio Calder se adapta melhor no contexto arquitetônico “moderno” em que se balança. As pirâmides de Pei são elementos decorativos de seus magníficos edifícios. Tendo servido apenas, em caráter mais negativo ou destruidor do que propriamente construtivo, para limpar os remanescentes da estética européia clássica, essas obras enunciam os novos princípios e anunciam a nova concepção de espaço quadridimensional que invade a cultura ocidental globalizada. A pintura e a escultura tornar-se-ão provavelmente, como já ocorreu em muitas outras ocasiões e notadamente no Egito, as fiéis servidoras da arquitetura. Naquilo em que são independentes já constituem, aliás, uma arte morta, uma arte de “Museu”. Parte delas talvez se junte à música e à arte dramática na nova forma, essencialmente dinâmica e moderna, que é o Cinema.

Por outro lado, em todos os supremos períodos da arte, em todos os “séculos de ouro” da Cultura universal – no Egito de Akhenaton, na Grécia de Péricles, no Japão de Kyoto, na Itália do Renascimento, na França de Luís XIV – a Arquitetura tem sido a primeira, a mais fundamental, a mais social de todas as artes. Todos os grandes monarcas manifestaram o desejo de construir. Todos os povos se têm orgulhado, acima de tudo, de suas cidades, de seus monumentos. Os cidadãos de Florença chegaram a votar sobre o tipo de coluna a ser usado na Catedral! O Parthenon, Santa Sofia, Chartres, o Taj Mahal, a “Cidade Proibida” de Beidjing, o parque de Versailles, o arranha-céu americano, que melhor exemplo existe do espírito que anima seus construtores? A arquitetura, como pensava Spengler, é a expressão mais perfeita do “símbolo primário” de uma cultura; antecedendo, segundo sua tese, a todas as belas-artes no desenvolvimento temporal das culturas “como seres vivos”. O que nela importa não são “as técnicas construtivas” mas “as idéias construtivas”. A arquitetura, na verdade, é para outros teóricos e filósofos não apenas a maior ou a mais compreensiva das artes, mas também a primeira a manifestar-se, historicamente falando, no desenvolvimento cultural de uma sociedade. Para Paul Ligeti e para Sir Flinders Petrie – só citando dois nomes na filosofia da arte – a arquitetura é realmente, na seqüência de estágios culturais em cada sociedade, o primeiro ramo das artes a libertar-se das formas arcaicas, alcançando o momento de criação de formas originais. Hegel, que também sustenta a teoria de uma sucessão

uniforme na evolução das várias formas artísticas, apresenta a arquitetura como a objetivação mais adequada da Idéia ou Espírito (*Geist*), no primeiro dos três estágios sucessivos – o simbólico, o clássico e o romântico – em que ele se descobre. A arquitetura seria portanto, para Hegel, a primeira forma pela qual o Espírito se revela quando, no estágio simbólico, por ser ainda essencialmente abstrato e indeterminado, é incapaz de dominar inteiramente seus meios de expressão e, por conseguinte, sua aparência externa e o material de que se utiliza.

O argumento vale que nele nos detenhamos!

A importância de Brasília reside no fato de que poderá efetivamente entrar para a história como primeira manifestação autêntica, no Brasil, da nova cultura que é ocidental em seu espírito, técnica e científica em suas bases, global em âmbito. Como província da nova cultura universal, ainda jovem mas cheia de inspiração criadora e de potencialidades originais, o Brasil apresenta-se como um terreno ideal para tais experimentações estéticas. Se admitimos que a arquitetura contemporânea, em sua súbita e extraordinária pujança, é a primeira legítima manifestação artística da nova cultura universal – da qual é o Brasil uma província promissora – chegamos à conclusão que a experiência de Brasília pode constituir um marco fundamental na história de nossa civilização. Seria um sintoma de maturidade próxima. Aprendendo suas primeiras letras, encontra o gênio da raça graças ao novo vocabulário do aço, do concreto, do vidro e da vegetação, as frases com as quais procura exprimir suas primeiras idéias originais.

Assim, o estilo de Brasília será naturalmente internacional no sentido de que materializa concepções em vigor em todo o mundo, como resultado da revolução científica e industrial que abarca globalmente o planeta, podendo por isso ser compreendido tanto na Europa e na América quanto na Ásia ou na Austrália. Mas é, igualmente, nacional, já que procura dar expressão à paisagem, ao clima, aos costumes e às tradições de nossa terra e nossa gente. Será um estilo sobre cuja elaboração influíram artistas como Gropius, Le Corbusier, Mies van der Rohe, Sitte, Sullivan, Ebenezer Howard e todos os profetas da Nova Cidade. Mas é também um estilo indígena. É original na tradição plástica que nos vem do barroco mineiro, um estilo que é uma exposição típica do desejo de proteção, de luz, ar, beleza, conforto e domínio dos espaços tropicais que levam o homem brasileiro a construir.

Lúcio Costa expôs admiravelmente essas características do novo estilo em seu projeto para o Plano Piloto. Brasília é a primeira metrópole construída em função da nova idade da aviação e não deixa de ser sintomático haja sido seu sítio escolhido na base de levantamentos aerofotogramétricos. O aeroporto Juscelino Kubitschek já é o terceiro do país em movimento e um dos mais avançados do mundo.

Encontrando uma frase perfeita para exprimir o espírito dos tempos, deu Lúcio Costa à sua *civitas* a forma simbólica de um pássaro ou avião, provavelmente sem mesmo disso estar consciente. O próprio planejamento da circulação obedece a novas concepções de espaço multi-dimensional, de maneira a evitar, tanto quanto possível, os cruzamentos no mesmo nível que exigem sinalização luminosa. O zoneamento, o funcionalismo, a forma flexível do desenho – que não obedece aos tradicionais esquemas ortogonais ou radioconcêntricos, mas a um verdadeiro sentimento orgânico das funções de uma capital – são possíveis graças aos ensinamentos dos grandes profetas que permitiram ultrapassar a grande herança clássica e barroca e nos fizeram vislumbrar a cidade feliz do futuro, essa cidade que, na expressão de Frank Lloyd Wright, “a democracia ainda não construiu”. Brasília é, em suma, uma cidade moderna, em que pesem os percalços que mais adiante discutiremos!

As necessidades fundamentais da vida, os requisitos do conforto e do recreio, as imposições da eficiência no trabalho, a rapidez nas comunicações e no trânsito, e a eterna aspiração do homem pelo belo, a que sejamos talvez mais sensíveis como latinos nos trópicos conforme assinalou Gilberto Freyre – constituem os elementos fundamentais no planejamento e construção da capital. A chave do sucesso de Brasília – essa chave que, quiçá, os planejadores de algumas das mais recentes capitais artificiais não souberam encontrar – será a criação de um ambiente satisfatório para as necessidades materiais, emocionais e estéticas de seus habitantes. É nesse sentido que a arquitetura de Brasília terá como tarefa não apenas o sucesso técnico, mas a verdadeira compreensão do fator humano. Gropius escreveu: “No curso de minha vida tornei-me cada vez mais convencido de que a prática usual dos arquitetos de aliviar a desordem do padrão dominante com a construção, aqui e acolá, de um belo edifício é mais do que inadequada. Precisamos encontrar, em vez disso, um novo conjunto de valores, baseados em fatores constitucionais



que possam gerar uma expressão íntegra do pensamento e do sentimento de nossa época”. Ora, assim como o fato em si da mudança da sede do governo marcou no tempo a fase histórica de pleno desenvolvimento da nacionalidade, a sua arquitetura será “uma expressão íntegra do pensamento e do sentimento de nossa época”, registrando simbolicamente no espaço a Idéia Dominante da nova cultura que amadurece.

“A arquitetura é uma arte social”, escreve Richard Neutra, outro eminente crítico de arte. “Torna-se um instrumento do destino humano não apenas porque provê as nossas necessidades mas também porque condiciona e dá forma a nossas reações. Pode ser chamada de reflexiva porque é um espelho de nosso programa de conduta e de vida. Ao mesmo tempo, essa arte do planejamento do meio faz ainda mais, pois é um programa de conduta diária de toda a nossa vida civilizada”. Ora, é isso exatamente o que se intenta em Brasília – um novo meio físico e mental para a azáfama de governo. A nova capital, segundo a solução de que se “desvencilhou” Lúcio Costa, “deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente, sem esforço, as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer... e, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o sentido de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro do governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país”.

O planejamento e a arquitetura de Brasília não devem ser entendidos, por conseguinte, como simples formas exteriores, revestimentos supérfluos da futura aglomeração governamental. Estão, sim, íntima e fundamentalmente ligados à própria função da nova capital, desempenhando, em última análise, um papel político, social e cultural da maior relevância.

*Palácio Presidencial provisório em Brasília. Primeira  
construção executada na Nova Capital.  
Projeto de Oscar Niemeyer*

*Goiânia*

*Concurso de 1956 para o Plano Piloto  
Projeto de N. Gonçalves, Baruchi Milman e  
J. N. Rocha: segundo lugar*

*Plano Piloto nº 8 – 3º Lugar. Autores: M. M. M. Roberto,  
Antônio A. Dias, Ellida Engert, Paulo Novaes, Fernando Segadas Vianna.  
O projeto imaginava uma série de células radioconcêntricas, de aproximadamente  
12.000 habitantes cada uma, selecionadas conforme a profissão ou atividade principal*

*Idem. Projeto M. M. Roberto*

*Plano Piloto nº 17 – 3º Lugar. Projeto de Rino Levi  
(O Júri reuniu os 3º e 4º lugares e atribuiu-os aos projetos de nº 17 e de nº 8)*

*Projeto para o Plano Piloto de Rino Levi*



*No Projeto de Rino Levi gigantescos edificios de 300 metros  
de altura e 30.000 habitantes cada um*

*Projeto de Henrique Mindlin*

*Projeto de Henrique Mindlin e Gian Carlos Palanti*

*Oscar Niemeyer*

*Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek, Brasília, 1957*

*Lúcio Costa, JK e Israel Pinheiro na frente da cruz por  
ocasião da primeira missa em Brasília*

*Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer  
vendo a maquete do Palácio da Alvorada*

*Israel Pinheiro e o embaixador Sette Câmara recebendo em Brasília  
a estrela de Hollywood Rita Hayworth*



*Burle Marx, o paisagista*

*O Eixo Monumental, visto da torre do Congresso, em 1960*

*O Palácio da Alvorada em fim de construção*

*Bernardo Sayão era o braço direito do Presidente Juscelino Kubitschek*

*Palma Nova, no norte da Itália, não longe de Veneza, desenhada  
como uma Cidade Ideal por Vincenzo Scamozzi, 1593*

*Como na Cidade Ideal do Renascimento Italiana no Plano Piloto para  
Brasília no desenho de M. M. Roberto, 1956*

.....

XVII

*Brasília, Quarenta Anos Depois*

**E**ntre 1956 e 1961 foi o projeto de Brasília levado a termo sob a Presidência e inspiração geral de Juscelino Kubitschek, a administração direta do Presidente da Novacap, Israel Pinheiro, e segundo o Plano de Lúcio Costa, decano dos arquitetos brasileiros. Era o projeto nº 1 no Plano de Metas de JK. Na primeira edição deste livro, permiti-me, na qualidade de carioca, e voluntária e caprichosamente dedicado à defesa de Brasília, explicitar minhas expectativas no entusiasmo do empreendimento. Considerem que, ao iniciar a composição da obra, era eu 48 anos mais moço do que sou hoje, servindo então em Nova York como Conselheiro de Embaixada na Missão do Brasil junto à ONU. Voltando ao Brasil em 1956, trabalhei quase quatro anos como chefe da Divisão e, posteriormente, Departamento Cultural do Itamaraty. Entrei então, pela primeira vez, em contato direto com a vida política, social e cultural da Velhacap, enquanto lhe sentia os valores e defeitos. Os contatos eram sociais mas igualmente burocráticos – *ex officio*. Creio que o período foi o ponto alto de minha carreira. Também a oportunidade excepcional de que me aproveitei para conhecer a elite nos meios literários

e artísticos do país, assim como grande número das maiores personalidades do século nesses dois terrenos.

Nessas circunstâncias, posso repetir as críticas então dirigidas ao Rio como Capital – explicáveis, na época, pela urgência em combater os preconceitos extravagantes e as calúnias que atingiam o projeto de construção da nova Capital . É fato que a fantasia, o mito, o boato se propagavam como fogo de cerrado na estação seca – que a cidade nunca teria água suficiente; que o lago artificial jamais se encheria; que as árvores não cresceriam em tal clima; que o solo semi-árido era absolutamente imprestável (sem levar em conta que o que se pretendia, precisamente, era construir uma aglomeração em alvenaria e concreto, não realizar um empreendimento agrícola); que os próprios pássaros evitavam a região a qual, infestada de ratos, não permitia a ambientação de gatos; que não existiam telefones e, finalmente, como crítica generalizada, que a construção de Brasília era a única responsável pelo surto inflacionário e pela corrupção e desvios dos dinheiros públicos que a oposição política, principalmente da UDN, então atribuía à administração de Kubitschek. Estas duas últimas alegações, impalpáveis, iam ter como resultado deplorável a cassação de seus direitos políticos após 1964, contra a vontade aliás, pelo que se sabe hoje, do próprio Castello Branco. Além disso, o principal responsável pelos dinheiros gastos era Íris Meimberg, o Diretor indicado pela própria UDN com esse objetivo específico de supervisionar o orçamento da Novacap.

Em certo sentido, reconheço algumas falsas antecipações que, eu próprio, me atrevi a desenvolver. A mais grave é haver imaginado a transferência do governo do Rio para o Planalto Central como último recurso no sentido de cercear o crescimento patológico do Dinossauro burocrático contra o qual alimentava, como alimento até hoje, uma ojeriza profunda, muito embora tendo nele feito carreira. Gerado pelo Patrimonialismo brasileiro, o Estado Leviatã, cujo tamanho e arcaísmo jurássico podia sentir por experiência direta, me acabrunhava e, ocasionalmente, me enchia de indignação. Nas obras, *O Dinossauro* e *Utopia Brasileira*, ambas publicadas em 1988, procurei analisar o problema sociológico da Burocracia e os aspectos utópicos do paradigma da Cidade Ideal que a história universal nos oferece, particularmente a partir do Renascimento. Na perspectiva da época, a situação já era constrangedora e pouco me-



lhorou desde então. Devo, neste ponto, fazer um *mea culpa*; algo como uma “crítica sincera de meus erros” como costumavam praticar os políticos em desgraça, na antiga União Soviética. Em seu divertido *Manual del Perfecto Idiota Latino-americano*, Carlos Alberto Montaner, Apuleyo Mendoza e Luiz Vargas Llosa, filho do grande escritor peruano, se divertem com a inclusão no livro das próprias idiotices que escreveram, na mocidade, quando defendiam posições diversas das atuais, mais maduras. Neste caso, não imaginei que Brasília, longe de evitar, como eu esperava, a simples emigração em massa para o Planalto da imensa burocracia ociosa que afogava a Cidade Maravilhosa, iria criar uma outra, bem maior, mais orçamentívora e predatória do que a primeira. No Parque Jurássico de Pindorama contemplamos hoje dois Dinossauros, em vez de um...

É significativo que os argumentos mais sérios levantados se tenham principalmente sustentado em dados econômicos, em objeções financeiras ou, de um modo geral, em considerações práticas. Poucos eram válidos. Não é exato, por exemplo, que a construção de Brasília tenha desencadeado o desastroso processo inflacionário que, durante mais de quarenta anos, escarmentou nossa economia. Esse processo já se iniciara anteriormente, sob a Presidência de Getúlio Vargas (1950/54), e dele resultou, como se sabe, o empobrecimento da massa da população, principalmente rural, assim como as classes não protegidas pela “correção monetária” que favorecia o funcionalismo público, os trabalhadores sindicalizados e a alta burguesia, a qual dispõe de recursos de poupança, bens imobiliários ou depósitos em bancos estrangeiros. O auge da inflação devastadora ocorreu nos anos oitenta, na Presidência Sarney. Foi muito depois da construção de Brasília. Sua causa principal seria a desastrosa interpretação desenvolvimentista das doutrinas de lord Keynes, e seus aspectos mais óbvios podem ser apontados na obsessão com a reserva de mercado, no prosseguimento obstinado da política de “substituição de importações”, ocasionalmente levada a extremos desastrosos, na glorificação da autarquia estatal e no populismo que despreza o axioma de Friedman segundo o qual não existe almoço gratuito. Eles contaminaram tanto a esquerda socialista quanto a direita nacionalista, ao final do regime militar e em princípios da “nova República” sob a inefável “Constituição dos Miseráveis” do “Dr.” Ulysses. Tudo isso, afinal de contas, foi fator que se adicionou ao cataclísmico déficit público, de

cujos efeitos perversos só temos conseguido escapar pelo vigor natural da iniciativa privada na metade meridional do país.

Conseqüentemente, os argumentos negativos contra Brasília, supostamente pragmáticos, nada mais fizeram do que explorar inutilmente uma realidade essencialmente “abstrata”. Foram fórmulas pretensamente “realistas” que visavam encobrir preconceitos intelectuais, fomentados pela Ideologia, e os ressentimentos naturais da população da Velhacap com a “demonção” de sua cidade. A mudança da capital é que constituiu um ato de profundo realismo geopolítico, revestido embora de matizes essencialmente idealistas. O ato mudancista nada tinha a ver com o presente. Ele só é compreensível a uma mente orientada para o futuro – o que, evidentemente, exclui o oportunismo imediato. Uma obra desse vulto não se enquadra num orçamento anual, num plano quinquenal, nem mesmo numa conjuntura universal. Mede-se em termos de séculos! As agruras financeiras, a crise econômica, as dificuldades de transporte para Goiás, a inquietação política, os obstáculos aparentemente insuperáveis que pareciam se opor a uma viagem de mil quilômetros para toda a máquina administrativa federal – tudo isso não importa! Foram meras ocorrências ocasionais, favoráveis ou desfavoráveis, que não afetaram o propósito final objetivado, na base de um programa não utópico. Configurou, certamente, a maior obra construtiva da nação, realizada no século passado – algo do mesmo valor do que a Abertura dos Portos, a Independência e a Abolição.

Quarenta anos se passaram. Muitos acontecimentos políticos ocorreram, à margem do projeto. É interessante e de certa oportunidade perguntarmo-nos quais são hoje seus resultados. Como responde Brasília ao ideal de seus fundadores? Que conseqüências teve a mudança sobre a evolução política do país e, antes de mais nada, em que medida o empreendimento contribuiu, verdadeiramente, no sentido de desviar as atenções oficiais para os problemas do interior, reduzindo ao mesmo tempo os cuidados obsessivos com os modelos e interesses metropolitanos do Rio e de S. Paulo? O que chamamos “interiorização” – terá sido ela porventura efetiva, em seu triplo sentido antropogeográfico, demográfico e psicológico? Eis algumas das questões que carecem de resposta, após uma experiência de quase meio século. Uma conclusão já relevante pode ser retirada do exame cuidadoso dos dois mapas demográficos que

acompanham este capítulo. A outra é óbvia. O Brasil tornou-se muito grande e demasiadamente complexo. Num país de dimensões continentais, as forças sociais e políticas exprimem-se cada uma a seu modo, segundo a distribuição regional e interesses contraditórios – e é em Brasília que o feixe termina. O resultado não é determinado por tal ou qual elemento particular – o conservadorismo dos coronéis latifundiários do Nordeste, a natureza extremamente prolífica da mulher nessas áreas menos desenvolvidas, o dinamismo dos empresários de São Paulo e do Sul, a nostalgia dos ressentidos do Rio, a ideologia dos intelectuais esquerdizantes, o escândalo procurado por certa classe de jornalistas ou o nacionalismo algo *passé* dos militares, que não se dão conta dos efeitos da globalização – ou, enfim, a surpresa beata diante da cidade, manifestada pela multidão de candangos mineiros, goianos e nordestinos que a têm procurado num ritmo mais intenso do que pode ela absorvê-los. É a vontade de toda a nação, medida como somatório de todos esses interesses, que se manifesta e se concilia em Brasília. Demasiadamente complexo é hoje o Brasil – política, social e economicamente, muito mais do que na época em que Juscelino, Israel Pinheiro e a elite dos tecnocratas davam o impulso decisivo para nos arrancar do subdesenvolvimento.

Devo confessar que a questão acima levantada, quanto aos méritos da interiorização do Governo Federal, me coloca em amistoso desacordo com a posição do maior e saudoso economista, e uma das mais lúcidas inteligências de que se possa orgulhar este país. Em artigo de 24-4-94, reproduzido na coletânea *Antologia do Bom Senso*, Roberto Campos refere-se perfunctoriamente a outras capitais em que serviu e aos motivos invocados para a mudança em cada caso específico. Mas critica Brasília porque “não passa de um centro de convenções, um vácuo cultural completo, gente que se está encontrando apenas de passagem”. Tendo tido como objetivo, diz ele, uma “grande pajelança, a solução mágica de todos os nossos males, o assombro do mundo”... eis que a nova capital “devia promover o desenvolvimento, a reforma dos costumes políticos, ocupar o vasto interior (ainda não havia ecologistas de plantão) e catapultar o país na primeira fila do Primeiro Mundo”. Diante dos desencantos, Campos não deixa de reconhecer que “a infra-estrutura brasileira teve uma formidável modernização” no governo JK, ao qual ele próprio serviu. Não aceita, contudo, que estradas e capitais te-

nam qualquer coisa a ver umas com as outras. Afirmando que Brasília é “a mãe de todas as inflações”, Campos insiste num argumento que se tornou banal. Brasília teria sido a principal responsável pelo fenômeno que devastou e empobreceu a nação.

Neste ponto, entretanto, creio que o arrazoado de meu colega e amigo, que tanto admiro, não possui sustentação empírica. A inflação brasileira teve início nos anos 50, antes portanto de Brasília. Ela praticamente cessou com o Plano Real. Nenhuma outra nova capital, entre as quinze ou mais das que mencionei nesta obra, desencadeou um processo inflacionário. Muitos consideram irrelevante a inflação em termos políticos, mas o questionamento que apresento nada tem a ver com esse falso keynesianismo, é uma questão de relacionamento histórico de causa e efeito o que me opõe à tese de Roberto Campos.

Chuto então a bola de volta e insisto, utilizando o mesmo tipo de contradição do diplomata economista, que *inflação e mudança de capitais não têm qualquer coisa a ver uma com a outra*. A grande inflação alemã depois da 1ª Guerra Mundial e a inflação chinesa, que testemunhei em Nandjing e Xanghai em 1947/49, não revelaram qualquer conexão com o fato de serem Berlim ou Nandjing capitais dos países atingidos pelo desastre. A inflação brasileira foi determinada pela contaminação de idéias Keynesianas em nossos governos e economistas – com a notável exceção do próprio Roberto Campos quando, com o Ministro Bulhões, conseguiu reduzir o ritmo crescente da moléstia, reconhecendo que o esforço dependia apenas de uma adequada política monetária, sustentada por duras medidas fiscais e orçamentárias. No período de Castello a Médici, a inflação foi sendo contida aos poucos, enquanto o Brasil registrava o que, apropriadamente, seria qualificado como o *Milagre Brasileiro*. Ora, Brasília muito contribuiu para o milagre como os próprios militares e muitos opositores reconheceram. Infelizmente, sob as presidências Geisel, Figueiredo e suas sucessoras imediatas, até a chegada de FHC, o descontrole monetário retornou, explodindo numa inédita aceleração. Difícil seria culpar Brasília pelos desmandos financeiros de Sarney e Collor. Entre JK e Sarney, assistimos no Brasil ao balé de quase uma dúzia de Chefes de Estado, entre escolhidos a dedo pelos donos do poder, os eleitos direta ou indiretamente, majoritariamente ou minoritariamente, os interinos,

impedidos, expulsos e *impeached*, tudo com altos e baixos nos índices apontados de desvairada emissão de moeda.

Foi Juscelino, evidentemente, muito mais um entusiástico estimulador do desenvolvimento com sua visão da grandeza do país, do que um administrador parcimonioso dos dinheiros públicos. A pressa era, para ele, um ponto importante no seu período de mandato. Questão de temperamento também. Ele era um intuitivo extrovertido. Certo. Diríamos então que *omnia festinatio ab diaboli* segundo o ditado latino, toda a pressa vem do diabo, mas existem momentos excepcionais e JK percebeu corretamente que, se não completasse Brasília antes do fim do mandato, quase que inevitável seria a reação de retorno – como aliás chegou a ser tentado ao tempo de Jânio Quadros. Os governantes brasileiros diferem dos australianos, nem é a mentalidade brasileira semelhante à dos descendentes de exilados e presidiários que transformaram aquele continente austral num admirável exemplo de progresso, equilíbrio social e bom governo. Canberra, como acentuei, demorou 100 anos para chegar ao ponto que se encontra hoje, com uma população que é um décimo da brasiliense. Eles lá, americanos ou britânicos como os construtores de Washington, Ottawa, Nova Delhi e Pretória, são parcimoniosos por temperamento, pela cultura e por uma longa experiência histórica. Todas essas capitais, como vimos, sofreram de calúnias e críticas desairosas nos primeiros anos de sua existência. Não culpem pois nossa Brasília pelo ocorrido com as dúzias de moedas, sucessivamente inventadas e cada qual mais suja do que a outra, mil réis, cruzeiro, cruzado, cruzeiro novo, cruzado novo ou o que mais não tenha sido bolado na cabeça de ministros covardes, economistas medíocres ou administradores irresponsáveis que não sabiam ou não podiam convencer seus chefes pelo mal que escarmentava o bolso do povo, anarquizava a economia e criava os terríveis contrastes de renda contra os quais os demagogos de hoje deblateraram, invocando uma falaciosa “justiça social” que eles são os primeiros a desprezar. Creio, por conseguinte, que injusta e inapropriada é a colocação feita por Roberto Campos, no mesmo capítulo sobre Brasília em que descreve a inflação como se fossem eventos interligados.

Na época, acusava-se Brasília pelas construções que eram feitas, pelas despesas com estradas, ruas, avenidas, parques, pelos palácios edificadas, pela quantidade de edifícios públicos e apartamentos planejados,

pelo aparente esbanjamento de recursos num empreendimento improvisado. Tudo isso, evidentemente, custava dinheiro. As estradas também e a instalação da infra-estrutura nos outros itens do gigantesco Plano de Metas. Mas a verdade é que, na década de 1950/1960, o crescimento da população brasileira alcançou o maior índice histórico registrado, 3% ao ano, um dos mais altos do mundo. Os recenseamentos, na época, acusavam uma cifra que pouco ultrapassava os cem milhões de habitantes no país, enquanto três milhões de seres vivos eram acrescentados anualmente ao total. Hoje, com uma população quase o dobro, menos de dois milhões é a cifra calculada de aumento demográfico. Era isso o que provocava a urbanização galopante e, se as casas e apartamentos não fossem construídos no Planalto Central, para abrigar toda essa gente, milhões a mais se teriam ido despejar nas favelas do Rio, S. Paulo e Belo Horizonte. As estradas eram igualmente urgentes para interligar os núcleos populacionais que, espontaneamente, se criavam no sertão do Planalto. Repito o que já salientei: Brasília era o único recurso de que se poderia valer o Estado para tentar desviar para o interior aqueles caranguejos potenciais que, de outro modo, se iriam mais densamente acotovelar nas praias atlânticas. Isto está comprovado no Mapa II: o centro demográfico da nação se desviou para o noroeste pela primeira vez em 1970, no lento traslado registrado a partir de Salvador da Bahia.

Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, assim como os outros idealizadores do Plano, tinham como objetivo precípua, democrático, nacionalista, social-democrático ou marxista como diversamente se declaravam, misturar as classes. O intuito era, precisamente, fundi-las numa aglomeração de natureza coletivista em que não se pudesse identificar o nível social das famílias pelo bairro em que residissem. Ora, Roberto Campos aponta, com razão, para a aberração representada pelo zoneamento social que se processou na Nova Capital. Não deixa de ser uma profunda ironia tenha realmente ocorrido o que ele descreve do seguinte modo: Brasília “é a única cidade do Brasil, e provavelmente do mundo, desenhada expressamente com um *apartheid* embutido. Há um Plano Piloto para a nata burocrática e política. Os mais pobres, os que servem a esta nata, vivem em cidades satélites, a 20, 30 quilômetros de distância – uma separação física intransponível, mesmo para os poucos privilegiados que têm automóvel. A privacidade dos donos da Coisa

Pública está garantida”. A crítica, neste ponto, é polêmica porque atinge o alvo errado. Campos é cruel e profundamente injusto quando descreve a nova Capital como sendo, “a seu modo, o maior monumento já erguido a Stáline, porque engloba a própria essência do Stalinismo. É a Corte concebida para o governo intransitivo, para a burocracia que não deve satisfação a ninguém”.

Campos teria razão se fosse da Capital ou de seu Plano a culpa da desordem na administração brasileira, de que foi um dos mais obstinados, corajosos e penetrantes analistas. Cabe a responsabilidade da discriminação urbana, isto sim, ao patrimonialismo centenário da estrutura social brasileira. É o patrimonialismo tradicional da herança ibérica – para não falar na herança católica... com a persistência do domínio de uma elite predatória, associada ao Estado e composta por esses “Donos do Poder”, “Nova Classe” ou *Nomenklatura* de parasitos da burocracia, como têm sido repetidamente denunciados por nossos melhores sociólogos e ensaístas (Oliveira Vianna, Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Oliveiros Ferreira, Emil Farhat, Simon Schwartzman, Ives Gandra Martins, Antonio Paim ou Ricardo Vélez Rodriguez, para só citar alguns entre os mais incisivos) – o que determinou o escandaloso desmentido dado aos planejadores que desenharam uma coisa, sem se dar conta de que não podiam dirigir, a seu bel prazer, a rota que o desenvolvimento nacional tomaria. Os homens de Brasília foram aprendizes de feiticeiros. Lúcio Costa fez um modesto esforço para colocar os “mais pobres, que servem a essa nata” da *Nomenklatura* nas quadras junto à L2, as Superquadras de número 400. Mas foi o rápido e imprevisto crescimento espontâneo da população o que lançou o excedente para fora do Plano Piloto. Em plena construção, como testemunha Fernando Tamanini em sua *Memória da Construção*, milhares de desempregados já se acumulavam, eis que, mesmo ao “ritmo de Brasília”, não havia maneira de absorver a mão-de-obra que, do vasto *hinterland* da nação, se precipitava no que seria maravilhosamente descrito por Malraux como a “Capital da Esperança”. O excedente “rico” foi para as quadras residenciais do Lago e da Parkway; o excedente pobre permaneceu no Núcleo Bandeirante ou se encaminhou, posteriormente, para as cidades satélites. Ninguém planejou tal resultado estalinescamente. O fenômeno simplesmente ocorreu porque as premissas do dirigismo estatal não eram corretas. De acordo com os princípios

liberais de Mises a Hayek, não pode o homem determinar seu próprio desenvolvimento econômico, mas apenas orientá-lo no sentido, empírica e progressivamente indicado pela “ordem espontânea” que surge, independentemente de nossas intenções.

O acontecido, na verdade, é uma punição merecida àqueles que pensaram fazer de Brasília uma cidade “estalinista”. Aqueles pensaram assim porque eles próprios eram, como continuam a ser, estalinistas. O fundador do movimento de Solidariedade que contribuiu para deitar por terra o Comunismo e foi Presidente da Polônia, Lech Walesa fez críticas, válidas ainda que pouco diplomáticas, à uniformidade de estilo dos blocos nas Superquadras do Plano Piloto – comparando-os aos monótonos, enormes e feios edifícios de sua Pátria ao tempo do domínio estalinista. Nem Washington, nem Ottawa, nem Canberra, nem mesmo Delhi apresentam o espetáculo de bairros uniformizados como os que desgostaram Campos e Walesa. De novo insisto, a responsabilidade não é de Brasília. É de quem procurou convertê-la socialisticamente – recebendo, em troca, o merecido julgamento do que Hayek qualificou como a “arrogância fatal” (*Fatal Conceit*).

Campos conclui sua diatribe confessando que “os males políticos brasileiros não são só de Brasília. Na realidade, este é antes um sintoma de causas profundas. Num país sensato, de cidadãos, não de súditos”, não aconteceria que “qualquer capricho do governo se impõe sem maiores resistências”. Ele sugeriu, como método de correção de alguns dos defeitos apontados, o fracionamento das funções segundo o modelo alemão. Em vários países do mundo, como na Bolívia, na África do Sul, nos Países Baixos, um Poder do Estado pode estar numa cidade, outro em residência diferente. Aliás, continua acontecendo que mais da metade dos funcionários públicos federais tenham permanecido no Rio, como os dos Ministérios da Fazenda, da Marinha e do Exército por exemplo. É possível que a própria continuada presença do Judiciário no Rio de Janeiro houvesse prevenido essa extraordinária demonstração de luxúria alucinada que tem sido a construção de enormes palácios faraônicos para mais de meia dúzia de tribunais diversos que invadiram a Capital. Não creio, contudo, que a permanência do Congresso no Rio teria sido indicada. A opinião pública carioca talvez obtivesse controle crítico mais severo das malandragens do que a de Brasília, mesmo que grande parte



da população tenha por hábito, na capital, invadir o recinto do Legislativo para badernas ou, mais comumente, para pedir favores a Papai Noel.

Finalmente, Campos fala no trânsito. Refere-se aos “poucos privilegiados que têm automóveis”. Eles são hoje setecentos mil. Concordo com a suspeita que uma percentagem considerável desse número é composta, hoje, não mais de “chapas brancas”, mas de “chapas frias”. Foi um governador que se diz marxista, universitário e patrono do “orçamento participativo” (o que quer que signifique essa expressão esdrúxula), quem, durante seu mandato, interrompeu a construção do metrô democrático e participativo. O problema do transporte coletivo é, efetivamente, um dos mais sérios que tem afetado a Novacap. Incidentalmente, acredito que a ausência de um projeto de transporte coletivo sobre trilhos, no Plano Piloto, foi o mais grave, senão único erro sério cometido por Lúcio Costa no Plano Piloto de 1956.

Outras questões polêmica podem ser levantadas. Na época da construção, quando o empreendimento foi contaminado por questões partidárias ocasionais que então agitavam a nação, era difícil saber se os argumentos invocados pró ou contra o projeto eram pró ou contra a UDN, ou pró ou contra o PDS e o PTB governistas. Até mesmo homens do quilate moral e intelectual de Gustavo Corção – um dos pensadores brasileiros do século XX que mais admiro, e falando como engenheiro – ocasionalmente recorriam a argumentos irracionais para combater o item nº 1 do Plano de Metas. Laura Reis Fagundes e Israel Beloch, em seu estudo sobre a construção de Brasília, citam um artigo de Corção, duvidando da existência de ligação telefônica entre a Nova Capital e o Rio, e debicando o empreendimento mudancista imediatamente antes de sua inauguração com um artigo que afirmava o seguinte: “Faltam doze dias para a operação que, por eufemismo oficial, está sendo designada pela expressão mudança da capital... Brasília não tem serviço telefônico... Não sei se o circo russo, além de urso, tem aqueles dois personagens que todos os circos de minha infância infalivelmente traziam: o palhaço muito bem paramentado e o clown de colarinho imenso, cara de bobo, pago para receber bofetadas do palhaço. O Brasil tornou-se um vasto circo... com muitos palhaços de luxo. O clown é o povo, somos nós, é você leitor. Com a diferença de que, em vez de sermos pagos pelas bofetadas, ainda pagamos. Brasília, meus amigos, é a bofetada síntese”

(*Diário de Notícias*, Rio, 9.4.1960). Outras pessoas famosas criticavam o projeto. Carlos Drummond de Andrade descrevia, melancolicamente, o “pobre Rio, aviltado pelos interesses políticos que te espoliam e não te deixam senão esse ar de velha palhaçada e bêbada...” enquanto Nelson Rodrigues descrevia a mudança como “a mais burra e empobrecedora das experiências humanas”. Eu guardo uma *charge* publicada no *Correio da Manhã*, representando um montão de ruínas, percorrido por arqueólogos da futurologia, um dos quais menciona ao outro a descoberta do sinal do que havia sido, séculos antes, a capital do Brasil... O ódio de alguns ao empreendimento provocava esses desabafos de mau gosto, às vezes estúpidos. As alegações, argumentos, acusações e calúnias eram realmente absurdas. Dizia-se que, em Brasília, não havia pássaros, os quais evitavam voar sobre o local pestífero, e que o clima era tão seco quanto o do deserto do Saara. Muitos arquitetos acreditaram nisso, sem se dar conta que, no verão, são as chuvas torrenciais e o clima às vezes tão úmido quanto o de Petrópolis. Afirmava-se ainda que todo o material de construção era transportado de avião. Era um argumento ilógico eis que, pelo menos, foi necessário carregar de caminhão um volume apreciável de brita e cimento para cobrir a longa pista do aeroporto, antes que qualquer avião pudesse pousar no local. Na verdade, o primeiro grande trabalho rodoviário de JK consistiu, precisamente, em asfaltar as já existentes e precárias estradas de terra que ligavam Belo Horizonte a Três Marias, João Pinheiro, Paracatu, Cristalina e Luziânia, já nos limites do DF. A mais ridícula de todas as contestações era que, no solo árido do cerrado, com um clima desses, nenhuma árvore cresceria... Enfim, as mais grotescas objeções serviam apenas para provar que o brasileiro costuma dar um conteúdo mágico às palavras. Somos crédulos e sugestionáveis, talvez por sermos meridionais ou haveremos sofrido séculos de contato com mouros, bérberes e árabes; qualquer conto das Mil e Uma Noites recebe pronta acolhida, se adequadamente veiculado pela televisão ou em discurso retórico (“Vossa Excelência me permite um aparte, nhenhém...”).

Brasília também sobreviveu às intempéries da agitada política brasileira. Assim, a crise dos anos 1961-1964 se manifestou por um quase abandono da nova metrópole. O Presidente Jânio Quadros detestava a cidade onde devia morar, isolava-se no Palácio da Alvorada com seu

copo de *whisky*, matutando sua malfadada conspiração. Este foi o momento mais grave para a nova capital. Jânio, sentado em seu palácio, entorpecido e entediado, perdeu todo contato com as famosas “massas” que hipnotizara, de modo que a misteriosa tentativa de golpe de estado, em agosto de 61, terminou em ridícula charada. Os dias que se seguiram foram dramáticos. Pela primeira vez em nossa história republicana, não foi a guarnição do Rio, o Primeiro Exército da Vila Militar, que teve a última palavra quando de uma crise constitucional – sendo o contra-golpe de novembro de 55, com alguns tanques sob as ordens de Lott e Denis, para assegurar a posse de Kubitschek, a última ocasião em que isso ocorreu. A posse do Presidente Goulart foi garantida graças às forças estacionadas no Rio Grande do Sul. A mudança era, no entanto, irreversível e todos os esforços da oposição, suscitada nos governos posteriores, revelaram-se insuficientes para desencadear um movimento sensível de retorno ao Rio. O descalabro econômico e político do governo do PTB seguiu então seu curso lamentável, paralelamente ao abandono quase completo da capital pelo Executivo. E de novo, quando explodiu o golpe de estado de 31 de março de 1964, a guarnição do Rio foi a última a se pronunciar. Não é mais no Rio, em suma, que se decide a sorte da nação. Só isso foi um grande progresso.

De um ilustre militar, um dos mais brilhantes do período 64-95, o General Octavio Costa, que foi diretor da Assessoria Especial de Relações Públicas ao tempo do Presidente Médici e, posteriormente, Secretário-Geral do Ministério do Exército, podemos citar a opinião seguinte, um tanto pessimista, mas que, a meu ver, resume o sentimento coletivo daquela época: “Acreditamos que já não parem dúvidas sobre as vantagens geopolíticas da construção de Brasília, mas há graves consequências sociológicas a assinalar. Por suas características de grande plasticidade arquitetônica, por sua postura típica de falso novo rico, por sua pretensão mais de grandeza, por sua artificialidade, o novo Distrito Federal tornou-se alienante e contribuiu para alienar da realidade nacional muitos daqueles que, exercendo o poder em nome do povo, deveriam tê-lo sob sua permanente inspiração. Impõe-se, finalmente, reconhecer que, ao lado de suas grandes vantagens, Brasília contribuiu para o desperdício, para a ostentação, para o dobramento das estruturas, para a macrocefalia em todas as áreas do poder estatal... Acreditamos que o

poder militar também não ficou imune aos efeitos nocivos da mudança para Brasília. A observação mais aprofundada poderia apontar uma certa tendência para o aumento das estruturas de direção, crescendo incessantemente e se atropelando em suas atribuições, talvez algum desvio da tradicional mentalidade de austeridade no rumo do desperdício e da ostentação, um gosto pela vida social oficial, o compreensível apego às moradias confortáveis e às funções gratificadas, alguma acomodação, algum amolecimento, algum comodismo, numa expressão mais forte, um certo aburguesamento”.<sup>13</sup> Eu poderia acrescentar a esses reparos do ilustre militar que, se é verdade que no Itamaraty há mais embaixadores do que terceiros secretários em princípio de carreira, acontece similarmente que, no Rio, há mais almirantes do que navios na esquadra e, em todo o Brasil, mais universidades do que na Europa inteira, o que não nos faz, necessariamente, o país mais culto, rico e poderoso do mundo. A inflação não é só um mal brasileiro, insisto!

O Rio não perdeu, porém, parte alguma de sua importância, desde a partida do Governo Federal. Deve ter ganho, salvo no terreno da criminalidade, eis que os membros do Governo Federal sabem se defender contra o roubo e o assalto. A Cidade Maravilhosa foi simplesmente liberada de alguma porção (mui pequena) de seu imenso peso burocrático – o Dinossauro ainda conservando seu rabo e as patas traseiras mergulhadas na Guanabara. Hoje, é o estado do Rio de Janeiro o segundo da federação em população e poder econômico (com 17% do PIB nacional). Conciliar trabalho e prazer é agora o problema magno dos cariocas. Somos mestres, aliás, nessa arte admirável – o que muito nos honra nesta época cruel que descobre os limites humanos da civilização industrial. E a crise da criminalidade e corrupção, alimentada por uma sucessão de péssimos governos demagógicos, não foi certamente provocada pela mudança. Não há relação óbvia de causa a efeito entre os dois eventos.

A outra Idéia Dominante de Brasília – que é a de criar um instrumento artificial do Estado para desviar, em direção ao Oeste, o fluxo das migrações internas que se derramam para o Sul, à procura de trabalho e de melhores condições de vida – foi rudemente posta à prova. Essa idéia nascera, como se sabe, ao tempo da Inconfidência Mi-

---

13 Em *Política e Estratégia*, vol. IV, nº 1, 1986.

neira, e não vou repetir aqui a história ultraconhecida daqueles que a sustentaram.<sup>14</sup> Quatro décadas são suficientes para julgar os efeitos, positivos ou negativos, da transferência da capital sobre o aspecto fundamental do desenvolvimento brasileiro. O tempo correu o suficiente para retirar da cidade o artificialismo que, durante o longo período preparatório, sofreu como pecha principal. Foi o próprio rápido crescimento demográfico da cidade o que valorizou e certificou a justeza do projeto mudancista. Brasília possui, na data em que escrevo, seis vezes mais habitantes do que imaginado nas mais extravagantes fantasias de seus criadores. A população imigrante votou com os pés, como se diz...

Evidentemente a resposta, neste caso, não é final, mas podemos constatar, pela comparação dos recenseamentos de 1960, 1970, 1980 e 1991, um movimento demográfico ponderável no sentido de desviar a vaga que se precipita para São Paulo e outros estados prósperos do Brasil meridional. Os mapas demográficos mencionados acima indicam que a tendência existe. Em 40 anos, a população do Distrito Federal passou de 0 a quase três milhões ou mais, com o entorno goiano tendo sido igualmente afetado como demonstra o crescimento espantoso de Goiânia por exemplo. Quinhentas mil pessoas viveriam atualmente na área do Plano Piloto e nos bairros imediatos, de classe média ou alta, em torno do lago, e sem relacionamento necessário com o Governo. A cidade bem acolhe os aposentados, estimula o comércio e atrai os profissionais liberais, extravasando o resto numa série de “cidades satélites”, “núcleos bandeirantes” e “candangolândias”, concebidas para absorver o excedente de trabalhadores e profissionais de toda espécie que, aos milhares, imigram cada ano. A influência cultural e os recursos educacionais e médicos de Brasília se fazem sentir, não somente sobre o *hinterland* do norte de Minas Gerais e sul de Goiás, mas sobre um raio de mais de dois mil quilômetros, até o Amazonas e o Nordeste. A política

14 Limito-me a recordar, a fim de corrigir uma distorção gerada por preconceitos ideológicos, o papel que desempenhou Plínio Salgado na divulgação do ideal da marcha para o Oeste. Em 1933, o líder da recém-fundada Ação Integralista Brasileira publicou seu livro *A Voz do Oeste* e, anos mais tarde, o Presidente Juscelino Kubitschek reconheceria o papel do político e escritor nacionalista católico e autoritário, numa carta em que, se referindo a Brasília, acentua que a mudança de Capital “fôra pressentida desde o século XVIII e preparada pelo grito que você, Plínio, deu, conclamando todos para a marcha rumo Oeste”...

habitacional do Governador Roriz foi criticada por tender a estimular essa migração para as cidades satélites, através da concessão gratuita de terrenos a antigos residentes.<sup>15</sup> Mas o que cresce na Ceilândia ou em Samambaia – insisto neste argumento – é o mesmo que deixa de inundar as favelas de outras grandes cidades meridionais do país. De qualquer forma, o movimento migratório é inevitável. A não ser que criássemos um sistema de passaporte interno, como nos países estalinistas, não parece factível coibi-lo. O Brasil é uma democracia, caracterizada pela impunidade e pela anarquia, não é um Gulag tropical como aquele que se criou em Cuba. Neste país, o trânsito (por enquanto) é livre, a comunicação e o transporte igualmente – e esperemos que assim permaneçam.

Detida no princípio da década de 60, a febre da construção voltou a agitar Brasília, acentuando-se a partir de 1970 com a transferência do Corpo Diplomático e concedendo à nova capital um pouco de *glamour* que ainda lhe falta. Nos anos 90, nova expansão. A própria “crise” dos anos 80 pouco deteve o crescimento e, ao final do século, graças ao Plano Real do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que finalmente restabeleceu o equilíbrio econômico, bem como a redução do controle estatal sobre a produção e o comércio, o crescimento da indústria automobilística encheu o tráfego da cidade com um número de veículos maior do que a população originariamente calculada para a Capital. No momento em que escrevo, a indústria de construção se acelera, junto com a peste da especulação imobiliária cuja tradição malsã tem afetado outras grandes metrópoles brasileiras. Criou-se um conflito dos construtores e especuladores com os ambientalistas e urbanistas que tentam preservar o traço original da visão de Lúcio Costa de uma cidade aprazível, com o melhor nível de “qualidade de vida” da nação. É lícito assim admitir que, no início do novo milênio, esteja a cidade definitivamente consolidada como uma das principais metrópoles da nação, caminhando para o terceiro lugar em população e tráfego aéreo.

---

15 É verdade que essa generosidade estatal é geralmente lenta: meu caseiro levou dezesseis anos para conseguir um lote no Riacho Fundo, próximo ao Núcleo Bandeirante da capital.

\* \* \*

A concepção de Brasília como “capital rodoviária” expriu-se, ao tempo do Presidente Kubitschek, pela construção da Belém-Brasília. O grande herói desbravador, admirável bandeirante moderno das estradas, foi Bernardo Sayão, que sacrificou a vida nesse empenho. O projeto floresceu durante a presidência de Médici, em projetos que acabaram, aliás, dando em coisa alguma, no propósito de abrir à ocupação do homem civilizado o mais vasto vazio demográfico habitável, a última “fronteira humana” do planeta – considerando evidentemente que o Canadá, a Rússia e a Austrália dispõem de áreas maiores, porém menos adaptáveis à ocupação urbana. Uma rede rodoviária de alguns milhares de quilômetros, concebida como instrumento de colonização, foi iniciada a partir do foco planaltino ao encontro das fronteiras vizinhas, e ao longo das três principais bacias hidrográficas da nação. Isso permite a um argentino alcançar Belém e Manaus por estrada asfaltada, uma distância como a de Madrid a Moscou. O continente sul-americano está sendo integrado do lado do Atlântico, graças a Brasília.

A conclusão inarredável é que, na construção da nova capital, o item rodoviário no Plano de Metas de JK e a instalação de uma indústria automobilística, que estimulou de modo decisivo o surto desenvolvimentista das duas décadas do “milagre”, 1955/1975 – fazem parte de um todo que pode ser definido em termos geográficos. Foi o Planalto Central o principal beneficiário, ficando o país finalmente interligado por terra, com um efeito gigantesco sobre o potencial agrícola e pastoril da economia. Tive a sensação física da imensa transformação realizada se comparo o panorama da área entre Belo Horizonte e Brasília, 700 km de estrada, que trafeguei pela primeira vez em 1965, quando se podia atravessar uma hora de cerrado, cem quilômetros sem ver alma viva ou apenas um paupérrimo barraco de pau-a-pique – e o espetáculo desse mesmo percurso trinta anos depois. Tudo está agora cultivado, belas fazendas sucessivas, postos de abastecimento, restaurantes, vilas em crescimento e mesmo cidades inteiramente novas como Catalão, Cristalina ou Três Marias. Estrada – Automóvel – Brasília – é o Planalto Central que prospera! Em certo sentido, essa obsessão automobilística que tomou conta do brasileiro e está transformando o país em um dos principais

produtores de veículos do mundo, tem como contrapartida negativa o único erro que julgo se deva atribuir a Lúcio Costa em seu projeto, repito, o de não haver integrado ao Plano um sistema de transporte coletivo, rápido sobre trilhos.

Longe de mim a intenção de criticar os construtores da cidade e mais longe ainda o de levantar qualquer restrição à concepção singular de Lúcio Costa. O crítico age frequentemente como um eunuco, aquele que sabe como fazer mas não pode... O Plano Piloto e o Relatório que o acompanha são prodígios de simplicidade e bom senso, condensados na explanação da idéia-mestra que determinou todo o desenvolvimento posterior da cidade. As falhas cometidas e os vícios que justificam muitas das queixas parecem-me ser o resultado, quase invariável, de deturpações da orientação original. É exemplo clamoroso o caso das áreas comerciais, mal espalhadas pela W-3, Norte a Sul, pelos setores comerciais das Superquadras e por vários setores ou áreas industriais. Começaram a surgir pequenas áreas comerciais nas Quadras residenciais em torno do Lago, impostas pela conveniência natural. E os grandes *shoppings* se estão livremente estendendo, segundo os requisitos da concorrência e consumo.

Mais grave é o problema das chamadas “invasões”. Típica da incoerência brasileira é a Ceilândia. O nome reflete uma extrema ironia. O bairro, que conta hoje já mais de um milhão de habitantes, dizem, foi estabelecido pela Comissão para Erradicação das Invasões (CEI). O propósito era evitar algo como as favelas do Rio e S. Paulo. Mas, com o tempo, transformou-se na maior favela do Distrito Federal. Para as pessoas que gostam muito de invocar o *slogan* pérfido de “justiça social”, uma visita à Ceilândia é bastante instrutiva. Relativamente abandonada pelos administradores, inclusive do PT, a área registra o maior índice de criminalidade e pobreza da Capital, em flagrante desmentido à pretensão dos criadores do Plano de evitarem, terminantemente, os guetos e a discriminação econômica através de um zoneamento que misturasse as classes sociais. Ao mesmo tempo, a permissividade tão característica de nossa política patrimonialista e corporativista tem permitido o florescimento de aglomerações ilícitas, sujas, feias, higienicamente deficientes e desprovidas de títulos legais em áreas nobres da cidade, como junto à Avenida das Nações, o bairro diplomático; na Vila Planalto, muito



próxima ao próprio centro do Poder governamental, a Praça dos Três Poderes; e junto à represa do Paranoá. Uma vez instaladas, a remoção dessas “invasões” torna-se politicamente inviável...

Outro problema: o de não haver sido desenvolvido desde o início, como desejava Lúcio Costa, o “coração” da cidade dos dois lados da Plataforma Rodoviária. Brasília ainda carece de sua “terceira dimensão” – a do centro das artes e divertimentos, a área gregária central, tão importante no projeto original e concebida com o pensamento na antiga rua do Ouvidor carioca, nas travessas de Veneza, no Piccadily Circus londrino, no Times Square novayorkino, no Champs-Élysées parisiense, no Strøget de Copenhague, nos bazares das cidades árabes e em muitas outras artérias cívicas e populares que decoram cidades brasileiras mais antigas. Curitiba, por exemplo, solucionou estupendamente esse requisito de uma *urbs* decentemente planejada e administrada. Seria a área especialmente reservada aos pedestres, esse ser tão desprezado em nossa Capital supostamente democrática. As pequenas ruas de turista e transeunte ociosos, estreitas, alegres e movimentadas, com restaurantes, cinemas, antiquários, lojas de arte, butiques, cabarés, etc. Esses centros se estão desenvolvendo espontaneamente nos supermercados. É lamentável, pois a idéia original de Lúcio Costa era de um bairro de diversões no estilo tradicional, com ruelas ao ar livre e muito mais pitoresco e agradável do que qualquer Parkshopping. Uma área ideal para esse bairro “boêmio” se me afigura ser o vasto espaço vazio (sempre ameaçado de invasão ilícita) na ponta sudeste da Asa Sul, entre a Avenida das Nações e o fim da L-2 Sul.

Evidentemente, não é fácil planejar numa época como a nossa, de rápidas transformações tecnológicas. Belo Horizonte, Canberra e Delhi foram novas capitais desenhadas já no século XX, mas antes do automóvel. Os criadores de Brasília imaginaram uma metrópole rodoviária, mas eis o paradoxo: quarenta anos depois já se vê que não foram previstas, nem a nossa atual explosão automobilística, nem a era muito próxima em que o automóvel, pelo menos em suas condições atuais, se tornará obsoleto – substituído pelo transporte coletivo rápido e pelo helicóptero. É imperdoável que, num país subdesenvolvido, carente de reservas importantes de hidrocarbonetos, não se tenha desde o início preparado a capital para o metrô de superfície – o mais democrático, o

mais prático e eficiente, o menos poluidor de todos. Por que essa exigência de todo o mundo possuir um veículo próprio? E volto a levantar a questão: por que não se pensou em trens metropolitanos, como o fizeram alguns dos participantes do Concurso de 1956, tais como M. M. Roberto e a Construtécnica, que podiam haver sido facilmente traçados, bastando inicialmente duas linhas para solucionar o problema? Por que não se imaginou calçadas rolantes ou trilhas de bicicletas, que existem em muitas cidades européias? Lúcio Costa sugeriu, posteriormente, um monotrilho, ligando, nas extremidades do DF, Taguatinga a Sobradinho. Percorrendo as duas asas da cidade, ligando-as ao Eixo monumental e, posteriormente, às cidades-satélites do lado Norte e do lado Sul, à medida que fossem sendo construídas, tal sistema responderia ao conceito de “Justiça social”, termo tão bonito para campanha eleitoral, mas tão precário quando se trata de execução prática. No momento em que escrevo, iniciado com muita fanfarra, arremonta-se o metrô entre as famosas obras não concluídas de todo o vasto território nacional, as quais, pasmem todos, avultam num total de despesa superior ao montante da dívida externa. Em 2001, ainda está por terminar.

Num país pobre onde só começa o homem da classe média a aspirar à posse de um carro, eis que o pedestre foi esquecido. Não só esquecido, mas humilhado, perseguido, atropelado, morto. Isso não obstante as promessas de Lúcio Costa de que o automóvel não seria mais o inimigo mortal do homem. Brasília é uma cidade sem calçadas. As poucas que hoje existem mais se assemelham a picadas, cheias de buracos e monturos, interrompidas por andaimes ou pistas de alta velocidade. O grande orgulho da Novacap foi ser uma cidade sem sinais luminosos. Era um tabu. O capricho rapidamente se tornou grotesco em virtude da inata indisciplina dos motoristas tupiniquins. Os sinais de tráfego só posteriormente começaram a aparecer, por volta dos anos 90. Funcionário público obrigado a freqüentar, em certa época, dois Ministérios em lados opostos do Eixo Monumental, tive que desistir do saudável passeio de dez minutos, pois do contrário acabaria, ou no Hospital de Base, ou no Campo da Esperança. Como há poucas passarelas, o pedestre é condenado a uma corrida de vida e morte contra os Fittipaldi e os Senas goianos que se precipitam a cem ou 140 quilômetros por hora. Aliás, as passarelas e as passagens subterrâneas (raras são estas limpas, seguras e

sem cheiro de urina) são pouco utilizadas porque, no Brasil, “macho não tem medo de automóvel”... A desumanidade contra o pedestre se estende ao próprio motorista. O planejador-mor evidentemente não podia prever, por mais otimista que fosse, essa explosão – setecentos mil veículos, mais do que o número estimado, em 1956, para a população da Nova Capital, do mesmo modo como não é responsável por um dos mais altos índices de acidentes de tráfego do mundo. Já mencionamos, mais acima, essa conseqüência do desenvolvimento brasileiro. A bem da verdade, acentuemos, porém, que na minha experiência é Brasília, atualmente, a única cidade do País dos Papagaios onde o Código de Trânsito está timidamente firmando raízes, a ponto de começarem as passagens de pedestres (“zebras” como são chamadas em outras terras) a serem respeitadas pelos automóveis.

O estético também domina o funcional no desenho rodoviário, como nos chamados “balões” que freqüentemente são elípticos, em vez de redondos, violando uma regra comezinha de engenharia de estradas segundo a qual o raio de uma curva se deve manter constante. O bailado dos automóveis em trevos, bambolês, balões e viadutos é realmente fascinante e de efeitos futuristas. Vira e torna, e dá a volta, e contorna, e volve, e circunda – uma maravilha! Mas é difícil disciplinar o pandemônio de motoristas agressivos e mal treinados, oriundos dos Grandes Sertões, Veredas, do cerrado. A imposição do Código Rodoviário ocorre com aflição, mas acontece. Viva os “pardais” eletrônicos!

Evidenciam-se outros aspectos de um planejamento claudicante no detalhe. Impressiona, por exemplo, a monotonia arquitetônica, o que tanto influi sobre a psique do morador. Para um povo que se quer imaginativo e exuberante, o resultado é pífio. Parece que o que se deseja é impor a racionalidade geométrica na base de um igualitarismo socialista que espanta, mesmo no mundo orwelliano de 1984. Oscar Niemeyer prodigalizou sua genialidade plástica nas curvas sensuais do Alvorada, no simbolismo místico da Catedral, na sobriedade monumental dos arcos do Itamaraty. Malraux, estupefato, proclamou a reinvenção da coluna que a arquitetura “moderna” havia esquecido. Admito que os soldadinhos verdes, enfileirados de cada lado do Eixo Monumental para defender os Ministérios, contribuam para a harmonia e a beleza que enobrecem o coração oficial de Brasília. Mas por que diabo!, me per-

gunto outra vez, a única forma admissível para todo o resto da cidade – edifícios comerciais, bancos e blocos residenciais - seja o da caixa de fósforos, em pé, deitada ou virada de lado? As únicas exceções que conheço são o edifício da Caixa Econômica e a Procuradoria-Geral da República. Será que as opções abertas ao arquiteto comum, dentro dos limites das exigências funcionais, são tão pobres? Não é isso, entretanto, o que nos ensina Lúcio Costa quando, num ensaio famoso, observa que, dentro dos limites de um problema funcional, se abrem muitas opções estéticas ao bom arquiteto.

A estética exige o vidro que dá transparência e leveza, conforme postulado consagrado da arquitetura do chamado “estilo internacional”. Mas o *brise-soleil* pode ser igualmente estético e expressivo da veneração religiosa pelos manes de Le Corbusier ou Mies van der Rohe. Num clima tropical como o nosso, os grandes edifícios envidraçados e mal arejados viraram estufas, obrigando ao use dispendioso e inestético de aparelhos externos de ar-condicionado. No grandiloquente “Palácio do Desenvolvimento”, certa vez que lá entrei, o ar condicionado não funcionava porque o sistema elétrico, sobrecarregado, estourara e os elevadores pararam. A temperatura atingiu, nos corredores, 50° centígrados. Que ironia! Os que não dispõem de prestígio oficial, têm mesmo de suar o calor ardente desse preconceito da *Bauhaus* que, afinal de contas, construía para a frígida Europa nórdica onde preciosa é a luz solar. Edificada socialisticamente para ser uma aglomeração ideal sem classes, a cidade muitas vezes apenas uniformiza por baixo. A casa barata não tem, necessariamente, que ser horrenda. Basta um pouco de imaginação por parte do arquiteto. Nem o w. c. dos empregados tão minúsculo que a porta bata na tampa do trono, obrigando a gorda cozinheira a nele sentar-se de lado. Parafraseando Madame Roland, eu exclamaria, contrito, “Ó arquitetura moderna, em teu nome quantos crimes se cometem!”

Brasília tem sido acusada de fria, mortal, desesperante. Toda cidade nova assim o é. E, como já notamos, a falta da “terceira dimensão”, gregária e comunitária, de que se queixava Lúcio Costa, resulta de um erro de execução. Mas, assim mesmo, a ausência de calor humano e de aconchegamento e esse sentimento de transplantação artificial das massas que são trituradas na “máquina de morar” (a expressão é de Le

Corbusier), são conseqüências dos preconceitos ideológicos impostos à classe média. Uma pergunta então se impõe: será que os ricos, que moram na área do Plano Piloto, estão preparados para esse ambiente de caráter orwelliano que os arquitetos conceberam numa anacrônica antevisão de 1984? Não será esse meio, artificialmente arregimentado, de guetos profissionais, os parlamentares num bloco, os generais em outro, os diplomatas num terceiro, os juizes naqueloutro, os bancários nesta superquadra XX e os funcionários do Ministério da Agricultura na YY, o que explicaria, em parte, a angústia de Brasília? Talvez seja verdadeira a qualificação do crítico italiano Bruno Zevi, que achou a cidade kafkiana quando a visitou há 40 anos. Curiosamente, a gente mais modesta, o proletário e o candango foram refugados para as cidades satélites onde, em suas casinhas e barracos, num ambiente menos “socialista” porém bem mais brasileiro, gozam dos prazeres do individualismo burguês... Mas acho grandemente exagerada essa críticas, e quem não gosta de viver em “máquinas de morar” sempre se pode transferir para as penínsulas do outro lado do lago... Tais distorções são corrigíveis com o tempo, pois só a experiência e a pátina do tempo é que amaciam e aquecem os contornos. Roma é tão deliciosamente acolhedora porque três mil anos de história amansaram suas ruínas de mármore e alvenaria cor-de-rosa. Com seus dez milhões de habitantes, é Londres um conjunto aprazível de enormes aldeias que se integram umas nas outras, não digo numa das mais belas, mas, certamente, a mais aprazível metrópole do mundo. O inglês é pragmático, gosta de seu conforto, não planejou majestosa e gigantescamente como o Paris de Hausmann – mas nunca deixou de orientar e adaptar o crescimento da cidade aos requisitos da conjuntura e às condições da ordem espontânea liberal. Concluo a crítica deste setor acentuando que a juventude que mora em Brasília, e não obstante a ausência de praia, costuma adorar a cidade.

Para corrigir a brutal frieza urbana haveria o recurso imediato da arborização ou do que se chama, mui apropriadamente, de “urbanização”: plantar gramados, canteiros, sobretudo árvores e alamedas para passear. Percorram uma das quadras urbanizadas, como a SQS 114 por exemplo, e vereis realizado o ideal expresso de Lúcio Costa que se inspirou, originariamente, no seu próprio Parque Guinle, em Laranjeiras, no Rio. Poucos foram os prefeitos – Sette Camara, Plínio Cantanhede, Roriz –

que se dedicaram sinceramente ao esforço de humanizar a aspereza pelo recurso tão simples da vegetação. Os executores do Plano violaram aí a concepção fundamental do urbanista, violação que não se explica por motivos de ordem financeira, mas pela idiosincrasia predatória do brasileiro médio que dedica uma generalizada hostilidade à árvore. Em entrevista ainda válida à revista *Manchete*, de agosto de 1974, Lúcio Costa apresenta uma lista extensa das coisas que ainda estão por fazer em Brasília – e a curto prazo! Termina a lista com o conselho: arborizar, arborizar, ARBORIZAR! Vinte e cinco anos não são muitos para que cresçam as árvores! Nossos netos terão, um dia, a oportunidade de opinar sobre o que foi feito e, em capítulos anteriores, lembrei a torrente oposicionista que se derramou sobre São Petersburgo, Washington, Ottawa e Canberra em ocasiões semelhantes..

Paralelamente aos defeitos, incorreções e insuficiências de talento de desenhistas e administradores, há os desvios oriundos de uma concepção supersticiosa, extremista e fanática. Brasília oferece o quadro de uma cidade kafkiana em virtude, precisamente, dos problemas de simples comunicação no que se pretendia ultracartesiano. À primeira vista tudo parece simples, de uma simplicidade apolínea como a do Parthenon – tal qual a do Relatório de Lúcio Costa: dois eixos, um eixo monumental, setores especializados, duas asas residenciais, 120 superquadras todas simétricas e tudo numerado. Mas quando se vive e entra no pormenor, começam as frustrações. A gente se perde nos subúrbios, nas cidades satélites, até mesmo nas pistas centrais, verdadeiros labirintos que nem Teseu, armado com o fio que Ariadne apaixonada lhe ofereceu, seria capaz de destrinçar. Um dos maiores entusiastas de Brasília e o maior artista do desenho industrial brasileiro, Aloísio Magalhães atribuía, mui corretamente, a angústia que às vezes se apodera do brasiliense à falta de comunicação numa cidade ultra-racional. A falta de comunicação não é apenas de natureza social, devido à pobreza cultural, à ausência de amenas calçadas ou praças de encontro e confraternização – como as que Lúcio Costa projetou. Tal qual em Tóquio, onde as ruas não têm nomes e as casas não têm número, árdua é a tarefa de encontrar o endereço procurado.<sup>16</sup> Cabe salientar que Brasília é uma cidade de contínua

16 Mas em Tóquio, pelo menos, as delegacias de polícia são onipresentes e servem também para localizar os endereços.

migração, razão pela qual sinais ou indicações adequadas são tanto mais necessárias. As placas existem, mas são poucas e invisíveis à noite. Não há lógica. Ou, por outra, a lógica do planejador supercartesiano deve ter sido tão sutil, tão refinada, tão transcendente que a não alcançamos... Qual novo Curupira, o encarregado da sinalização revela um verdadeiro sadismo. Mesmo providos de mapas, levantamento aerofotogramétrico, bússola e computador, encontramos-nos na difícil situação do explorador Mungo Park, procurando a desembocadura do rio Niger, ou Rondon e Roosevelt descobrindo seu rio amazônico. O pior é que não há tampouco a quem indagar pelo caminho. Se encontramos um candango local, não saberá indicar o trajeto ansiosamente procurado e, à nossa pergunta agastada “então o senhor não sabe mesmo nada?”, responderá risonho, como na anedota: “Não sei nada, não senhor, mas não estou perdido”...

Nas cidades satélites o desejo de complicar as coisas e despistar o visitante atinge a níveis verdadeiramente satânicos. Estamos diante de um quadro futurista que anuncia as piores visões de Huxley ou Orwell. No Guará demorei, certa vez, uma hora para encontrar uma casa de nº 134, Bloco D, Conjunto 10. Não havia qualquer indicação, ninguém sabia de coisa alguma, nem o vizinho, nem o farmacêutico, nem o jornalista, nem o policial – e a lógica da disposição dos conjuntos, blocos e casas era mais espessa do que a dos igarapés da Amazônia. Imaginem meu horror quando fui ocupar minha mansão na SMPW (tradução do inglês pelo computador: Setor de Mansões Parkway)! Composto de cento e tantos “conjuntos”, com uma média de dez ou doze lotes distribuídos em duas dúzias de “quadras”, a área colossal ocupa uma extensão quase igual à de todo o Plano Piloto. Para sinalização, cada qual que se arranje! Não adianta colocar placa ou sinal particular, porque os postes elétricos, nas encruzilhadas, já estão tão sobrecarregados quanto os *totem-poles* dos índios canadenses.

De qualquer forma, uma cidade que se construiu “em ritmo de Brasília” não podia evitar, sem dúvida, os inconvenientes dos canteiros de obras. Mas estes eram enormemente agravados pela displicência municipal. Paraíso do Sujismundo e Éden estupendo do Relaxildo – eram lama e enchente no verão chuvoso, poeira no inverno seco, papel no gramado verde, lixo nas calçadas, buraco nas pistas, detritos de toda

espécie em cada canto de superquadra, imundície entre os edifícios do setor comercial... a ratazanas onipresentes. Na Europa ocidental, em contraste, até os resíduos das obras são embrulhados em plásticos, e estes, cuidadosamente encobertos com tabiques – para preservar de contaminação a puritana limpeza dos transeuntes. Eis aí um ponto em que muito temos que nos educar. Como acentuava o *slogan* do regime militar, “povo limpo é povo desenvolvido”. O planejamento deve ser concebido germanicamente, indo até às últimas conseqüências em seus pormenores e acabamento. Acabamento é antônimo de relaxamento. Mas está melhorando, está melhorando, posso testemunhar e pôr minha mão no fogo nos debates com os cariocas, mais fiéis do que eu aos encantos da Cidade Maravilhosa. Meu testemunho tem 48 anos de idade e 23 de residência permanente no Cerrado...

Certo, os problemas de Brasília são pequenos quando comparados aos de outras grandes metrópoles. O que se pode, talvez, criticar, em nossa nova capital, é que, não obstante haver sido concebida para sobrepujar o embrutecimento, a arregimentação, a violência, a injustiça e a desumanização das grandes metrópoles, não alcançou ainda esse soberbo ideal. Não o fez, mas indicou o caminho. Estamos indo para lá. Em São Paulo, no Rio, Recife, Porto Alegre ou Belo Horizonte, em contraste, não se vê bem qual a saída. Nesse tipo de proliferações cancerosas que são hoje as aglomerações urbanas, monstros de milhões e milhões de seres amontoados, assistimos ao espetáculo tenebroso de multidões assustadas que se despersonalizam. Nelas imperam a solidão. O indivíduo foge do estranho que pode ser um ladrão, um assaltante, um terrorista, um psicopata, um drogado, um seqüestrador. Todos temem o perigo mais geral: o desastre, o incêndio, o assalto, a poluição. Ninguém se sente responsável. Desaparece o sentimento natural de solidariedade humana e a vítima de um atropelamento ou de um assalto é abandonada sem que ninguém intervenha. Quantas vezes, em Copacabana, tive a sensação de angústia comparável à que senti no Cairo, em Lagos, Xanghai ou Calcutá: de multidões espessas, de violência, de caos. Parece difícil sobrenadar sobre esta maré humana que nos quer sufocar com sua própria massa orteguiana. Em Copacabana trata-se de um frenesi dionisíaco, ao passo que, em Xanghai, a massa chinesa silenciosa, disciplinada e uniformizada,



caminha ou circula de bicicleta como um formigueiro azul-cinzeno que oprime como um pesadelo de ficção-científica.

Os males que acompanham a urbanização desenfreada parecem configurar uma espécie de fatalidade da natureza. É como a proximidade de um furacão: sabe-se que vem, mas o máximo que se pode fazer é trancar a casa e esperar que passe. As administrações parecem impotentes para enfrentar o desafio, com um sentimento de afogamento diante dos problemas que se acumulam. Em São Paulo, consciente dessa situação, um prefeito teve um grito de desespero: “São Paulo precisa parar!” Euforizada, porém, por um crescimento explosivo que se confunde com a manifestação de vitalidade, a opinião pública indignou-se com o desabafo. Em Nova York, a maior e mais rica cidade, megalópole da nação mais poderosa do mundo, as autoridades confessaram certa vez, com um misto de cinismo e desespero, que haviam perdido o controle da situação, a qual só poderia ser corrigida por uma maciça intervenção federal, consciente de seus propósitos. Mas a verdade é que o prefeito Giuliani conseguiu cortar pela metade o índice de criminalidade e limpar, em sentido tanto abstrato quanto concreto, a área da Broadway e Times Square. Os etologistas, com Konrad Lorenz à frente, já comparam a espécie humana, concentrada nas megalópoles, àquela raça de lêmures da Escandinávia, os lemming que, periodicamente, se lançam ao mar num colossal suicídio coletivo, destinado a restabelecer o equilíbrio natural. Partindo de um ponto de vista biológico, Lorenz chama a atenção para as conseqüências calamitosas da devastação do ambiente. Denuncia as construções monótonas, em série, repetidas aos milhares de exemplares, de uma feiura e uma frieza de estarrecer, verdadeiros “estábulo para bestas humanas”, que vão pouco a pouco consumindo os tecidos sãos da sociedade e impingindo sobre o que resta de campos, rios e florestas da Santa Mãe Natureza. Em sua obra imensa de crítico e historiador das cidades, demonstra Lewis Mumford que a nossa era “páleo-técnica” progride em todas as ciências aplicadas, menos no urbanismo. Um desequilíbrio é assim criado. Quanto mais progresso tecnológico, mais calamitoso o resultado sobre a cidade. Assim também, quanto mais rico o país, maiores são seus problemas urbanos, e quanto mais rica a cidade, mais dificuldades encontra em resolvê-los. Por essa razão, justamente, é que considero o problema levantado não pelo Nordeste, mas pelo cres-

cimento da cidade de São Paulo como o mais considerável de nosso desenvolvimento nacional. É aquele que não sabemos ainda como solucionar.

Os sintomas de um mal profundo são, de fato, múltiplos: a criminalidade e a violência em ascensão irreprimível, a desintegração da família, as drogas, as neuroses sob todos os seus aspectos, de tal modo que a psicanálise parece ser uma das profissões urbanas em mais notável prosperidade (Carlos Lacerda costumava chamá-la de “macumba dos ricos”), a migração irrefreável de contingentes rurais à procura da ilusão de uma vida melhor, verdadeira manada de gado para os matadouros da cidade e felicidade dos demagogos em período eleitoral. O que Nietzsche denominava a *Herdenmoral*, a moral do rebanho, é o que orienta (ou desorienta) essa massa desfibrada. A baderna homicida e vandálica, como a das vacas loucas de Porto-Alegre, é a única escapatória.

Felizmente, pensadores das mais variadas disciplinas estão chamando a atenção para esse desenvolvimento fatal de nossa civilização como conseqüência da explosão demográfica da espécie predatória, mas a questão é saber se seus apelos serão atendidos em tempo. Há pouco menos de cem anos, escreveu George Bernard Shaw que a pobreza existente nas grandes cidades “é uma degradação para os pobres que infecta toda a vizinhança e pode também afetar um país e um continente e, finalmente, o mundo civilizado inteiro, que não passa de uma grande unidade de vizinhança”. Mas Shaw era um socialista fabiano, meio romântico. Nunca se deu conta que era exatamente o *Labour* que estava empobrecendo a Grã-Bretanha, ao provocar a estagnação de sua economia. Antes de Shaw, Aléxis de Tocqueville, visitando Londres em 1833, espantou-se com o paradoxo da maior e mais rica cidade do mundo, no país que então encabeçava o progresso mundial, ser também aquela que apresentava o espetáculo mais acabrunhador da multidão de indigentes e miséria dos *slums*. C. L. Sulzberger notou que o simples esforço para melhorar as condições das megalópoles não é suficiente e pode mesmo ser contraproducente. Argumentava o conhecido comentarista americano com o caso de Lima, cujas favelas estão entre as maiores e mais imundas do mundo – o menor esforço para corrigi-las provoca, como ocorreu durante seus três últimos regimes semi-ditatoriais e/ou corruptos, a descida de verdadeiras hordas de índios miseráveis do Altiplano andino, os quais preferem essas condições revoltantes da grande cidade ao terror

da solidão nos áridos planaltos sob os Nevados. Incidentalmente, Lima competiu com São Paulo e com a cidade do México na corrida para o título de “maior cidade do mundo” da pobreza. Hoje é Lagos que quer arvorar a coroa, concorrendo com Mumbai, Cairo e Karachi. Em Brasília, como já acentuamos acima, está ocorrendo um fenômeno semelhante, ainda que menos grave: quanto mais o governador distribui lotes para eliminar as “invasões”, maior número de migrantes invade a capital, procedentes de Minas, Goiás e Nordeste, e criando novas invasões. É por isso que a idéia de um Plano urbano, consubstanciado na Novacap, possui indiscutíveis virtudes pedagógicas. Habitua-nos a pensar, a prever, a organizar o futuro.

Acredito nesse sentido que foi um erro político, oriundo da miopia demagógica, dar ao Distrito Federal um governo eleito. A meu ver, muito melhor seria conceder ao Presidente da República esse privilégio, que muitas capitais de nações civilizada ainda detêm (como Londres, por exemplo), de escolha do Governador *ad referendum* do Congresso. O planejamento urbano, de natureza puramente técnica, exige um trabalho operacional, executado com persistência e continuidade, sem abalos nem interrupções e contra-marchas que eleições periódicas, de base partidária, provocam. Saliente-se que os problemas urbanos não são só nossos. Eles estão crescendo mundialmente, em alguns casos de países mais atrasados em proporções assustadoras. Como escreveu um editorialista, “no ritmo em que vai o país, teremos em breve mais cidades grandes do que grandes urbanistas”.

Segundo os postulados cartesianos, “o conhecimento sobre o qual se pode estabelecer um julgamento indubitável deve ser não somente claro, mas também preciso”. Eis a perfeita definição da cultura da razão prática. Para um povo de intuitivos, muito dado à improvisação de última hora e à míngua de uma diferenciação suficiente das funções intelectuais pragmáticas, o método de organização, previdência, antecipação, concatenação lógica de causa e efeito, clareza e precisão nas decisões muito nos favorece, corrigindo aquela notável carência psicológica. Segundo observação de Clemenceau, grande psicólogo além de notável estadista, o brasileiro é demasiadamente latino para resistir à tentação de precipitar os acontecimentos. O método cartesiano preveniria esse perigo. Onde, repito, a importância pedagógica exemplar de Brasília, pois, se houve

falhas no desenvolvimento da nova Capital, foram elas, afinal de contas, problemas de detalhe na execução, sempre suscetíveis de correção, e não comprometem a relevância da obra como proclamação de princípios, proclamação, digo, da candidatura do Brasil ao Primeiro Mundo.

Foi a professora Sandra Cavalcanti, tão ligada ao crescimento do Rio de Janeiro, que acentuou essa impressão do homem como aprendiz de feiticeiro, enredado em sua própria mágica. O urbanista de hoje, escreveu ela no *Jornal do Brasil* de 12-9-71, “deverá saber respeitar, nas suas concepções, o sentido da vida verdadeiramente humana, se não quiser continuar a ser, simplesmente, o que tem sido até hoje, um engenhoso e artístico adiador de problemas, um cruel inventor de soluções transitórias”. Ora, se a cidade deve ser considerada um “projeto de vida”, cabe atentar para o sentido original da palavra *techné* em grego. O planejador e o administrador urbano requererão a intuição do artista, a ciência do técnico e a experiência do pesquisador, numa obra de organização coletiva em que os fatores políticos, sociais e econômicos nunca perderão de vista a meta principal que é o homem – o cidadão livre e responsável. O crescimento desta nação não mais comporta paliativos governamentais. O lampejo da imaginação criadora deve ser sabiamente combinado com uma pesquisa operacional – uma técnica coletiva de grandes sistemas que apenas orientam a ordem racional-legal (Weber) e, espontaneamente (Mises), se organizam segundo as regras de um mercado livre de bens, de idéias e de ações individuais (Hayek). Mas para isso é necessário que a administração urbana transcenda seus próprios tabus, caprichos e dogmas, seus exageros e traições, até mesmo suas esperanças utópicas. Alcançar a simplicidade do bom senso é o critério supremo na liberdade de iniciativa. Que o Arquiteto, com A maiúscula, volte a se pronunciar diante de um desafio maior. Fala-se muito hoje em “qualidade de vida”. Considero que Brasília já alcançou esse nível entre as mais qualificadas do Brasil. Entre as capitais artificiais modernas que foram descritas nos últimos capítulos desta obra, compete promissora-mente com Washington e Canberra, justamente nesse item de “qualidade de vida”. Tenho esta minha impressão consolidada pela experiência pessoal e pela opinião de estrangeiros cultos e imparciais que bem conhecem o mundo.

Brasília se está rapidamente sofisticando, inclusive no plano cultural. Estamos realizando em trinta ou quarenta anos o que demorou um século e meio para ocorrer em Washington e ainda não se registra em Canberra. O Corpo Diplomático muito contribui para isso. A transferência das embaixadas para Brasília nos anos setenta, com a inauguração do novo edifício do Ministério das Relações Exteriores, indubitavelmente a obra-prima da arquitetura de Niemeyer, muito estimulou esse desenvolvimento. Nesse sentido, devemos homenagear o trabalho do embaixador Wladimir Murtinho e do arquiteto Olavo Redig de Campos, que se ocuparam prioritariamente do arranjo funcional interior e da parte de decoração interna do Itamaraty. Murtinho igualmente estimulou os países amigos a entregarem a construção de suas missões a arquitetos de renome internacional. As embaixadas da França, Alemanha e Itália foram obras de profissionais de prestígio internacional. As da Grã-Bretanha, Espanha, Peru e Chile merecem encômio particular por sua qualidade, porém mesmo algumas de potências menores se destacam por seu estilo excepcional – e poderíamos argüir que, nessa perspectiva, são as duas áreas de embaixadas de Brasília favorecidas como uma verdadeira “exposição” da arquitetura moderna no que tem de melhor.

Ao inaugurar a nova Capital, Juscelino declarou que, “há três anos, neste mesmo local, um lobo atravessou à frente de meu carro. Seus olhos ficaram fosforescentes à luz dos faróis. Hoje, recebo três mil convidados de casaca”. Sobre o papel decisivo que teve a transferência para a Novacap do corpo diplomático estrangeiro, sediado no Rio, com suas peripécias entre o pitoresco e o impressionante, vale a leitura da obra de Manuel Mendes, *O Cerrado de Casaca*. Esse nosso amigo e grande jornalista ilustrou adequadamente o papel que Brasília desempenhou ao estimular nosso relacionamento oficial com dirigentes de países amigos, assim como já havia feito com personalidades importantes do mundo das artes e, particularmente, da arquitetura no período de sua construção. Cumpre salientar que o papel “civilizador” que a cidade tem exercido no desenvolvimento do sertão brasileiro, estreitando o contato com a periferia de nossos vizinhos andinos, e facilitando as comunicações com o Sul e o Sudeste mais adiantados de nosso próprio país, só por si justificaria o magno empreendimento da Presidência JK.

\* \* \*

Concluo.

O desenho de Brasília “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz”. Foi assim que Lúcio Costa descreveu a inspiração primordial do Plano – “Gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial”, proclamou o ilustre Mestre da arquitetura moderna brasileira. Há no simbolismo de Brasília algo de transcendental. É eminentemente prático. É também político – o lugar no mapa do Brasil; a tomada de posse do interior abandonado. Mas é, sobretudo, espiritual porque implica uma mudança de atitude. As duas coordenadas de posição e momento estão claramente simbolizadas nas duas linhas que se cruzam em ângulo reto, desenho tremendamente significativo em sua soberba simplicidade. A posição e o momento possuem um valor nacional de que, em traços largos, procuramos aqui-latar neste derradeiro capítulo de conclusões. Possuem também um valor universal, traduzível na linguagem simbólica da arquitetura e do urbanismo. *Civitas ubi silva fuit*, a Capital do sertão, ao mesmo tempo em que satisfaz a uma necessidade eminentemente política da nação, abriu perspectivas para a cultura no novo mundo global, cultura que é cristã e ocidental em suas raízes históricas, técnica e científica em suas bases, universal em âmbito e, acrescentemos agora, livre e democrática em seu espírito. O gesto foi semelhante ao de Rômulo ao traçar, segundo o mito, a cruz do *cardo* e do *decumanus* na lendária *Roma Quadrata*, a “cidade eterna” que fundava. Foi o gesto que se tornou habitual nas várias outras metrópoles que os romanos posteriormente ergueram em seu império, muitas das quais sobrevivem como capitais de nações européias.

O ponto no mapa do Brasil, com a tomada de posse do interior abandonado, proclama a etapa histórica, ou seja, o momento mais significativo do *take-off* no desenvolvimento econômico e cultural da nacionalidade. O Planalto Central brasileiro, não longe do ponto de encontro das três grandes bacias hidrográficas do território, pode se transformar no berço de uma nova província na cultura global do novo milênio. Mas há no simbolismo de Brasília igualmente algo de transcendental, pois exige uma mudança de atitude, uma conversão, uma *metanóia*, uma promessa de racionalização do comportamento coletivo, a *Entzauberung* de

que nos fala Weber. A posição e o momento possuem, desse modo, um valor especial para a nacionalidade, o que, em traços largos e na perspectiva dos antecedentes históricos em outros continentes e em outras eras, procuramos analisar nos capítulos deste estudo, agora atualizado e reeditado graças à cortesia da Gráfica do Senado.

Com o que, muito agradecido, nos despedimos de nossos pacientes leitores...

*Paupertas cartae finem imponit verboritati.*

São Gregório de Tours (A. D594).

*Mapa 1*  
*Densidade demográfica do Brasil em 1980*



*Mapa 2 – Trasladação do centro de gravidade da  
população brasileira de 1872 a 1980*

*O Itamaraty. O palácio do Ministério das Relações Exteriores  
é, certamente, a melhor obra de arquitetura de Brasília*

*De casaca no cerrado. Inauguração de Brasília.  
Foto de Raynoud Frajmund*

.....

## *Anexo I*

### *Relatório sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa*

José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da capital para Goiás e sugere o nome de Brasília.

**D**esejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova capital, e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro – apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *maquis* do urbanismo, que não pretendo prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontanei-

dade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberadamente de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora de atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenções, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

1 – Nasceu num gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. (fig. 1).

2 – Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (fig. 2).

3 – E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica

urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatório-tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais. (fig. 3).

4 – Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal, que passou assim a ser o eixo monumental do sistema (fig. 4). Lateralmente à interseção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e o comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais, e ainda os amplos setores do varejo comercial.

5 – O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destina ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com cinemas, teatros, restaurantes etc. (fig. 5).

6 – O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área térrea inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos, mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos e onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma (fig. 6). Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos ministérios.

7 – Desse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residências sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados, mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que acede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro

cívico em cota inferior, com as galerias de acesso previstas no terrapleno (fig. 7).

8 – Fixada assim a rede geral do tráfego de automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão (fig. 8), sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família; ele só se “desumaniza”, readquirindo *vis-à-vis* do pedestre feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que, em determinadas condições e para comodidades recíprocas, a coexistência se impõe.

9 – Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores.

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados ao poderes fundamentais que, sendo em número de três autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto (fig. 9). Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista (fig. 9). Ao longo dessa esplanada – o *Mall*, dos ingleses –, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias (fig. 10). Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência – todos com área privativa de estacionamento –,

sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.

10 – Nessa plataforma onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Paccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios não foi edificada, com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame (fig. 11). As várias casas de espetáculo estão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das dos clubes, casas de chá, etc., tenham vista, de um lado e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e “loggias” na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (fig. 11). O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá etc., tenham vista, de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo e, mais acima,



para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral (figs. 9, 11, 12). Na parte central da plataforma, porém disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao *hall* inferior de embarque separado por envidraçamento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus na saída a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial – despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma fronteira ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios (fig. 8).

11 – Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio – lojas e magazines, e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações de empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento (fig. 8), e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como nos dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos inter-

ligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.

12 – O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular em embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos *studios* e demais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura (fig. 12). De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões.

13 – Na praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

14 – Acima do setor municipal foram dispostas as garagens da viação urbana; em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis, e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

15 – Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que fluência e unidade do traçado (fig. 9), desde a praça do Governo até à praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.

16 – Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado

e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (fig. 13). Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo que varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se de maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (fig. 8).

Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela e frente oposta às quadras à instalação de garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (fig. 13).

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativa dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte e outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só (fig. 14).

Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da

faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio.

17 – A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim dizer, privativa do bairro das embaixadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo ao centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação.

E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha de materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

18 – Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredos e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada de cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes (fig. 15). E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico – o que não implica tamanho –, estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afasta-

mento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões.

19 – Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20 – Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O Clube de Golfe situou-se na extremidade leste, contíguo à residência e ao hotel, ambos em construção, e o Hatch Club na enseada vizinha, entremeados por um denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto ao aeroporto e ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contorno.

21 – Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap. 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22 – Resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entrar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento

deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto, no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas – anteprojeto e projeto definitivo, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle de qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancários e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou, ainda, conjuntamente.

23 – Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigência de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes – primeiro as faixas centrais com um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras

seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária, de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho arqui-secular do Patriarca.

*Lúcio Costa*  
*Esboços para o Plano Piloto de Brasília*















*O Plano Piloto de Brasília. Esboço original de Lúcio Costa*

*Plano Piloto final de Brasília*



*Lúcio Costa em sua primeira visita ao Planalto*

.....

## *Anexo II*

Entrevista de Gilberto Freyre sobre Brasília

### ARTE, CIÊNCIA E TRÓPICO EM TORNO DE ALGUNS PROBLEMAS DE SOCIOLOGIA DA ARTE

Conferências proferidas, umas no Museu de Arte  
de São Paulo, outras nas Universidades  
de Recife e da Bahia  
São Paulo, 1962  
Martins

*P*

– Fora a arquitetura e a música, em que outras artes o Brasil de hoje está alcançando triunfos sociologicamente significativos para uma civilização luso-tropical?

R – Os triunfos alcançados por arquitetos brasileiros na arquitetura monumental ou grandiosa são triunfos que dão hoje um relevo mundial à arte do nosso País. Relevo já alcançado pela música – principalmente pela de Villa-Lobos.

Entretanto, são várias as manifestações de arte nas quais o Brasil poderia com igual sucesso estar fazendo sentir sua presença de civilização luso-tropical na cultura do homem moderno: um homem

cada dia mais voltado para o trópico. O mural é uma delas. O móvel é outro.

Não se compreende – insisto nesse ponto – que esteja partindo da Europa, e não do Brasil, a estilização das curvas da rede ameríndia, desde o século XVI tão assimilada pela civilização luso-tropical que se desenvolveu na América, ao seu conjunto de valores de uso cotidiano. Estilização em móveis modernos, arrojadamente modernos – leves e elásticos – e ao mesmo tempo higiênicos e artísticos, confortáveis e belos.

Era uma estilização – repito – que devia ter partido do Brasil, de artistas brasileiros, de pesquisadores brasileiros, se as Escolas de Belas Artes do Brasil, em vez de puras academias de bom ensino, mas ensino apenas convencional, viessem sendo também centros de experimentação em que o Brasil procurasse dar às suas criações modernidade e universalidade, senão total, para todas as áreas tropicais do oriente, da África, da Austrália, onde florescem ou começam a florescer civilizações modernas semelhantes à brasileira. Universalidade a valores e a técnicas não só de construção de edifícios monumentais, como de móvel e de vasilhame aqui já há séculos desenvolvidas em formas simbióticas ou luso-tropicais de arte ou de quase arte. São formas essas – repita-se – em que se vem combinando, para uso brasileiro, a primitividade ameríndia ou africana com a civilidade européia ou hispano-árabe. Elas se oferecem ao artista moderno com uma extraordinária riqueza de sugestões.

Desses artistas nenhum me parece hoje mais atento ao que há de valioso em tais sugestões do que o pintor Aloísio Magalhães que, da pintura, vem se espalhando por artes vizinhas – a gráfica, principalmente – sob o vivo desejo de dar a essas artes uma expressão vigorosa e autêntica do Brasil tropical. Das suas formas e das suas cores de natureza, de terra, de água, de paisagem, de homem, de mulher; e também das suas formas e das suas cores já estabilizadas entre a gente do povo como cores brasileiras por meio de uma tradição de cultura antes folclórica que acadêmica. Esse é também o afã de outros pintores modernos do Brasil. Em Aloísio Magalhães, porém, semelhante afã vem se intensificando ultimamente num empenho sistemático de desenvolver uma arte gráfica tão representativa do Brasil e, ao mesmo tempo, tão universalmente moderna, quanto é a arquitetura de um Sérgio Bernardes ou de um Henrique

Mindlin, de um Lúcio Costa ou de um Oscar Niemeyer, quanto continua a ser ouvida a música esplêndida da mocidade desse velho ainda com o verdor dos adolescentes que é Heitor Villa-Lobos. Ou a arte de jardim de Roberto Burle-Marx.

Daí merecer um especialíssimo elogio da iniciativa do até há pouco Diretor da Divisão Cultural do Itamaraty, o Ministro Meira Penna – autor de um sugestivo livro sobre urbanismo, em que o problema de Brasília é posto em foco de maneira inteligente e idônea – de prestigiar na Suíça estudos e experimentos de arte gráfica daquele artista brasileiro, que já iniciou nos Estados Unidos trabalhos deveras interessantes numa especialidade ainda quase virgem da presença de um moderno ou de um renovador do nosso País. É que desses experimentos e estudos de Aloísio Magalhães nos Estados Unidos e na Suíça deve resultar um livro ilustrado em que se fará uma apresentação gráfica do Brasil que será ela própria, ao mesmo tempo, nova e inédita, moderna e brasileira: expressiva ou representativa do Brasil. Será um livro, esse, do qual sem exagero algum se pode desde já dizer – à base dos experimentos já realizados pelo artista consciencioso que é Aloísio Magalhães – que marcará verdadeiramente época no desenvolvimento da arte brasileira como arte de repercussão mundial.

P – Que relação há entre Brasília e o que se deve considerar um sistema de civilização luso-tropical, que inclui, naturalmente, artes comuns, nas suas tendências ou nos seus característicos gerais, a várias áreas?

R – Excelente pergunta. Para respondê-la, ou tentar respondê-la, eu teria, porém que escrever um ensaio.

Um livro deveras interessante, sobre Brasília, é o que acaba de publicar no Rio o Ministro J. O. de Meira Penna, intitulado *Quando Mudam as Capitais*. Nele o autor se propõe “a abordar o problema de um ponto de vista de dinâmica geopolítica, examinando os fenômenos relativos à permanência, mobilidade ou multiplicidade de Capitais”.

Desse ponto de vista é que várias capitais, escolhidas por isso ou por aquilo pelo Ministro Meira Penna como representativas ora da “permanência”, ora da “mobilidade” – principalmente a mobilidade – dançam diante de nós, nas páginas de um ensaio inegavelmente erudito, uma espécie de ballet sociológico. Um atraente ballet sociológico do

qual a principal figura se torna Brasília. Pois Brasília – adverte logo à página 16 do seu ensaio o Ministro Meira Penna – “exprime o salto pitoresco que o Brasil está dando da carroça de boi ao avião; e está sendo construída” em função de fatores de posição da nossa idade aérea da História do Mundo”.

Mais do que isto: o autor de novo e sugestivo livro, sobre problema tão sedutor de ecologia, concorda com aqueles que julgam prejudicial ao Brasil a permanência da sua capital no litoral pelo fato de exprimir essa permanência como uma incapacidade de desenvolver o brasileiro “uma coletividade consciente do seu destino e de criar novas formas culturais adaptadas à terra em que nos estabelecemos”. O apego ao litoral – representado pela capital da República no Rio de Janeiro – significaria uma manifestação do “desejo de não apagar a lembrança da cultura européia e do anseio, nunca satisfeito, de volta à Europa”: anseio que o autor de *Quando Mudam as Capitais* concorda com o escritor Viana Moog constituir “um dos mais antigos obstáculos ao pleno e desejado advento da nossa maturidade”.

Até certo ponto, parecem-me justas estas e outras considerações do Ministro Penna a favor da posição de Brasília, em relação ao desenvolvimento do Brasil como uma civilização cada dia mais animada do desejo de criar “formas culturais adaptadas à terra em que nos estabelecemos”. Eu próprio sou adepto e entusiasta da idéia de fixar-se em Brasília a capital de um País cujas fronteiras econômicas precisam de acompanhar as políticas, na consolidação no interior das formas mais altas do nosso sistema nacional de vida.

Não devemos, porém, perder de vista o destino do Brasil como parte efetiva de um sistema não só nacional como transnacional de vida e de civilização: o representado pela civilização que venho denominando luso-tropical. Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Equilibremo-nos entre as duas responsabilidades: as que nos chamam ao centro da América e as que reclamam nossa solidariedade com o Oriente português e com as Áfricas lusitanas.

A presença do Brasil no litoral, numa espécie de co-capital que complete a ação de capital situada no centro do país, parece-me que continua uma necessidade essencial aos interesses brasileiros. Não somos uma civilização com um destino apenas mediterrâneo, mas com um

destino também transoceânico. A não ser que se pretenda repudiar quantas afinidades profundas tornam o Oriente português e as áfricas portuguesas parte de um só sistema de civilização moderna nos trópicos, do qual o Brasil está destinado a tornar-se o líder mais avançado. Nossa permanência no litoral, numa co-capital que complete Brasília, não representará apenas o desejo de voltarmos à Europa; e sim a nossa integração num destino que transcende o de simples potência americana para nos dar a responsabilidade de líder do maior sistema moderno de civilização tropical. Uma civilização que se espalha em terras tropicais da América, do Oriente e da África, representando um esforço do português da Europa que precisa de ser continuado por brasileiros, goeses, luso-africanos. Inclusive com relação a artes que sejam animadas de um sentido luso-tropical de expressão, favorável à sua universalização no mundo tropical, sem prejuízo, é claro, de suas peculiaridades de caráter especificamente regional ou nacional, dentro dessa sua amplitude supra-nacional e inter-regional.

.....

## BIBLIOGRAFIA

- ABEGG, LILY. *The Mind of East Asia*. Londres, 1952
- ALEXIS DE TOEQUEVILLE. *L'Ancien Régime et la Révolution Française*, 1856
- BAILLY, A. *Byzance*. Paris, 1943
- BAINVILLE, J. *Histoire de France*
- BEHRENS, H. P. H. *Town planning in Pretoria*
- BELO HORIZONTE, *Inquérito Nacional de Arquitetura*, 1963
- BERENSON, BERNARD. *Aesthetics and History*
- BERTRAND, LOUIS. *Les Journées du Grand Roi*
- BISCHOFF, NORBERT DE. *La Turquie dans le Monde*
- BREASTED, J. H. *A History of Egypt*, 1912
- BREASTED, J. H. *The Dawn of Conscience*, 1933
- BREDON, JULIET. *Peking*
- BREYNARD, SHANE/ MARTA PENNER. *Canberra/Brasília*, 2002
- BRIAN CHANINOV. *Histoire de Russie*
- BRION, MARCEL. *La Réurrection des Villes Mortes*. Payot Paris
- BRUNHES, J. *La Géographie Humaine*
- BURCKHARDT, J. *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Trad. 1951
- BURCKHARDT, JACOB. *The Age of Constantine the Great*. NY, 1936
- BURY, J. B. *A History of Greece*. Londres. 1931
- CALVERT, A. F. *Madrid*
- CHABOT, G. *Les Villes, aperçu de géographie urbaine*
- COSTA, LÚCIO. *Relatório do Plano Piloto*, 1957
- COSTA, LÚCIO. *Sobre Arquitetura*. P. Alegre, 1962
- CRULS, LUIS. *Planalto Central do Brasil*, 1957
- DIEHL, CHARLES. *Ravenna*
- DIEHL, CHARLES. *L'Empire Byzance*. Paris, 1934

- DOLLOT, LOUIS. *Report of Delhi Town-Planning Committee*
- DREXLER, A. *The architecture of Japan*
- DURANT, WILL. *The Life of Greece*. NY, 1939
- DURANT, WILL. *Caesar and Christ*. NY, 1944
- EGGLESTON. *Historical Background of Ottawa*
- EPSTEIN, DAVID. *Brasília*. UCLA edit., 1973
- ERMAN, A. *La Religion des Égyptiens*, 1894
- EVENSON, NORMA. *Two Brazilian Capitals*. Yale Univ., 1973
- FABRE, M. *Pekin: ses palais, ses temples et ses environs*  
(FEDERAL DISTRICT COMMISSION) *Planning Canada's National Capital*
- FOSTER, E. M. *Alexandria, History & Guide*
- FREITAS REGO, ALUÍSIO NAPOLEÃO. *Interpretações*
- GIEDION, SIEGFRIED. *Space, Time and Architecture*. Harvard UP, 1941
- GLOTZ, G. *The Greek City*. Londres, 1929
- GOWEN, H. *History of Japan*. NY, 1927
- GRANET, MARCEL. *La Pensée Chinoise*. Paris, 1929
- GRANT, W. J. *The Spirit of India*
- GRANTHAM, A. E. *Pencil speakings from Peking*
- GROUSSET, RENÉ. *Histoire de la Chine*
- GROUSSET, RENÉ. *L'Empire des Steppes*. Patot, 1939
- GROUSSET, RENÉ. *Figures de Proue*
- GRUNWALD, C. DE. *La Russie de Pierre le Grand*
- GUINARD, P. *Madrid*
- HAMILTON, G. H. *The Art & Architecture of Russia*
- HANCOK, K. *Canberra, a nation's capital*
- HARADA, JIRO. *The lesson of japanese architecture*
- HAUSHOFER, H. *Le Japon et les Japonais*
- HIGGINS, B. *Canberra, a Garden without a City*
- HUTTON, E. *Ravenna*
- KEYSERLING, COUNT H. *Journal de voyage d'un Philosophe*. Trad. Paris, 1930



- KLIUCHEVSKI, V. A. *A History of Russia*
- KUBITSCHER, JUSCELINO. *Por que Construí Brasília. Rio, 1975*
- LAMB, HAROLD. *The City and the Tzar*
- LAMOUCHE, CEL. *Histoire de Turquie*
- LATOURETTE, K. S. *The Chinese: Their History and Culture. NY, 1934*
- LAVEDAN, HENRI. *Histoire de l'Urbanisme. Paris, 1926*
- LAVISSE. *Histoire de France*
- LIN YUTANG. *Imperial Peking. Londres, 1961*
- LUDWIG, EMIL. *Cleopatra*
- M. LEGENDRE. *Nouvelle Histoire d'Espagne*
- MACKINDER, SIR H. *Democratie Ideals and Reality*
- MARSDEN, CHRISTOPHER. *Palmyra of the North*
- MAURICHEAU-BEAUPRÉ. C. *Versailles*
- MAUROIS, A. *Louis XIV à Versailles*
- MELLO FILHO, MURILO. *O Milagre Brasileiro. Rio, 1972*
- MENDES, MANUEL. *O Cerrado de Casaca. Thesaurus, Brasília, 1995*
- MEÑÉNDEZ PIDAL RAMON EDIT. *Historia de España. Pidal, 1935*
- MITFORD, NANCY. *The Sun King. Londres, 1966*
- MUMFORD, LEWIS. *The Culture of Cities. NY, 1938*
- MUMFORD, LEWIS. *Technics and Civilization. NY, 1934*
- NEUTRA, RICHARD. *Survival through design*
- NIEMEYER, OSCAR. *Minha Experiência em Brasília. Rio, 1969*
- OLIVEIRA MARTINS, P. *História da Civilização Ibérica*
- PAINE-SOPER. *The Architecture of Japan. NY, 1951*
- PEETS, ELBERT. *The Architecture of Washington*
- PENDLEBURY, JOHN. *Tell el Amarna*
- PIRENNE, HENRI. *Medieval Cities*
- RASMUSSEN, S. E. *Towns and Buildings*
- RATZEL, FRIEDRICH. *Geografia Política*
- SAARINEN, ELIEL. *The City*
- SALCEDO, ANGEL. *Historia de España*

- SAMSON, G. *Japan, a short cultural history*
- SCOTT, GEOFFREY. *The Architecture of Humanism*
- SILVA, ERNESTO. *História de Brasília. Senado Federal, 1985*
- SIREN, O. *Chinese Architecture*
- SOOTHILL, W. E. *The Hall of Light. Londres, 1923*
- SOOTHILL, W. E. *The Three Religions of China. Londres, 1951*
- SORRE, MAX. *Fondements de la Géographie Humaine. Paris, 1952*
- SPENGLER, OSWALD. *A Decadência do Ocidente*
- SUMNER, B. H. *A Short History of Russia*
- TAMANINI, L. FERNANDO. *Memória da Construção. Royal Court, Brasília, 1994*
- TOLSTOI, A. *Peter the First*
- VALLAUX, C. EJ. BRUNHES. *La Géographie de l'Histoire*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *A Epopéia da Construção de Brasília*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *A Mudança da Capital*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *A primeira viagem*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *As Cidades-Satélites*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *Um Sonho que se fez realidade*
- VASCONCELLOS, ADIRSON. *Uma Nova Experiência de Vida*
- VÄTH, REV. PÈRE. *Histoire de l'Inde et de sa Culture*
- WALISZEWKI, K. *Pierre le Grand*
- WALKER, HARRY J. *The Ottawa Story*
- WASHINGTON DC. *A guide to the Nation's Capital*
- WEIGALL, ARTHUR. *Le Pharaon Akh-En-Aton. Payot Paris*
- WERTHEIMER, O. DE *Cleopatra*
- ZOLLER, G. *De Louis XIV à la Révolution, 1955*

.....

## *Índice Onomástico*

### **A**

Abakâ (Ilkhans da Pérsia) – 94  
Abdurrahman III (khalifa) – 142  
Abreu, Capristano de – 326  
Adams, John – 218, 227  
Adonai (deus hebráico) – ver Adonis  
Adonis (deus da Antiguidade Clássica) – 43, 52  
Afrodite (deusa grega) – 65  
Agache – 301, 302  
Ai-Mansur (khalifa) – 142  
Ainu (bárbaros) – 122, 129  
Ajmer (príncipe de) – 268  
Akbar – 271, 274  
Akhenaton (faraó) – 14, 31, 39, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 125, 330, 351  
Aksakov – 206  
Alarico, rei dos Godos – 72  
Alberti, Leon Battista (enciclopédico) – 157, 165  
Alexandre, o Grande – 57, 58, 59, 60, 62, 66, 67, 78, 79, 164, 171, 201, 202, 235, 267, 285  
Alexis – 198  
Alfonso VI (filho de Ferdinando) – 143, 144, 147  
Alfonso VIII – 143  
Algarotti, Francesco (conde) – 190, 200  
Al-Rachid, Harun (califa) – 287  
Amaterasú (deusa do sol para os japoneses) – 121, 133  
Ambicatus – 285

Amenhophis III (faraó egípcio) – 42, 43  
Amenhopiús IV (faraó egípcio) – 44  
Amon (deus egípcio) – 14, 31, 42, 43, 44, 49, 59  
Amoroso, Lima – 324  
Anang-Pal – 268  
Andrade, Carlos Drummond de – 388  
Andrada, José Bonifácio de – 415  
Anna (tzarina) – 204  
Apolo – 168  
Apraxin (almirante) – 195  
Aquiles (herói grego) – 58  
Aragão, Fernando de – 144  
Aragão, Pedro de – 143  
Arcadius (imperador) – 286  
Aristóteles – 61, 64, 83, 84, 341  
Arquimedes – 64  
Arsinoés, as – 60  
Ashikaga (família) – 131  
Atartürk, Kemal Pachá – 203, 293, 291, 294  
Aton (deus egípcio) – 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52  
Augusto – 79, 171, 235  
Autá (artista egípcio) – 47

### **B**

B. Higgins – 307, 312  
Baber, “o lião” – 270, 272, 274  
Bach, Jonhann Sebastian – 172, 234  
Bagration – 203  
Bailly, A. – 77

- Bainville, Jacques – 174  
Barbosa, Francisco de Assis – 338  
Barros, Roque Spencer Maciel de – 338  
Basileus de Constantinopla – 186  
Batu – 186  
Bayazit (Bajazet), “vulgo relâmpago” – 287  
Bek (artista egípcio) – 47  
Belcher, Donald – 25  
Beloch, Israel – 387  
Beloveso – 285  
Berckholtz – 203  
Berenices, as – 20  
Bering – 203  
Bernard SHAW, George – 404  
Bernardes, Sérgio – 438  
Bernini – 170  
Bertolucci – 100  
Bischoff, Nobeit de – 291  
Bismarck – 175  
Bourbon (família) – 104, 167, 204  
Bowers, Claude – 231  
Bramante, Donato – 157, 166  
Branco, Castelo – 378, 382  
Breastead, J. H. – 43, 44, 52  
Brian-Chaninov (capitão) – 205  
Brinckmann – 163  
Brodie, John A. – 276  
Brown, John – 230  
Brunellesco (arquiteto) – 165  
Brunhes, Jean – 21, 22, 26, 27, 140  
Buckle – 206  
Buda – 125  
Bühren – 202  
Burckhardt, Jacob – 79  
Burlingame, Roberto – 370, 439  
Burnham, Daniel – 233, 307  
Bury – 59  
By, John (coronel) – 247  
Bysas – 39, 73
- C**
- Calder – 351  
Calvert, A. F. – 148  
Calvert, George – 215  
Câmara, Sette, embaixador – 369, 399  
Cambises – 58  
Camões – 257  
Campos, Manuel – 407  
Campos, Roberto – 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387  
Cantanheze, Plínio – 399  
Cardoso, Fernando Henrique – 382, 392  
Carlos I (rei) – 215  
Carlos V – 140, 145, 147, 152, 158, 160  
Carlos XII – 188, 191, 193  
Carnarvon (lord) – 259  
Carroll, Daniel – 219  
Castela, Isabel de – 144, 145  
Catarina I – 171, 204  
Catarina II, a grande – 200, 201, 203, 204  
Cavalcanti, Sandra – 406  
César, Júlio – 65, 76, 77, 235  
Champlain, Samuel – 245  
Chapur II – 78  
Chardin, Teilhard de – 91  
Chin (império de) – 90  
Chou (dinastia) – 90  
Churchill, Winston – 288  
Cimon – 59  
Cirene, Aristipo de – 65  
Ciro – 58  
Clay – 229

Clemenceau, psicólogo – 275, 405  
Cleópatra – 65, 66, 67  
Cleópatras, as – 60  
Cnido, Sostrato de – 60, 64  
Colbert – 161, 162, 171, 173, 174  
Collor – 382  
Colombo – 335  
Comte – 338  
Confucius (filósofo) – 90, 107  
Constantino (imperador) – 27, 31, 39, 57,  
72, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85  
Copérnico (astrônomo) – 64  
Corção, Gustavo – 387  
Corneille – 167, 172  
Costa, Lúcio – 50, 302, 306, 308, 342,  
343, 344, 345, 348, 353, 354, 366, 367,  
377, 378, 383, 384, 385, 387, 394, 395,  
396, 398, 399, 400, 408, 415, 436, 439  
Costa, Octavio, general – 389  
Costantino (imperador romano) – 330  
Crocket, Davy – 229  
Cunha, Euclides da – 326, 334  
Cunhara, Alberto Torres – 338  
Custines (marquês de) – 199

## **D**

Dalhousie, Earl of – 247  
Dali – 350  
Dario – 66  
Darwin – 206  
De Clerck – 260  
Denis – 389  
Descartes – 156, 167, 172, 234, 341, 345  
Devier – 202  
Dias, Antônio – 358  
Dickens, Charles – 229  
Dioleciano – 72, 78

Dionísio – 63  
Disraeli – 274  
Diwans – 274  
Djehutimés (artista egípcio) – 47  
Dom Henrique (infante) – 257  
Dostoievsky – 204, 206  
Duluth – 246  
Dürer, Albrecht – 155  
Dzedong, Mao – 95, 101

## **E**

Eduardo VII (príncipe de Gales) – 249  
Eisenhower – 175  
El Mayor, Sancho (pai de Ferdinando) –  
143  
Eliel Saarien – 305  
Ellicott, Andrew – 226  
Enéas – 76  
Engert, Ellida – 358  
Erasistrato (médico) – 64  
Eratósthene (geógrafo e cosmógrafo) –  
64  
Erman – 44  
Escher – 350  
Esterhazy – 203  
Euclides (matemático) – 64  
Evenson, Norma – 343, 347

## **F**

Fagundes, Laura Reis – 387  
Falero, Demétrio de – 64  
Faoro, Raimundo – 338, 385  
Farhat, Emil – 385  
Fatih, Mehmet (o Conquistador) – 75  
Felipe II – 29, 140, 145, 147, 158, 322  
Felipe III – 148

Ferdausi – 66  
Ferdinando (primeiro rei de Castela) – 143  
Ferdinando III (são) – 143  
Ferdinando VII – 147  
Ferreira, Oliveiros – 385  
Figueredo – 382  
Floris V (conde) – 38  
Fouquet (ministro) – 161  
Frajmund, Rayr noud – 413  
Francesca, Piero della (pintor) – 155, 165  
Francfort, H. – 48  
Francisco I – 147  
Franco (general) – 148, 294  
Franklin, Benjamin – 170  
Frederico da Prússia – 99  
Frederico II – 171  
Freud – 52  
Freyre, Gilberto – 329, 333, 334, 344, 346, 353, 437  
Frobisher – 246

### G

Gabriel, Jacques-Ange (arquiteto) – 164, 175  
Gárcia (filho de Ferdinando) – 143  
Garnier, Tony – 304  
Geisel – 382  
Genghiz-Khan – 269, 270, 273, 274  
Ghasni, Mah mud de – 268  
Ghor, Mohamed de – 268  
Ghyas-Ud-Dintuglak – 269  
Giedion, Siegfried – 159, 167, 170, 304, 348  
Giustianini (comandante genovês) – 82  
Goethe – 65  
Gogol – 206

Golovin (almirante) – 191  
Gonçalves, Ney – 357  
Gorbachev – 187, 208  
Gordon – 202  
Goulart – 389  
Granet – 109  
Grant, W. J. – 225, 232, 280  
Grão-Mongóis (dinastia) – 270, 272  
Gregório VII – 157  
Grey, George (sir) – 259  
Griffin – 305, 306, 307, 312  
Gropius, Walter – 305, 350, 352, 353  
Grousset, René – 93, 97, 177  
Grunwald, Constantino de – 205  
Guilherme (rei da Prússia) – 175  
Guilherme, o Taciturno – 38  
Guimarães, Fábio de Macedo Soares – 21, 25

### H

Haeckel – 206  
Halford, William – 262, 263  
Hamilton, G. H. – 200, 201, 218  
Han (dinastia) – 90, 91, 110  
Hannibal – 202, 286  
Hannover (corte) – 204  
Hardinge (lord) – 274, 276  
Hardouin-Mansart (arquiteto) – 163  
Hausmann, George – 165, 175, 177, 232  
Hayek, Friedrich – 347  
Hayworth, Rita – 369  
Head, Edmund Walker (sir) – 249  
Hegel – 206, 351, 352  
Hegésias (filósofo) – 65  
Helena (santa) – 80  
Heliópolis – ver On

Henrique IV (primeiro Bourbon de França) – 144, 160  
Hércules (herói grego) – 58  
Heródoto – 110  
Heron (médico) – 64  
Heróphilo (médico) – 64  
Hideyóshi (estadista) – 132  
Hitler – 208  
Holanda, Sérgio Buarque de – 335, 385  
Holzmeister (arquiteto) – 291  
Homero – 42, 59  
Horemberg – 49  
Howard, Ebnezer – 304, 352  
Howard, John (primeiro-ministro) – 312  
Hsi, Kang – 99  
Hsi, Tsu (imperatriz) – 100  
Hulägu – 94  
Humayun (imperador) – 270, 271, 279  
Huxley – 401

### **I**

Ieyasú, Tokugawâ (estadista) – 131, 132  
Inocêncio III – 157  
Irving, Washington – 228  
Isaías – 47  
Ivan III, o grande – 186  
Ivan, o terrível – 186, 189

### **J**

Jackson, Andrew – 229  
James, Henry – 236  
Jansen (urbanista) – 289  
Jeanne D'arc – 228  
Jefferson, Thomas – 216, 218, 220, 221, 224, 228, 237  
Jehan, Xá (“rei do mundo”) – 272, 282

Jehangir – 271, 284  
Jerônimo (São) – 79  
João VI, dom – 339  
Johnson, Thomas – 219  
Jorge V – 274  
Jousseley (urbanista) – 289  
Judaeus, Philo (filósofo) – 65  
Jung, C. G. – 110  
Justiniano – 74, 80, 82

### **K**

Kai-Chek, Chiang (general) – 100, 101  
Kaidú – 94  
Kali – 267  
Kanatos – 186  
Kanaudje (rei de) – 268  
Kang Hsi – 169  
Kant – 234  
Karamzin (historiador) – 204  
Kaufmann – 203  
Keikí, Tokugawâ – 133  
Kemal Ataturk – 330  
Kemal Pachá – 331  
Kemal, Musta fá – 27, 32  
Keynes, lord – 379  
Keyserling, Hermann de – 103, 272  
Khan, Abakaí – 98  
Khan, Genghiz – 92, 94, 103  
Khan, Khirz – 270  
Khan, Kublai – 92, 93, 94, 95, 96, 97  
Khan, Nuratchi – 98  
Khayyam, Omar – 274  
Khilji, Kutb-ud-din (Aladino) – 269  
Kiang, Yang Tse – 101  
Kiev – 186, 188, 196  
Kin, os – 95

Kruger, Paulo – 259  
Kublaikhan – 330  
Kubitschek, Juscelino – 15, 18, 40, 331,  
333, 334, 337, 345, 349, 353, 366, 367,  
368, 373, 377, 381, 388, 389, 393, 407  
Kuomintang – 101  
Kwammu (imperador) – 125, 127, 330

## L

Llosa, Luiz Vargas – 379  
La Fayette – 216, 220  
La Fontaine – 169, 171  
La Monthe-Cadillac – 246  
Lacerda, Carlos – 329, 404  
Laelius – 171  
Lagus – 60  
Lake (Lord) – 273  
Lambert, Jacques – 334, 340  
Lao-Tsé (filósofo) – 90  
Lauisse, Ernest – 174  
Lavedan, Henri – 61, 84, 156  
Lavisse – 176  
Le Brun (artista) – 161, 162, 168  
Le Corbusier – 50, 279, 305, 313, 352, 398  
Le Fort (ministro da Saxônia) – 198, 202  
Le Nôtre, André (artista) – 161, 162, 164,  
165, 172, 181, 223  
Le Vau (artista) – 161, 162  
Lech Wales, presidente da Polônia – 386  
Lee, Robert – 231  
Leibniz – 172  
Lemaltre, Jules – 58  
L'enfant, Pierre Charles (major) – 220,  
221, 222, 224, 225, 226, 232, 233, 234,  
237, 239, 278  
Lenin – 195, 207  
Levi, Rino – 360, 361, 362

Lévis-Strauss, Claude – 336  
Licínio – 72  
Ligeti, Paul – 351  
Lincoln – 224, 230, 231, 237  
Líria (duque de) – 198  
Lloyd Wright, Frank – 234  
Lodi, Ibrahim – 270  
Lodi, Sikandar (Alexandre) – 270, 272  
Loh, Yung – 97, 103, 104, 107  
Long, Kien – 99  
Lorenz, Konrad – 403  
Lorrain, Claude – 166, 167  
Lott – 389  
Louvois – 171  
Luís, o grande – 161  
Luís XIII – 160, 170  
Luís XIV – 24, 99, 153, 160, 161, 162,  
163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173,  
175, 176, 178, 179, 180, 195, 197, 273,  
330, 351  
Luís XV – 24, 176  
Luís XVI – 176  
Lutyens, Edwin L. (arquiteto) – 276, 278,  
279, 302, 307

## M

Maat (deusa da verdade e da justiça para  
os egípcios) – 43  
Macartney (lord) – 99  
Macdonald, John (sir) – 250  
Mackenzie, Alexander – 246  
MacKim, Charles – 233  
MacKinder, Halford – 34, 188  
Macmillan, James – 233  
Madison, James – 217, 228, 237  
Magalhães, Aloísio – 400, 438, 439  
Magno, Carlos – 143



- Mahatma Gandhi – 260  
Mahmut – 293  
Mahomet II – 82  
Mahratas – 273  
Maintenon (marquesa de) – 164  
Malraux, André – 334, 335, 349, 385, 397  
Manchú (di nas tia) – 98  
Mandela – 260  
Mangú (Grande-Khan) – 94  
Mannerheim (barão) – 207  
Mansart – 172  
Marcha-Vardhana (Rajá de Kanaudje) – 268  
Marco Antônio – 65, 76, 79  
Marco Aurélio – 158  
Maria Antonieta – 24  
Marshall, John – 225  
Martineau, Harriet – 229  
Martins, Ives Gandra – 385  
Marx – 206  
Mary (rainha) – 215  
Ma-Tchen, Ssê – 110  
Mauricheau-Breaupré – 162, 168  
Maurício Roberto – 344  
Max Bill – 348, 349  
Médici – 382, 389, 393  
Mehmet II – 293  
Meiji (dinastia) – 322  
Meimberg, Íris – 378  
Mencius (filósofo) – 90, 101, 108  
Mendoza, Apuleyo – 379  
Menelau – 59  
Meñendez, Pedro – 215  
Menshikof – 192, 205  
Michelet – 171  
Miguelângelo – 157, 158, 341  
Mikailov, Pedro – 191  
Mileto, Hipódamo de – 38, 57, 60, 61, 341  
Milligen, Alexandre Van – 75  
Milman, Baruchi – 357  
Minamoto, os – 129, 130  
Minamoto, Yoritomô – 129, 130, 131  
Mindlin, Henrique – 363, 364, 439  
Ming (dinastia) – 96, 97, 98, 100, 107  
Mirabeau – 178  
Miram Latif – 333, 334  
Mithridates – 286  
Moisés – 52  
Monck (lord) – 250  
Monroe, James – 228  
Mons, Anna – 202  
Montaner, Carlos Alberto – 379  
Montcalm (marquês) – 246  
Moog, Viana – 325, 326, 440  
Moore, J. J. – 300  
Mumford, Lewis – 40, 155, 156, 165, 167, 233, 343, 403  
Mumtaz-I-Mahal – 271  
Murtinho, Wladimir (embaixador) – 407  
Muset – 149  
Mutasin – 287  
Mutsuhitô (imperador) – 133
- N**
- Napoleão – 164, 165, 205, 235, 246  
Napoleão III – 177, 346  
Necao – 58  
Nefertiti (esposa de Akhenaton) – 46, 47, 52  
Nehru – 281  
Nesselrode – 203  
Neutra, Richard – 354

- Nevski, Alexandre – 200  
Newton – 172  
Nicholson – 273  
Niemeyer, Oscar – 312, 345, 365, 368, 384, 397, 407, 439  
Nietzsche – 162, 404  
Nocret, Jean – 167  
Novaes, Paulo – 358  
Novgorod – 186  
Nutmosis (artista egípcio) – 47
- O**
- O' Malley, King (ministro) – 301, 302, 303, 304  
Okubo (ministro) – 133  
Olmsted, Frederick L. – 233  
Omar (khalifa) – 64  
On (deus egípcio) – 43  
Orange (condes e príncipes de) – 38  
Orwell – 401  
Osiris (deus egípcio) – 51  
Östermann (marechal) – 202
- P**
- Pachá, Mustafá Kemal – 288, 289, 290, 292, 293, 294, 296  
Paim, Antônio – 338, 385  
Palanti, Gian Carlos – 364  
Paleologo, Constantino Dragasés (imperador) – ver Constantino  
Palladio, Andrea – 155, 221  
Parmênio (general) – 66  
Paulo III – 158  
Pedro II, dom – 32  
Pedro I, dom – 329  
Pedro, o Grande – 28, 29, 33, 39, 171, 178, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 209, 210, 293, 294, 321, 322, 330  
Peet, Eric – 48  
Peets, Elbert – 222  
Pei, I. M. (arquiteto) – 234  
Pelayo – 142  
Pendlebury, John – 45  
Penna, José Osvaldo de Meira – 14, 17, 18, 439, 440  
Pereira Passos – 232  
Péricles – 59, 171, 235, 351  
Petrie Flinders, Sir – 351  
Petrovna, Elizabeth – 200, 203, 204  
Peyrefitte, Alain – 99  
Philip, Johnson (arquiteto) – 346  
Pignataro (imigrante italiano) – 337  
Pinheiro, Israel – 18, 323, 333, 337, 338, 339, 367, 368, 369, 377, 381, 384  
Pinheiro, João – 337, 338  
Pinochet – 294  
Plotino – 65  
Plutarco – 76  
Políbios – 73  
Polo, Marco – 95, 101  
Pombal (marquês de) – 338  
Possochkov (jurista) – 196  
Poussin, Nicolas – 166, 167  
Praetextatus (hierofante) – 76  
Pretorius, Andries Wilhelmus Jacobus – 258  
Pritivraj (últimomahrajah) – 268  
Procópio – 74, 82  
Proteu (mitologia grega) – 59  
Psamético (faraó egípcio) – 58  
Ptolomeu – 60  
Ptolomeu, Claudio (astrônomo) – 64

Ptolomeus, os – 33, 63  
Pushkin (po e ta) – 192, 195, 202  
Putin – 187

**Q**

Quadros, Jânio – 383, 388, 389

**R**

Ra (deus solar egípcio) – 43  
Ragousinski, Savã – 202  
Rainha Vitória – 247, 248, 249, 251, 255,  
274  
Rambaud – 75  
Ramirez, Sancho – 144  
Ramiro – 144  
Ramiro II – 142, 146  
Ramos, Guerreiro – 324  
Ra-Mosis – ver Ramsés  
Ramsés – 52  
Randolph, John – 230  
Raphael – 157  
Rasmussem, S. E. – 103  
Rasputin (monge) – 206  
Rei do Ponto – 286  
Rei Midas – 285  
Reis, Aarão – 342  
Remo – 77  
Rhodes, Cecil (sir) – 259  
Rhodes, Dinocrates de – 60, 61, 62  
Ribeek, Jan Van – 258  
Richelieu (cardeal) – 160, 162, 167, 173,  
205  
Roberts (lord) – 261  
Rocha, João Henrique N. – 357  
Rochambeau – 216  
Rodrigues, Nelson – 388

Rodriguez, Ricardo Vélez – 385  
Rohe, Mies Van der – 305, 346, 352, 398  
Romanoff, Sofia – 187, 198  
Rômulo – 23, 57, 76, 77  
Roosevelt, Franklin – 236  
Roriz – 392, 399  
Rousseau – 174, 195, 202, 235, 335, 345

**S**

Saariren, Eliel – 84, 234, 301  
Saint-Hilaire – 336  
Saint-Simon – 160, 171, 173, 174, 338  
Samson, George (sir) – 124, 128  
Sancho (filho de Ferdinando) – 143  
Sancho, o Bravo – 147  
Sangallo – 157  
Santo André (apóstolo) – 192  
São Paulo – 286  
Sarney – 379, 382  
Sayão, Bernardo – 333, 373, 393  
Sayyd (dinastia) – 270  
Scamozzi, Vincenzo – 374  
Schwartzman, Simon – 385  
Scipião – 171 235  
Scott, Richard (sir) – 249  
Seguier (chanceler) – 174  
Selim – 293  
Selkirk (lord) – 246  
Shepherd, Alexandre – 231, 232  
Sheremetief (general) – 191  
Sitte, Camillo (arquiteto vienense) – 83,  
304, 305, 352  
Sixto V – 158  
Skowronska, Catarina – 202  
Smith, John (capitão) – 215, 216  
Solimão, o Magnífico – 293

Solon – 235  
Soothill, Rev. W. E. – 112  
Sopater (filósofo) – 76  
Soper, Alexandre – 128  
Soter – ver Ptolomeu  
Spencer, Herbert – 338  
Spengler – 156  
Stalin – 385  
Stuart (dinastia) – 176  
Stuart Mill, John – 388  
Stuart, David – 219  
Sullivan – 352  
Sully – 205  
Suzdal – 186  
Swinton, G. S. C. – 276

### T

Taff, William Howard – 233  
Taine – 171, 175  
Tai-Ping, os – 100  
Tairá, os – 129  
Talleyrand – 170  
Tamanini, Fernando – 385  
Tamerlão – 270, 272, 274, 287  
Tanetsugú, Fujiwará – 126  
Tang (dinastia) – 90, 91, 123, 124, 127, 128  
Taylor, G. R. – 304  
Tchu-Tsai, Yelu – 95  
Temístocles – 61  
Tenno, Jimmu (primeiro imperador japonês) – 122  
Teócrito (médico) – 64  
Teodósio (imperador) – 75, 80  
Thorsby, Charles – 300  
Tii, (Rainha – Mãe) – 47  
Timmermann – 202

Timur-Lenk, “o coxo” – 270, 273  
Titiano – 171  
Tocqueville, Aléxis de – 178, 234, 404  
Todleben – 203  
Tolly, Barclay de – 203  
Tolosa, Raimundo de – 287  
Tours, São Gregório de – 409  
Toy, Philibert le – 160  
Trotski – 207  
Tuglak, Firuk – 269  
Turenne – 171, 205  
Turguenev – 206  
Turner, George (sir) – 298  
Tutankhamon – 49  
Tuthmosis III (farão egípcio) – 42, 43  
Tuti (artista egípcio) – 47  
Tutmés – 52  
Tut-Mosis – ver Tutmés  
Tzu, Lao – 105, 108, 112

### U

Uccello – 155  
Uvarov (ministro) – 206

### V

Vallaux, Camille – 21, 22, 26, 27, 28, 30, 140, 207, 236  
Valois (família) – 178  
Vargas, Ge túlio – 32, 379  
Vasco da Gama – 257  
Vauban – 172  
Venturini, Robert – 347  
Vespasiano – 62  
Vianna, Fernando Segadas – 358  
Vianna, Oliveira – 385  
Viator – 155

Vignola, Giacomo Barozzi – 155, 158  
Vikramaditya, Chandragupta – 268  
Villa-Lobos, Heitor – 439  
Villehardouin (o cronista das Cruzadas) –  
80  
Vitória (rainha) – 31  
Vitruvius – 154  
Vladimir – 186, 196  
Voltaire – 199, 246  
Von Der Goltz – 207  
Von Mengden – 202

**W**

Walcott – 227  
Washington, George – 164, 179, 216,  
218, 219, 220, 221, 223, 225, 227, 23,  
235, 237, 238  
Wäth (padre) – 272  
Weber – 194, 195, 205, 406, 409  
Webster – 229  
Weisbrod – 198  
Wertheimer, Oscar – 66  
Wickelmann – 234  
Wild, Joseph – 300  
William Holford, lord – 347  
Witte – 203

Wolfe – 246  
Wooley, Leonard – 48  
Wright Lloyd, Frank – 305, 353  
Wright, Philemon – 246

**X**

Xá, Bahadur – 273  
Xá, Muhamad – 269  
Xá, Nadir – 272  
Xá, Sher – 270  
Xá, Xá-in – 270  
Xenophontes – 84  
Xhiva – 267  
Xiaoping, Deng – 95, 101, 102

**Y**

Yeltsin – 187  
Yuan (dinastia) – 95, 96  
Yuanchang, Chu – 97  
Yudenich – 207

**Z**

Zäringen (duque de) – 38  
Zenódoto (gramático) – 64  
Zeus (deus grego) – 39, 60  
Zevi, Bruno (crítico italiano) – 348, 399

*Quando Mudam as Capitais*, de José Osvaldo de Meira Penna, foi  
composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel Vergê  
Areia 85g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.  
Acabou-se de imprimir em setembro de 2002, de acordo  
com o programa editorial e projeto gráfico do  
Conselho Editorial do Senado Federal.